

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

GEOPOLÍTICA DA ALEMANHA:
RATZEL, HAUSHOFER E AS DUAS
GUERRAS MUNDIAIS DO SÉCULO XX

Marisa Alexandra Santos Fernandes

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Novembro de 2016

Como citar esta publicação:

Fernandes, Marisa, 2016. *Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX. Coleção "ARES"*, 11. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Comandante

Vice-Almirante Edgar Marcos de Bastos Ribeiro

Editor-chefe

Major-General Jorge Filipe Marques Moniz Córte-Real Andrade

Coordenador Editorial

Coronel de Infantaria Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Núcleo Editorial e Design Gráfico

Capitão-de-mar-e-guerra Carlos Alberto dos Santos Madureira

Propriedade

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: 213 002 100

Fax.: 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Pré-Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores

Rua Diogo Cão, 1242 r/C Esq.

4200-259 PORTO

Tel.: 225 205 005

e-mail: fronteiradocaos@netcabo.pt

www.fronteiradocaoseditores.pt

ISBN 978-989-99532-7-7

Depósito Legal 417 867/16

Tiragem 200 exemplares

© Instituto Universitário Militar, 2016

Nota do Editor:

Os textos patentes no presente volume são da responsabilidade do seu autor, não constituindo doutrina oficial das Forças Armadas Portuguesas e da Guarda Nacional Republicana.

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	vii
1. INTRODUÇÃO	1
2. EM DIRECÇÃO À GEOPOLÍTICA	5
1. A Complexidade de Definir a Geopolítica	5
2. Uma Definição de Geopolítica	7
a. Espaço e Poder	8
b. Conhecer o Espaço	8
(1) A Geografia tornada Ciência	11
(2) O Caso Alemão: da Filosofia à Ciência	13
(a) A Geografia Política	19
(b) A Geopolítica	20
c. Na disputa do Poder pelo Espaço: a Guerra	22
(1) A Guerra Total	23
(2) Ainda a Guerra: Geopolítica, Geoestratégia e Estratégia	24
3. FRIEDRICH RATZEL, A ALEMANHA DE WILHELM II E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	27
1. A <i>Kleindeutschland</i> de Otto von Bismarck na <i>Mitteleuropa</i>	27
a. Da Colonização Hesitante da Alemanha de Bismarck ao Terceiro Maior Império Colonial	32
(1) A Conferência de Berlim: O Interesse em África e na Bacia do Congo	34
(2) Motivações Económicas e Culturais na Obtenção de Espaço fora da Europa	35
2. Friedrich Ratzel e a Geografia Política na Passagem da Alemanha de Otto von Bismarck para a Alemanha de Wilhelm II	38
a. O Estado e o Espaço de Ratzel	40
(1) O Estado como Organismo Vivo	40
(2) O Espaço: <i>Raum, Lage, Raumsinn</i> e <i>Lebensraum</i>	40
b. A Visão de Ratzel para a Alemanha: Um Estado-continente na <i>Mitteleuropa</i>	43

3. A <i>Weltpolitik</i> de Wilhelm II	46
a. A Ideia de <i>Mittelafrika</i> na Política Colonial	47
(1) A Pressão Diplomática Alemã sobre o Espaço Colonial Português	50
(a) Os Acordos Secretos Anglo-Alemães de 1898	50
(b) A Tentativa Anglo-Alemã de Revisão dos Acordos Secretos em 1913	51
(2) O Poder Naval Alemão: A Influência de Alfred Mahan e do Poder Naval Inglês	53
b. A Ruptura da Política de Alianças e a Desvalorização do Equilíbrio de Poderes	56
(1) As Relações Franco-Russo-Alemãs	56
(2) As Relações Italo-Franco-Alemãs	57
c. A <i>Triplice Entente</i>	58
d. As Convulsões nos Balcãs	60
(1) A Crise Bósnia de 1908-1909	60
(2) Os Conflitos de 1912-1913	61
(3) O Assassinato Sérvio do Herdeiro Áustro-Hungaro em 1914	62
4. A Primeira Guerra Mundial: Convergência e Divergência entre as Perspectivas de Friedrich Ratzel e de Wilhelm II	63
4. KARL HAUSHOFER, A ALEMANHA DE ADOLF HITLER E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	69
1. A República de Weimar na Alemanha do Pós Primeira Guerra Mundial	69
a. Um <i>Diktat</i> : O Tratado de Versaillles (1919)	71
(1) A Garantia Francesa do Isolamento e do Enfraquecimento do Poder Alemão no Espaço Europeu	76
(2) O Desejo Anglo-Americano de uma Alemanha Próspera	79
(3) A Reacção Alemã na Perspectiva de Aquilino Ribeiro	79
b. A Tensão Franco-Alemã (1919-1924)	83
(1) A Questão do Ruhr	84
c. O Desanuviamento Franco-Alemão (1924-1929)	86

2. O Nascimento da <i>Zeitschrift für Geopolitik</i>	88
a. Fundamentos da Escola Alemã de Geopolítica	89
b. Evolução e Metamorfose da Publicação	92
3. Karl Haushofer e a Geopolítica na Passagem da Alemanha da República	94
a. A Geopolítica e a Visão de Haushofer para a Alemanha	99
(1) A Influência de Rudolf Kjéllen	101
(2) A Influência de Friedrich Ratzel	104
(3) A Influência de Halford Mackinder	106
4. A Emergência da <i>Cartografia Sugestiva</i>	110
a. O Papel de Arnold Ziegfeld	110
b. O Sucesso da <i>Cartografia Sugestiva</i> durante a República de Weimar	112
c. A Relação com Karl Haushofer e a Escola Alemã da Geopolítica	112
5. A Alemanha de Adolf Hitler	113
a. O Colapso de Weimar e a Crise de 1929	113
b. A Chegada de Adolf Hitler ao Poder (1933)	118
c. <i>Mein Kampf</i> e a <i>Weltanschauung</i> de Hitler	120
6. A Escola Alemã de Geopolítica a partir de 1933: Um Instrumento de Propaganda ao Serviço do Nacional-Socialismo	123
7. A Cartografia Sugestiva como Instrumento de Propaganda do Nacional-Socialismo	126
a. A Inexistência de uma Instituição de Propaganda Cartográfica	126
b. A Publicação <i>Volk und Reich</i> como Instrumento de Propaganda Alemã no Estrangeiro	127
8. A Expansão Militar da Alemanha	129
a. O Rearmamento	129
b. A Ocupação da Renânia	130
9. A Promoção do Caminho para a Guerra, a Eliminação e Proibição do que o Contraria	132
a. A Escola Alemã de Geopolítica a partir de 1936: Um Instrumento de Promoção do Esforço Bélico de Hitler	132

- b. O Sul do Tirol como um Assunto Comum da Proibição de Hitler: Os Casos de um Livro de Karl Haushofer (1939) e de um Mapa Sugestivo (1938) 132
 - 10. Os Mapas como um Elemento de Justificação de Guerra 134
 - a. A Submissão Voluntária dos Geógrafos às Necessidades Políticas do III Reich 134
 - b. A Criação de uma Censura Prévia de Mapas pelo Ministério da Propaganda 135
 - 11. A Extinção da *Zeitschrift für Geopolitik* 136
 - 12. O Afastamento de Karl Haushofer e da Família 137
 - 13. Em Direção ao *Lebensraum* de Hitler 139
 - a. A Anexação da Áustria: O *Anschluss* 142
 - b. A Checoslováquia 142
 - c. A Polónia 144
 - 14. A Segunda Guerra Mundial: Convergência e Divergência entre as Perspectivas de Karl Haushofer e de Adolf Hitler 146
- 5. CONCLUSÃO** 153
- BIBLIOGRAFIA** 157



PREFÁCIO

Este livro de Marisa Fernandes tem por base a tese de mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais que desenvolveu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2010, enriquecido com a investigação sobre a Geopolítica da Alemanha Contemporânea em que tem estado concentrada desde então no âmbito do doutoramento em Estudos Estratégicos que se encontra a concluir no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Investigadora do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar e do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Marisa Fernandes tem vindo a afirmar-se no meio académico como especialista na Alemanha Contemporânea. Tem no prelo o estudo “A Arma Submarina na Estratégia Alemã na Primeira Guerra Mundial” e nos últimos cinco anos publicou 13 trabalhos, dos quais podemos destacar como exemplos “Germany’s interest in the Atlantic”, “The cartography as propaganda weapon and the instrumentalization of the German School of Geopolitics (1933-1945)” ou “Mahan, Corbett e o Poder Naval Alemão nos desafios do Mar no século XXI”.

O domínio da língua alemã é um “activo” particularmente relevante da sua investigação, porquanto evidentemente lhe permite recolher e analisar a informação a partir das fontes alemãs, possibilidade circunscrita a um restrito número de investigadores portugueses e quase ausente na área dos Estudos

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

Estratégicos e correspondente perspectiva da Geopolítica. É completamente diferente estudar e produzir conhecimento sobre a Alemanha Contemporânea a partir exclusivamente dos “olhos” americanos ou ingleses ou franceses do que através dos próprios alemães e cotejando-os com os outros.

Por outro lado, produzir hoje conhecimento sobre a Alemanha traduz-se na análise de um actor principal interveniente na evolução da conjuntura internacional, não só europeia, com implicações estratégicas directas para Portugal, mas também no âmbito da complexidade crescente da “anglobalização”, assim conceptualizada por Niall Ferguson e observada e acompanhada há décadas por Adriano Moreira que, a partir de uma perspectiva singular portuguesa, lhe aplicou entretanto conceitos operacionais como anarquia madura, perplexidade crescente e planos de contingência.

Marisa Fernandes encontra-se na verdade imersa na compreensão da dinâmica das Relações Internacionais enquanto complexidade crescente, focada no *tempo tório* da Alemanha no sentido em que a História serve para compreender o Presente no qual se projecta o Futuro.

Com efeito, a Alemanha emergiu no século XIX com um projecto expansionista de potência mundial, catalisando rivalidades de tal forma intensas que suscitaram logo na Europa três guerras (dano-prussiana, austro-prussiana e franco-prussiana) e mais duas de seguida no século XX com consequências mundiais; guerras civis europeias, de facto, mas mundiais pelos seus efeitos, como aponta Adriano Moreira. A origem do próprio projecto europeu da segunda metade do século XX tem como foco de preocupação a “acomodação” da Alemanha no concerto internacional emergente, projecto europeu que neste primeiro quartel do século XXI está a ser inequivocamente condicionado de forma política e financeira relevante pelo desempenho e comportamento germânico.

Marisa Fernandes observa pois que “*é a ideia de Reich, associada à teorização relativa à superioridade do povo germânico, que influenciou o desenvolvimento de uma concepção geopolítica própria*”. O projecto materializar-se-ia assim numa *Großdeutschland* (Grande Alemanha), recuperando “*a antiga ideia de Reich semelhante à estrutura supranacional com pretensão universal que havia sido o Império de Carlos Magno, filho do último dos Pepinos*”. A consciência histórica constituindo portanto uma marca recorrente da identidade nacional alemã, assente numa configuração geográfica sistematizada enquanto Ciência no primeiro quartel do século XIX por Alexander von Humboldt (formado em Geologia) e Karl Ritter (formado em História) na Universidade de Berlim, este último também professor na *Allgemeine Kriegsschule* (Escola de Guerra Alemã,

então com Clausewitz como Director) ensinando portanto durante uma geração os oficiais prussianos contemporâneos do processo de unificação da Alemanha.

É sobre estes fundamentos que se ergue a obra de Friedrich Ratzel (formado em Zoologia), principal fundador da Geografia Humana e da perspectiva da Geografia Política (que o sueco Rudolf Kjellen baptizou posteriormente de Geopolítica). As suas “sete leis” e conceitos-chave de *lage* (posição), *raum* (espaço), *raumsinn* (sentido de espaço) e *lebensraum* (espaço vital), revistos por Marisa Fernandes, são efectivamente os pilares da Geopolítica e desde logo da “Escola Alemã” e correspondente teorização e acção de Karl Haushofer que moldaram o pensamento estratégico alemão da primeira e segunda guerras mundiais.

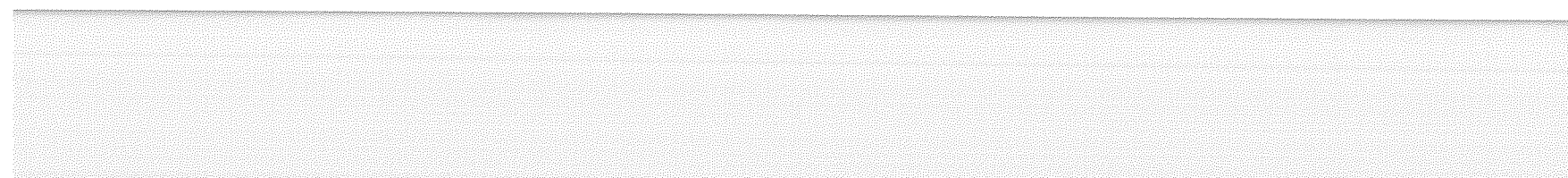
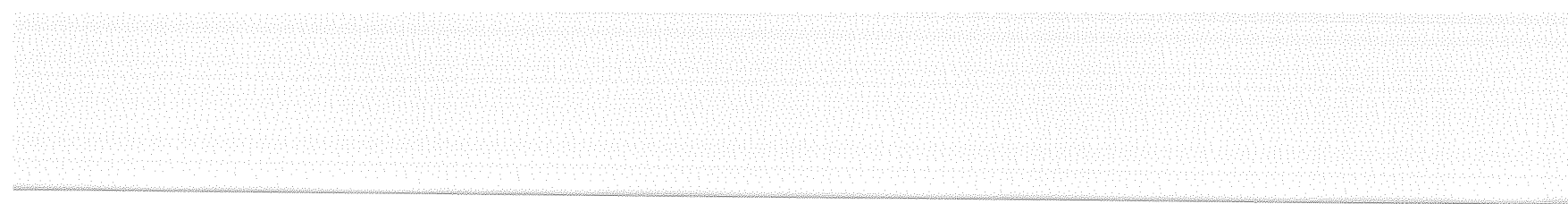
Numa abordagem conceptualmente geopolítica, é essencialmente destes pilares e do seu contexto internacional e conflitual que trata o presente livro. Marisa Fernandes abre-nos portanto uma perspetiva histórica sobre a construção da identidade nacional e da projecção de poder da Alemanha Contemporânea, lembrando que se trata de um *movimento de longa duração* que entronca na divulgação da obra de Tácito (“Germania”, 98 d.C.) a partir do século XV-XVI que transformou a perceção fragmentada de “*Deutschen Landen*” na consciência unificada de “*Deutschland*”, consolidada com a recorrente produção alemã de conhecimento operada no século XVIII, nomeadamente no campo da linguística.

Finalmente, uma reflexão de retrospectiva histórica que nos suscita ilacções para a compreensão da Alemanha Contemporânea no século XXI.

A contemporaneidade de Ratzel e Haushofer com a expansão colonial da Alemanha e do *Made in Germany*, na passagem do século XIX para o século XX, é um facto que conflituou com os interesses ingleses e franceses, também revisitado por Marisa Fernandes. Olhando para o projecto europeu hoje, e para a posição e perspectiva “geopoliticamente actualizada” da Alemanha, será que efectivamente o seu pensamento estratégico tem vindo a operar conscientemente uma transformação da Geoestratégia em Geoeconomia, sobretudo a Leste, com o alargamento do mercado em detrimento do aprofundamento do projecto? Sob o ângulo da longa duração histórica, trata-se efectivamente de uma continuidade do *lebensraum*, agora essencialmente económico?

É este género de estímulo à reflexão estratégica e geopolítica que nos provoca a leitura do livro de Marisa Fernandes.

Pedro Borges Graça



“O sol brilhava em toda a sua força e plenitude. Ao regressar a casa, reparei de repente na minha própria sombra que me precedia, tal como via a sombra da guerra passada por trás da guerra presente. Durante todo este tempo, ela nunca mais saiu do meu lado, aquela sombra, pairando, dia e noite, sobre cada um dos meus pensamentos; talvez os seus escuros contornos apareçam também em alguma destas páginas. Mas, em última análise, cada sombra é também filha da luz, e só quem tenha vivido a claridade e a escuridão, a guerra e a paz, a ascensão e a queda, só esse terá verdadeiramente vivido”

(Stefan Zweig, 2014, pp.507-508).

1. INTRODUÇÃO

Enquanto conhecimento moderno, a Geopolítica nasceu numa era de rivalidade imperialista, de expansionismo colonial e de industrialização, num período de modernização industrial e tecnológica e profundas transformações sociais e culturais, tendo acompanhado o surgimento dos nacionalismos, entre a década de setenta do século XIX e o ano de 1945, e encontrando-se intimamente ligada à história europeia e mundial (Tuathail, 2006, p.17; Fernandes, 2003, p.1).

Lorot et al. (1997, p. 67) consideram que “*Le nationalisme est un facteur géopolitique de première importance, non seulement parce qu’il est l’affirmation de la spécificité voire de la supériorité d’un groupe sur les autres, mais qu’il est toujours revendicatif*”. Nesta linha, o caso alemão não é exceção, verificando-se desde o início a existência de uma relação entre o Nacionalismo (aqui Pangermanismo) e o modo como se pensavam as relações entre o Espaço e o Poder. Aliás, no caso da Geopolítica da Alemanha até à Segunda Guerra Mundial parece verificar-se a presença constante da ideia de uma *Großdeutschland* [grande Alemanha], capaz de reunir sob o mesmo poder e num grande espaço toda a população de língua e cultura alemãs. A própria ideia de *Reich* [Império] acaba por ser integrante do subconsciente alemão, em todas as épocas, crenças e ideologias, afigurando-se como o desejo de regresso e concretização a um dos mitos da Nação alemã, o do Império Carolíngio, o *I Reich* (Vives, 1972, pp. 22 e 23).

Com efeito, a consolidação da Alemanha como potência hegemónica no espaço europeu é um aspecto transversal ao II *Reich*, politicamente unificado por Otto von Bismarck em 1871, à Alemanha de Wilhelm II (também II *Reich*), e posteriormente, à Alemanha de Adolf Hitler (o III *Reich*). Entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XX, são várias as teorias filosóficas e científicas, provenientes quer de pensadores germânicos quer de pensadores germanófilos e não germânicos, que fomentam a tese da superioridade do povo alemão, da sua raça, do seu sangue, da sua língua e da sua cultura.

É a vitória prussiana nas guerras contra a Áustria e a França que constituiu o “elemento aglutinador da identidade nacional da nova Alemanha” (Fischer, 2007, p.98), unificada sob o triunfo da ideia de *Kleindeutschland* [pequena Alemanha] de Bismarck, enquanto o Pangermanismo ansiava por uma *Großdeutschland* que reunisse todos os alemães e a Burguesia por uma política colonial e Wilhelm II por uma *Weltpolitik* [política mundial] que só conheceu depois da saída deste Chanceler do poder.

Efectivamente, a ideia de *Großdeutschland* voltou a ser afastada novamente, depois da Primeira Guerra Mundial, pelas disposições do Tratado de Versailles de Saint-Germain-en-Laye (1919). Todavia, numa Alemanha espacialmente insatisfeita, numa posição de enclave na *Mitteleuropa* [Europa do Meio], rodeada de fronteiras terrestres e só dispendo de uma fronteira marítima a norte (e com mares fechados), a antiga ideia de *Reich* semelhante à estrutura supranacional com pretensão universal que havia sido o Império de Carlos Magno, filho do último dos Pepinos, “uma das mais brilhantes épocas dos germanos” (Dawson, 1941, p. 12), acabaria por ressurgir durante a República de Weimar, mas sobretudo com o III *Reich* de Adolf Hitler.

Na verdade, é a ideia de *Reich*, associada à teorização relativa à superioridade do povo germânico, que influenciou o desenvolvimento de uma concepção geopolítica própria, pois tal como defende Chauprade (*apud*, Bessa et al., 2007, p. 21), a cultura de cada Estado influi na disciplina. E, de facto, cada um dos Estados rivais do Império inglês, como a Rússia, a França, a Itália, os EUA, mas sobretudo, o II *Reich* e, mais tarde, o Japão desenvolveu o seu próprio discurso geopolítico (Tuathail, 2006, p. 17).

Contudo, no respeitante às designadas geopolíticas clássicas europeias são de destacar a inglesa e a alemã, com os “seus dois maiores expoentes e rivais”, Halford Mackinder e Karl Haushofer respectivamente (Fernandes, 2003, p.1), graças à competição existente entre o Império inglês e as crescentes aspirações imperiais da Alemanha no centro da Europa. No caso alemão, é de referir que o nascimento da Geopolítica se verificou apenas após o fim da Primeira Guerra

Mundial. Uma guerra, cujo espírito se revela através das palavras de Rupert Smith (2008, p.141):

“Numa combinação de orgulho nacional e entusiasmo militar, a noção de guerra como a coroa de glória lógica da época era acenada por políticos, soldados e civis. O orgulho na capacidade industrial da nação também atestava a sua capacidade militar (...); o crescimento da sua população também era a prova da sua capacidade industrial de colocar homens no campo de batalha, assim como o comprimento e velocidade dos caminhos-de-ferro e esquadras. A prosperidade da época comprovava a prontidão para a guerra”.

Produto do contexto em que surgiu, a Geopolítica alemã acabou por se relacionar com o Nacionalismo-Socialismo, que desta se apropriou para justificar os seus desígnios expansionistas e racistas para o espaço europeu, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, o que motivou a campanha de descredibilização da Geopolítica, que acreditamos ter começado um pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1942. Em certa medida, tal justifica ainda a existência de um certo tabu em torno da utilização do termo *Geopolitik*, isto é, Geopolítica em alemão, ainda hoje na Alemanha, mesmo que o conhecimento do espaço continue a ser importante e considerado na tomada de decisão tanto ao nível da política interna, como ao nível da política externa praticada nas Relações Internacionais.

Neste sentido, este estudo pretende demonstrar em que medida as teorias da Geografia Política de Friedrich Ratzel e da Geopolítica de Karl Haushofer, produto da conjuntura alemã em que se desenvolveram, determinaram a acção política de Wilhelm II e de Adolf Hitler, a quem cabia em última instância a decisão final da política espacial a seguir, em direcção à Primeira e à Segunda Guerras Mundiais. Agindo os decisores políticos segundo a política do seu governo, a ideologia do respectivo Estado, as necessidades da sua economia e através dos órgãos políticos, verifica-se que esta acção pode coincidir ou não com o que era defendido pelos dois pensadores das relações entre o Espaço e o Poder (Bessa et al., 2007, p. 53).

Na actualidade, porém, parece ainda não ser claro até que ponto existiu, se existiu, como e por que é que existiu ou não interferência do pensamento destes teóricos na Política Externa Alemã do século XIX e da primeira metade do século XX. Além da questão alemã ser complexa e densa, e ter raízes profundas, constata-se a existência de reduzida bibliografia sobre o tema em língua portuguesa, mas também na própria língua alemã, não sendo tarefa fácil

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

nem simples encontrar bibliografia originalmente escrita por Karl Haushofer e muito menos traduções da sua obra.

Por oposição, parece mais exequível e concretizável encontrar os trabalhos de Friedrich Ratzel, escritos originalmente em alemão ou traduzidos para língua francesa e língua inglesa, até porque este nasceu e morreu dez anos antes da Primeira Guerra Mundial ter começado, tendo o seu trabalho obtido reconhecimento apenas depois do fim desta Guerra e na sequência do Tratado de Versailles. E esse reconhecimento conseguiu-se graças ao nascimento da Geopolítica como ciência na Alemanha, com Karl Haushofer, que acabou por estar mais próximo do decisor político de então (ainda que por meio de um intermediário) do que Ratzel alguma vez esteve durante a sua vida. Talvez por isso mesmo, e devido à política expansionista e racista seguida por Hitler utilizando e transformando conceitos geopolíticos desenvolvidos por Karl Haushofer, seja mais difícil encontrar os trabalhos deste último, que após ter sido interrogado pelos aliados, para verificar se deveria ser acusado por crimes de guerra, e tendo sido considerado inocente, acabou por ser suicidar juntamente com a mulher (de origem judia) cerca de seis meses depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

É, pois, com o objectivo de conferir maior clareza às relações entre o pensamento, acerca das relações entre o espaço e o poder, e a acção política alemãs que se apresenta este estudo, visando uma maior aproximação à realidade da Alemanha do período entre as Grandes Guerras do século XX. Por outro lado, procura-se também contribuir para uma melhor compreensão do que é a Geopolítica, qual a sua importância, e em que contexto é que esta surgiu na Alemanha, almejando, deste modo, quebrar a mística e o tabu que parece estar associada à Geopolítica alemã na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais.

EM DIRECÇÃO 2. À GEOPOLÍTICA

1. A Complexidade de Definir a Geopolítica

Definir a Geopolítica é, antes de mais, uma tarefa complexa, dada a inexistência de consenso entre as várias definições de Geopolítica que foram surgindo (e continuam a surgir) ao longo do tempo (Marini, 1985, pp. 39 e 40).

Na origem desta falta de consenso encontram-se inúmeras razões. Em primeiro lugar, contam-se entre os estudiosos da Geopolítica profissionais oriundos de diversas áreas e formações académicas: geógrafos [como foi o caso de Friedrich Ratzel (1804-1904) ou Halford John Mackinder (1861-1947)]; militares (caso de Karl Haushofer (1869-1946)); juristas (este foi o caso do sueco Rudolf Kjéllen (1864-1922)); políticos [como foi o caso de Henry Kissinger (1923-), ao utilizar o termo “Geopolítica” associado ao Realismo Político, durante a década de 70, aquando das suas análises sobre conflitos internacionais]; e filósofos.

Em segundo lugar, há uma tendência manifesta e desacetada em associar e manter a Geopolítica dentro do âmbito da Geografia (Política). Quando a Geografia é uma ciência, surgida com uma organização e estrutura efectivas entre os séculos XVI e XVIII, e a Geopolítica outra ciência autónoma e independente surgida apenas no século XX. Neste contexto, será igualmente conveniente distinguir a Geografia Política da Geopolítica. E, para tal, recorreremos à sintetização apresentada por Correia (2004, p. 107), segundo a qual: a Geografia Política ocupa-se do estudo da influência do meio geográfico “na formação das

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

entidades políticas”; e a Geopolítica, no seu sentido clássico, preocupa-se em estudar essa mesma influência “como justificação ou em proveito do poder, do domínio de um Estado sobre outros, da hegemonia de uma entidade política num determinado espaço”.

Em terceiro lugar, a maioria dos autores prefere abordar temas geopolíticos pragmáticos. Daí que se verifique também a inexistência de textos de carácter teórico que clarifiquem a Geopolítica quanto à sua natureza, ao seu objecto de estudo, à sua metodologia e à sua terminologia. Aliás, destaca-se igualmente o desenvolvimento tardio de certas categorias teóricas do conhecimento geopolítico.

Marini aponta, de igual modo e em quarto lugar, a renitência dos autores franceses e ingleses em aceitar a Geopolítica como um conhecimento autónomo, até aos finais da década de quarenta, o que se ficou a dever à associação feita durante muito tempo entre a Geopolítica tida como *Geopolitik* alemã e a Política Expansionista do III Reich de Adolf Hitler.

Finalmente, destaca-se a campanha de descredibilização da Geopolítica, que acreditamos ter começado um pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1942, com a publicação de diversos trabalhos da autoria de imigrantes oriundos da Europa Central, radicados então nos EUA: como foram os casos de Hans Weigert, e a sua obra *Generals and Geographers: The Twilight of Geopolitics*, e o de Robert Strausz-Hupé, com o seu trabalho *Geopolitics: The Struggle for Space and Power*, entre outros. Originalmente mediático, o processo em causa estendeu-se, posteriormente, ao meio académico e científico com Isaiah Bowman, entendido como expoente da Geografia norte-americana da primeira metade do século XX, quando os *media* o apelidaram de “Haushofer americano” reagiu com a publicação de um artigo na *Geographical Revue*, em Outubro de 1942, intitulado “*Geography versus Geopolitics*”. Neste artigo, defendeu que a Geopolítica representava uma visão distorcida das relações históricas, políticas e geográficas do mundo e das suas partes, sendo que os argumentos da Geopolítica tal como eram desenvolvidos na Alemanha serviam apenas para sustentar o caso da agressão alemã (Fernandes, 2003, pp. 20 e 22).

Isaiah Bowman desmarcou-se, assim, da Geopolítica, cuja palavra até evitava usar. Também Hans Morgenthau, em 1948, considerou a Geopolítica como uma pseudociência. Fê-lo, porém, tal como Bowman não relativamente à Geopolítica como um saber em geral, mas sim em relação a uma visão particular da Geopolítica, a *Geopolitik*, ou seja, a Geopolítica do III Reich (Fernandes, 2002, p.23).

Com o fim da Guerra-Fria e o maior distanciamento temporal face à Segunda Guerra Mundial, verificou-se a entrada na denominada segunda vaga da Geopolítica, caracterizada por uma re-introdução do termo. Considera-se, esta, uma “Nova Geopolítica”¹ que, por isso mesmo, se encontra ainda em formação e desenvolvimento. São de referir Yves Lacoste, Michel Korinman, Pierre Marie Gallois, Paul Claval, François Thual, e Alexandre Del Valle, como alguns dos principais responsáveis pelo surgimento de outras publicações europeias sobre Geopolítica, a partir da década de noventa. Nos EUA, a reutilização do termo começou com Henry Kissinger, tanto no meio académico e político como nos meios de comunicação social. Daí que se tenha assistido, a partir daí, ao uso desbragado e banalizado do termo, sobretudo nos *media*, utilizando-se a palavra “Geopolítica” sempre que se pretende conferir estatuto e relevo a um acontecimento da cena internacional.

No caso português, é de referir o papel desempenhado por Luís Fontoura, António Marques Bessa, Políbio Valente de Almeida, entre outros nomes como o de Adriano Moreira, o de Borges de Macedo, o de Loureiro dos Santos, o de Pezarat Correia, o de Araújo Gerales, o de François Martins, ou o de Virgílio de Carvalho, neste trabalho de recuperação da Escola Geopolítica Portuguesa (Nogueira, 2007, pp.14 e 15), mantido nas Escolas Superiores das Forças Armadas² e no actual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Bessa et al., 2007, pp. 13 e 14). Em 2005, verificou-se em Aveiro a constituição do Centro Português de Geopolítica, que passou a contar a partir de 2007, com a publicação da revista *Geopolítica*, tendo neste momento como presidente Carlos Mendes Dias.

2. Uma Definição de Geopolítica

A Geopolítica é a ciência (ou seja, um conhecimento sistematizado, autónomo, com um campo próprio de verdade e uma terminologia exclusiva) que estuda as mútuas relações, influências e interacções entre o Estado e o

¹ A propósito desta considerada existência de uma “Nova Geopolítica”, consequência do pós Guerra Fria e da nova ordem mundial daí surgida, Correia (2004, p. 248 e 249) refere que a mesma se distingue da Geopolítica Clássica (que “assenta na gestão do poder a duas dimensões, o espaço e o tempo”) por possuir, essencialmente, três dimensões (a que futuramente se poderão acrescentar outras): a primeira centrada nas questões ambientais e ecológicas (conhecida como Ecopolítica); a segunda respeitante ao fenómeno demográfico (definida como Demopolítica); e a terceira tendo como principal objecto a economia (designando-se de Geoeconomia).

² Entre as quais se encontra o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), agora denominado de Instituto Universitário Militar (IUM).

Espaço³, tendo como finalidade proporcionar conhecimentos ou soluções de carácter político. E, quanto a estas relações, influências e interações entre o Estado e o Espaço, é de referir que a Geopolítica é composta tanto por um património teórico (que se reflecte na existência de normas, princípios, hipóteses, doutrinas, teorias, entre outros), como lhe é igualmente subjacente um carácter pragmático (relacionado com a possibilidade da Geopolítica enquanto guia de análise para acção política influir na formulação de uma Política Interna ou Externa, em que o Estado enquanto sujeito da Política tem um duplo papel: é protagonista e destinatário) (Marini, 1985, p. 44).

Tratando-se de um conhecimento interdisciplinar⁴, a Geopolítica pertence mais ao domínio da Ciência Política (ou da Sociologia Política) do que propriamente ao da Geografia (Werner Cahnman, 1943, *apud*, Bessa et al., 2007, p. 27) e, portanto, corresponde a uma ciência da Política, tal como defendeu o criador sueco do termo, Rudolf Kjéllen, envolvendo o estudo da actividade humana na sua relação com o espaço e tendo como factores fundamentais: o espaço, o tempo e o poder (Bessa et al., 2007, pp. 17, 27 e 48).

a. Espaço e Poder

Condicionado pelo espaço (realidade objectiva), o homem (realidade subjectiva) não cessa de o transformar de acordo com as suas necessidades presentes e expectativas futuras, fazendo-o, portanto, por uma mera questão de subsistência enquanto vive apenas do que a terra *finita* lhe fornece ou através da busca ambiciosa e do desejo de conquista, num cavalo em movimento, deslocando-se numa terra *infinita*; e ansiando ainda obter riqueza, mediante a troca comercial de bens, num mecanismo de circulação em boa parte permitido graças às crescentes vias de comunicação e aos meios de transporte que vão surgindo (Defarges, 2003, pp. 15-22).

b. Conhecer o Espaço

“Geratriz básica do poder” (Almeida, 1990, p.80), a geografia é, por excelência, a ciência que se dedica ao estudo do espaço, afigurando-se desde sempre como

³ O seu objecto de estudo é precisamente o espaço que, segundo Marini (1985, p.45) é geopolítico porque corresponde à área geográfica em que actuam simultaneamente os factores geográficos (responsáveis por proporcionar informação básica do estudo do Espaço) e políticos (relacionados com uma interpretação política obtida a partir dos factores geográficos) que tornam uma situação geopolítica passível de estudo ou resolução.

⁴ Em que, segundo Bessa et al. (2007, p.22), se cruzam cinco áreas: a Geografia, a História, a Ciência Política, a Economia e a Política Externa das Potências.

uma preocupação humana quer consciente quer inconscientemente (Dias, 2005, p. 21).

O conhecimento do espaço e a consciência geográfica do homem são indissociáveis das evoluções económicas, culturais e políticas. Assim, se até aos Descobrimentos apenas se representavam e cartografavam fragmentos da Terra conhecida, no século XVI e fruto das grandes viagens, o homem acedeu a representações da totalidade da Terra, cujo conhecimento se assumiu como um primordial desafio político mediante a realização de expedições científicas, como sejam os casos das viagens de James Cook (1728-1779) ou de Jean-François de La Perouse (1741-1788) (Defarges, 2003, pp. 23 e 24).

De referir é também a importância da cartografia sem a qual seria inconcebível a Geopolítica, dada a impossibilidade – na sua ausência – de se proceder a uma fundamentação gráfica eficaz apoiada no Espaço e na realidade geográfica.

Aliás, a importância dos mapas verificou-se desde cedo, tendo sido Eratóstenes (275-194 a.C.), um bibliotecário da Alexandria, o autor de um dos mapas mais utilizados na Antiguidade⁵, realizado cerca de 220 a.C. Este mapa, baseando-se nas informações e observações trazidas pelos marinheiros, viajantes e astrónomos, representava: a Bacia Mediterrânica, o Mar Negro, o Corno de África, a Península Arábica e o Golfo Pérsico. Alguns séculos depois, Cláudio Ptolomeu (90-168), astrónomo e geógrafo da Alexandria, elaborou também um mapa que até ao século XVI assumiu um papel fundamental enquanto representação da Terra conhecida (Defarges, 2003, pp. 23 e 24).

As Descobertas de Cristóvão Colombo (c. 1437/1448 – 1506), Vasco da Gama (1469-1524) ou de Fernão Magalhães (1480-1521)⁶ desencadearam uma série de mudanças, contribuintes para a evolução deste conhecimento do espaço físico. A partir do século XIII assistiu-se, por exemplo, à utilização generalizada da bússola e à integração das descobertas realizadas nos mapas elaborados pelos cartógrafos de Génova, Veneza, Florença e Barcelona (Defarges, 2003, p. 24).

No ano de 1507, o geógrafo alemão Martin Waldseemüller (c. 1470-1522) publicou um mapa do mundo no qual fez menção a um espaço, situado a oeste, distinto da Ásia e denominado de América. Também em 1569, o flamengo Gerhard Mercator (1512-1594) apresentou o mundo conhecido em conformidade com o seu sistema de projecção. Um ano depois, surgiu o primeiro grande atlas universal, da autoria do flamengo Abraham Ortelius (1527-1598). No ano de 1817, deu-se o aparecimento do primeiro atlas do mundo moderno, Stieler,

⁵ Embora a autoria do primeiro mapa que se conhece pertença a Ga Sur (2500 a. C.) (Fontoura, 2006, p. 3).

⁶ Entre outros.

como resultado do desenvolvimento dos caminhos-de-ferro e dos barcos a vapor, tendo aparecido igualmente os primeiros guias turísticos, e romances que como *Le tour du monde en quatre-vingts jours* (1873), de Jules Verne, davam a conhecer o mundo a qualquer pessoa (Defarges, 2003, pp. 24, 26 e 27).

Com efeito, a verdade é que, a pouco e pouco, o espaço unificado por ligações marítimas e terrestres, acabou por desencadear a cobiça e a partilha imperiais, sendo de destacar como primeira partilha do mundo ocidental, o Tratado de Tordesilhas (1494), entre Portugal e Espanha (Defarges, 2003, pp. 24 e 25). No final do século XVIII, assistiu-se a uma maior utilização da geografia no planeamento e na condução das operações militares, cuja importância Carl von Clausewitz (1780-1831) (Dias, 2005, p. 52), “o maior pensador moderno da guerra” fez notar na sua obra *Vom Kriege [Da Guerra]* (1832), já que o espaço físico em que se opera o combate, com os seus acidentes geográficos, pode constituir simultaneamente uma vantagem e uma desvantagem (Defarges, 2003, pp. 40 e 42), dependendo da forma como no decorrer da hostilidade os exércitos se encontram com estes familiarizados (Dias, 2005, p.52).

Neste sentido, e dada a influência que a geografia tem sobre o homem enquanto membro de uma comunidade politicamente organizada, compreende-se o facto de Napoleão ter mesmo considerado a geografia como a “essência da política do Estado” (Dias, 2007, p. 52). Não será, assim, certamente à toa que o conceito de Estado contempla em si a presença de três elementos combinados: um espaço jurídico-político (poder), um espaço geográfico (espaço) e uma população. Daí que seja consensual entre os geógrafos a seguinte definição de Estado: “população instalada num território sobre o qual exerce a sua própria soberania” (Raffestin, 1980, *apud* Ribeiro, 2008, p.114).

Ainda que se verifique a existência de uma simbiose entre a política dos Estados e a geografia dos espaços por esses mesmos Estados ocupados, “o tempo não modificou a geografia. Modificou, isso sim, a capacidade de gestão da geografia” (Almeida, 1990, p. 89). Sendo o factor mais estável do poder nacional (Almeida, 1990, p.88), a geografia⁷ constitui um dos complementos essenciais para a definição da grandeza do Estado. De facto, “só a terra permanece” e “não foge” (Bessa et al., 2007, pp. 14 e 15), ao passo que a política é encarada de um modo mais volátil, na medida em que a visão e a representação que se tem do espaço diferem com a época e com a civilização (Defarges, 2003, p. 25).

⁷ À semelhança do que sucede com a cultura, que na maior parte dos casos, surge como uma consequência das condições geográficas (Almeida, 1990, p. 89).

(1) A Geografia tornada Ciência

Disciplina antiga, a geografia enquanto ciência moderna só adquiriu, contudo, uma estrutura e organização efetivas entre os séculos XVI e XVIII (Defarges, 2003, p.25). Inicialmente conhecida apenas pelos príncipes, chefes militares, exploradores ou comerciais, a geografia passou a assumir um papel essencial após o Congresso de Viena em 1815 (Lorot et al., 1997, pp. 9 e 10).



Figura 1 – A Fragmentação dos Estados Alemães (1815-1866)

Fonte: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/map.cfm?map_id=373.

Em 1820, tendo em vista a unidade política dos fragmentados Estados alemães, generalizou-se o ensino obrigatório da geografia mediante a criação da primeira cátedra universitária de Geografia em Berlim⁸⁹, de forma a fomentar o brotar de um sentido, de uma identidade espacial alemã e de um sentimento nacional, que tardavam em surgir. Pretendia-se, deste modo,

⁸⁹ A sua criação nesta Universidade deu-se para que Karl Ritter a ocupasse. Note-se também que só entre 1860 e 1870 é que as demais universidades alemãs passaram a contrair com uma cátedra de Geografia (Filho, 2009, p.40; Ribeiro, 2011, pp. 821 e 822).

⁹⁰ Foi também nesta Universidade que Alexander von Humboldt realizou várias conferências entre 1827 e 1828.

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

sensibilizar os cidadãos para a unidade alemã, natural e originariamente presente no seu clima, no seu relevo, na sua geografia física (Lorot, 1995, p. 8; Ribeiro, 2011, pp. 821 e 822).

Efectivamente, a geografia procurava encontrar os laços existentes entre o homem e o espaço por si habitado, impondo-se como um dos saberes essenciais de que o homem do mundo deveria ter algum conhecimento. Assim, assistiu-se ao nascimento das primeiras sociedades de geógrafos em Paris, em 1821, seguindo-se Berlim, em 1828¹⁰, Londres, em 1830, São Petersburgo, em 1845, e Nova Iorque, em 1852, organizando missões¹¹ e pesquisas, publicando livros e criando revistas. A geografia internacionalizou-se, na sequência do primeiro Congresso realizado em Antuérpia, no ano de 1871, ano em que se dá a unificação política da Alemanha. Em 1892, publicou-se a primeira bibliografia geográfica internacional e, estabeleceu-se, em Bruxelas, a União Geográfica Internacional (Defarges, 2003, pp. 25 e 26), dois anos antes do início da publicação da *Zeitschrift für Geopolitik* e do nascimento da Geopolítica como ciência na Alemanha.

Ainda no século XIX, surgiu uma espécie de “mística do espaço”, ao existir a necessidade de conquistar novos territórios, capazes de albergar simultaneamente e sob uma mesma organização política população nacional residente e população nacional emigrada. Terá sido este o objectivo da Alemanha, desde 1848 até à Segunda Guerra Mundial (Defarges, 2003, p. 35).

Neste período da exploração dos continentes destinada à procura de matérias-primas e de novos mercados para o escoamento de produtos, realizou-se em 1885, a Conferência de Berlim, na qual Otto von Bismarck, o chanceler responsável pela unificação alemã, desempenhou um papel dirigente, numa tentativa de disciplinar os diferendos relativos à ocupação de territórios em África e tomar medidas face a futuras ocupações (Dias, 2005, p. 54), mas também de procurar através desta iniciativa obter ganhos para uma Alemanha que tinha chegado tarde à corrida colonial.

Em síntese, a geografia revelou-se fundamental na construção da consciência nacional, mediante a presença de mapas representantes do espaço nas salas de aula, que iam dando (e dão) a conhecer o território e as fronteiras da pátria, em que figuravam, muitas vezes, possessões coloniais em África, na América

¹⁰ Fundada por Karl Ritter.

¹¹ No início do século XIX, os geógrafos são sobretudo viajantes que utilizam as viagens para acumular conhecimento sobre as diferentes regiões do globo. Este é, por exemplo, o caso de Alexander von Humboldt (1769-1859).

ou até na própria Ásia. “Daí que na Alemanha as posições de charneira dos geógrafos (...) tenham sido simultaneamente de inovadores na sua disciplina e de criadores de teorias nacionais” (Defarges, 2003, p. 27).

É a língua, a cultura, um passado histórico em comum e a realidade espacial conhecida que contribuem para o desenvolvimento de um sentimento de pertença a uma Nação, uma identidade própria, que distingue uma população no interior de um Estado soberano, das demais, que se encontram do outro lado da fronteira.

(2) O Caso Alemão: Da Filosofia à Ciência

Entre os finais do século XVIII e meados do século XX acreditava-se que a Ciência tudo podia explicar, sendo que a posição geográfica em que a Alemanha se encontrava, na *Mitteleuropa* [Europa do Meio], fez com que surgisse o debate em torno das relações existentes entre a geografia e a política, entre o meio físico e o Estado (Almeida, 1990, p.100).

Efectivamente, “*Les Allemands sont – en ce qui concerne l’esprit scientifique et le sens artistique – le premier peuple du monde*” (Schlegel, 1797, *apud* Gallois, 1990, p. 162). No período áureo da Ciência e da Cultura germânicas, são vários os filósofos, biólogos, politólogos, juristas e escritores que contribuíram para o desenvolvimento do nacionalismo alemão, evidenciando a importância do espaço geográfico e da sua relação com o Estado. Há, pois, uma correspondência essencial entre a identidade nacional alemã e o conceito de natureza (Opitz, 1998, p. 204).

O Idealismo alemão, o *Aufklärung*, iniciou-se com Immanuel Kant (1724-1804), defensor da ideia de que a história não é obra dos homens, mas sim da natureza que a determina (Kant *apud* Gardiner, 2008, p. 29). Seguiu-se-lhe, um dos responsáveis pelas posições mais agressivas do germanismo na corrente *Sturm und Drang* [tempestade e impulso], Johann Gottfried von Herder (1744-1803) in Gardiner (2008, pp. 43 e 47), defendendo que “na Terra, acontece tudo [...] de acordo com a situação e as necessidades do lugar, [...] de acordo com as circunstâncias e as condições da época, [...] com o carácter nato ou adquirido dos povos. [...] A história da humanidade mais não é do que uma história natural das forças, das acções e das tendências humanas, subordinadas ao lugar e à época”.

De Friedrich Hegel (1770-1831), os nacionalistas alemães reteriam sobretudo a sua definição de Estado, segundo a qual:

“La volonté subjective a une vie substantielle, une réalité, par laquelle elle se meut dans l’essentiel et en fait la fin de son existence. Cet élément essentiel où la volonté subjective et l’Universel s’unissent est [...] l’État. [...] l’État est le lieu de convergence de tous les autres côtés concrets de la vie: art, droits, moeurs, commodités de l’existence. Dans l’État, la liberté devient objective et se réalise positivement” (Hegel apud Gallois, 1990, p. 167).

Um Estado, que mais não era do que a imagem idealizada do Estado da Prússia, enquanto manifestação organizada do espírito germânico (Gallois, 1990, p. 167). No essencial, “O Estado seria a materialização da liberdade dos alemães unificados” (Correia, 2004, p. 123). No respeitante à História, sobre a qual também teorizou, explicada mediante um processo dialéctico, Almeida (1990, p. 103) destaca ainda o facto de Hegel defender a sua base geográfica, uma vez que o território é determinante no carácter do povo:

“O Estado, as suas leis, os seus planos, constituem os direitos dos seus membros; as suas características naturais, as suas montanhas, ar e água, são o seu país, a sua pátria, a sua propriedade material externa; a história deste Estado, os seus feitos; [...] Tudo é propriedade deles, exactamente como eles são possuídos por tudo isso, porque isso constitui a sua existência, o seu ser” (Hegel apud Gardiner, 2008, p. 82).

De facto, só na sequência da descoberta, em 1455, da obra *Germania* (98 d.C.) de Tácito é que se passou designar o espaço alemão de *Deutschland* [Alemanha] em vez de *deutschen Landen* [países alemães] (Opitz, 1998, p.119). No entanto, isso não impediu que nos finais do século XVIII a Alemanha, que não existia como a conhecemos hoje, possuísse um território mal definido e carente de um poder centralizado e forte. Se por um lado, existia a dispersão política do seu território, pelo outro, existia uma certa unidade cultural e linguística (Opitz, 1998, pp. 118 e 120).

Na verdade, no caso do espaço alemão, “as fronteiras políticas e geográficas diluem-se para darem lugar às fronteiras linguísticas, históricas e culturais, facto extraordinariamente importante, que justifica muitas das futuras iniciativas e incursões alemãs no espaço europeu” (Opitz, 1998, p.122). Assim, o impulso para a criação da Alemanha como Estado começa a partir da questão da língua e cultura de uma sociedade dividida que tem, todavia, um passado histórico

comum, algo que será objecto de debate por vários pensadores, dos quais se destacam Johann Gottfried von Herder, Wilhelm von Humboldt (1767-1835) e Johann Gottlieb Fichte (1762-1814).

Seguindo uma tendência característica da primeira fase dos nacionalismos europeus no século XVIII, a questão da língua (e em alguns casos da linguagem) e da cultura começou por ser debatida no meio germânico por Johann Gottfried von Herder com a obra *Abhandlung über den Ursprung der Sprache* [Ensaio sobre a Origem da Linguagem], publicada em 1772, correspondendo esta a um ensaio premiado, em 1771 pela Academia das Ciências de Berlim, no qual o autor procurou responder à questão colocada em 1769 acerca das possibilidades e dos meios da invenção humana da linguagem (Opitz, 1998, p.124).

Sendo a linguagem uma faculdade humana, “uma capacidade anterior e, fundamentalmente, inferior à própria espécie humana”, depreende-se que a diversidade das línguas não poderia ser explicada através de factores externos (climáticos ou outros), mas sim mediante factores internos. É, efectivamente, a vontade dos próprios indivíduos que contribui para que as línguas se modifiquem progressivamente e se afastem “dessa origem comum”. Daí que a língua corresponda a um código, fechado aos inimigos e aberto aos indivíduos solitários, tratando-se da “mais humana” e, portanto, da “principal das fronteiras entre os homens que, além do mais, eles próprios criaram” (Opitz, 1998, pp.124 e 125).

Verifica-se ainda o carácter interior da língua, o que se relaciona com o facto do indivíduo ter um papel determinante na formação e transformação de uma língua que, por sua vez, se encontra em estreita relação com a cultura. Por consequência, confirma-se o papel determinante que a língua tem na formação e transformação do indivíduo, já que “esta lhe fornece desde o início o quadro lógico-mental e as próprias palavras com que expressa os seus pensamentos” (Opitz, 1998, p.125).

Para Herder, “tanto é o homem que cria a língua como é a língua que cria o homem”. Também na visão deste alemão, a comunidade tem a sua origem “numa vontade, num desejo natural expresso por uma comunidade de indivíduos, talvez melhor, por cada um deles, que partilham historicamente uma mesma língua e cultura” (Opitz, 1998, pp.125 e 126).

Numa perspectiva mais política e nacionalista, também Wilhelm von Humboldt, irmão do geógrafo Alexander von Humboldt, se pronunciou sobre este assunto, glorificando não só a memória de um passado comum (a questão da língua e cultura já são um dado adquirido e, portanto, incontestável), como também transformando a história nacional numa história familiar

com o objectivo de conferir maior coesão “à imagem de um todo social indissolivelmente unido por laços familiares”. Neste sentido, e tendo em atenção o seu passado histórico, Humboldt entendeu que os vários Estados alemães se deverão unir sob a forma de uma federação (Opitz, 1998 p.126; Humboldt, 1982, p.308 *apud* Opitz 1998, p.127).

Em consequência da ocupação francesa e, sobretudo após a derrota de Jena (1806), desenvolveu-se o pensamento de Johann Gottlieb Fichte, um precursor do Pangermanismo, defendendo a tese da superioridade alemã, sobre os demais povos germânicos e não germânicos. Anti-latino, defendia que os judeus não dispunham de qualquer direito a um estatuto de cidadania (Almeida, 1990, p.103).

Com efeito, Fichte apresentou na sua obra *Reden an die Deutsche Nation* [*Discursos à Nação Alemã*], publicada em 1808, uma reflexão académica centrada na importância da língua alemã, encarando-a como um meio para atingir um objectivo político, o da independência da Alemanha que se encontrava sob a ocupação francesa, como resultado da vitória da França de Napoleão sobre a Prússia de Friedrich Wilhelm III com a Paz de Tilsit (1807). Os discursos são, assim, contra os invasores franceses que se encontravam a ocupar a Prússia, sendo por isso discursos essencialmente nacionalistas que procuram acentuar a diferença da língua e da cultura alemã. Daí que será sublinhar o facto de serem a língua e cultura (e não um mesmo Estado, já que na segunda metade do século XVIII, a Alemanha estava politicamente dispersa) que conferem a unidade à nação alemã, tornando-a uma *Kulturnation* [nação cultural] (Opitz, 1998, pp.118-119, 122 e 129).

Fichte considerava que era a língua alemã o argumento maior da futura unidade da Alemanha, responsável pela sintetização em cada passo da totalidade da vida desta nação. A língua permitiria, deste modo, reconstruir toda a história formativa da nação, já que se trata de uma língua viva que acompanha o indivíduo até ao mais profundo do seu ser, unindo num entendimento comum e único todos aqueles que a falam e sendo o verdadeiro ponto de confluência recíproca do mundo físico com o mundo espiritual. E, portanto, sendo o grande factor de coesão entre os alemães, a língua alemã seria também o que os distinguiria dos demais povos de origem germânica por conservar algo próprio e único (Gallois, 1990, p.168; Fichte, 2002, pp. 65-78).

O autor atribuiu um papel igualmente primordial à educação universal e obrigatória enquanto formadora e determinadora das emoções e dos impulsos vitais de forma firme, convicta, rigorosa e infalível (Fichte, 2002, p. 30), ou seja: “*nos vemos necessariamente obrigados a formar homens em su interior y*

desde la base, ya que solo en el caso de que se den tales hombres podrá subsistir la nación alemana, pues en caso contrario se fundiría necesariamente con el extranjero” (Fichte, 2002, p. 33).

Convém ainda salientar que Fichte seria também responsável pelo lançamento das bases do serviço militar obrigatório na Alemanha, sob liderança do Estado da Prússia, tendo desempenhado também um papel importante no estabelecimento de uma forte ligação entre o meio universitário e a academia militar, onde se formavam boa parte dos dirigentes alemães (Fernandes, 2003, p. 17).

No respeitante à geografia, ciência que ocupa um papel fundamental no mundo germânico sobretudo desde o século XVIII até à guerra de 1870-1871 (Korinman, 1990, p.9), será igualmente de destacar os nomes de Alexander von Humboldt (1769-1859) e de Karl Ritter (1779-1859), que procuraram colocar em prática a justificação teórica encontrada por Kant para a geografia, entendendo a relação homem/natureza como seu objecto de estudo, e cientes de que a morfologia do solo determinante do clima influiria na vida orgânica, dada a estreita ligação entre a geografia terrestre e a biologia, e o comportamento das populações reflectivo na natureza do Estado (Santos, 2007, p. 1; Ribeiro, 2011, pp. 821 e 822).

Se Alexander von Humboldt¹², formado em Geologia, geógrafo e infatigável viajante, se dedicou principalmente ao estudo dos fenómenos físicos sem com isso ter descurado “a geografia dos Estados, ou seja, o princípio de uma Geografia Política” (Bessa et al., 2007, p.27), a preocupação de Karl Ritter¹³, formado em História e um sedentário¹⁴, foi o estudo da Geografia Humana¹⁵, já que o meio determina o estado e o comportamento das populações (Gallois, 1990, p. 207).

¹² Será de destacar, a propósito de Humbolt, a publicação de um ensaio político sobre o Reino da Nova Espanha (México) em 1811 e, mais tarde, entre 1845 e 1862, a publicação em cinco volumes da obra *Kosmos*, a mais relevante, elaborada a partir das conferências dadas na Universidade de Berlim.

¹³ Destaca-se a publicação de um manual de Geografia da Europa, em dois volumes, bem como a publicação de uma obra que ficou incompleta com a sua morte e apenas cobrindo a Ásia e a África, intitulada *Die Erkunde im Verhältniss zur Natur und zur Geschichte des Menschen* [A Geografia em relação com a Natureza e a História da Humanidade], em dezanove volumes.

¹⁴ Como resultado das suas origens modestas, Ritter dedicou-se à sua vida académica, trabalhando como Professor na Universidade de Berlim e na Real Academia Militar, e realizando apenas viagens pelo espaço europeu.

¹⁵ A Geografia Humana corresponde a um ramo da Geografia que se dedica ao estudo dos homens e das suas obras do ponto de vista da sua distribuição na superfície terrestre. É a descrição do ecúmeno, entendendo-se este como a área habitável existente no globo terrestre (Sorre, 2003, p.137).

O contributo de Ritter, entendendo a geografia como “uma ciência que estuda os fenómenos físicos, biológicos e humanos à superfície da Terra, a sua interacção e as forças que a regem” (Correia, 2004, p.127), forneceu aos futuros geopolíticos alemães os primeiros fundamentos do seu saber (Gallois, 1990, p. 207). Tendo teorizado sobre a evolução das culturas, aplicando as leis da selecção natural à civilização, tendo prenunciado traços originários, como o organicismo, desenvolvidos mais tarde por Friedrich Ratzel e Rudolf Kjéllen, e antecipado o conceito de Geohistória que ficaria a dever-se a Fernand Braudel (1902-1985) (Correia, 2004, p.127), a importância de Ritter para a Geopolítica depreende-se igualmente das seguintes palavras de Gallois (1990, p. 208): “*l’heure viendra où les hommes de qualité, comprenant à la fois la nature et l’intelligence” du globe terrestre, seront capables de prévoir et de guider la marche des nations*”.

Nesta linha, também Charles Darwin (1809-1882) e Herbert Spencer (1820-1903), biólogos ingleses do século XIX, deram um contributo indirecto para o pensamento de Ratzel e, consequentemente, para o de Karl Haushofer. Se o primeiro era defensor da selecção natural, o segundo acreditava na tese da progressiva diferenciação dos seres vivos pela capacidade de adaptação ao meio, favorecendo-se o triunfo dos melhores. Na verdade, encontram-se aqui as bases do Darwinismo Social, traduzido através da transposição destas teorias para a evolução das sociedades e dos Estados (Correia, 2004, p. 125).

É igualmente de destacar, neste sentido, o contributo dos germanófilos Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) e Houston Chamberlain (1885-1927). Gobineau defendia, no seu *Enssai sur l’inégalité des races humaines* (1865), um racismo biológico, explicando o destino dos povos, a ascensão e queda dos impérios, através da desigualdade racial, e da superioridade da raça caucasiana na qual incluía os germânicos (Correia, 2004, p.126), uma raça de elite que conservava a beleza, a força, a inteligência e a superioridade da expressão verbal (Gallois, 1990, pp. 234 e 235). Já Chamberlain, tendo publicado em 1899, *The Foudation of the 19th Century*, acreditava que era na Alemanha que se encontrava o futuro da Europa e do Mundo, uma vez que esta se caracterizava por uma força expansiva manifesta em todos os domínios. O inglês exaltava ainda o povo germânico que, segundo ele, se deveria impor aos povos inferiores e contra todos os internacionais (Poidevin, 1983, p. 31), separado a norte pela divisão perspectivada da Europa segundo a linha Reno-Danúbio, como o único representante da eleita raça ariana (Correia, 2004, p. 126).

(a) A Geografia Política

Precedendo o conceito de Geopolítica, a Geografia Política é “produto natural do desenvolvimento da Geografia” (Correia, 2004, p. 104). Desenvolvimento este que mais não foi, durante o século XIX, uma consequência directa do progresso industrial e tecnológico, dos meios de transporte e de comunicação, da evolução científica e humanística. “Nunca os cidadãos viveram um salto tecnológico tão impressionante nem tiveram de se acostumar a tantas novas realidades como naquela época” (Fischer, 2007, p. 119).

Em conformidade com um dos três critérios apresentados por Sousa Lara (Martins, 1996, p. 33), a Geografia Política relaciona-se com o estudo das condições dos Estados (o meio, a população, a economia, a distribuição do território) quer no seu interior, quer no exterior em relação com os demais Estados (Bessa et al., 2007, p.27).

Um segundo critério assume que a Geografia Política será fundamentalmente sincrónica, na medida em que as suas análises tendem a ser limitadas a um determinado intervalo de tempo por oposição à Geopolítica, cuja essência diacrónica lhe permite analisar os acontecimentos do passado ao futuro (Martins, 1996, p. 33).

De acordo com o terceiro critério de Sousa Lara, a Geografia Política, uma divisão da Geografia, será uma ciência descritiva, ao passo que a Geopolítica será maioritariamente programática (Martins, 1996, p. 33).

Friedrich Ratzel, considerado o primeiro a elaborar uma teoria geral explicando a cultura social e política em função do meio físico, conseguiu com a sua principal obra, *Politische Geographie* [*Geografia Política*] (1897), lançar aquilo que se pode identificar como o ponto de partida para a linha de pensamento da designada Escola de Munique (Martins, 1996, p. 38) ou o primeiro patamar de sistematização do conhecimento geopolítico, o das perspectivas restritas (Dias, 2005, pp. 56 e 67). Daí, em *Histoire de la Géopolitique*, se justificar o facto de Lorot (1995, p.7) afirmar que “*La géopolitique est fille de la géographie*”.

Com efeito, é a Ratzel que, na Alemanha, se devem as modernas teorizações sobre poder nacional¹⁶ (Dias, 2005, p.56). Ratzel pretendeu apresentar um método para compreender o mundo e permitir à Alemanha encontrar o seu justo lugar (Lorot et al., 1997, p. 12), sendo que para tal procurou que os dirigentes alemães

¹⁶ Dividindo-se os teorizadores do Poder Nacional em dois grandes tipos de interpretações: por um lado, os deterministas como Friedrich Ratzel e Rudolf Kjellen; e pelo outro, os possibilistas, como Paul Vidal de La Blache (1845-1918), que defendiam que a Natureza não determina as decisões nem o comportamento humano, oferecendo-lhe sim um conjunto de possibilidades, entre as quais este escolhe as que deseja utilizar, adaptando-as às suas necessidades (Dias, 2005, pp. 56 e 87).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

adquirissem um sentido geográfico, mediante “uma solução em que ciência e política não se excluem mutuamente” e lançando “as bases de uma *tecnologia espacial* do poder do Estado” (Defarges, 2003, p.74).

Ratzel apresentou, na sua principal obra, várias ideias, contribuintes para o desenvolvimento posterior da Geopolítica e relacionadas com o Estado como organismo ligado ao solo, o sentido do espaço e o espaço vital. Na sua perspectiva, o poder do Estado deriva da sua posição, extensão e características do território por ele ocupado. “Cada povo tem de captar as forças dinamizadoras do espaço que habita e que, segundo ele, o povo alemão tinha em maior quantidade que os outros, pelo que deveria ter um espaço em conformidade com o seu tamanho e capacidade, o espaço vital (Santos, 2008, p. 28).

(b) A Geopolítica

A criação do neologismo Geopolítica ficou a dever-se a Rudolf Johan Kjellén, no início do século XX, entendendo-a como “a ciência do Estado enquanto organismo geográfico tal como este se manifesta no espaço”, ou dito ainda de outro modo, como “fenómeno espacial, quer dizer, como uma terra, um território, um espaço, ou mais exactamente ainda um país” (Fernandes, 2003, pp. 4 e 39). Neste sentido, Lorot apresenta a demarcação desenvolvida por Kjellén entre esta nova ciência e a Geografia Política do seguinte modo “*La géopolitique doit se consacrer à l’analyse de la nature de l’État, restreignant le champ de la géographie politique à l’étude des communautés humaines*” (Lorot, 1995, p. 17).

Ainda assim, não é consensual o ano em que o termo terá sido pela primeira vez utilizado: se em 1899, de acordo com Sven Holdar num trabalho sobre as fronteiras da Suécia; se em 1900, segundo Michel Korinman numa comunicação introdutória à geografia da Suécia realizada na Universidade de Gotemburgo (Fernandes, 2003, p. 2).

A formação ambivalente de Kjellén enquanto politólogo de formação e professor de Geografia, o contexto histórico-político por si vivido em torno da dissolução da união de Estados Suécia-Noruega, verificada em 1905, e a nostalgia resultante dos tempos em que, no século XVIII, a Suécia se assumia como a principal potência militar do norte da Europa e da região do Báltico, parecem ter sido influentes no desenvolvimento deste neologismo, criador de uma ciência autónoma, com um objecto próprio e distinto do da Geografia Política (Fernandes, 2003, p.3).

Por outro lado, se a origem do termo remonta a Kjellen, foi, todavia, ao inglês Halford John Mackinder (1861-1947), que coube a autoria do principal texto

fundador da Geopolítica moderna, *The Geographical Pivot of History* (1904), tema da sua conferência na Sociedade Real de Geografia, em Londres, pese embora nunca tenha feito uso do vocábulo Geopolítica em nenhum dos seus trabalhos (Tuathail, 2006, p. 18), o que muito possivelmente encontrará razão na conotação germânica do termo (Fernandes, 2003, p. 13).

E tal é particularmente relevante num período em que os nacionalismos eclodem em força, animados da concretização dos designios imperialistas, como se tornou evidente na sua preocupação com o crescente poder alemão no continente europeu. Referindo-se ao pensamento de Mackinder, e para se compreender o agonismo existente entre a Inglaterra e a Alemanha deste período, Tuathail (2006, p. 18) refere: “*Geography education, for him, was an important weapon in struggle for “relative efficiency” between the Great Powers, particularly between Great Britain and the German state of Kaiser Wilhelm II*”.

Com efeito, Mackinder, tido como o fundador do segundo patamar de sistematização do pensamento geopolítico relativo às perspectivas globais (Dias, 2005, p. 56), foi um grande defensor do poder terrestre, tendo considerado, em 1919, que o domínio da maior massa continental, denominada de *Heartland*, poderia conduzir ao domínio mundial.

O inglês previu o perigo da ascensão de uma potência continental, passível de se tornar uma potência mundial (Alemanha ou Rússia) em virtude do desenvolvimento dos caminhos-de-ferro transcontinentais que transformaram as condições do poder terrestre, ameaçando alterar o equilíbrio de poder existente entre este e o poder marítimo. Anteviu ainda a luta entre a Alemanha e a Rússia pelo controlo do *Heartland*, no início do século XX (Santos, 2008, pp. 32 e 34), o que se viria a verificar no ano de 1941.

Efectivamente, na Alemanha, a Geopolítica surgiu através de Karl Haushofer (1869-1946), militar e académico de carreira, fundador da Escola de Munique e da *Zeitschrift für Geopolitik* [*Revista de Geopolítica*]. Situando o seu pensamento também no patamar das perspectivas globais¹⁷, Haushofer definiu a Geopolítica como “a ciência que trata da dependência dos factos políticos em relação ao solo, apoiando-se na geografia, em especial na geografia política, doutrina da estrutura espacial dos organismos políticos” (Sousa, 2008, p. 92).

¹⁷ Segundo o qual os modelos geopolíticos de elaboração do poder se realizam a uma escala global em busca da preponderância na cena internacional, e são projectados no mapa. Neste patamar do pensamento geopolítico existem as teses: do poder terrestre; do poder marítimo; do poder aéreo. É ainda de referir que tanto Mackinder como Haushofer são teorizadores do poder terrestre (Dias, 2005, p.95).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

Haushofer foi influenciado pelo pensamento de Ratzel, por Kjéllen e pelas ideias de Mackinder, bem como pelo contexto pós Primeiro Guerra Mundial e, conseqüente, imposição do *Diktat de Versailles* (1919), o que se reflectiu, em traços gerais, no retomado conceito de espaço vital, na questão das fronteiras, na necessária aliança que deveria existir entre a Alemanha e a URSS e o Japão, mediante a política dos eixos, capaz de anular o poder marítimo inglês, conter os EUA e controlar a Eurásia ou *Heartland* de Mackinder, atingindo a autarcia (Dias, 2005, p.139).

Outra das características do seu pensamento relaciona-se com as pan-regiões, ou seja, o mundo deveria ser dividido em áreas de Poder todas com recursos, população e acesso ao mar: Pan-América, Euro-África, Pan-Rússia e a Área de Co-prosperidade do Pacífico. A cada Pan-região corresponderia um Estado-director, papel que seria desempenhado pelo Estado mais forte (Almeida, 1990, p.130).

c. Na Disputa do Poder pelo Espaço: A Guerra

Espaço é Poder, sendo que este último constitui o objecto predominante da Ciência Política. Fundamental na História humana, o espaço foi, desde sempre, motivo de “desavenças entre indivíduos e grupos, levando inclusivamente a confrontos militares pela defesa de linhas fronteiriças” (Bessa et al., 2007, p. 64), o que é visível tanto na Primeira, como na Segunda Guerras Mundiais.

Na sua essência o que está em causa é a disputa pelo *nomos* da terra, de Carl Schmitt, isto é, o espaço. Na Geografia Política de Ratzel é *raum*, *raumsinn* [sentido do espaço] e *lebensraum* [espaço vital]. A Geopolítica de Haushofer, tantas vezes confundida como sendo uma ciência nazi (Defarges, 2003, p. 87), projecta no mapa uma teoria de *distribuição espacial à escala global* (Bessa et al., 2007, p. 64).

Instrumento de política externa, a Guerra, enquanto

“violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma potencialidade, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes do poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de possibilidades e azares” (Couto, 1988, p. 148),

faz-se no espaço. Quer de forma a conservar o equilíbrio já existente de poderes (agonística defensiva), quer igualmente para experimentar, conquistar e alcançar novos equilíbrios (agonística ofensiva). Disputam-se,

sobretudo, espaços cuja posse permite o controlo de elementos considerados como decisivos para o poder. Defarges (2003, pp. 93-95) avança, neste sentido, com a apresentação de três tipos de factores: a pertença a um sistema de trocas, a presença de recursos considerados vitais e o valor simbólico de certos locais.

Podendo ser uma das chaves da segurança, um ponto de apoio ou um triunfo, o espaço é inversa e simultaneamente sinónimo de constrangimento (Defarges, 2003, p. 92), podendo ser obra da natureza e/ou fruto da acção do homem e dos instrumentos técnicos que vai colocando à sua disposição. O espaço modifica-se em função dos meios disponíveis (Coutau-Bégarie, 2008, p. 796), em função da capacidade de organização humana.

De igual modo, o espaço é essencial em qualquer guerra. Clausewitz em *Vom Kriege* teria considerado que o território e a sua população são a fonte de toda a força militar propriamente dita, constituindo-se como parte integrante dos factores que determinam a guerra (Coutau-Bégarie, 2008, p.794). Durante a guerra, são reconhecidas duas funções ao território: por um lado, trata-se de um reservatório de poder e, por outro, num plano mais tático e operacional, afigura-se como teatro de operações (Coutau-Bégarie, 2008, p.795).

Factor estático, o espaço permanece (Coutau-Bégarie, 2008, pp.821 e 822). Já a guerra, à semelhança do que sucede com a política de que “é uma continuação por outros meios”, é um produto particular da época em que ocorre, quanto às reivindicações exprimidas, aos actores envolvidos e às forças em cena (Defarges, 2003, p. 97).

(1) A Guerra Total

O conceito de guerra total, exigindo no respeitante ao espaço disponível a sua utilização total (Coutau-Bégarie, 2008, p. 797), surgiu com o General Eric Ludendorff (1865-1937), sintetizando as novas conotações doutrinais e ideológicas que a guerra industrial e de massas adquiriu ao envolver todas as formas de coacção e todos os meios disponíveis para hostilizar o inimigo (Couto, 1988, p. 99). No entanto, é “na interpretação que Clausewitz fez das estratégias de Napoleão e do modo como ele as implementou” que o conceito se originou. Assim, o conceito de guerra total não deve ser exclusivamente associado à Primeira e Segunda Guerras Mundiais (Smith, 2008, pp. 86 e 87), ainda que ambas sejam guerras totais.

A guerra total é uma guerra industrial, possibilitada pelo surgimento da energia a vapor, pelo desenvolvimento dos caminhos-de-ferro e pela invenção

do telégrafo, sendo igualmente resultado da conversão do povo em força política, consubstanciado na ideia de Nação, trazida com a Revolução Francesa. A força tornou-se um meio para alcançar o objectivo político, associado aos sentimentos comuns de patriotismo e nacionalismo, que promoveram a competição entre as nações (Smith, 2008, pp. 85, 87 e 97).

Com a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, passou-se do conceito de “Nação em armas”, anterior a Napoleão, ao conceito de “Nação em guerra”, em que todas as forças económicas e sociais participam no esforço bélico (Claval, 1996, p. 82). Referindo-se à Grande Guerra (1914-1918), Smith (2008, pp. 152 e 153) referiu que esta

“lançou, para todos os participantes, as bases de uma forma de guerra fortemente dependente da tecnologia, envolvendo os não combatentes através da inédita e intensiva mobilização da sociedade e da capacidade de produção no esforço de guerra. Os soldados combatiam enquanto os civis – incluindo, pela primeira vez, muitas mulheres –, a indústria e o capital participavam no maior esforço nacional, financiando, expandindo e operando as linhas de produção que abasteciam as forças militares”.

(2) Ainda a Guerra: Geopolítica, Geoestratégia e Estratégia

Espaço, Poder e Guerra são elementos integrantes da Geopolítica. São-o igualmente da Geoestratégia (Daudel, 1990), um termo surgido durante a década de quarenta, utilizado pela primeira vez ainda no século XIX pelo General Giacomo Durando. O seu aparecimento parece estar associado ao ostracismo a que a Geopolítica se viu sujeita no pós Segunda Guerra Mundial, em virtude da suposta ligação da *Geopolitik* da Escola Alemã com o regime de Hitler. E, assim sendo, a Geoestratégia pode ser encarada como a Geopolítica do adversário, na medida em que se verifica a oposição de uma Geoestratégia considerada como liberal e pacífica a uma Geopolítica totalitária e expansionista (Coutau-Bégarie, 2008, pp. 765 e 769). Ou seja, a Geopolítica, porque *Geopolitik* alemã, foi tida durante muito tempo como uma ciência maldita porque tomada, com a ascensão de Hitler ao poder, pelos designios da política Nacional-Socialista.

Efectivamente, ambas a Geoestratégia e a Geopolítica constituem-se como formas distintas de estudo do espaço e da sua geografia. “Para ter interesse geoestratégico, o espaço geográfico (...) deve ser suficientemente importante para, se necessário, levar as nações a lá empregarem a força na prossecução ou

defesa dos interesses nacionais¹⁸”, sendo que “para ter interesse geopolítico, o espaço geográfico tem que ser importante para a identificação e funcionalidade política a partir de factores culturais, económicos e sociais, dentre outros”. Com frequência, os espaços geopoliticamente relevantes são espaços de interesse geoestratégico; porém, nem sempre os espaços de interesse geoestratégico são espaços geopoliticamente relevantes (Dias Correia, 2010, pp. 161 e 162).

Se por um lado, a Geopolítica corresponde ao domínio da Política¹⁹ que enquanto ciência tem como objecto central o Poder (Moreira, 2006, p. 72), pelo outro, a Geoestratégia pertence ao campo da Estratégia, apresentando-se esta, na definição proposta por Couto (1988, p. 209), como “a ciência ou arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que sustentem, ou podem sustentar, a hostilidade de uma outra vontade política”. Seguindo esta perspectiva, a Geoestratégia “tem por objectivo a análise dos factores geográficos para, através da Estratégia, isto é, da gestão dos conflitos, atingir os objectivos fixados pela Política” (Correia, 2002, pp. 81-82).

Existem autores que, pelo contrário, não distinguem a Geoestratégia da Geopolítica; outros porém entendem, à semelhança de Lucien Poinier, que não existem razões para autonomizar a Geoestratégia da Estratégia, uma vez que o espaço é uma das categorias do pensamento estratégico. Pierre Célérier *in* Hervé Coutau-Bégarie (2008, p. 763) considerou que “*la géostratégie, soeur cadette de la géopolitique, forme avec elle un diptyque homogène qui offre ainsi au politique et au militaire une même méthode d’approche de problèmes nécessairement connexes dans le monde actuel*”. Para este, assim como para Yves Lacoste, persiste a necessidade de distinguir a Geopolítica da Geoestratégia, uma vez que nos *media* os dois termos continuam a ser utilizados com frequência como se de sinónimos se tratassem (Lacoste, 1990, p. 21).

Para Lacoste (1990, pp. 27-28), o termo Geopolítica encontra-se reservado para as discussões e controvérsias entre cidadãos de uma mesma nação ou entre os habitantes de um mesmo país, ao passo que o termo Geoestratégia se confina às rivalidades e antagonismos existentes entre os Estados ou entre forças políticas que se consideram como absolutamente adversas. Deste modo,

¹⁸ Nesta linha, será igualmente de recuperar Tomé (2011, p.181), que considera que a projecção de Poder do Estado é característica da Geoestratégia, consistindo na capacidade de traduzir e materializar a real capacidade de um dado Estado em projectar nas relações internacionais qualquer um dos seus tipos de Poder sobre uma determinada área geográfica.

¹⁹ Tendo a Política como objectivos últimos ou teleológicos: a segurança, o progresso, o bem-estar social e, eventualmente, o prestígio e o triunfo de uma ideia (Couto, 1988, p. 64).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

e de acordo com a sua perspectiva, a Geopolítica poderá ser considerada como um fenómeno novo e de carácter bastante excepcional, ao passo que a Geoestratégia será tão antiga quanto a existência dos Estados.

Em definição aceite pelo Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), actual Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), a Geoestratégia é o “estudo das constantes e variáveis do espaço, acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica”. Já a Geopolítica visa o “estudo das constantes e das variáveis do espaço, acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projecta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na actividade da ciência política”, em conformidade com a definição proposta pelo IAEM (IAEM *apud* Correia, 2008, p.33).

O critério mais comumente utilizado para distinguir a Geoestratégia da Geopolítica, considera que a Geoestratégia se relaciona com os problemas estratégicos no âmbito da Geopolítica. A Geoestratégia constituirá uma espécie de sector da Geopolítica, reproduzindo de algum modo a actual relação existente entre a Estratégia e a Política. Esta será, em conformidade com Martins (1996, p. 34), a perspectiva que transparece da posição de Célérier, já anteriormente mencionada.

A Geoestratégia pode ser entendida como gestão estratégica dos interesses geopolíticos, uma vez que grande parte desses interesses se insere nos domínios da competitividade e da hostilidade. A Geopolítica entra na esfera da Geoestratégia aquando da implicação ou materialização de conflitos (Dias, 2005, p. 65).

Claval (1996, p. 4) considera que “*La géopolitique correspond à une des faces de la réflexion stratégique*”, pelo que neste contexto será de igual importância distinguir a Estratégia da Geoestratégia. A Estratégia, tendo emergido no século XVIII associada ao fenómeno da guerra e ocupando nesta um lugar socialmente específico, “estuda o teatro de operações com maior detalhe, focando por isso a sua atenção em espaços mais restritos do que aqueles que, em regra, interessam à Geoestratégia” (Martins, 1996, p. 35).

Um outro critério, também aceite, assume que se para a Estratégia, os acidentes geográficos são encarados como condicionantes, a Geoestratégia coloca esses mesmos acidentes “no centro das suas análises, valorizando-os principalmente em função do seu eventual papel como objectivos, ou como factores de Poder” (Martins, 1996, p.35).

FRIEDRICH RATZEL, A ALEMANHA DE WILHELM II E A PRIMEIRA 3. GUERRA MUNDIAL

1. A *Kleindeutschland* de Otto von Bismarck na *Mitteleuropa*

A unificação política da Alemanha, que até então se encontrava fragmentada em mais de 360 Estados, dá-se apenas em 1871 com Otto von Bismarck (1815-1898), até então Chanceler do Reino da Prússia de Guilherme I, cargo que ocupava desde 1862. Bismarck conseguiu-a graças à vitória da Prússia nas guerras contra a Áustria (1866) e a França (1870-1871), sendo que esta unificação política se verificou com o triunfo da ideia da *Kleindeutschland* [pequena Alemanha] e obedecendo a uma estrutura simultaneamente monárquica e federal ao compreender vinte e dois Estados dinásticos, dos quais quatro eram reinos (Prússia, Baviera, Saxónia, Württemberg), seis grão-ducados, cinco ducados, sete principados, três repúblicas urbanas (Bremen, Hamburgo, Lübeck) e, um *Reichsland* (Alsácia e Lorena). Esta tratou-se da unificação dos territórios alemães²⁰ num Império, excluindo a Áustria-Hungria, que assim

²⁰ Nesta linha, Simms (2015, p.295) sublinha a profunda divisão existente no seio das sociedades constituintes da Alemanha unificada, verificável cultural, regional, política e economicamente. Na sua maioria, os habitantes destes territórios descrever-se-iam não como alemães, mas sim orgulhosos da região a que pertenciam, como Bávaros ou Prussianos, de Baden, ... O próprio Bismarck dizia-se, por vezes, *kurbrandenburgischer Vasall* do Rei da Prússia. Na verdade, o federalismo alemão era e é uma forma de “dar voz” às diferenças existentes entre as várias regiões que compõem a Alemanha como Estado e que se reflectem em aspectos simples do quotidiano como o pão, a cerveja, a salsicha, só para dar alguns exemplos, mas também na forma como as casas era construídas, na língua (o próprio alemão tinha várias entoações e dialectos que chegavam mesmo a ser incompatíveis entre regiões) e nas leis locais (Stürmer, 2003, pp.33-37).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX deixava de ser a potência dominante no espaço germânico, sob a regência de um imperador hereditário prussiano, Wilhelm I, pai de Friedrich III²¹ e avô de Wilhelm II (Schulze, 2005, pp. 103 e 129).

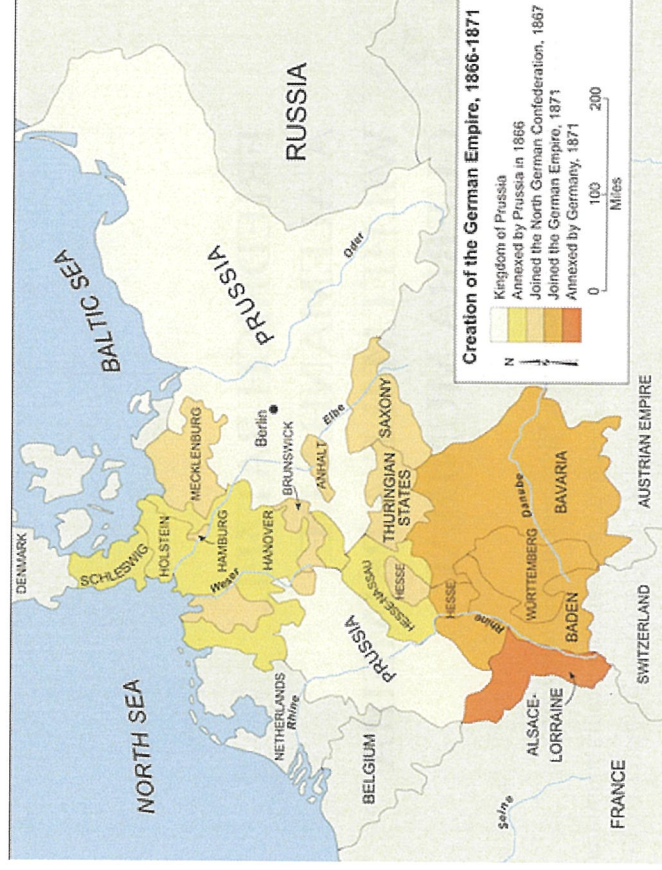


Figura 2 – A Criação da *Kleindeutschland* (1866-1871)

Fonte: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/map/cfm?map_id=2195.

Com efeito, a opção da *Kleindeutschland* assentava para Bismarck na concretização do seu primordial objectivo, aquando da sua nomeação como Chanceler, isto é, a obtenção da unidade da Alemanha. Uma unidade que seria impossível de obter mediante a inclusão da Áustria-Hungria multinacional²² (que abrangia, entre outros, polacos, checos, eslovacos, húngaros, romenos,

²¹ Imperador sucessor de Wilhelm I apenas entre Março e Junho de 1888.

²² Apesar desta diversidade, Stefan Zweig (1881-1942), um autor austriaco, sublinha na sua autobiografia intitulada *Die Welt von Gestern. Erinnerungen eines Europäers* [O Mundo de Ontem. Recordações de um Europeu] a sensação de segurança que se vivia na Áustria-Hungria de então: “Quando tento encontrar uma fórmula prática que descreva a época na qual cresci, a época que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, penso ter encontrado a mais precisa se disser: foi o período áureo da segurança. Tudo na nossa monarquia austriaca quase milenar parecia construído para durar sempre, sendo o próprio Estado o garante supremo dessa estabilidade” (Zweig, 2014, p.18).

Friedrich Ratzel, a Alemanha de Wilhelm II e a Primeira Guerra Mundial

croatas e eslovenos²³), já que, por um lado, esta era um constituída apenas por um quarto de germânicos e, pelo outro, não se encontrava na disposição de aceitar que a Prússia, detentora de supremacia no norte da “Alemanha”, se lhe igualasse ou até a superasse (Fischer, 2007, pp. 49-53).

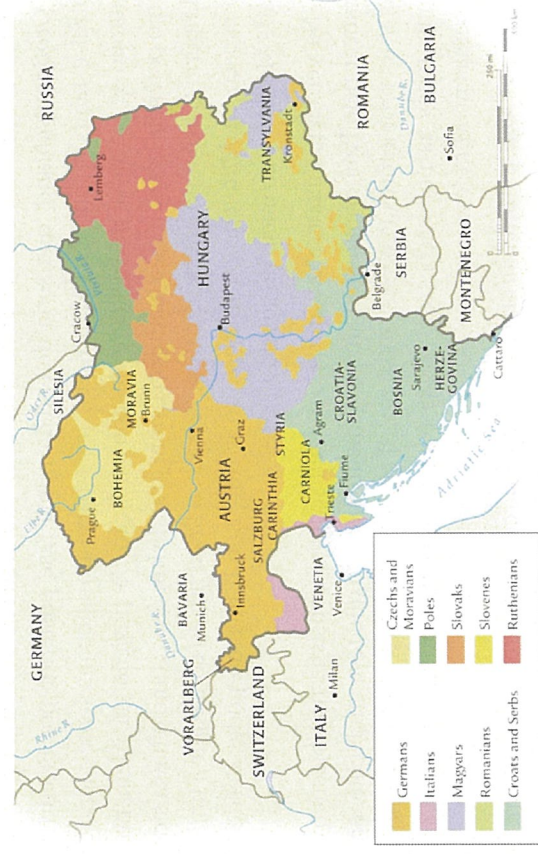


Figura 3 – A diversidade étnica da Áustria-Hungria em 1914

Fonte: <https://themodelgallery.files.wordpress.com/2014/08/24-austro-hungarian-ethnic-map-1914.jpg>.

Aliás, esta unificação política sob a direção da Prússia verificou-se perante a já existência de uma certa unidade económica de base dos vários Estados germânicos, conseguida mediante a *Zollverein*, uma união aduaneira cuja direção coube desde 1834 à Prússia e deixou de lado desde o início a Áustria-Hungria. Como afirma Pellistrand (2002, p. 81), “Naturalmente, a criação de um espaço económico alemão cria uma solidariedade concreta entre as diferentes regiões e vem apoiar o desenvolvimento de sentimentos nacionais e unitários”. Associada a esta cooperação económica encontrou-se igualmente o sentimento nacionalista que animava os vários Estados alemães e, sobretudo, os mais cépticos dos Estados do Sul relativamente às invasões francesas de Napoleão (Simms, 2015, pp.299 e 300).

²³ Cada minoria destas pretendia ou uma ligação a um Estado vizinho como a Sérvia, Itália ou Roménia, ou, no caso dos checos e eslovenos e croatas, conseguir alguma autonomia ou até mesmo passar a ser um Estado independente. Os polacos, por exemplo, nunca tinham perdido a esperança de independência (Gilbert, 2013, p.35).

Neste sentido, a preferência de Bismarck pela *Kleindeutschland*, que entendia ser mais estável para a consolidação da Alemanha enquanto Poder unificado no espaço europeu, acabaria por significar o afastamento da ideia pangermanista de *Großdeutschland* [grande Alemanha], que incluiria todos os povos de origem germânica e seria igualmente integrada pela Áustria-Hungria. A *Großdeutschland*, que seria defendida numa fase posterior por Friedrich Ratzel e também por Karl Haushofer, fazia parte do subconsciente alemão, tratando-se de uma necessidade de consolidação da posição da Alemanha como potência hegemónica na Europa, num grande Império, como o havia sido o Império Carolíngio (Vives, 1972, pp. 22 e 23), o I *Reich*²⁴, ao conseguir a união do espaço da *Mitteleuropa* [Europa do Meio]²⁵ sob o mesmo poder desde a Idade Média até ao início do século XIX²⁶.

Na verdade, a concretização da *Großdeutschland* consistia no objectivo a alcançar pelo Pangermanismo, um movimento político que teve em Fichte, um dos seus promotores (Correia, 2004, p.123) como verificámos, e que pretendia reunir todas as populações de língua e cultura alemã que se encontravam dispersas na *Mitteleuropa*.

Por sua vez, a *Mitteleuropa* encontra-se directamente relacionada com o processo de construção da nação e da identidade alemã desde o início, tendo sido um conceito chave na política alemã entre o começo do século XIX e o III *Reich*. Apesar de vários autores se terem debruçado sobre este conceito é, todavia, a obra de Friedrich Naumann, (1860-1919) intitulada *Mitteleuropa* e publicada em 1915, que se constitui como a obra chave²⁷. Naumann defendia que a *Mitteleuropa* assentaria na união da Alemanha e da Áustria-Hungria, incluindo todas as nações que não pertencessem nem à aliança anglo-francesa nem ao Império russo nesse espaço, e acreditando num certo messianismo do povo alemão (munido da sua língua e cultura) que seria o único capaz de colocar ordem no caos das nacionalidades (Neubauer, 2003, p.4; Le Rider, 1996, p.5 e 9; Brechtfeld, 1996, p.1).

Por outro lado, os alemães encaram a *Mitteleuropa* como um meio de superar o seu percebido isolamento (numa posição de enclave, sendo o Estado do

²⁴ Também conhecido como Heiliges Römisches Reich [Sacro Império Romano-Germânico].

²⁵ Embora a sua extensão tenha variado ao longo dos anos, o Império chegou a englobar os territórios da Alemanha, Áustria, Liechtenstein, Luxemburgo, Suíça, Bélgica, Países Baixos, República Checa e Eslovénia, assim como boa parte da Polónia, França e Itália.

²⁶ O Império acabaria por ser dissolvido em 1806 devido às Guerras Napoleónicas.

²⁷ Só num ano, foram vendidas mais de 100 000 cópias da obra e esta tornou-se no maior *bestseller* alemão a seguir às memórias de Bismarck (Neubauer, 2003, p. 4).

espaço europeu que faz fronteira com um maior número de Estados e apenas dispõe de uma fronteira marítima a norte que nem sequer dá acesso directo ao oceano aberto, mas sim a mares fechados), a sua decorrente fraqueza política e, portanto, justificar as suas aspirações hegemónicas em momentos de maior força política. E, neste contexto, trata-se de uma ideia carregada de história focada no leste europeu sob uma perspectiva predominantemente alemã e com intenções hegemónicas (Neubauer, 2003, p.6; Brechtefeld, 1996, p.2).

Convém ainda referir que, embora, o conceito de *Mittleuropa* tenha variado em extensão e significado ao longo dos tempos, a verdade é que espacialmente podemos traduzi-lo como a liderança alemã do Mar do Norte e Mar Báltico até ao Mar Adriático e Mar Negro, dispendo da linha que vai da foz do Reno à foz do Danúbio como diagonal (Le Rider, 1996, pp.6 e 7; Correia, 2004, p. 131).

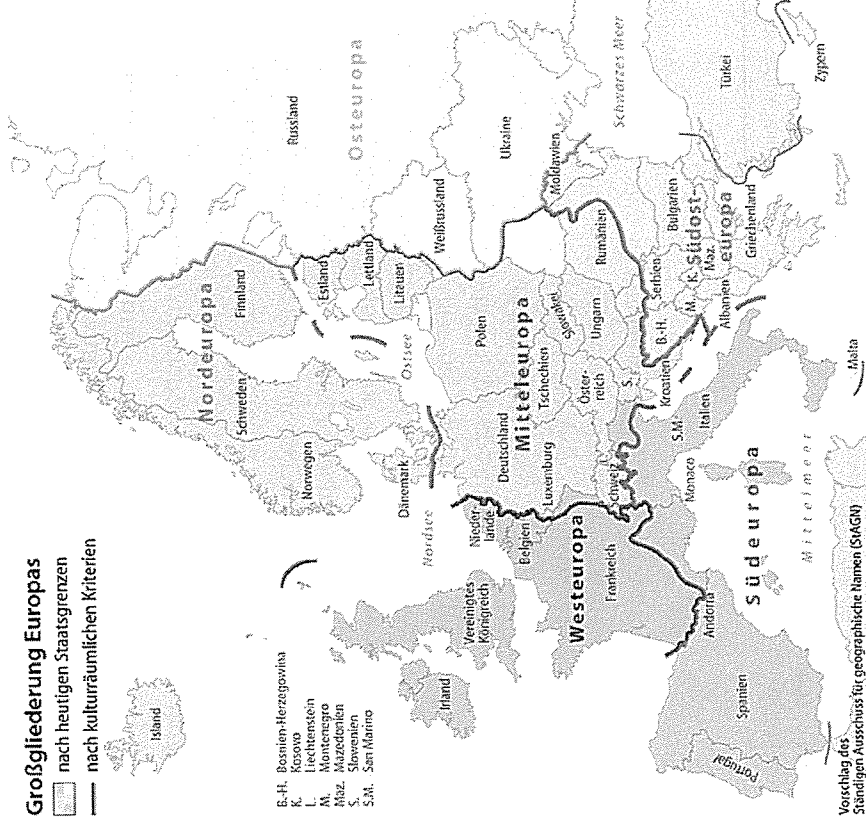


Figura 4 – A *Mittleuropa*

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6a/Grossgliederung_Europas.png.

Voltando novamente a Bismarck, Chanceler do II *Reich* entre 1871 e 1890, será de referir que, unificada a Alemanha²⁸ sob a ideia de *Kleindeutschland*, a sua principal prioridade política assentava na estabilização internacional da mesma e, neste sentido, este foi igualmente responsável pela alteração da balança de poderes europeia, mediante o estabelecimento de alianças com a Áustria-Hungria (Dupla Aliança de 1879), a Itália (Tripla Aliança de 1882) e a Rússia (Tratado de Resseguro de 1887)²⁹, o que permitiria à Alemanha assumir o papel de árbitro diplomático na Europa (Calleo, 1990, pp. 9 e 10). Deste modo, Bismarck pretendia conter as rivalidades entre aquelas existentes, garantindo simultaneamente o isolamento da França na Europa e encorajando-a na formação de um império ultramarino em África e na Ásia (Bessa et al., 2009, p. 161).

a. Da Colonização Hesitante da Alemanha de Bismarck ao Terceiro Maior Império Colonial

Efectivamente, e quando questionado acerca da possibilidade da Alemanha construir um império colonial em África, por exemplo, Bismarck respondia que o seu mapa de África tinha a oeste a França e a leste a Rússia. Para o chanceler a política colonial era uma questão subalterna (Poidevin, 1983, p.15), sendo o espaço europeu o seu espaço de actuação geopolítica por excelência.

No entanto, Bismarck acabaria por ser levado a mudar de opinião, mas só em 1884, quando a euforia colonial da Inglaterra e da França se começou a manifestar com mais veemência na Alemanha, sendo que o seu interesse se mantinha relativo, na medida em que considerava que a colonização alemã deveria surgir através da iniciativa comercial e privada. O II *Reich* apenas apoiaria através de estações carboníferas e de bases comerciais e onde os interesses da Política Externa alemã estivessem presentes, motivo pelo qual as colónias não eram chamadas de “colónias”, termo evitado, mas sim de “protectorados” (Fernandes, 2014, p.72).

²⁸ A Alemanha unida era um colosso. Não só tinha uma população maior (de 41 milhões e além disso em rápido crescimento) que a da França (de 36 milhões) e da Inglaterra (de 31 milhões), como também dispunha de uma economia que se encontrava em rápida industrialização, do melhor sistema educativo do mundo e de um Exército que não era inferior a nenhum outro. Dai que a imprensa popular considerava Bismarck como o “pai fundador”, “o Washington” do novo Império (Simms, 2015, pp. 300 e 301).

²⁹ E de forma indirecta, também com a Inglaterra mediante a celebração do Acordo Mediterrânico desta com a Áustria e a Itália, em 1887 (Fischer, 2007, p. 93).

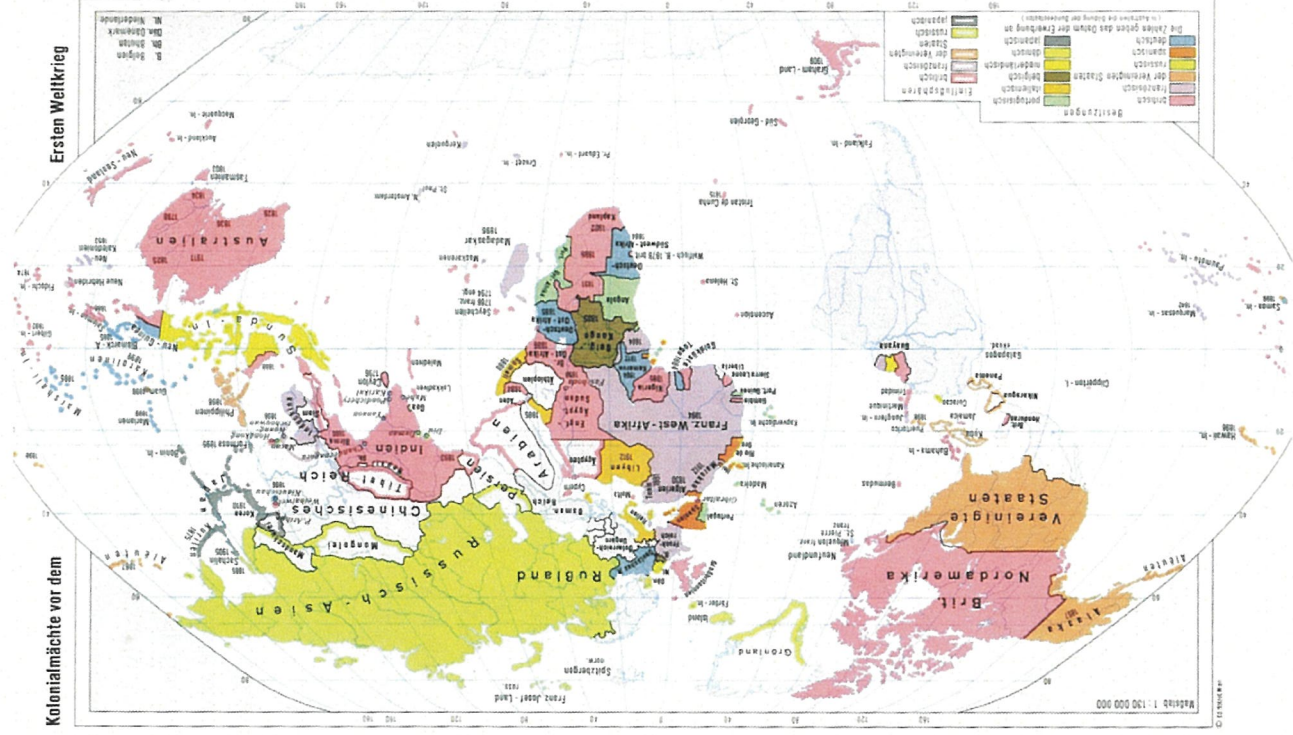


Figura 5 – O Império Colonial Alemão até a Primeira Guerra Mundial (a azul)
Fonte: https://markusgrass.files.wordpress.com/2013/10/1wk_kolonien_imperialismus_karte.jpg

Assim, e ainda que tenha chegado tarde à corrida pela posse de colónias, a Alemanha conseguiu construir o terceiro maior império colonial no espaço de vinte anos. Logo em 1884, verificou-se a oficialização das primeiras colónias alemãs: a *Deutsch-Südwestafrika* (hoje Namíbia), o *Togoland* e os *Kamerun* (Camarões) em África, a *Neu Guinea* (Nova Guiné) e o arquipélago Bismarck na Oceânia. Em 1885, oficializou-se, de igual modo, a *Deutsch-Ostafrika* (hoje Tanzânia, Burundi e Ruanda) em África, as ilhas Marshall no Mar do Sul que integrariam a colónia da *Neu Guinea* na Oceânia e, em 1898-1899, Kiautschou, uma baía na China, entre outras ilhas no Oceano Pacífico (Opitz, 1998, pp. 273 e 274; Fischer, 2007, p.144).

(1) A Conferência de Berlim: O Interesse em África e na Bacia do Congo

Uma das iniciativas a relevar do interesse de Bismarck, ainda que hesitante, pela Colonização e, neste caso em concreto, pelo espaço africano relacionou-se com a realização, entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885, da Conferência de Berlim, igualmente conhecida como a Conferência do Congo, sob a sua direcção. Na origem da sua realização encontrou-se, por um lado, a importância da Bacia do Congo e, pelo outro, a necessidade de encontrar novos mercados para escoar a superprodução da indústria alemã e, sobretudo, dar resposta aos grupos de pressão e agentes de colonização alemã.

Nesta conferência, que contou entre os seus convidados com Portugal³⁰, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Holanda e os EUA, os principais objectivos relacionavam-se com a discussão do livre comércio e da livre navegação nos rios Congo (também chamado de rio Zaire, o segundo maior rio de África a seguir ao rio Nilo) e Níger (o terceiro maior rio africano), bem como os métodos de ocupação efectiva dos territórios colonizáveis existentes na costa africana. Procurava evitar-se, assim, a repartição imediata e o encerramento de uma região rica do centro de África, com destaque para a Bacia do Congo, sobre a qual a Alemanha tinha interesse.

³⁰ Portugal, por exemplo, acabou por perder o porto de Banana, mas conseguiu Cabinda, Molembo e uma parte da margem esquerda do rio Congo, sendo de referir que Adoif Woermann, armador e um fonte influenciador da política colonial do II Reich sugeriu, num memorando em 1883, que o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão procurasse, através da diplomacia, impedir a concretização das pretensões portuguesas sobre a foz do rio Congo (Guevara, 2006, pp. 51 e 71).

(2) Motivações Económicas e Culturais na Obtenção de Espaço fora da Europa

Em 1879, o Dr. Friedrich Fabri (1824-1891), pastor evangélico e intelectual conhecido como o “pai do movimento colonial alemão”, publicou o livro *Bedarf Deutschland der Kolonie? [Precisa a Alemanha de colónias?]*, defendendo razões económicas e sociais para o colonialismo alemão, especialmente como resultado da depressão, do desemprego e do crescimento populacional do II Reich. Um dos seus argumentos relacionava-se com a emigração, que não deveria ser para os EUA, a América do Sul ou as colónias britânicas, onde os alemães se perderiam da sua pátria (Alemanha); mas sim para as suas próprias colónias, onde o II Reich iria colocar em prática a sua “missão civilizadora”, uma missão cultural destinada a espalhar a língua e cultura alemã no mundo. Na sua perspectiva esta seria uma forma da Alemanha unificada fortalecer e preservar o seu poder.

De igual modo, e seguindo este espírito, alguns anos depois, em 1882, verificou-se a criação da *Deutsche Kolonialverein* [Associação Colonial Alemã] que, no final de 1884, tinha cerca de 9.000 membros e, em 1886, contava com cerca de 12.400 membros. Em 1884, fundou-se a *Gesellschaft für Deutsche Kolonisation* [Sociedade para a Colonização Alemã], por Carl Peters, Carl Jühlke e Joachim Graf von Pfeil, sendo que em 1887 esta totalizava 4.500 membros. Entre os seus objectivos encontravam-se a aquisição de capital para a colonização; a aquisição de colónias ultramarinas; e o encaminhamento da emigração alemã para estas regiões. Contrariamente à *Deutsche Kolonialverein*, a *Gesellschaft für Deutsche Kolonisation* foi responsável pela preparação de projectos concretos de colonização. Porém, em 1887, fundiram-se as duas na *Deutsche Kolonialgesellschaft* [Sociedade Colonial Alemã], que aumentou de 14.483 para cerca de 43.000 membros até à Primeira Guerra Mundial (Speitkamp 2008, p. 20).

Com efeito, o movimento colonial alemão cresceu, pequeno em número, mas relativamente influente, sendo que entre os grupos de pressão e agentes de colonização mais influentes contaram-se: as sociedades de geografia; as redes transnacionais de mercadorias, com destaque para a Liga Hanseática; e os missionários (Conrad, 2012, pp.23-25). De assinalar que, desde meados do século XIX, as sociedades de geografia contribuíram para o conhecimento científico do continente africano (e dos territórios por explorar financeiramente) e para os projectos de emigração. Relativamente às redes transnacionais de mercadorias, e a propósito da Liga Hanseática, Zimmermann (1918, p.1) defende que as origens da expansão colonial alemã

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

estão indubitavelmente relacionadas com esta, uma vez que foi esta Liga que estabeleceu extensas redes de comércio no mundo antes da unificação alemã. Aliás, caracterizada como cosmopolita e adepta do comércio livre, a Liga Hanseática estabeleceu redes comerciais e conquistou mercados através da disseminação de informação (tanto de imagens, como de ideias) junto dos alemães sobre terras estrangeiras.

É, pois, nesta linha que Conrad (2012, pp.27-29) considera a existência de quatro argumentos para a colonização alemã. O II *Reich*, ainda que tenha chegado tarde ao grupo dos primeiros países industrializados, vivia uma crise de superprodução desde 1890, visível ao nível das indústrias metalúrgica³¹, eléctrica e química³². E, portanto, segundo o argumento dos interesses comerciais, o crescente desenvolvimento económico e industrial alemão justificava a necessidade de encontrar mais recursos e novos mercados para a exportação de produtos que, conseqüentemente, poderiam ser conseguidos através da posse de colónias (Conrad, 2012, p.27; Poidevin, 1983, p.17; Milza, 1999, p.111).

A expansão comercial tornou-se essencial devido às dificuldades agrícolas³³, ao crescimento populacional e ao *boom* industrial já com Wilhelm II (1859-1941). Os produtos *made in Germany* começaram, entre o final do século XIX e o início do século XX, a inundar o mercado³⁴, oferecendo face aos produtos concorrentes um equilíbrio qualidade-preço³⁵. Em comparação aos ingleses, os alemães possuíam uma maior carga horária de trabalho, salários inferiores, menor número de greves e *lockouts*, proteccionismo

³¹ No que respeita à produção metalúrgica, a Alemanha ultrapassou mesmo, em 1896, a Inglaterra (Milza, 1999, p.111).

³² Para além destas indústrias, é de assinalar que, entre 1890 e 1900, a produção alemã (tal como a americana) de carvão aproximou-se da inglesa (Milza, *idem*, *ibidem*).

³³ Em 1900, as necessidades em matérias-primas e em géneros alimentares começaram mesmo a agravar o *deficit* existente de 1,6 mil milhões de marcos da balança comercial alemã (Poidevin, 1983, pp. 48 e 51).

³⁴ Na Europa, a Inglaterra, a Áustria-Hungria, a Rússia, os Países Baixos e a França constituíam os principais mercados de destino dos produtos alemães, sendo que, fora da Europa, os EUA eram o maior cliente alemão, seguidos da Argentina e do Brasil (Poidevin, 1983, p.51).

³⁵ Para além dos produtos alemães serem mais baratos, convém também não esquecer a possibilidade de conceder crédito por um maior período de tempo que se encontrava associada ao comércio alemão.

alfandegário³⁶, baixos custos de transporte, investimento na educação (técnica; trata-se de uma nação sistematizada e apoiada na ciência), iniciativa e adaptabilidade (visível mediante o conhecimento de línguas estrangeiras). Acrescenta-se ainda que buscavam (e buscaram) o progresso e estudavam (e estudaram) as modas e necessidades (Martelo, 2013, pp. 154-155).

A juntar a esta política comercial, verificou-se igualmente o crescimento da frota mercante alemã e o estabelecimento de filiais e sucursais das empresas alemãs por todo o mundo, numa espécie de colonização ao nível comercial, como foi o caso da *Siemens-Halske*, da A.E.G, da OSRAM e da Bosch, por exemplo. Esta expansão comercial acabou também por ser acompanhada de uma expansão financeira, visível através do estabelecimento de filiais de instituições financeiras alemãs pelo mundo, destacando-se o caso do *Deutsche Bank*. Um exemplo deste acompanhamento foi o da *Siemens-Halske – Deutsche Bank*; a *Siemens-Halske* começou por ser uma empresa familiar, fundada por um antigo primeiro-tenente do corpo de sapadores-telegrafistas prussiano e graças a uma estreita aliança com o *Deutsche Bank* conseguiu tornar-se numa empresa multinacional (Stürmer, 2000, p.55; Poidevin, 1983, pp. 49-50 e 52-55).

Por outro lado, e em parte como forma de regular o elevado crescimento populacional alemão, existia, de igual modo, o argumento da mobilidade, ou seja, permitir a emigração alemã para colónias alemãs, evitando que estes emigrantes se misturassem com a população maioritária e perdessem as características nacionais alemãs. Este é um discurso de *Deutschtum* [Germanidade], orientado para uma política de germanização em locais de acordo alemão (Conrad, 2012, p. 27). As colónias seriam, por conseguinte, como uma “nova Alemanha” e uma forma de prevenir os alemães de emigrarem para os EUA, onde se “deteriorariam”.

Neste sentido, fundou-se a *Alideutscher Verband* [*Liga Pangermanista*], de Carl Peters em 1891, com o objectivo de espalhar a influência alemã por todo o mundo. Esta Liga teve uma grande aceitação no meio militar e académico alemão, sendo que para além de contar entre os seus membros nomes como o do geógrafo político alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), contava

³⁶ A adopção de medidas protecionistas, mediante a aplicação de taxas aduaneiras aos produtos importados pela Alemanha (e pela maioria das potências) a partir de 1906, contrastava com o comércio livre praticado pela Inglaterra. Daí que, a pouco e pouco, as exportações alemãs ganharam terreno não só na Europa, colocando em causa a supremacia comercial inglesa, como também lançando-se à conquista, a partir de 1890, de mercados no Extremo Oriente e na América Latina, por exemplo (Milza, 1999, pp.111-113). Neste sentido, e como referido por Poidevin (1983, p.18) “L'économie allemande a donc besoin d'une politique d'expansion mondiale réclamée par de larges secteurs de l'industrie et du commerce”.

igualmente com alguns extremistas como Otto Richard Tannenbergh, autor do livro *Großdeutschland: die Arbeit des 20. Jahrhunderts* [*Grande Alemanha: um projecto do Século XX*] publicado em 1911 (Bogdan, 2003, p. 331).

Adicionalmente, encontrava-se também a colonização em termos culturais, assente na ideia de que o II *Reich* possuía uma missão civilizadora. Ainda que esta fosse uma característica comum, de um modo geral, ao colonialismo, uma vez que o colonialismo era visto como um sinónimo de superioridade cultural, principalmente dado o facto dos países europeus, colonizadores, terem experimentado uma revolução industrial e, conseqüentemente, uma melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, o avanço tecnológico acabaria por se reflectir num culto de progresso e numa capacidade ilimitada para a melhoria, algo que era desconhecido para os colonizados (MacQueen, 2007, p. 38). No que respeitava ao II *Reich*, essa missão civilizadora relacionava-se com a superioridade da língua alemã, defendida por Fichte, e com a superioridade da raça ariana e do povo alemão, defendida por Gobineau e Chamberlain.

Por fim, uma outra motivação alemã para a colonização, e que acabou por não ser relevante neste período, relacionou-se com o uso das colónias enquanto espaço para a libertação de conflitos e antagonismos, isto é, um meio de superação de tensões internas no II *Reich*, mediante a extradição de todos aqueles que estivessem envolvidos em diferendos, fossem preguiçosos ou vagabundos (Conrad, 2012, pp.28-29).

*

Apesar de todo este ambiente fomentador da colonização alemã, convém assinalar que a propaganda colonial não teve uma adesão popular significativa, sendo que África não despertava grande interesse para a opinião pública alemã, pois “A perspectiva alemã, dada a sua posição geopolítica, sempre foi muito mais eurocêntrica do que ultramarina” (Fischer, 2007: 210), tal como o comprovou o destaque atribuído, por Friedrich Ratzel e Karl Haushofer, à ideia de *Mitteleuropa*.

2. Friedrich Ratzel e a Geografia Política na Passagem da Alemanha de Otto von Bismarck para a Alemanha de Wilhelm II

Formado em Farmácia e em Zoologia, Friedrich Ratzel alistou-se em 1870 nas tropas alemãs que combateram contra a França de Napoleão III, durante a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), contando a sua experiência em *Bilder aus dem Kriege mit Frankreich* [*Quadros da Guerra com a França*] (Defarges, 2003, p. 69; Lorot, 1995, p. 10).

Mais tarde, Ratzel entregou-se aos estudos da Geografia, tornando-se mesmo professor desta cadeira no ano de 1876, na sequência da viagem que fez em 1873 aos EUA³⁷, na Universidade Técnica de Munique e, seguidamente, na Universidade de Leipzig, em 1886. No ano de 1876, publicou a sua Tese de Doutoramento: *Die chinesische Auswanderung [A Emigração Chinesa]*, onde abordou as questões relativas à migração e à invasão (Korinman, 1990, p. 33).

Friedrich Ratzel foi um dos principais responsáveis pelo surgimento da Geografia Política enquanto teoria capaz de explicar a cultura, sobretudo a política, em função do meio físico, tendo integrado o movimento intelectual que encarava a Geografia como uma ciência fulcral para o entendimento do Estado como entidade política (Almeida, 1990, p. 104).

Neste sentido, Ratzel começou pela Geografia Humana com a sua *Antropogeographie [Antropogeografia]*, publicada em 1882, que procurando estudar os mecanismos de interacção entre a natureza e as comunidades humanas, serviu de base a *Politische Geographie [Geografia Política]* editada em 1897 pela primeira vez, constituindo esta última a mais completa adequação de conhecimentos geográficos à evolução das sociedades políticas. Ratzel sonhava ser o conselheiro do príncipe, aquele que contribuiria para a formulação justa da política (Defarges, 2003, p. 76), para uma fundamentação espacial das suas decisões, mediante o desenvolvimento de um *geographischer Sinn [sentido geográfico]* (Korinman, 1990, p. 37). Assim, com a sua *Politische Geographie* pretendeu fornecer um instrumento para os dirigentes prussianos, constituindo-se esta como uma teoria da questão do poder do Estado e das respectivas formas territoriais (Lorot, 1995, p. 14).

Note-se igualmente que tanto o pensamento como a acção de Ratzel reflectem o contexto fortemente nacionalista da época em que surgiram (Lorot, 1995, p. 11). Em 1898, publicou *Deutschland, Einführung in die Heimatkunde [Alemanha, introdução a uma ciência do país natal]*, obra influente na opinião pública alemã até à Segunda Guerra Mundial, em que Ratzel procurou apreender o seu próprio país e identificar as leis do seu desenvolvimento geográfico de forma científica e objectiva (Defarges, 2003, p. 69).

³⁷ É também no seguimento da sua viagem aos EUA, realizada um ano depois de ter conhecido a Itália, que publicou a sua primeira obra completa: *Die Vereinigten Staaten von Nord-Amerika [Os EUA da América do Norte]*, em 1878-1880, antecedida por *Städte-und Kultur Bilder aus Nord-America [Quadros das cidades e da civilização da América do Norte]* (Korinman, 1990, p.33).

a. O Estado e o Espaço de Ratzel

(1) O Estado como Organismo Vivo

A definição de Hegel de Estado, característica do pensamento geopolítico surgido durante a República de Weimar, encontra-se presente em Ratzel, aquando da defesa da influência da geografia através de forças dinâmicas que exercidas sobre a humanidade, conduziram à formação do Estado. Denota-se, assim, a histórica e permanente existência e influência de dois elementos como sejam o Homem e o solo, cuja interação resultaria no surgimento do Estado (Murphy, 1997, p. 9).

Para Ratzel o Estado afigura-se “como um organismo que reúne uma fracção da humanidade numa fracção de solo, donde as suas propriedades decorrem das do povo e das do solo” (Chauprade et al., 1998, *apud* Dias, 2005, p. 70). Um povo capaz de construir, manter e defender o Estado.

Deste modo, as características do Estado também provêm das do povo, sendo ao território que compete o papel de elo identificador e justificativo deste último quanto à sua existência e união. O território constitui igualmente o principal motivo para a diferenciação dos vários Estados entre si, uma vez que quer os espaços, quer a própria distribuição espacial do povo são desiguais (Dias, 2005, p. 70).

Ademais, denota-se a existência de uma simbiótica relação entre o *Boden* [solo] e o *Voik* [povo], que confere ao Estado uma natureza orgânica, própria de um organismo vivo. Enquanto tal, o Estado possui órgãos e, de entre estes, Ratzel destacou a importância da *Grenze* [fronteira], descrita como a pele do Estado. Neste sentido, a fronteira de um Estado, tido como organismo vivo, reflecte a relação existente entre o Povo e a sua geografia, pelo que o que ocorrer no interior desse Estado, como por exemplo, mudanças na topografia, na língua ou na cultura, acabará por determinar o carácter das relações interestaduais contempladas por essa mesma fronteira (Murphy, 1997, pp. 9 e 10).

(2) O Espaço: *Raum*, *Lage*, *Raumsinn* e *Lebensraum*

Sendo um dos primeiros autores a demonstrar que Espaço é poder, Ratzel concebe o poder do Estado, enquanto entidade territorial, como o resultado do somatório de duas coordenadas essenciais, o *Raum* [espaço] e a *Lage* [posição] (Almeida, 1990, pp. 104 e 105).

Entendendo-se o *Raum* como a área total do Estado, o que engloba a extensão e as características físicas de clima, relevo, hidrografia, vegetação;

a *Lage* apresenta-se, por sua vez, como a localização do Estado nas suas coordenadas geográficas, definido relativamente a acidentes geográficos como a insularidade ou a continentalidade (Almeida, 1990, p.105).

Existe ainda um terceiro factor, elemento fundamental e igualmente explicativo do poder, subjectivo e inato, denominado de *Raumsinn* [sentido de espaço]. Este relaciona-se com a aptidão natural dos povos para a organização e gestão do próprio meio habitado e do respeitante Estado, culminando no predomínio de uns sobre os outros (Dias, 2005, p.70).

Trata-se, pois, de um aspecto, fundado sobre o Determinismo Biológico, já apresentado na sua *Antropogeographie*, segundo o qual cada raça tem como inerentes certas características que lhe são como que herdadas por via genética e que influem directamente no modo de entender, habitar e dinamizar o Espaço que ocupa (Almeida, 1990, p. 105; Dias, 2005, p.70). Pese embora Ratzel tenha demonstrado simpatia com a ênfase dada ao papel da raça na História por Moritz Wagner (1813-1887), Gobineau e Chamberlain, o geógrafo alemão não foi um racista. “*Mais il lui arrive de recourir, dans un certain nombre de cas concrets, à ce racisme «fonctionnel» qui tient lieu d’idéologie au colonialisme du xixe siècle européen – position d’ailleurs assez fréquente à l’époque*” (Korinman, 1990, pp. 40 e 41).

Outro conceito daqui resultante é o de *Lebensraum* [espaço vital], segundo o qual os diferentes Estados assumidos como organismos se encontram em permanente luta pela sobrevivência na busca de mais Espaço, necessário à sua realização e desenvolvimento como seres políticos. Nesta luta pelo Espaço, e seguindo a lógica de aplicação das leis de selecção natural, só resistem os Estados mais fortes que, deste modo, expandem o seu *Lebensraum* (Dias, 2005, pp. 72 e 73).

Correspondendo o conceito de *Lebensraum* a uma noção claramente Darwinista (Dolman, 2002, *apud* Dias, 2005, p. 73), Korinman (1990, p. 41) destacou, contudo, o facto de Ratzel recusar as teses do Darwinismo Social e não ser um darwinista vulgar, ainda que, em 1869, Ratzel tenha publicado uma descrição geral da teoria da selecção natural de Darwin, *Sein und Werden der organischen Welt* [Ser e permanecer do mundo orgânico]. A crítica de Ratzel acentua-se, sobretudo entre os finais de 1870 e os inícios de 1880, naquilo que considerou “*a simplistic emphasis on racial competition in popular notions of Darwinism, and he explicitly distanced himself from vulgar Darwinist ideas*” (Murphy, 1997, p. 7). Neste contexto, e de acordo com Murphy (1997, p. 7), Ratzel seguiu uma convicção neo-Darwiniana ao defender a inevitabilidade da luta entre os Estados, presente na sua *Politische Geographie*.

Na sua obra, publicada em 1901, *Über die Gesetze der Räumlichen Wachstums der Staaten* [*Sobre as Leis da Expansão Territorial do Estado*], encontra-se em evidência a componente expansionista do pensamento de Ratzel, sintetizado através da enunciação das suas sete Leis Geográficas do Crescimento Territorial dos Estados que consagram o seguinte (IAEM, 1982, *apud* Dias, 2005, p. 72):

- 1º. É a partir do exterior e de uma civilização mais adiantada que se gera o primeiro impulso para o desenvolvimento territorial de um Estado;
- 2º. A expansão de um Estado sucede a outros sintomas de desenvolvimento como sejam as ideias, a produção industrial, a actividade missionária e outras;
- 3º. O aumento da dimensão espacial de um Estado realiza-se acompanhando o progresso da sua cultura;
- 4º. A fusão e absorção de unidades menores constituem o início da expansão de um Estado;
- 5º. A inclusão de regiões política ou economicamente mais valiosas, como áreas ricas em recursos naturais ou com vantagens decorrentes do seu posicionamento espacial, tende a verificar-se à medida que um Estado cresce;
- 6º. A absorção de outras unidades conduz a um reforço da tendência para a expansão territorial, conferindo, deste modo, maiores possibilidades para a conquista de ainda mais espaço;
- 7º. Órgão periférico de um Estado, a fronteira denota um dinamismo e variabilidade, reflexos da força expansiva dos Estados.

Com efeito, estas Leis reflectem o clima de rivalidades intra-europeias, o espírito de competição e de potencial conflito entre a Alemanha e a Inglaterra no respeitante à expansão comercial, verificável já sob a presença de Bismarck como Chanceler da Alemanha, no final do século XIX (Mattern, 1942, *apud* Korinman, 1990, p. 35).

Para o “Wagner da Geografia” (Vives, 1972, p.44), nada se pode conceber sem uma relação com o meio. E, neste sentido, talvez o essencial de Ratzel esteja de algum modo igualmente contido na Teoria dos Espaços (Almeida, 1990, p. 107), em conformidade com a qual: o Espaço se assume como um factor de primordial importância na grandeza dos Estados; um Espaço de grandes dimensões assegura a vida nos Estados por se tratar de uma força; incitando à expansão e ao crescimento do seu povo, um grande território actua como

uma força que imprime nova vida ao sentimento de nacionalidade; só foi poder mundial, ao longo da História, toda a comunidade que politicamente organizada se fez representar em vastos espaços territoriais em todos os pontos e momentos críticos, sobretudo pela sua força.

De facto, Ratzel foi uma figura central no desenvolvimento do pensamento geopolítico alemão antes da Segunda Guerra Mundial, tendo sido considerado por Otto Maull, em 1928, como o pai da Geopolítica, na medida em que foi mesmo responsável pela definição e introdução de muitos dos termos que, mais tarde, ocuparam os geopolíticos (Murphy, 1997, pp. 7 e 12).

b. A Visão de Ratzel para a Alemanha: Um Estado-continente na Mitteleuropa

Paralela e simultaneamente a esta abordagem feita relativamente ao Espaço e ao Poder, Ratzel pensou numa visão para a Alemanha, a partir do quadro teórico que acabámos de conhecer. Portanto, “*De la stabilisation à la pacification, puis à la continentalisation, le territoire accède à une puissance d’ordre mondial. (...) Du Kleindeutschland à l’Empire du Milieu et jusqu’à la Weltmacht, Ratzel, par glissements successifs, élève systématiquement le Reich à la dignité d’un continent*” (Korinman, 1990, p. 62).

Com efeito, Ratzel procurou encontrar uma justificação teórica para o crescimento do Estado Alemão, pois considerava que o Reich deveria efectivamente compensar em espaço os inconvenientes da sua situação geográfica (Lorot, 1995, p. 16), decorrentes da posição central europeia por si ocupada. Era o futuro da Alemanha que o preocupava, pelo que o geógrafo propunha um projecto gradual de realização progressiva da vocação europeia desta (Korinman, 1990, p.52).

Dada a sua estrutura física heterogénea e polimorfa, a Alemanha deveria colocar em prática uma política de concentração de forças e avanços do processo de unificação formalmente iniciado, pelo que Korinman (1990, pp. 53 e 56) destaca, neste sentido, em 1866, o facto de Ratzel apoiar a ideia de uma *Kleindeutschland*, defendida por Bismarck. Mais tarde, em 1876, na sua Tese de Doutoramento e, estabelecendo um paralelismo entre o caso da China e a Alemanha, considerou que dada a centralidade da posição alemã que, em metáfora, comparou com a China, o *Império do Meio*, o Reich dever-se-ia capacitar de meios estratégicos mais sólidos pelo facto de poder sofrer uma possível ameaça proveniente de duas frentes (Korinman, 1990, p. 57): a oeste, a França e a leste, a Rússia.

Deste modo, Ratzel apoiava uma aliança com o enfraquecido Império dos Habsburgo, aconselhava a expansão para leste em direcção à Polónia e para ocidente defendia uma assimilação definitiva da Alsácia e da Lorena³⁸. No fundo, e como considera Gallois (1990, p. 210), tratava-se de encontrar uma forma de equilíbrio entre o Estado-continente, em que a *Kleindeutschland* de Bismarck se transforma numa *Großdeutschland*, imperante sobre a *Mitteleuropa*, mediante a absorção da Áustria-Hungria, a associação dos Estados limítrofes, e o controlo da totalidade do istmo ocidental da Eurásia e reunindo num só Estado todos os alemães, dado o facto de Ratzel também ser um pangermanista (Defarges, 2003, p.77) – “*la communauté de langue et de coutume favorise l’unification politique et prépare l’extension du territoire national. Cette communauté suscite progressivement dans les consciences (...) un sentiment national et exerce dès lors une fonction de rassemblement et de cohésion.*” (Ratzel, 1988, p.201) –.

Também a propósito da importância que Ratzel conferia aos Estados-continentes é de salientar a influência que a viagem realizada aos EUA teve no seu pensamento. Num Estado-continente, como os EUA, a dimensão e vastidão dos espaços permite um movimento constante de circulação das populações e consequente conquista de território, de leste para oeste e, por conseguinte, os dirigentes americanos são forçados a desenvolver o seu território como um todo (Korinman, 1990, pp. 60 e 61). É a estes Estados que o futuro pertence (Defarges, 2003, p. 76), pelo que de forma a evoluir e a assumir-se, posteriormente, como uma *Weltmacht* [poder mundial], a Alemanha deveria primeiro ser elevada à dignidade de um continente (Lorot, 1995: 16).

Por outro lado, e tendo em vista a concretização da *Weltmacht*, o *Reich* deveria tornar-se igualmente uma potência naval (Lorot, 1995, p. 16), pelo que Ratzel defendia, na sua obra *Das Meer als Quelle der Völkergrösse* [O Mar, fonte de poder dos povos]³⁹, de 1900, a criação de uma frota marítima alemã, em termos geográficos – “*il s’agit de la maîtrise des mers, condition d’une domination universelle (...)*” (Ratzel, 1988, p.224) –, antes mesmo que o projecto do almirante Tirpitz tivesse sido aceite por Wilhelm II (Korinman, 1990, p. 76), capaz de equilibrar o poder marítimo inglês e fortalecer o poder internacional alemão (Bessa et al., 2007, p. 34).

No que respeita à possibilidade do *Reich* possuir um Império Colonial, Ratzel, que integrou a *Alldeutscher Verband* [Liga Pangermanista], e foi

³⁸ Mediante a germanização total dos referidos territórios (Defarges, 2003, p. 77).

³⁹ Assunto igualmente abordado no capítulo XXII de *Politische Geographie*, em 1897.

também membro fundador do *Kolonialverein*⁴⁰ [Comité Colonial], em 1882, defendeu a ideia de um Império Colonial alemão à medida das ambições alemãs e à semelhança das suas grandes rivais: a França e a Inglaterra (Lorot, 1995, p. 11; Lorot et al., 1997, p.11). De igual modo, e desde o Congresso de Berlim, o geógrafo incentivou os dirigentes do *Nationalliberale Partei*⁴¹ [Partido Nacional-Liberal], de que fazia parte, a apoiarem um esforço de colonização científica. Neste sentido, destacam-se a sua *Völkerkunde [Etnologia]*, em 1885-1888, e o seu proposto *Entwurf einer neuen politischen Karte von Afrika. Nebst einigen allgemeinen Bemerkungen über die Grundsätze der politischen Geographie [Esboço de um novo mapa de África com algumas observações gerais sobre os princípios da Geografia Política]*, em 1885 (Korinman, 1990, pp. 33 e 34).

Ainda a propósito de um Império Colonial alemão, e em conformidade com Ratzel, são três as fases de constituição deste, desenvolvidas de baixo da compreensão geográfica: a iniciação reservada de Otto von Bismarck, em 1884-1890; a estabilização reticente em 1894 sob a orientação de Leo von Caprivi (1831-1899); a era combativa, instaurada com Chlodwig Karl Victor zu Hohenlohe-Schillingsfürst (1819-1901), acentuada com a nomeação de Bernhard Heinrich Karl Martin von Bülow (1849-1929) para o cargo de Secretário dos Negócios Estrangeiros (Korinman, 1990, p. 63).

No concernente à primeira fase, verificou-se a ausência dos pontos de vista político-geográfico e estratégico nos factores que contribuíram para orientar a colonização levada a cabo pelo *Reich*⁴², que teve como principal objectivo a defesa dos interesses comerciais da Alemanha. Ratzel considerou que o comércio, aparentemente independente do espaço, acabou por lhe ficar associado, uma vez que como todas as formas de colonização, a exploração comercial realizava-se tendo em conta os aspectos espaciais (Korinman, 1990, p. 64). A segunda fase, orientada por von Caprivi, acentuou a política de Bismarck, sendo que na terceira fase, o governo alemão quis, em primeiro lugar, que a protecção dos seus interesses comerciais possibilitasse a assegurada instalação de bases marítimas, o que justificou a sua orientação múltipla. Oncken *apud* Korinman (1990, p. 73) destacou que “*«Comme cette politique d’expansion ne s’était pas fixé d’objectifs précis, elle courait après n’importe quel succès*

⁴⁰ Depois, em 1887, tornada *Deutsche Kolonialgesellschaft*.

⁴¹ Floresceu entre 1867 e 1918, liderado por Rudolf von Bennigsen (1824-1902). Tratava-se de um Partido alemão formado por prussianos liberais que, tendo colocado de lado as suas divergências com Bismarck no atinente à política interna, acabaram por contribuir para a unificação alemã.

⁴² Em contraste, por exemplo, com o que Ratzel acreditava suceder nos casos inglês e francês, em que a colonização se fazia geoestrategicamente (Korinman, 1990, p.71).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

territorial et finissait donc par se contenter de gains dont l'intérêt ou l'inutilité ne compensaient en aucune manière un accroissement de frictions possibles avec les autres puissances». “

Uma vez que o Reich só muito tarde é que decidiu constituir um Império Colonial, convém igualmente salientar que Ratzel foi apologista de uma aproximação alemã ao sudeste asiático, e mais concretamente, aos japoneses e aos chineses, tendo em vista a concretização de uma nova política de aliança comercial. “*Il souhaitte naturellement que l'Allemagne s'élève à ce degré de puissance, mais recommande en un premier temps que l'on se cantonne – faute de risquer une fracture pour l'évolution du Reich – dans la cohésion*” (Korinman, 1990, p. 75).

3. A *Weltpolitik* de Wilhelm II

Em 1890, aquando da apresentação do pedido de demissão por Otto von Bismarck, que deixaria o poder em Março, a Europa constituía o centro da cena internacional e nesta, a Alemanha detinha a supremacia, graças ao poderio industrial, ao crescimento demográfico, à superioridade militar e à política de alianças fundada sobre o equilíbrio de poderes que o Chanceler criara (Milza, 1999, p. 69).

Wilhelm II, Imperador da Alemanha desde Junho de 1888, representava o sentimento da Alemanha que Bismarck tinha realizado, o reflexo de uma geração que atingira a maturidade no Reich e estava impaciente com a cautela e a contenção de Bismarck, pretendendo novas e grandes realizações⁴³ (Taylor, 2008, p. 160; Taylor, 2009, p. 240).

Deste modo, tendo nomeado Leo von Caprivi como sucessor da chancelaria alemã, Wilhelm II adoptou uma nova Política Externa, a *Weltpolitik* [política mundial], com interesses para além dos tradicionais confinados à Europa (Fischer, 2007, p.145), explorando também e com recurso à geografia⁴⁴, as possibilidades económicas da África, da Ásia e da América do Sul, a fim de determinar quais as regiões que poderiam responder às necessidades de uma expansão continental e marítima do Reich (Poidevin, 1983, p. 30). Foi também de forma a assumir o seu lugar de *Weltmacht*, que a Alemanha se lançou numa Política Naval, depois considerada por muitos historiadores alemães como *Die Todstunde* [o pecado mortal] da Política Externa de Wilhelm II (Fischer, 2007, p.155).

⁴³ Contudo, o que conduziu ao afastamento de Bismarck do poder foi a política interna, nomeadamente as opções em termos de política social em torno do problema da crescente emancipação operária (Fischer, 2007, p.113).

⁴⁴ Que neste período perseguia objectivos patrióticos, colocando-se, portanto, ao serviço do imperialismo.

a. A Ideia de *Mittelafrika* na Política Colonial

Paralelamente ao debate existente em torno da ideia de *Mittleuropa* respeitante ao espaço europeu, verificava-se um outro debate relativo à ideia de *Mittelafrika* [África do Meio] enquadrado no âmbito da política colonial alemã iniciada com Bismarck, mas sobretudo no âmbito da política colonial continuada por Wilhelm II iniciada a sua *Weltpolitik*.

Com efeito, a *Mittelafrika* tratava-se de uma ideia resultante da procura pelo II Reich com Wilhelm II, de *ein Platz an der afrikanischen Sonne* [um lugar ao sol africano], consistindo inicialmente num projecto para unificação de todas as colónias alemãs em África, desde o *Togoland* até à *Deutsch-Ostafrika*, o que implicaria a inclusão do Congo e também das colónias portuguesas de Angola e Moçambique.

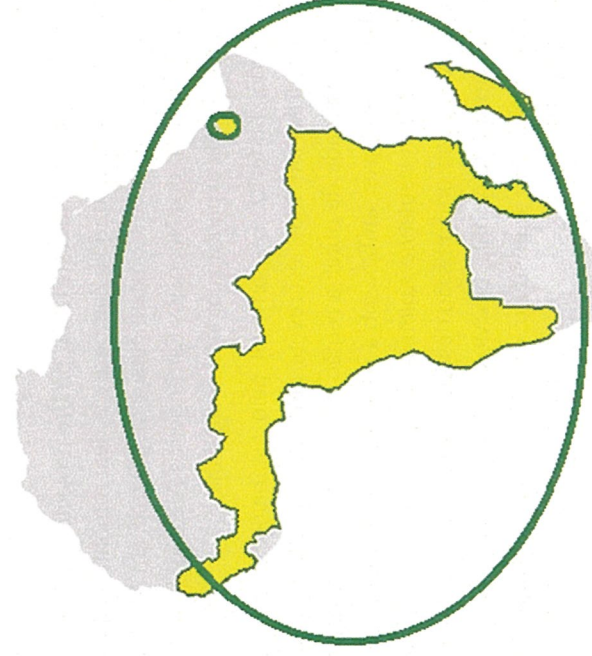


Figura 6 - A *Mittelafrika*

Fonte: Fernandes, 2015b, p.88.

Neste sentido, a concretização da ideia de *Mittelafrika* corresponderia à região central e sudoeste africana, uma região que se destaca no contexto do espaço africano pela sua riqueza hidrográfica. É aí que se localiza o rio Congo, o

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

rio da floresta tropical que constitui a maior bacia hidrográfica africana, sendo que grande parte dos seus afluentes são igualmente grandes rios e também a partir desta região que nascem e se localizam os cursos superiores dos grandes rios africanos (com excepção do rio Níger). Aqui encontram-se, de igual modo, os Grandes Lagos, na fractura do Grande Rift, que se prolonga até ao oriente africano (Correia, 2010, pp. 302 e 345).

No que respeita ao clima, esta é uma zona muito heterogénea, dispondo simultaneamente de climas secos, áridos e quentes característicos do Corno de África, e de climas quentes e húmidos com forte pluviosidade característicos da floresta tropical, sem esquecer ainda o clima continental típico dos planaltos (Correia, 2010, p. 345).

Adicionalmente, e para além de ser uma região favorável à prática da agricultura, dada a sua riqueza em recursos hídricos, esta dispõe de diversos recursos minerais: ouro, diamantes, cobre, níquel, cobalto e coltan (Correia, 2010, p. 353).

Neste sentido, e segundo Guevara (2006, p. 50) o projecto de *Mittelafrika* teria como eixo principal os rios Congo e Zambeze e a ideia remontaria, pelo menos, aos anos oitenta do século XIX. Consta inclusivamente que, em Abril de 1884, o conselho do Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão, Küsserow, teria proposto a Bismarck uma expansão colonial nesta linha.

De igual modo, Lüderitz, responsável pelo estabelecimento da colónia *Deutsch-Südwestafrika* em 1884, escreveu, em Maio, uma carta a Bismarck destacando a necessidade de obter a região do sul do rio Cunene, no sul de Angola, e a Baía dos Tigres, ambas sob a soberania portuguesa. Aliás, nesta linha, a *Gesellschaft für Deutsche Kolonisation* preparava-se, em Agosto do referido ano, para realizar uma missão destinada à obtenção de terrenos para colonos alemães no sul de Angola, em Mossamedes, mas acabou por desistir devido à desaprovação do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão (Guevara, 2006, pp. 50 e 53).

Com efeito, aquando da Conferência do Congo, organizada por Bismarck, procurava-se transpor para África a ideia dos Estados-tampão, o que implicaria a criação na África Central de um Estado independente e neutral dirigido por um soberano de um pequeno país, a Bélgica, de forma a evitar colisões directas dos interesses das potências maiores (França, Alemanha e Inglaterra) (Guevara, 2006, p. 55).

Tendo Leo Von Caprivi como chanceler, entre 1890 e 1894, a ideia voltou a surgir na sequência do Tratado anglo-alemão de Heligoland-Zanzibar.

Friedrich von Lindequist (1862-1945), governador da *Deutsch-Südwestafrika* entre 1905 e 1907, defendia a aquisição do Congo pertencente à Bélgica, e a necessidade de um império alemão no espaço africano desde *Kamerun* à *Deutsch-Ostafrika*, que proporcionaria uma importante fonte de matérias-primas para a indústria nacional, satisfazendo até as preocupações agrícolas da *Alldeutscher Verband* [Liga Pangermanista]. O Congo, por si só, seria o principal motor industrial do império colonial alemão, sendo que a *Deutsch-Südwestafrika* poderia ser transformada numa economia de plantação absorvendo a emigração de novos colonos.

Mais tarde, Bernhard von Bülow, chanceler entre 1900 e 1909, teria como objectivo de longo prazo ligar as colónias alemãs entre si, sendo que para tal seria necessário incluir a Baía dos Tigres na *Deutsch-Südwestafrika* e obter duas bases de apoio no Congo (Stoecker, 1991 cit. por Guevara, 2006, p. 263).

De acordo com Ferro (2008, p. 185), Wilhelm Solf (1862-1936), Secretário de Estado para as questões coloniais entre 1911 e 1918, sugeriu num memorando redigido a Theobald von Bethmann-Hollweg (1856-1924), chanceler da Alemanha entre 1909 e 1917, que Portugal deveria ceder Angola e o norte de Moçambique para ligar as colónias da *Deutsch-Südwestafrika* e da *Deutsch-Ostafrika*. O *II Reich* deveria também incluir o Congo belga, a África Equatorial francesa até ao lago do Chade, o *Togoland* e Daomé (hoje Benin), o norte do Senegal, e da Gâmbia até Tombuctu (pertencente ao Mali). Arthur Zimmerman (1864-1940), Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros alemão entre 1916 e 1917, imaginava um império alemão em África que englobava a África Central (entre o Sara e o Zambeze) e que incluía igualmente Madagáscar, Açores, Madeira e Cabo Verde.

Em Março de 1918, os alemães pretendiam também a totalidade de Moçambique, o norte da Rodésia, o Uganda e o Quênia, a Gâmbia britânica (incluindo Bathurst e Dacar), a Guiné portuguesa e um conjunto de bases navais (Ferro, 2008, p. 186).

Efectivamente, e no essencial, a *Mittelafrika* deveria estender-se do Atlântico ao Índico (Gann, e tal., 1977, p. 230), satisfazendo a auto-suficiência económica da Alemanha através da exploração de recursos naturais das terras aráveis e o controlo das rotas comerciais. Importa sublinhar que o poder político alemão foi constantemente pressionado pelas sociedades coloniais, pelos pangermanistas e por outros movimentos de Direita relativamente à expansão colonial alemã em África (Olusoga, et al., 2010, p.267).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

(1) A Pressão Diplomática Alemã sobre o Espaço Colonial Português
Com efeito, a ideia de *Mittelafrika* implicava a inclusão das colónias portuguesas de Angola e Moçambique e, neste sentido, a Alemanha desenvolveu Acordos Secretos, em 1898 e em 1913, com a Inglaterra.

(a) Os Acordos Secretos Anglo-Alemães de 1898

Em 1898 verificou-se o estabelecimento dos primeiros acordos secretos⁴⁵, constituídos por duas convenções, entre a Inglaterra e a Alemanha, relacionados com o destino das colónias portuguesas (em particular Angola e Moçambique⁴⁶) e o problema da dívida externa portuguesa. Não houve qualquer preocupação em tentar conhecer quais eram os interesses portugueses, mas no que respeitava à Inglaterra esta procurava, deste modo, assegurar a neutralidade alemã, a retirada do apoio alemão à República dos Boers na África do Sul, e a redução do programa de rearmamento da Marinha alemã.

No entanto, Portugal recusaria a ajuda financeira anglo-alemã e, consequentemente, estes acordos tornaram-se inaplicáveis. A Inglaterra não estava interessada na implementação destes acordos, porque estes favoreciam a Alemanha, uma vez que com estes acordos a Alemanha teria mais territórios em África. Caso Portugal aceitasse a ajuda financeira alemã, a Alemanha receberia como garantia o produto das alfândegas do norte de Moçambique para o Chire, e do sul de Angola para Benguela, e Timor. Na perspectiva alemã, estes acordos deveriam permanecer secretos de forma a evitar uma contra-proposta francesa a Portugal, que acabaria por tornar inviável a aplicação dos acordos anglo-alemães.

⁴⁵ A primeira convenção estabeleceu que a ajuda financeira a Portugal seria resultado de um acordo comum entre a Inglaterra e a Alemanha, tendo como garantia os territórios já mencionados. A segunda estabeleceu que se Portugal não pagasse os encargos com a sua dívida, perderia Angola, Moçambique e Timor que, por sua vez, passariam a ser parte do império colonial inglês e do império colonial alemão (Lara, 2000, p.50).

⁴⁶ Apesar da Geopolítica Alemã nesta época ter uma orientação essencialmente económica e cultural (que hoje mantém), tal não a impedia de utilizar as suas forças militares (e também a sua presença científica e comercial sem o consentimento português) aquando da sua tentativa de penetrar primeiro no espaço geopolítico de Angola (a sul) e, depois, por arrasto no espaço geopolítico de Moçambique (a norte). Isso verificou-se, sobretudo, pelo facto da Alemanha desta época ser um país militarista, em que os militares se encontravam presentes na esfera dos negócios, desempenhando cargos como directores de empresas ou bancos (Ferro, 2008, p.30). Na disputa por Angola e por Moçambique entre alemães e portugueses, convém destacar como acontecimentos culminantes a Batalha de Naulila, a 18 de Dezembro de 1914, ainda antes de Portugal ter entrado na Primeira Guerra Mundial e, a Batalha de Negomano, a 25 de Novembro de 1917, já depois de Portugal ter entrado na Primeira Guerra Mundial contra a Alemanha (Fernandes, 2014b, pp. 81-83; Fernandes, 2015b, pp.98-100).

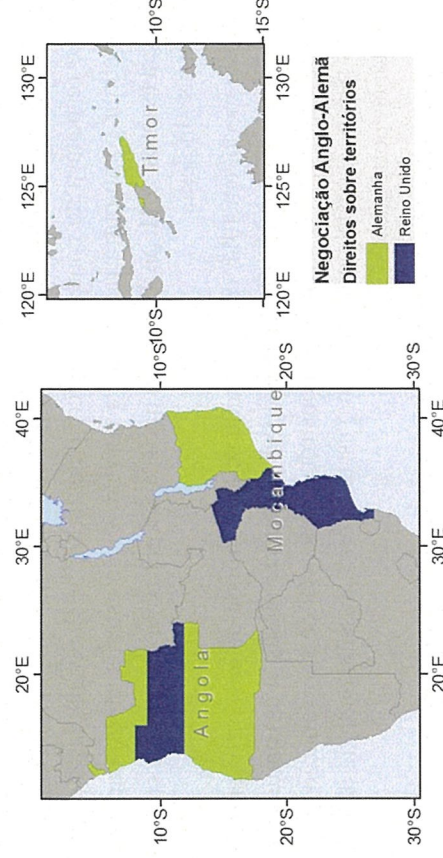


Figura 7 - Divisão geográfica de Angola, Moçambique e Timor entre a Inglaterra e a Alemanha em 1898

Fonte: Bessa Pacheco 2014, p.454.

Simultaneamente, a 14 de Outubro de 1899, verificou-se a assinatura de uma declaração secreta entre a Inglaterra e Portugal, reafirmando a validade dos tratados da aliança luso-inglesa de 1642 e de 1661. Em caso de conflito entre a Inglaterra e a República dos Boers, Portugal não seria neutral e ajudaria a Inglaterra que, por sua vez, também ajudaria Portugal. Nenhuma das partes poderia participar numa Guerra ou num tratado destinado a prejudicar a outra parte. Finalmente, a Inglaterra iria ter a obrigação de defender e proteger todas as colónias portuguesas de conquistas presentes ou futuros inimigos, o que significava a anulação dos acordos anglo-alemães acerca do espaço colonial português (Magalhães, 2000, p. 207).

(b) A Tentativa Anglo-Alemã de Revisão dos Acordos Secretos em 1913

Após o 5 de Outubro de 1910, que resultaria no estabelecimento da República Portuguesa, e na aprovação da Constituição de 1911, “começou” oficialmente a primeira República em Portugal. Na Europa, Portugal tornar-se-ia uma República quando a maioria dos países europeus eram ainda Monarquias⁴⁷,

⁴⁷ A relação entre o rei D. Carlos I de Portugal e o seu primo (em segundo grau) Edward VII (tio de Wilhelm II), teve um importante papel a evitar a aplicação dos acordos anglo-alemães para Portugal. Assim, a declaração secreta de 1899 foi resultado de uma manifestação da lealdade e da solidariedade dinástica entre os dois reis (Santos, 2011, p. 73).

sendo que esta foi igualmente uma das razões porque Portugal começou a ficar crescentemente isolado da Europa. Porém, a maior preponderância de Espanha no que respeitava ao contexto Ibérico, defendida por Churchill, acabou por se constituir como outra razão para a desvalorização estratégica do papel de Portugal (Santos, 2011, pp. 65 e 66), o que acabou por ter consequências para a aliança luso-inglesa.

Deste modo, em 1911, começou uma segunda ronda de encontros entre a Inglaterra e a Alemanha, respeitante às colónias portuguesas. A assinatura dos acordos anglo-alemães de 1898 demonstrou o potencial de aproximação entre os dois países, especialmente quando o assunto era a possibilidade de divisão das colónias portuguesas.

Em 1913, a Inglaterra e a Alemanha deveriam rever os acordos de 1898. Moçambique seria para a Inglaterra, com excepção do Niassa, e para a Alemanha seria Angola (com Cabinda), Niassa em Moçambique e São Tomé e Príncipe. O que a Alemanha pretendia inicialmente era obter o apoio inglês para a penetração económica⁴⁸ alemã, sobretudo em Angola, mas também em São Tomé e Príncipe e Moçambique. Todavia, a Inglaterra pretendia informar a França acerca da inclusão de São Tomé no texto inglês, o que desagradou a Alemanha que não queria publicar previamente estes acordos.

Interessada em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Cabinda, a França apenas conheceu este acordo anglo-alemão depois da sua conclusão e, tentou, a 14 de Fevereiro de 1914, oferecer a Portugal uma ajuda financeira alternativa para o desenvolvimento das colónias portuguesas. Em contraste, a França pediu 50% de todos os lucros com as colónias portuguesas.

Ao mesmo tempo, continuavam a ocorrer iniciativas privadas alemãs no interior do espaço colonial português, sempre com o apoio do governo imperial alemão. A 28 de Maio de 1914 uma instituição financeira alemã adquiriu a maioria das acções da Companhia do Niassa. Dois meses depois, a Alemanha preparou uma ajuda financeira para propor a Portugal, pretendendo como garantia receber os rendimentos das alfândegas angolanas.

Só em Julho, depois de sucessivas alterações ao texto e repetidos adiamentos da publicação (pela Alemanha), é que Wilhelm II deu permissão para assiná-los, mas era demasiado tarde... A 28 de Julho começou a Primeira Guerra Mundial.

⁴⁸ Ao criar uma companhia com diferentes interesses económicos entre si, na qual a maioria dos capitais eram alemães (Santos, 2011, p. 67).

(2) O Poder Naval Alemão: A Influência de Alfred Mahan e o Poder Naval Inglês

Com o objectivo de se assumir como um *Weltmacht* e conquistar *ein Platz an der Sonne* [um lugar ao Sol]⁴⁹, a Alemanha iniciou, especialmente em 1898, com o Almirante Alfred Tirpitz (1849-1930), como Secretário de Estado da Marinha Imperial alemã, uma política naval inspirada na obra do Almirante Americano Alfred Mahan (1840-1914), intitulada *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783* (1890), considerado como o “Clausewitz do Mar” pelo facto de ter pensado a estratégia naval tal como o general e teórico prussiano, Carl von Clausewitz, pensou a estratégia terrestre (Defarges, 2003, p. 43). Mahan⁵⁰ defendia que a chave da hegemonia mundial residia no controlo das rotas marítimas (Fonseca, 2003, p. 3).

Tirpitz seria responsável pela fundação da *Deutscher Flottenverein* [Liga Naval alemã], um importante grupo de pressão⁵¹, que se encontrava associado ao Ministério da Marinha Imperial alemã e recebia um considerável apoio financeiro da Krupp e da Stumm, responsáveis pela propaganda que defendia a necessidade alemã de uma Marinha poderosa (para proteger o comércio externo e os interesses coloniais alemães, mas também para apoiar o seu desejo de se tornar um *Weltmacht*) (Fullbrook, 2008, p.142).

Wilhelm II era neto da Rainha Victoria e, em 1887, quando esteve na Inglaterra aquando do jubileu da sua avó, ficou fascinado com o poder da Marinha inglesa e regressado à Alemanha vinha pleno de anglofilia e, em certa

⁴⁹ Expressão que resumia o pensamento de Bernhard von Bülow (1849-1929) que, em 1900, se tornou chanceler, sucedendo a Chlodwig von Hohenlohe Schillingfürst (1819-1901). A afirmação dos direitos de grande potência, do seu prestígio e do seu papel internacional foram os argumentos políticos que terão motivado e originado a *Weltpolitik* (Poidevin, 1983, p.17).

⁵⁰ Empenhado em doutrinar a expansão do poderio naval norte-americano, em 1897, Mahan publicou *The interest of America in sea power*, defendendo que os EUA deveriam: associar-se ao poder naval inglês no controlo dos mares; colocar em acção uma defesa coordenada entre europeus e americanos e destinada à destruição das ambições asiáticas. Consciente do poder alemão, o Almirante americano refere ainda que os EUA deveriam conter a expansão continental e as pretensões marítimas do II Reich, através de um maior controlo dos mares no Caribe e no Pacífico, com a abertura do Canal do Panamá em 1914, unindo as frotas do Atlântico e do Pacífico, o que transformaria os EUA numa ilha-continente do Ocidente (Fonseca, 2003, pp. 3 e 4).

⁵¹ Convém, neste sentido, não esquecer o papel também desempenhado pela *Alldeutscher Verband* [Liga Pangermanista], denominação adquirida em 1983. Esta Liga constituiu-se, em 1891, como *Allgemeinen Deutschen Verband*, tendo sido um dos principais motores de expansão do Reich graças à intensa e, muitas vezes, polémica actividade propagandística organizada (Poidevin, 1982, pp. 21 e 22).

medida, escrivado pelo seu uniforme de Almirante da Marinha inglesa⁵². Foi, nesta linha, que na sequência da publicação do livro de Mahan, cujas ideias recebeu com grande entusiasmo, Wilhelm II facilitou a tradução deste para língua alemã em 1896. Aliás, o Imperador alemão fez mesmo questão de receber o Almirante a bordo do seu iate (Murphy 1997, p. 3; Carter, 2009, p.107).

Consequentemente, o imperialismo surgiu associado ao programa de construção de uma frota naval, já que Wilhelm II considerava que o futuro estava no mar: poder imperial significa poder marítimo, sendo que o poder marítimo e o poder imperial dependem um do outro de tal maneira que não podem existir um sem o outro (Fischer, 2007, pp. 148-149). De facto, a Inglaterra era um exemplo para o Imperador alemão. Não só porque esta detinha hegemonia comercial, mas também porque esta tinha um grande Império colonial e uma frota destinada a assegurar e defender os interesses ingleses no mundo. Contudo, enquanto Wilhelm II encarava a Inglaterra como um exemplo a seguir, Tirpitz defendia que esta se constituía como a principal rival da Alemanha. Na perspectiva de Tirpitz, se a Alemanha tinha vencido a França, tida como a maior potência do espaço europeu em 1870/1871, teria agora de conseguir decisivamente o mesmo contra a Inglaterra, o maior império marítimo do mundo (Cribbs, 2004, p. 22; Poidevin, 1983, p.17; Fischer, 2007, p.151).

Neste sentido, e desde 1898, Tirpitz iniciou um programa para construção de uma frota de alto mar, que seria a segunda maior do mundo e acabaria por conduzir à deterioração das relações anglo-germânicas. Para a Inglaterra, que era a rainha dos mares⁵³, a crescente Marinha Imperial alemã representava uma ameaça maior do que os competitivos produtos *made in Germany*. Por outro lado, também as questões africanas acabariam por ter influência nas relações anglo-germânicas, como foi o caso da pretensão alemã sobre Marrocos (Smith, 2008, p.142) ou ainda como sublinhou Lowe (2005, p.101): "From a high point in 1890 at the signing of the Heligoland-Zanzibar treaty, they deteriorated during a quarrel in 1894 over the Anglo-Congolese treaty, to reach their nadir in 1896 during the Transvaal crisis. In 1898 relations improved again with an agreement over the Portuguese Colonies in Africa".

⁵² Carter (2009, p. 107) sublinha igualmente que o Imperador alemão se comportava acima de tudo como uma criança a este respeito, sendo que este terá mesmo afirmado que o seu título naval inglês (Almirante) significava que ele tinha o direito de contribuir junto da sua avó, a Rainha Vitória, com os seus conselhos de especialista em assuntos navais ingleses.

⁵³ "«Britain rules the waves» só era possível se «nobody rules Europe»" (Fischer, 2007, p.151).

Friedrich Ratzel, a Alemanha de Wilhelm II e a Primeira Guerra Mundial

Com efeito, a Marinha assumiu uma importância crescente na política alemã depois da viragem do século (Fullbrook, 2008, p.142), que colocaria a Alemanha numa posição de igualdade relativamente aos existentes impérios mundiais (Lowe, 2005, p. 142). Esta importância era tal que a modernização do Exército acabaria por ser descurada⁵⁴ (Fischer, 2009, pp. 146 e 147); o problema é que a Alemanha era e continua a ser um poder essencialmente continental, tendo em atenção o espaço geopolítico de que dispõe (com apenas uma fronteira marítima). E, portanto, tal como referido por Cribbs (2004, p. 21), “The success of the Prussian Army had been the decisive factor in the establishment of a unified Germany (...)”.

Além disso, a Alemanha dispõe apenas de um único acesso ao mar, situado a norte. Este acesso permite-lhe, todavia, o contacto com dois mares, ambos interiores e sem acesso directo ao oceano, o Mar do Norte a noroeste e o Mar Báltico a nordeste. O Mar Báltico permite apenas aceder à Península Escandinava e à Rússia, sendo que o Mar do Norte era fortemente controlado pela Inglaterra nesta altura, o que poderia dificultar o livre acesso alemão.

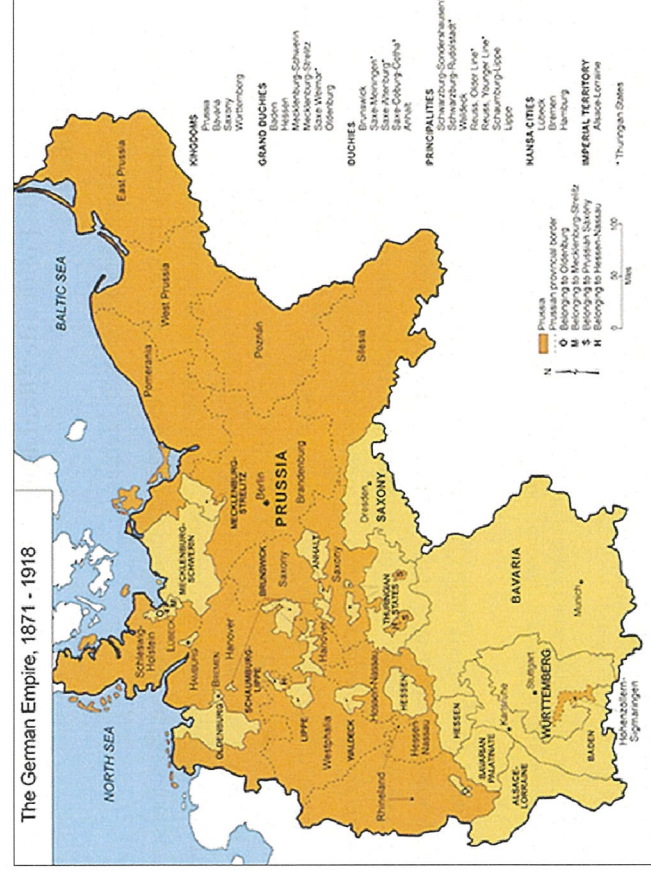


Figura 8 – O Império Alemão 1871-1918

Fonte: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/map.cfm?map_id=2196.

⁵⁴ Foi, todavia, graças a este Exército que a Alemanha venceu a Rússia em 1917 (Fischer, 2007, p. 146).

Na verdade, a Alemanha nunca tinha tido uma Marinha tão grande como aquela que teve com Wilhelm II e Tirpitz, mas faltava alguém com a visão estratégica de Bismarck para perceber que as consequências viriam mais tarde (Cribbs, 2004, p.22). Wilhelm II esqueceu-se de pensar que o programa alemão para construção de uma frota de alto mar (e as suas consequentes actualizações em 1900 – programa de cruzadores –, em 1906 – programa de couraçados –, em 1912 – programa de submarinos –⁵⁶) poderia ser encarado como uma ameaça directa ao império inglês e à supremacia inglesa dos mares. Reflectindo a posição inglesa, o historiador inglês Taylor (2008, p. 173) considerou o seguinte “*The navy was therefore purely a weapon of offence; and it is not surprising that the British drew the conclusion that the offence could be directed only against them*”.

Bismarck sempre defendeu como sendo essencial para a Alemanha a manutenção de uma política de compreensão com a Inglaterra (Martelo, 2013, p. 159) e, neste sentido, deverá recordar-se o que foi referido por Mathias Fischer (2007, p. 220), que considerou que sem o apoio inglês a França (ainda que associada à Rússia) jamais tentaria uma nova guerra contra a Alemanha.

c. A Ruptura da Política de Alianças e a Desvalorização do Equilíbrio de Poderes

(1) As Relações Franco-Russo-Alemãs

Leo von Caprivi, um general sem experiência política, foi nomeado sucessor de Bismarck como Chanceler, em 1890, sendo que um dos seus primeiros actos relacionou-se com a não prorrogação do Tratado concluído com a Rússia, a 18 de Junho de 1887 (Taylor, 2008, p. 163), que era tida para Bismarck como a “peça-chave para garantir a segurança da Alemanha” (Fischer, 2007, p. 93).

Considerando que o Tratado de Resseguro⁵⁶ (*Rückversicherungsvertrag*) (1887) se encontrava em contradição com o espírito da Tripla Aliança estabelecida em 1882, entre a Alemanha, a Áustria-Hungria e Itália⁵⁷, Wilhelm II optou por declinar a proposta russa para o renovar, em 1890 (Milza, 1999, pp. 87 e 88).

⁵⁶ Na origem deste *Wassermilitarismus* [militarismo aquático] encontrou-se a capacidade tecnológica e moderna, associada à ascendente burguesia comercial interessada numa *Weltpolitik* da Alemanha Guilhermina (Fischer, 2007, p.147).

⁵⁶ Favorecendo a Rússia, este Tratado previa: a neutralidade recíproca em caso de guerra, o reconhecimento dos direitos históricos russos sobre os Balcãs e apoio diplomático no caso da circulação dos navios de guerra russos nos Estreitos do Bósforo e de Dardanelos (Fischer, 2007, pp. 92 e 93).

⁵⁷ A Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália comprometiam-se a garantir o seu apoio no caso de um ataque realizado contra as partes. Assim, a Itália e a Alemanha garantiam uma defesa mútua se o ataque fosse originado pela França, sendo que a Itália não se comprometia ao mesmo se o ataque proveniesse da Inglaterra. A Itália permanecia desfavorável ao estabelecimento de um acordo com a Áustria-Hungria, antiga inimiga na sua unificação.

Convém notar que as relações germano-russas sofriram, desde 1879, alguma erosão resultante do aumento das taxas aduaneiras sobre a importação de produtos agrícolas russos e, do facto de nos anos oitenta, Bismarck ter proibido a concessão de créditos pelo Banco Central do *Reich* ao Império Russo, o que justificou a crescente influência francesa na Rússia graças à disponibilização de capitais de investimento, indispensáveis ao desenvolvimento russo (Fischer, 2007, p. 138). Segundo Calleo (1990, p. 25) “*Bismarck himself took the fatal steps that were to link France and Russia in a union to destroy Germany*”.

A associar a esta deterioração das relações comerciais do Império Alemão com a Rússia, a rejeição alemã da proposta russa para renovar o Tratado, objecto de inúmeras críticas, sobretudo de Bismarck que encarava a ligação a São Petersburgo como vital (Fischer, 2007, p. 137), em Agosto de 1890, contribuiu para a aproximação franco-russa que acabou por culminar na assinatura de uma Convenção militar secreta entre os dois Estados, a 18 de Agosto de 1892, só ratificada a 27 de Dezembro de 1893 pela Rússia e, no ano seguinte, a 4 de Janeiro pela França.

E com esta aliança, com a mesma duração que a Tríplice, estabelecia-se que: se a França fosse atacada pela Alemanha ou pela Itália apoiada pela Alemanha, a Rússia ajudá-la-ia com 800 000 homens postos em campo contra a Alemanha; acaso a Rússia fosse atacada pela Alemanha ou pela Áustria-Hungria apoiada pela Alemanha, a França ajudá-la-ia em campo com 1300 000 homens; a mobilização ainda que parcial de uma das forças da Tríplice conduziria à mobilização geral em França e na Rússia; fariam a paz juntas (Milza, 1999, pp. 87-92).

Consequentemente, em 1899, as relações franco-russas evoluíram: a França comprometeu-se a auxiliar a Rússia na sua política balcânica, sobretudo no caso da Áustria-Hungria tentar desrespeitar o *statu quo*, enquanto a Rússia prometeu apoiar a França na questão da Alsácia-Lorena. Num protocolo datado de 1900, prevê-se que em caso de uma guerra com a Inglaterra, a França mobilizaria 150 000 homens para a zona da Mancha e, a Rússia, por sua vez, lançaria a partir do Turquistão uma operação em direcção à Índia (Milza, 1999, p. 145).

(2) As Relações Italo-Franco-Alemãs

A partir de 1896 iniciou-se uma aproximação entre a França e a Itália. O diferendo entre os dois Estados fundava-se na questão tunisina que, em Setembro desse mesmo ano, culminou com a assinatura de uma Convenção sobre a Tunísia, segundo a qual a Itália reconhecia o protectorado francês sobre o território em causa, em troca da obtenção de vantagens económicas,

do reconhecimento de um estatuto privilegiado para os nacionais italianos aí residentes e do direito a estes conservarem o seu ensino elementar (Milza, 1999, pp. 94 e 95).

Em Novembro de 1898, os dois Estados assinaram um Acordo pondo termo à guerra de tarifas entre si existente, sendo que, só em Junho de 1902, após toda uma partilha de zonas de influência no Mediterrâneo ocidental, se verificou a assinatura de um Acordo secreto entre os dois países através do qual se consignou a estrita neutralidade da Itália em caso de guerra franco-alemã não apenas no caso da Alemanha ser a agressora, como também no caso da França levar a cabo uma iniciativa bélica como resposta a uma provocação indirecta. Importa ainda referir que este Acordo foi assinado dois dias depois da Itália ter aceite a renovação da *Triplíce Aliança*, a 28 de Junho (Milza, 1999, pp. 95, 96 e 98).

d. A *Triplíce Entente*

No século XIX, a Inglaterra seguia uma política de alheamento face às alianças formais, mas de aproveitamento das rivalidades entre as potências europeias, sendo que na Alemanha se considerava impensável a chegada a um entendimento entre a França e a Inglaterra (Fischer, 2007, p. 204).

Contudo, na sequência do fracasso das negociações com a Alemanha de Wilhelm II que procurava rivalizar com a hegemonia da Inglaterra nos mares, o ministro dos assuntos coloniais inglês Joseph Chamberlain (1836-1914)⁵⁸ manifestou, a partir de 1902, o desejo de reatar relações com a França, pois, em caso de guerra com a Alemanha, enquanto o apoio da frota francesa permitiria garantir a guarda do Mediterrâneo, a Inglaterra poderia concentrar-se no Mar do Norte (Milza, 1999, pp. 142 e 148).

Portanto, a 8 de Abril de 1904 assinou-se um acordo entre a França e a Inglaterra que daria origem à *Entente Cordiale*. Este acordo incluiria: a renúncia francesa ao direito exclusivo de pesca que detinha no oeste da Terra Nova, em troca das ilhas de Los, situadas em frente a Conacri, da rectificação de fronteiras nas zonas do Chade-Niger e de uma indemnização; um acordo sobre o Siame, dividido em duas zonas de influência, e sobre as Novas Hébridas; uma troca de declarações em que a França se compromete a não intervir no Egipto e a Inglaterra a não intervir em Marrocos, apoiada por artigos secretos que prevêem a proclamação de um protectorado inglês sobre o Egipto, caso a França faça o mesmo relativamente a Marrocos (Milza, 1999, pp. 143-145).

⁵⁸ Juntamente com Cecil Rhodes (1853-1902), Chamberlain defendia uma aliança entre a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha (Fischer, 2007, p. 207).

Nos anos de 1911 e 1912, na denominada segunda crise de Marrocos, em que a Alemanha de Wilhelm II desejava obter o Congo francês em troca da total liberdade de acção francesa em Marrocos, a *Entente Cordiale* saiu reforçada (Milza, 1999, pp.163 e 166).

Estando já na posse dos Camarões, a obtenção alemã do Congo francês permitir-lhe-ia dispor de um importante domínio colonial na África Central. Dezasseis dias após a atracagem do navio de guerra alemã *Panther*, em Agadir, no sul de Marrocos, a França recusou-se a aceitar a cessão da sua colónia, tendo contado com o apoio da Inglaterra que, a 21 de Julho, manifestou publicamente o seu apoio à posição francesa (Milza, 1999, pp. 163 e 164).

A crise terminou com a assinatura de um acordo entre a Alemanha e a França, a 4 de Novembro de 1911. Segundo este acordo, a Alemanha comprometeu-se a não intervir no protectorado francês em Marrocos, cedendo também um pequeno território situado a sul do Lago Chade. Em troca, a Alemanha recebeu uma parte do Congo francês, entre os Camarões e o Congo belga, sendo que em caso de venda deste último a França só poderia exercer o direito preemptivo, que lhe tinha sido reconhecido pela Conferência de Berlim em 1884, após conferenciar com a Alemanha (Milza, 1999, pp. 164 e 165).

Persuadido por Bernhard von Bülow, então Chanceler da Alemanha, e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Wilhelm II desembarcou na cidade portuária de Tânger, em Marrocos. Durante o seu passeio pelo centro histórico da cidade, Wilhelm II terá declarado que o Sultano de Marrocos era um país independente, sendo que nenhuma potência estrangeira tinha o direito de assumir direitos de interferência sobre este. O Imperador alemão questionava, desta forma, a posição de domínio da França em Marrocos, que após o conflito de Fashoda, em 1898, havia sido acordada com a Inglaterra que, em troca, ficou com o Egipto e o Sudão (Fischer, 2007, pp. 216 e 217).

O despoletar da primeira crise marroquina de Março de 1905, com a realização da visita e a declaração de Wilhelm II em Tânger, que tinha como objectivo causar um afastamento entre a Inglaterra e a França (Milza, 1999, p.144), acabou por se constituir para a Alemanha como uma derrota diplomática, já que que em 1906, na Conferência de Algeiras, a Inglaterra, a Itália e a Rússia se colocaram ao lado da França (Fischer, 2007, p. 217).

Ao insucesso alemão nesta crise, associou-se ainda o fracasso de Wilhelm II na tentativa de criação de uma aliança defensiva entre a Alemanha e a Rússia. A 23 de Julho de 1905, o último Imperador alemão encontrou-se em Bjorko com o czar, procedendo-se mesmo à assinatura do Tratado. No entanto, e não podendo conservar em simultâneo uma aliança com o Império Alemão e boas

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

relações com a França, Nicolau II (1868-1918) acabou por renunciar ao acordo (Milza, 1999, pp. 145-147).

Para além da aliança que já existia entre a França e a Rússia, passaria igualmente a verificar-se, em 1907, uma aliança entre a Inglaterra e a Rússia, mediante a assinatura, a 31 de Agosto, de uma Convenção, em que a Inglaterra renunciava ao Tibete e a Rússia ao Afeganistão, verificando-se a divisão da Pérsia em três zonas: o norte russo, o sul inglês e o centro neutro (Milza, 1999, p. 149).

A partir de 1907, a Europa ficou, assim, dividida em dois blocos antagónicos: a *Tríplice Entente*, formada por uma aliança existente entre a Inglaterra, a França e o Império Russo; e a *Tríplice Aliança*, acordada entre o Império Alemão, a Áustria-Hungria e a Itália (Milza, 1999, p. 153).

e. As Convulsões nos Balcãs

(1) A Crise Bósnia de 1908-1909

A 16 de Setembro de 1908, a Áustria-Hungria prometeu à Rússia apoiá-la diplomaticamente no concernente à alteração do regime dos Estreitos, em troca do seu apoio relativamente ao projecto de anexação da Bósnia (Milza, 1999, p.156).

A 5 de Outubro de 1908 verificou-se a anexação da Bósnia-Herzegovina pela Áustria-Hungria⁵⁹, como corolário de um conjunto de iniciativas⁶⁰ levadas a cabo por Aehrenthal (1854-1912) tendo em vista a neutralização do “foco revolucionário” que o reino independente da Sérvia constituía, interessado numa união de todos os Eslavos do sul (Milza, 1999, pp.155-157).

Apoiando a Sérvia, a Rússia preparou-se para a mobilização. A Inglaterra e a França propuseram à Alemanha associar-se-lhes, mas esta recusou já que aprovava a iniciativa austro-húngara, pelo que as duas potências acabaram por aceitar a referida anexação. A 26 de Fevereiro de 1909, e depois de difíceis negociações, o governo turco acabou também por aceitar (Milza, 1999, p. 157).

A 19 de Março, e de forma a dar resposta ao ultimato da Áustria-Hungria, a Sérvia consultou a Rússia no sentido de saber se podia (ou não) contar com o seu apoio armado num diferendo militar com Viena. Pressionada pela Alemanha a aceitar e não tendo o apoio inglês e francês, uma vez que os seus interesses

⁵⁹ A Áustria-Hungria contava igualmente com o apoio da Bulgária que aproveitou a ocasião para se declarar independente do Império Turco (Milza, 1999, pp. 156 e 157).

⁶⁰ Destas medidas são de destacar: a adopção de medidas alfandegárias e a proibição da importação de gado sérvio; a construção de uma via-férrea para Salónica, autorizada pelo governo turco, que passando por Sandjak e por Novi-Bazar separaria a Sérvia e o Montenegro (Milza, 1999, p. 156).

vitais não se encontravam em jogo, a Rússia decidiu recuar, a 31 de Março, pelo que a Sérvia assinou as exigências das potências centrais (Milza, 1999, p.158).

Esta foi uma vitória diplomática das aliadas Áustria-Hungria e da Alemanha, que acarretou consigo o descontentamento italiano⁶¹. Tendo sido afastada desta crise, a Itália procurou, por conseguinte, aproximar-se da Rússia, num encontro consumado a 24 de Outubro, em Racconigi: como compensação pelo apoio diplomático italiano na questão dos Estreitos, a Itália de Victor Emanuel III recebeu da Rússia “carta branca para actuar na Tripolitana” (Milza, 1999, pp. 158 e 159).

Neste contexto, e receando esta atitude italiana, a Áustria-Hungria acordou com Itália, a 19 de Dezembro, a manutenção do *statu quo* balcânico, comprometendo-se a compensá-la sempre que se verificar uma nova anexação (Milza, 1999, p.159).

(2) Os Conflitos de 1912-1913

A 5 de Novembro de 1911, a Itália anunciou a sua intenção de ocupar a Tripolitana. Tendo-se apoderado facilmente do litoral, deparou-se, porém, com uma forte resistência das populações árabes apoiadas pelos turcos. Visando vencer esta resistência, a Itália decidiu ocupar Rodés e o Dodecaneso. Aproveitando a guerra ítalo-turca, a Rússia decidiu virar-se para os Balcãs, incentivando a formação da Liga Balcânica, uma liga militar, sob a sua influência (Milza, 1999, p.170).

Oficialmente defensivo assinou-se um tratado de aliança entre a Sérvia e a Bulgária, a 13 de Março de 1912, incluindo uma cláusula secreta que estipulava se um dos dois países entrasse em guerra, o outro entraria também. Foi igualmente prevista a partilha da Macedónia, à excepção de uma zona existente de um lado e do outro do rio Vardar (Milza, 1999, p.171).

A 29 de Maio, a Bulgária assinou um tratado com a Grécia, contra a Turquia. Sem uma convenção escrita, o Montenegro deu a conhecer a sua adesão a esta Liga aos búlgaros, sérvios e gregos (Milza, 1999, p.171).

Em Outubro de 1912, as potências balcânicas entraram em guerra com a Turquia. Com o fim do conflito, a 30 de Maio de 1913, a Turquia foi obrigada a submeter-se ao tratado, entregando à Liga Balcânica todos os seus territórios europeus situados a ocidente da linha Enos-Midia, bem como as ilhas do Mar Egeu e Creta (Milza, 1999, p.172).

⁶¹ Como resultado do enfraquecimento da Triplice Aliança (Milza, 1999, p.159).

Efectivamente, foi a divisão dos territórios europeus da Turquia que conduziu à segunda guerra balcânica, já que a Sérvia exigia uma compensação na Macedónia, enquanto a Bulgária, considerando que foi quem mais investiu na guerra, exigia a parte mais importante dos territórios. Neste contexto, a Sérvia acordou com a Grécia a repartição da Macedónia e o estabelecimento do rio Vardar como limite para a expansão búlgara, assinando uma aliança defensiva por dez anos contra a Bulgária. A Roménia exigia igualmente a cessão da Silistria (Milza, 1999, p. 173).

A 27 de Junho de 1913 iniciou-se a guerra entre a Bulgária e a Sérvia. A Áustria-Hungria que ponderava a hipótese de intervir em caso de conflito, abandonou a Bulgária, dadas as recusas de apoio alemão e italiano (Milza, 1999, p.173).

A contenda militar terminou, a 10 de Agosto de 1913, com a assinatura da paz de Bucareste. A Bulgária conservou apenas a costa da Trácia e o vale da Strumitsa, enquanto a Sérvia recebeu Monastir e o vale do Vardar, dividindo com o Montenegro o Sandjak de Novi-Bazar. A Grécia ficou com o sul da Macedónia, a Salónica e a Trácia ocidental, a Roménia com a Dobruja meridional e a Turquia, mediante a assinatura de uma paz separadamente assinada a 29 de Setembro, obteve também a devolução da Andrinopla. Criou-se uma Albânia independente (Milza, 1999, pp. 174 e 175).

(3) O Assassinato Sérvio do Herdeiro Áustro-Hungaro em 1914

Com efeito, a paz de Bucareste de 1913 acabou por desenvolver uma situação de instabilidade nos Balcãs, devido ao facto de ter reforçado a Sérvia, desencadeado a rivalidade entre a Itália e a Áustria em torno da Albânia e ter conduzido à perda do prestígio alemão no Oriente (Milza, 1999, p. 176). Na verdade, esta instabilidade assentava, por um lado, na existência de várias tensões no Império Russo e no Império Áustro-Hungaro, sobretudo nos Balcãs, onde a hostilidade entre aqueles e o Império Turco se misturavam com os irredentismos locais, de base nacionalista romântica e revolucionária; e, pelo outro, em rivalidades entre os Estados, resultantes das guerras unificadoras da Alemanha e da Itália, fruto do irredentismo italiano da Venécia e da Dalmácia e do irredentismo francês da Alsácia-Lorena, e ainda produto da política naval da Alemanha e do seu constituído desafio pelo domínio dos mares⁶² que pertencia então à Inglaterra (Bessa et al., 2009, pp. 162 e 163).

Foi neste clima de crescente instabilidade e rivalidades internacionais, em que todos os Estados se preparavam para o eclodir de um conflito armado

⁶² A Alemanha destacava pela sua superioridade no que respeitava às “massas críticas e estatísticas demográficas, territoriais e, sobretudo industriais” (Bessa et al., 2009, p.163).

que, na sequência do assassinato sérvio do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do Império Áustro-Hungaro, a 28 de Junho de 1914 em Sarajevo, **se desencadeou a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)** (Milza, 1999, pp. 177 e 181); em que austríacos, alemães e turcos⁶³ se enfrentaram com franceses, ingleses e russos⁶⁴ (Bessa et al., 2009, p.163).

“E além do mais, em 1914, após quase meio século de paz, o que sabiam da guerra as grandes massas? (...) A guerra era uma lenda, e era exatamente a distância que a tornava tão heroica e romântica. Viam-na, ainda e sempre, através da perspectiva dos livros de leituras da escola e dos quadros expostos nas galerias: fascinantes cargas de soldados de cavalaria em uniformes resplandescentes, o tiro mortal quase sempre a atingir generosamente o coração em pleno, toda a campanha uma fulminante marcha triunfal - «No Natal já estaremos em casa», gritavam os recrutas às suas mães, a rir, nesse agosto de 1914. Quem é que, na aldeia ou na cidade, ainda se recordava da «verdadeira» guerra? (...) Uma rápida excursão romântica, uma aventura impiedosa e viril – era assim que a imaginação do homem simples de 1914 pintava a guerra, e os mais novos receavam sinceramente poder perder a oportunidade de viver algo de maravilhosamente excitante; por isso juntavam-se com arrebatamento em torno dos estandartes, por isso rejubilavam e cantavam nos comboios que os conduziam ao matadouro e a onda vermelha de sangue circulava ardentemente pelas veias de todo o império. (...) A guerra de 1914 (...) nada sabia das realidades, estava ainda ao serviço de uma ilusão, do sonho de um mundo melhor, mais justo e mais pacífico. E só a ilusão, não o conhecimento, traz felicidade. Por isso as vítimas daquela época marchavam, ébrias de júbilo, para o matadouro, coroadas de flores e com folhas de castanheiro nos capacetes, e as ruas ressoavam e cintilavam como se de uma festa se tratasse.” (Zweig, 2014, pp. 266-268)

4. A Primeira Guerra Mundial: Convergência e Divergência entre as Perspectivas de Friedrich Ratzel e de Wilhelm II

Com efeito, a Primeira Guerra Mundial teve múltiplas origens, tendo-se tratado não apenas de uma questão de luta política e económica entre

⁶³ A que se juntariam, a partir de 1916 e quebrada a sua neutralidade, os italianos (Bessa et. al. 2009, p.163).

⁶⁴ A que se juntariam, em 1917, os EUA (Fischer, 2007, p.249).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX
os Estados principais, como também de um processo de desenvolvimento econômico, político e social de “modernização” de toda a sociedade ocidental (Calleo, 1990, p. 29).

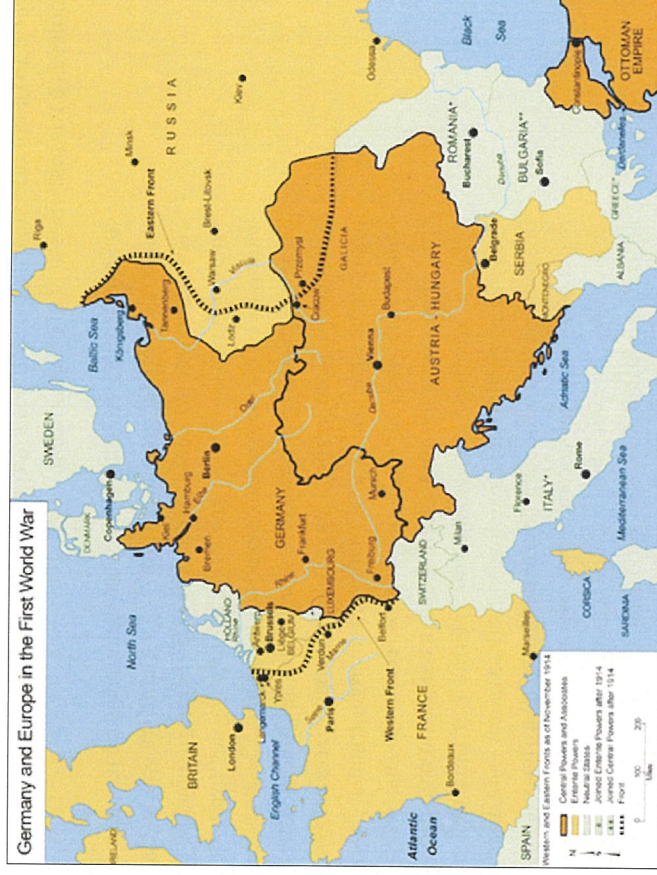


Figura 9 – A Alemanha e a Europa na Primeira Guerra Mundial

Fonte: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/map.cfm?map_id=2177.

Desde 1871, ano da sua unificação política, até ao início da Primeira Guerra Mundial em 1914, a Alemanha experimentou uma série de mudanças que modificaram radicalmente o seu carácter (Fullbrook, 2008, p.137). Mudanças políticas e intelectuais que acabaram por influenciar o pensamento de Friedrich Ratzel (Gallois, 1990, p.209): da *Kleindeutschland* de Bismarck à política colonial e desta à *Weltpolitik* de Wilhelm II.

Compreendendo a era de Bismarck (1862-1890) e mais tarde a era de Wilhelm II (1888-1918), a Alemanha de Friedrich Ratzel dispunha de três traços essenciais: recentemente unificada e em crescimento; *die verspätete Nation* [a nação atrasada] em relação à partilha do mundo e ávida de ter um espaço de expansão para si própria⁶⁵; e auto-considerada como a nação da ciência (Defarges, 2003, pp. 70-73).

⁶⁵ Ambição acentuada com a crise económica de 1873 (Defarges, 2003, p.71).

Se a Alemanha de Bismarck foi apresentada como “uma nação satisfeita”, atingida a unificação política e arquiectada uma política de alianças fundada sobre o equilíbrio de poderes, a Alemanha de Wilhelm II, com a saída de Bismarck a partir de 1890, queria uma *Weltpolitik*, sendo que para tal deveria investir na Colonização, “Ter colónias é dispor de mercados, de matérias-primas, é ser grande e respeitado!” (Defarges, 2003, pp. 72 e 98).

Espaço é segurança, num período em que o Darwinismo Social se aplicava à cena internacional, onde a ameaça é constante, analisando as rivalidades entre os Estados como uma luta pela sobrevivência. E, na verdade, a Alemanha sentia-se ameaçada – “*la position médiane est toujours très menacée; elle ne possède pas de frontières naturelles, ce qui lui confère généralement quelque chose d’incertain et de fluctuant. (...) La position médiane est généralement aussi une position close, du fait que l’État central se trouve pressé de tous côtés (...)*” (Ratzel, 1988, p.256) –, a oeste pela França e a leste pela Rússia, naquela que julgava ser uma insuficiente dimensão, constituindo-se como um enclave na *Mitteuropa*. Este sentimento acabaria por se acentuar com a aproximação franco-russa consubstanciada no estabelecimento de uma aliança em 1893-1894 (Defarges, 2003, p. 97).

Por outro lado, e enquanto pangermanista, Ratzel defendia, em teoria, que a Alemanha devia reunir num só Estado todos os alemães (Defarges, 2003, p.77), pelo que apoiava quer o projecto de domínio alemão da *Mitteuropa* quer um projecto colonial, considerando que o *Reich* se deveria elevar à categoria de continente de forma a assumir a posição de *Weltmacht*. A par deste espaço continental, e influenciado por Alfred Mahan (Murphy, 1997, p.7), Ratzel importava-se igualmente com o domínio marítimo, pelo que defendia a criação de uma frota capaz de equilibrar o poder marítimo inglês e reforçar o poder internacional alemão (Bessa et al., 2007, p.34; Correia, 2004, p.131).

Na prática, e seguindo a linha de Ratzel, a Alemanha lançou-se antes da Primeira Guerra Mundial, e ainda com Bismarck como Chanceler, à conquista de um Império Colonial e, conseguiu o terceiro maior do mundo, sendo que já com Wilhelm II e a sua *Weltpolitik*, procurou concretizar um projecto de controlo da *Mittelafrika* em África, que a levou igualmente a cobiçar as colónias portuguesas de Angola e Moçambique. De igual modo, e já depois da saída de Bismarck e tendo Tirpitz como Secretário de Estado do Ministério da Marinha Imperial, a Alemanha desenvolveu-se como poder naval, passando a possuir a segunda maior frota do mundo e rivalizando directamente com a Inglaterra. No entanto, e quanto ao domínio alemão da *Mitteuropa* e à união de todos os alemães numa *Großdeutschland*, defendidos por Ratzel, seria só

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

durante a Primeira Guerra Mundial que a Alemanha se expandiria para leste, conquistando, em 1915, a Polónia e a Lituânia; em 1917, a Estónia, a Letónia, a Ucrânia e a Bielorrússia; e em 1918, a Finlândia, sem que se fizesse referência ao conceito Ratzeliano de *Lebensraum* e à necessidade dos Estados crescerem espacialmente como organismos vivos.

Efectivamente, aquilo que Ratzel pretendia era que a sua geografia política se tornasse num instrumento útil ao serviço dos dirigentes alemães absorvidos num plano nacional, propondo-lhes uma solução em que a ciência e a política não se excluem mutuamente. Acima de tudo, este geógrafo político alemão desejava lançar as bases de uma ciência espacial do poder estatal (Bessa et al., 2007, p. 34; Defarges, 2003, p.74), mas a verdade é que apesar de ter desejado ser o conselheiro do príncipe na formulação justa da política (Defarges, 2003, p.76), a importância de Ratzel e da sua teorização apenas viria a ser reconhecida sobretudo após o fim da Primeira Guerra Mundial por aquela que viria a ser a futura Escola de Munique e, nesta linha, a obra *Politische Geographie* acabou por ser lida pelos geopolíticos alemães como se de um catecismo se tratasse (Korinman, 1990, p.45).

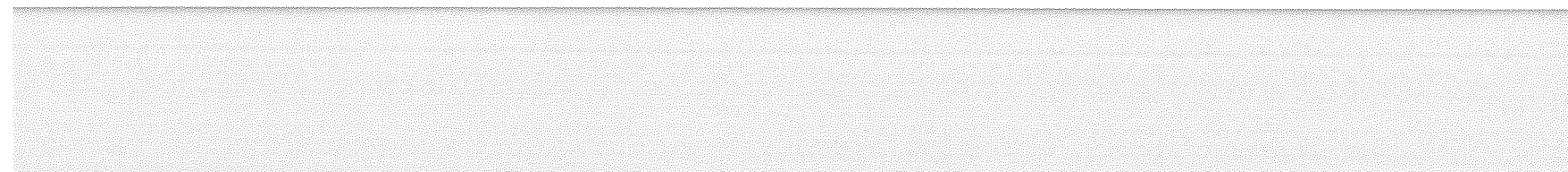
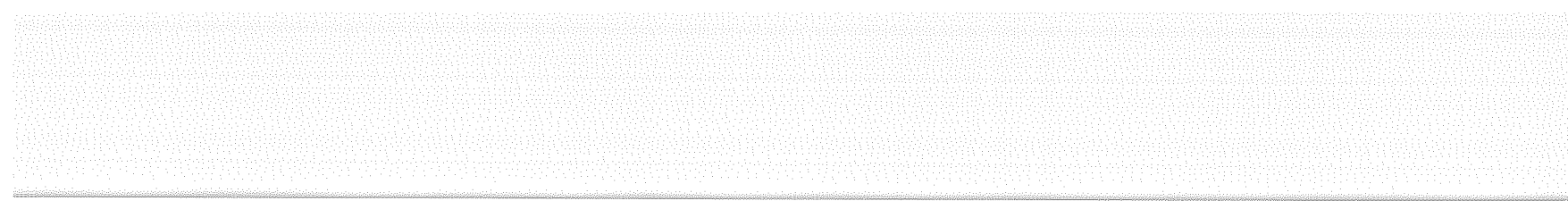
Korinman considera mesmo (1990, p. 85): “*On risquera donc l’hypothèse suivante: la geodoxa ratzélienne avait certainement pénétré les milieux gouvernementaux (...) mais à titre d’idéologie. (...) Le dogme ratzélien ne se discutait pas. Une fois assimilé par les politiques, il pouvait leur tenir lieu de philosophie du monde, sous-jacente, d’autant plus dangereuse qu’elle se présentait comme une science*”. Portanto, e a título de ideologia, Ratzel terá contribuído em certa medida para o Imperialismo alemão relativo ao período até e durante a Primeira Guerra Mundial, à semelhança do que se verificou também, por exemplo, com o historiador Heinrich von Treitschke (1834-1896), que tendo exercido uma grande influência sobre os jovens intelectuais, exaltava a política de poder e fazia a apologia da guerra. A Alemanha, na sua perspectiva, devia possuir colónias de forma a assegurar o seu poder.

De facto, Ratzel e Treitschke partilhavam, à semelhança de outros intelectuais alemães dessa época que mais não são do que produto uns dos outros, este desejo de incentivar, embora, com ângulos de visão diferentes, o expansionismo sob a direcção do Estado prussiano (Correia, 2004, p. 131; Silva, 2003, p. 2; Korinman, 1990, p. 84; Poidevin, 1983, p. 30). No que lhe respeitou, Ratzel esforçou-se por conferir um fundamento científico aos impulsos de extensão imperial alemã justificável pela necessidade da Alemanha obter mais *Lebensraum*, pelo que no fim do século XIX e no início

do século XX, foi mesmo considerado como o chefe da escola alemã de Geografia Humana (Gallois, 1990, p.214).

Porém, Ratzel morreu em 1904, ou seja, dez anos antes do começo da Guerra de 1914-1918, sem testemunhar a rivalidade franco-alemã pelo controlo de Marrocos, nas crises em Tãnger (1905) e em Agadir (1911), nem assistir à crescente instabilidade e ao estado de paz armada que a partir de 1911 se instalou na Europa, associados ao acentuar da tensão entre as potências nos Balcãs (Defarges, 2003, pp. 77 e 78; Milza, 1999, p.177).

No essencial, podemos concluir que Ratzel não deixou indicações concretas para a acção política, mas lançou as bases do pensamento geopolítico que viria a surgir com o fim da Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, na sequência da imposição do Tratado de Versailles à Alemanha.



KARL HAUSHOFER, A ALEMANHA DE ADOLF HITLER E A SEGUNDA 4. GUERRA MUNDIAL

1. A República de Weimar na Alemanha do Pós Primeira Guerra Mundial

A Primeira Guerra Mundial terminou com a assinatura de um armistício a 11 de Novembro de 1918, sendo que a “vitória final”⁶⁶ esperada por Sebastian Haffner⁶⁶, na altura com onze anos, e por muitos outros alemães, não chegou. Aliás, nesse mesmo dia, Haffner dirigiu-se como habitualmente ao comissariado da polícia e não existia qualquer comunicado no quadro acerca do desenrolar da guerra, que ele acompanhava enquanto observador⁶⁷ desde o início, encarando-a como algo tão irreal como um jogo, sendo “um fã da guerra⁶⁸”, na medida em que esta “Era um encanto obscuro, enigmático, que possuía um encanto infinito e perverso e aniquilava tudo o resto, anulava a vida real, era um vício como a

⁶⁶ Sebastian Haffner (1907-1999) foi um jornalista alemão (formado em Direito), criança durante a Primeira Guerra Mundial e jovem adulto com a chegada de Adolf Hitler ao poder, tendo emigrado da Alemanha para a Inglaterra com a sua noiva considerada como judia, Erika Hirsch. Entre os vários trabalhos publicados destaca-se *Geschichte eines Deutschen. Die Erinnerungen 1914–1933* [História de um alemão. Memórias 1914–1933], uma autobiografia incompleta que só viria a ser publicada já depois da sua morte pelos seus filhos (Fernandes, 2014, pp. 132-135).

⁶⁷ Era uma criança de sete anos quando a Guerra começou em 1914.

⁶⁸ Do mesmo modo que se pode ser um fã de futebol, tendo sido, à semelhança dos demais alemães, vítima da propaganda de ódio de 1915 a 1918. Embora, isso não tivesse significado que passara a odiar os Franceses, os Ingleses ou os Russos. Aliás, não os odiava, desejando apenas como um adepto de um clube de futebol, a sua derrota e humilhação, enquanto assistiria à vitória e ao triunfo da sua equipa, o que significaria que ansiava para que a Alemanha ganhasse a Guerra.

roleta ou o ópio”; e por isso, deslocava-se diariamente ao comissariado da polícia para ler o comunicado da frente da batalha que se afixava num quadro preto, ainda antes de ser publicado nos jornais: “Tinha de erguer-me nos bicos dos pés e inclinar a cabeça para trás para ler tudo. Fazia-o com paciência e grande dedicação todos os dias”. Ainda que não soubesse o que era a paz, tinha já uma ideia da “vitória final” pela qual tanto ansiava, encarando-a como “um aumento inimaginável de todas as vitórias anunciadas, em que o número de prisioneiros, os territórios conquistados e os despojos da guerra se anulavam a si próprios ante tamanha imensidade” (Haffner, 2005, pp.27-29 e 32).

Noutro quadro, mais adiante, Haffner conseguiu ler que se assinara um armistício e descreve o seu estado de espírito perante o desfecho da Primeira Guerra Mundial da seguinte forma: “Encontrava-me diante de um abismo. Senti pavor da vida. Não acredito que a derrota alemã tenha produzido a alguém um golpe mais terrível do que àquele jovem de onze anos (...)”. Para o autor, a assinatura do armistício pela Alemanha não se ficou a dever à fome dos alemães, mas sim porque se considerou que a guerra estava perdida no plano militar (Haffner, 2005, pp. 31, 36 e 38). Nesta linha, Weitz (2007, p.13) refere que a Alemanha não tinha mais recursos humanos e materiais para fazer algo para além de tentar manter as posições já existentes.

Por outro lado, Haffner relembra que o período que se seguiu imediatamente ao fim da Guerra, o da revolução de 1918, ficou para si e para a maioria dos alemães como uma má recordação, já que a paz e a liberdade que trouxe consigo contrastavam com os “dias inesquecíveis de grande arrebatamento e entusiasmo” que a declaração de início da Primeira Guerra Mundial fizera sentir. Aliás, a Guerra “providenciara um manancial riquíssimo e inesgotável à nossa imaginação”, refere, mas a revolução “não prendeu a imaginação”. Para além do mais, enquanto durante a Guerra não se ouviu um único tiro na cidade, o mesmo já não se podia dizer da revolução, o que segundo recorda o deixou angustiado (Haffner, 2005, pp.34, 35 e 40).

Depois da pressão dos americanos e da revolta popular dos alemães (armados) que culpavam Wilhelm II pelo desfecho da Guerra, este foi obrigado a abdicar em Novembro de 1918, tendo-se exilado nos Países Baixos. De igual modo, o caos em que estava mergulhada Berlim levou a que a República fosse formalmente proclamada a 11 de Agosto de 1919 em Weimar, símbolo do humanismo clássico alemão, na sequência da aprovação da Constituição de Weimar, pondo termo ao clima de revolução que se vivia e procurando edificar um sistema político em linha com o liberal ocidental e da Europa nórdica (Weitz, 2007, pp.19, 21 e 33).

Esta Constituição protegia as liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão e da imprensa, declarando a igualdade entre homens e mulheres, e o estabelecimento de direitos de votos livres e iguais para todos os cidadãos alemães com mais de vinte e um anos de idade. Entre outros aspectos, a “mãe de todas as normas” restabelecia também a Alemanha como um sistema federal composto de dezoito Estados federados e um Estado central forte. O governo, dirigido por um Chanceler, seria responsável perante o parlamento, que era eleito através de um sistema de votação proporcional. O presidente seria eleito através do voto popular de sete em sete anos, tendo poder para nomear o Chanceler e o Gabinete e, em condições extremas, permitir que o Chanceler governe por decreto (Weitz, 2007, pp. 32 e 33).

Quanto ao novo sistema político, o mesmo poderá ser dividido em três fases, em que duas são mediadas por um breve período de cinco anos caracterizado por uma relativa estabilidade: entre 1918 e 1923, a República de Weimar foi dominada pela Esquerda e pelo Centro; entre 1924 e 1929 foi controlada sobretudo pelo Centro Direita; e entre 1930 e 1933 foi liderada pela Direita autoritária. Enquanto o período de 1918-1923 demonstrou as promessas e o carácter de Weimar, o período de 1930-1933 revelou as suas patologias. No entanto, todas estas três fases terminaram com uma crise económico-política (Weitz, 2007, p.84).

a. Um *Diktat*: O Tratado de Versaillles (1919)

Ao mesmo tempo que a Alemanha se encontrava em convulsão interna, decorreu a Conferência de Paz, entre 18 de Janeiro e 28 de Junho de 1919, que viria a culminar na assinatura do Tratado de Versaillles, a 28 de Junho de 1919, em cujas negociações prévias a Alemanha não tinha sido autorizada a participar (Milza, 2007, pp. 9 e 10), o que em boa medida justifica o facto deste Tratado também ser conhecido como *Diktat*. Este foi um documento que os “vencedores” negociaram entre si, ou seja, os EUA, a Inglaterra, França e Itália, mas foram principalmente os três primeiros que decidiram criar uma nova ordem para o século XX, começando pelo redesenho das fronteiras (Weitz, 2007, pp. 33 e 34).



Figura 10 – As Perdas Territoriais Alemãs com o Tratado de Versailles (1919)

Fonte: <https://www.ushmm.org/imedia/map/1c/image/ger71020.gif>.

Com Versailes, a Alemanha viu-lhe ser retirado mais de 15% do seu território e um décimo da sua população. Perdeu território tanto a oeste como a este que considerava intrínseco ao seu espaço geopolítico: a Alsácia e Lorena que seriam devolvidas a França (e que tinha adquirido com a vitória na Guerra Franco-Prussiana de 1870/1871), a maior parte da Posnânia e da Prússia Ocidental ficariam para a Polónia (que, através de Danzig, teria acesso direito ao mar) e a região do Memel juntamente com o grande porto do Báltico passariam a estar sob controlo da Sociedade das Nações (SDN), sendo que as regiões da Alta Silésia⁶⁹ e do Sarre⁷⁰, entre outras, ficariam sujeitas a um referendo popular acerca do seu destino. Schleswig do Norte passaria a pertencer à Dinamarca após a realização de um plebiscito. No essencial, o novo regime de fronteiras violava a geografia política “natural” da *Mitteleuropa*, tendo-se verificado igualmente a exclusão de milhões de alemães da sua pátria. Adicionalmente, a Alemanha perderia também todas

⁶⁹ Os polacos não aceitaram a integração desta na Alemanha, na sequência do plebiscito realizado em Março de 1921, e, portanto, a SDN optou pela divisão do território entre a Alemanha e a Polónia, o que acabou por desagravar a ambas (Milza, 2007, p.19). Outra parte foi igualmente cedida à Checoslováquia.

⁷⁰ Ficaria sob tutela da SDN durante quinze anos.

as suas colónias, confiadas pela SDN (que estava proibida de ser Estado parte) aos vencedores através de mandatos, estando também impedida de fazer parte desta e de concluir acordos com a Áustria, que tinha sido uma das aliadas alemãs na Primeira Guerra Mundial (Murphy, 1997, p.46; Milza, 2007, p.19; Weitz, 2007, p.35).

Por outro lado, o Tratado reduziria drasticamente as Forças Armadas alemãs (ao fixar um número máximo de efectivos - 100 000 homens, dos quais 4000 eram oficiais – e de marinheiros - 15 000 homens e 1500 oficiais; suprimiu-se o serviço militar obrigatório e o Estado-Maior General seria extinto, assim como todas as escolas militares e associações paramilitares⁷¹), estando a Alemanha impedida de organizar a sua Força Aérea. Era-lhe igualmente exigido que entregasse grandes quantidades do seu material militar aos aliados, não podendo possuir tanques, artilharia pesada, aviação militar nem submarinos (que tinham desempenhado um papel essencial na Primeira Guerra Mundial em favor da Alemanha⁷², apesar do seu carácter experimental, permitindo atacar de surpresa, isto é, sem serem vistos e sem originar suspeitas), devendo também entregar a sua frota de guerra (Milza, 2007, pp. 19 e 20).

Ademais, convém referir que o artigo 231.º considerava a Alemanha (e os seus aliados) como a única responsável pela Guerra, o que estabelecia a base legal para a questão das reparações de Guerra cujo valor não se encontrava definido no Tratado (Weitz, 2007, pp. 35 e 36). Todavia, em 1921, esse valor acabou por ser fixado, ascendendo a 132 biliões de marcos-ouro, a pagar num período de trinta anos (Milza, 2007, p. 21)⁷³, o que destruiria a coesão económica de toda a Europa, na perspectiva, dos críticos geopolíticos e dos demais alemães (Murphy, 1997, p.46).

Neste sentido, é de mencionar que a Alemanha ficava obrigada a dar preferência às importações e às exportações dos aliados, perdendo também

⁷¹ Limitavam-se os efectivos dos corpos que tenham uma organização ou uma função de manutenção da ordem semelhante à do exército.

⁷² Primeiro país a utilizá-los na Guerra (Fernandes, 2015).

⁷³ Durante a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha parou este pagamento, retomando-o já enquanto República Federal, após o fim da Guerra, e liquidou-o em 1983. Porém, o Acordo de Londres de 1953 estipulava o pagamento de juros sobre os empréstimos contraídos pela República de Weimar para pagamento das reparações de Guerra, caso a Alemanha se reunificasse. Deste modo, e após a verificada reunificação da Alemanha, este pagamento de juros começou em 1996 e só terminou em 2010, a 3 de Outubro, data em que a Alemanha considera que acabou “oficialmente” a Primeira Guerra Mundial. Bild. 2010. *NACH 92 JAHREN. Am Sonntag endet für Deutschland der 1. Weltkrieg*. [Em linha]. Berlin: Bild. Disponível em: <http://www.bild.de/politik/2010/am-sonntag-endet-fuer-deutschland-der-1-weltkrieg-14107970.bild.html> [Consult. 21 Set.2014].

todas as suas patentes e tendo os seus principais rios (Reno, Elba, Oder) internacionalizados. As minas do Sarre e da Alta Silésia seriam cedidas à França e à Polónia, sendo igualmente entregues importantes quantidades de carvão e de coque à França, à Itália e à Bélgica. Declarou-se a penhora das empresas alemãs da Lorena desanexada, que passariam a estar interditas de possuir minas e fábricas siderúrgicas em Mosela, sendo o Luxemburgo impelido a sair do sistema alfandegário e económico alemão (Milza, 2007, pp. 20 e 22).

Efectivamente, ameaçada de invasão pelos três Estados “vencedores” caso não assinasse e ratificasse o Tratado de Versaillles, a Alemanha foi obrigada a assiná-lo (Weitz, 2007, p.37). Um Tratado constituído por quinze partes e quatrocentos e quarenta artigos⁷⁴ que, na perspectiva de John Maynard Keynes (1883-1946), autor do livro *The Economic Consequences of the Peace* (1919), era uma “Paz Cartaginesa” (Weitz, 2007, p.38). Keynes concluiu igualmente a sua obra afirmando que era abominável e detestável a política seguida para reduzir a Alemanha à servidão, por uma geração, degradando as vidas de milhões de seres humanos e privando uma nação inteira da felicidade ao penalizar os filhos pelos erros dos pais e dos governantes (Keynes, 1920⁷⁵).

Também o autor português Aquilino Ribeiro, de visita à Alemanha em 1920, observou que “ao sair da guerra, rota, fome, fome, fome, fome, fome de Deus e de César, heróica sempre. Começara a operar o *Diktat* de Versaillles ou a cilindrada dum povo, à valentona e com meticulosidade chinesa, como se faz à brita das estradas” (Ribeiro, 1975, p. 7).

De facto, e conforme salientado por Silva (2003, p.3), o Tratado de Versaillles acabou por acentuar a já existente “sensação generalizada de crise” política e económica, moral e intelectual, cultural e científica, resultante de uma rápida industrialização, do aumento populacional e da crescente urbanização verificadas na ausência da necessária estruturação económica, política e social, num período de disputas espaciais quer no seio da própria Europa, quer fora desta pela obtenção de colónias ultramarinas, capazes de fornecer mercado consumidor e matérias-primas.

⁷⁴ Yale Law School. 2008. *The Versailles Treaty June 28, 1919*. [Em linha] New Haven: YLS.Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/imt/parti.asp> [Consult. 16 Mar. 2013].

⁷⁵ Keynes, J. 2005. *The Economic Consequences of the Peace 1920*. [Em Linha] s/l: The Project Gutenberg. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/15776/15776-h/15776-h.htm> [Consult. 7Abr.2016].

Fome⁷⁶, racionamento alimentar, desemprego e inflação⁷⁷ caracterizavam a realidade da Alemanha neste período. Muitos dos alemães regressados da Primeira Guerra Mundial constituíam uma geração perdida. Física e/ou psicologicamente estes alemães não eram já os mesmos que tinham partido, em 1914, na ânsia de um desfecho favorável a uma próspera e poderosa Alemanha. O papel da mulher transformou-se, já que esta se viu obrigada a sair de casa e a trabalhar para se sustentar a si e à família⁷⁸, emancipando-se. Desdenhava-se a autoridade. As mentalidades alteraram-se⁷⁹, tendo a fúria da Guerra destruído muitas das convenções sociais e artísticas existentes no *II Reich*. Tratou-se de um período destinado a experimentar amor⁸⁰, sexo⁸¹, beleza e poder perante a consciência do sentido efêmero da vida proporcionada e acentuada por uma Guerra Total (Weitz, 2007, pp. 9, 11, 13, 24, 27 e 38).

⁷⁶ Em conformidade com a experiência do alemão Sebastian Haffner (2005, p.58): “Viam-se mendigos por todo o lado e eram muitas as notícias de suicídios nos jornais. Os cartazes de «Procura-se por Roubo» colados pela polícia nas colunas abundavam, pois os roubos e furtos ocorriam em larga escala. Uma vez vi uma mulher de idade – talvez devesse dizer uma velha senhora – sentada num banco do parque e estranhamente rígida. (...) «Morta», disse alguém. «Morta de fome», afirmou outro.”

⁷⁷ “Meio quilo de batatas que, no dia anterior, custava cinquenta mil marcos, valia cem mil no dia seguinte. Um salário de sessenta e cinco mil marcos trazido para casa na sexta-feira, não chegava para comprar um maço de cigarros na quinta” (Haffner, 2005, p. 56).

⁷⁸ Aliás, durante a Guerra, toda a economia e sociedade alemã estavam mobilizadas e, portanto, muitas mulheres foram trabalhar na indústria metalúrgica e em fábricas de munições (Weitz, 2007, p.9).

⁷⁹ O austríaco Stefan Zweig nota o facto desta ser uma “época selvagem, anárquica, inverosímil, a daqueles anos em que, com a desvalorização do dinheiro, todos os outros valores na Áustria e na Alemanha começaram a resvalar! Um período de êxtase entusiástico e de vertigem descontrolada, uma mistura única de impaciência e fanatismo. Tudo o que era extravagante e incontrolável conheceu uma época de ouro: teosofia, ocultismo, espiritismo, sonambulismo, antroposofia, quiromancia, grafologia, ioga indiano e misticismo paracelsiano. Tudo o que promettesse estados de extrema intensidade para além do que então se conhecia, todo o tipo de estupefacentes, morfina, cocaína e heroína, tudo se vendia num instante; nas peças de teatro, o incesto e o parricídio, na política, o comunismo ou o fascismo, constituíam os únicos temas apetecidos, pelo seu extremismo; incondicionalmente banida estava, em contrapartida, qualquer forma de normalidade, de moderação” (Zweig, 2014, p.352).

⁸⁰ Ainda segundo Haffner (2005, p. 56): “O amor sem romantismo tornou-se a moda: despreocupado, alegre. Febril. Os assuntos do coração seguiam um curso extremamente veloz, sem rodeios. Os jovens que naqueles dias aprenderam a amar aprenderam a ignorar o romantismo e abraçaram o cinismo.”

⁸¹ Neste sentido, também vale a pena recuperar as palavras de outro alemão, Ernst Jünger (1895-1998) (2005, pp. 41-44), de acordo com o qual: “Quanto mais a guerra durava, mais fortemente imprimia a sua marca na vida sexual”, pelo que “Não tinham tempo para se demorarem a fazer a corte, com desenvolvimentos romanescos, na ambiência que continua a ser uma necessidade para a filha dos mais modestos burgueses. Exigiam do instante presente a sua flor e o seu fruto.”

Com efeito, a República de Weimar foi simultaneamente um dos períodos de maior criatividade intelectual e artística⁴², e de caos na ordem alemã. Não havia consenso político: a direita defendia uma cultura de violência, glorificando a guerra e defendendo a permanência do sentido de solidariedade existente entre os homens no campo de batalha, e a esquerda onde se encontravam também veteranos de guerra encarava a Revolução Bolchevique como um exemplo a seguir (Weitz, 2007, pp. 38 e 39). O próprio governo da República de Weimar, apoiado pela Direita política, autorizava disparos contra todos aqueles que fossem apanhados com armas na mão ou a lutar por uma Alemanha mais democrática e socialista. Aliás, o processo de democratização que deu origem à República de Weimar foi iniciado pelos mesmos generais que haviam mantido uma ditadura militar durante dois anos, quando a Alemanha estava em Guerra (Weitz, 2007, pp.14, 15 e 31).

(1) A Garantia Francesa do Isolamento e Enfraquecimento do Poder Alemão no Espaço Europeu

Consciente do potencial demográfico e industrial do II Reich, a França pretendia que o Tratado de Versailles impedisse a Alemanha de recuperar a sua hegemonia continental, sendo que um dos seus principais objectivos relacionava-se com a vontade de recuperar a Alsácia e Lorena anexada ao Reich, durante a Guerra Franco-Prussiana, em 1871 (Defarges, 2003, p. 101; Milza, 2007, p. 20).

Na verdade, a Alsácia e Lorena eram territórios que lhe pertenciam, desde 1648, por cedência da Casa dos Habsburgos. Ao ser desprovida dos territórios da Alsácia e da Lorena, províncias de inestimável valor industrial, a França perdera um dos elementos do seu orgulho nacional para a Alemanha. Aliás, “no imaginário colectivo, a Alsácia e Lorena transformaram-se em autêntico mito, cuja memória era avivada por canções, poemas, romances e contos que cantavam a história das regiões anexadas pelo Reich” (Lichtenberger, 1923, pp. 8 e 11; Patrício, 2007, pp. 86 e 87).

⁴² A propósito desta criatividade, característica do pós Primeira Guerra Mundial, o escritor austríaco Stefan Zweig (2014, pp.350 e 351) observa “Os artigos da língua alemã *der, die, das* foram eliminados, a sintaxe posta de pernas para o ar, a escrita tomada «obliqua» e «fresca», em estilo de telegrama, com interjeições ardentes; além disso, toda a literatura que não fosse ativista, ou seja, que não fosse teorização política, era atirada para o caixote do lixo. A música procurava obstinadamente uma tonalidade nova e desarticulava os compassos, a arquitetura voltava as casas do avesso; na dança, a valsa desapareceu a favor de figuras cubanas e negroides; a moda, ao sublinhar energicamente a nudez, inventava constantemente novas absurdidades; no teatro representava-se *Hamlet* em fraque e experimentavam-se dramaturgias explosivas. Em todos os campos se deu início a uma época da mais arrebatada experimentação, tendente, através de um único salto fogueiro, a ultrapassar tudo o que existira, tudo o que se fizera, tudo o que se alcançara; quanto mais jovem uma pessoa fosse, quanto menos tivesse aprendido, tanto mais bem recebida era, pois não estava ligada a nenhuma tradição (...)”.

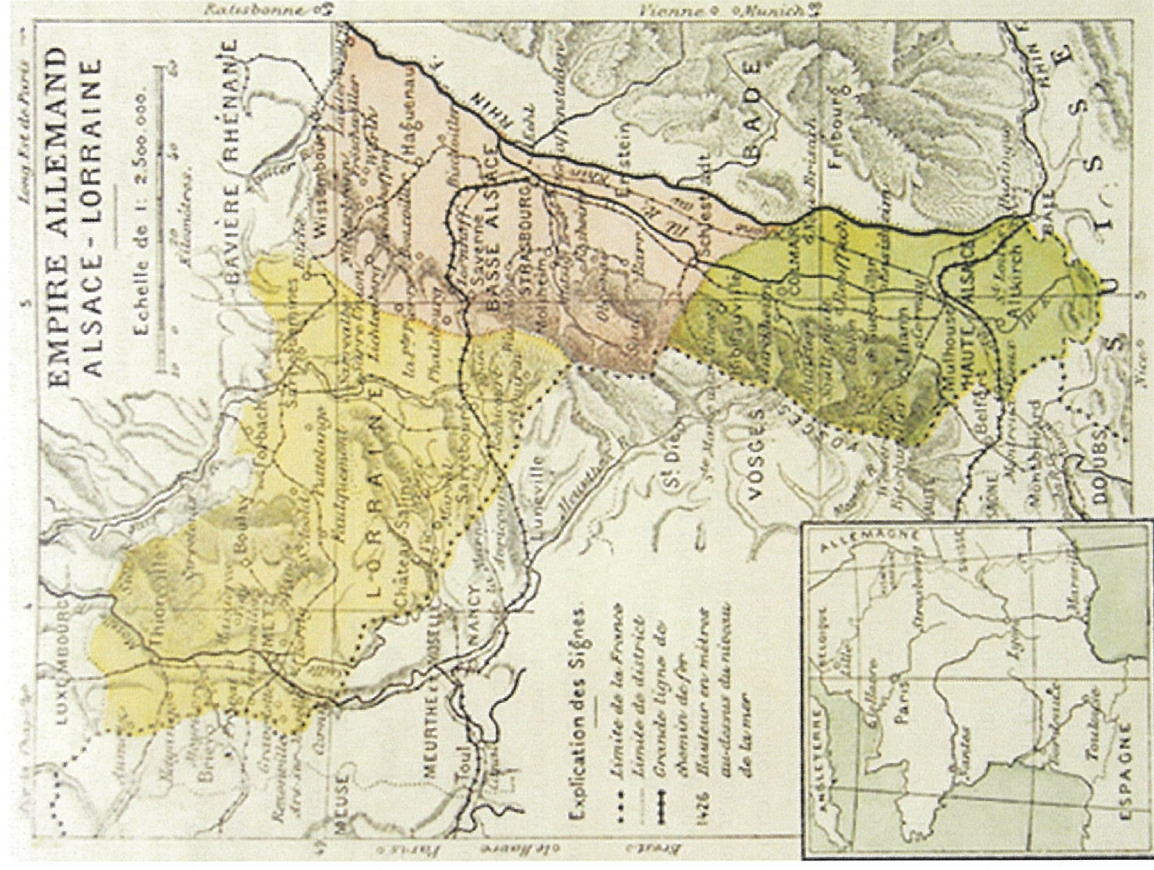


Figura 11 – A Alsácia e Lorena (Foncin, 1899)

Fonte: Foncin, P., 1899. La Deuxième Année de Géographie. Paris: A. Colin et Cie..

Já no que respeita a Alemanha, a Alsácia e a Lorena passaram a constituir-se, a partir do Tratado de Frankfurt (1871), como o símbolo da sua unidade, a base da sua existência enquanto Grande Poder no espaço europeu (Lichtenberger, 1923, p. 7).

Nesse sentido, se a política de Bismarck, após a unificação da Alemanha, se caracterizou fundamentalmente por uma política de alianças destinada ao isolamento da França (Opitz, 1998, p. 261), a conduta da França ao planejar o Tratado de Versaillles pretendia o isolamento da Alemanha, pelo que o Estado francês foi mesmo responsável por grande parte do que se encontra disposto nas cláusulas militares e, após o fim da Primeira Guerra Mundial, desenvolveu um projecto siderúrgico, cujo principal objectivo era retirar à Alemanha quase metade do seu potencial energético (Milza, 2007, p. 22).

Até porque a supremacia alemã baseava-se tanto na força militar (possuía o melhor Exército do mundo e também o mais dinâmico Estado-Maior), como na riqueza em matérias-primas, como o carvão, o ferro e o aço, sendo que a posse destas últimas contribuíram, em muito, para a crescente industrialização que se começou a verificar nesta, a partir de 1860. Dispondo ainda do território da Lorena, a Alemanha passou a ter maiores recursos carboníferos, preparando-se mesmo para adquirir a supremacia no que ao ferro e ao aço dizia respeito e, por consequência, consolidar o seu Poder económico.

Primordial para o Estado francês foi, de igual modo, o pagamento das reparações, pois estas permitir-lhe-iam saldar dívidas contraídas durante a guerra, reconstruir o país, elaborar o orçamento da defesa e equilibrar as finanças públicas, além do que contribuiria para o enfraquecimento alemão (Milza, 2007, p. 63).

Contudo, também, na sequência da Guerra Franco-Prussiana, a França fora obrigada a pagar indemnizações de guerra à Alemanha até Março de 1874, o que provocou um forte abalo no Poder económico francês. Só após a conclusão desse pagamento é que a Alemanha retiraria as suas tropas dos territórios ocupados, o que Bismarck acabou por conseguir antecipar através da garantia de assinatura pela França de uma convenção, a 29 de Junho de 1872. Assim, a evacuação das tropas alemãs que se encontravam em território francês viria a terminar no Outono de 1873 (Patrício, 2007, pp. 86 e 88).

Karl Haushofer, a Alemanha de Adolf Hitler e a Segunda Guerra Mundial

(2) O Desejo Anglo-Americano de uma Alemanha Próspera

Com uma perspectiva diferente, os ingleses⁸³ estavam interessados em evitar a hegemonia francesa no espaço europeu, tentando preservar o parceiro económico alemão e conter a propagação do Bolchevismo. Para Keynes, a reconstrução do velho continente apenas seria possível com uma Alemanha forte e um Estado soviético liberto do messianismo revolucionário (Milza, 2007, pp. 11 e 21).

De igual modo, o Senado norte-americano recusou-se a ratificar o Tratado de Versailles, já que os EUA, à semelhança da Inglaterra, desejavam uma Alemanha próspera, aberta aos seus produtos e capitais. Uma Alemanha que, nestas condições, os dois Estados consideravam ser necessária ao equilíbrio político e económico europeu (Poidevin, 1983, pp. 78 e 79). Assim, a 2 de Julho de 1921, o Congresso aprovou, num acto unilateral a que só os EUA ficavam obrigados, uma resolução em que se declarava terminada a Guerra com a Alemanha, sendo que, em Agosto de 1921, os EUA assinaram mesmo um Tratado com a República de Weimar, aprovado em Outubro pelo Senado. De referir são também as assinaturas de documentos semelhantes com a Áustria e a Hungria (Milza, 2007, p. 48).

(3) A Reacção Alemã na Perspectiva de Aquilino Ribeiro

Segundo Aquilino Ribeiro (1885-1963), no seu diário *Alemanha Ensanguentada*⁸⁴ escrito em 1920 e apenas publicado pela primeira vez em 1935,

⁸³ O conhecido actor Charlie Chaplin, nascido em Inglaterra e na época a viver nos EUA, veio de férias à Europa, no início dos anos vinte, tendo feito uma passagem por Londres, Paris e Berlim, que acabou por dar origem ao seu livro *My Trip Aboard*. Neste livro, vai observando a Europa do pós Primeira Guerra Mundial, pela qual parece demonstrar compaixão sem que sinta qualquer preferência por ingleses, franceses ou alemães. Assim, num testemunho da época, Chaplin refere-se da seguinte forma ao modo como a Alemanha se encontra a enfrentar o fim da Guerra: “A Alemanha é linda. A Alemanha faz-nos crer que a guerra não aconteceu. Há muitas pessoas nos campos, a tratar do solo, a trabalhar febrilmente o tempo todo, à medida que o nosso comboio passa. Homens, mulheres, crianças, todos trabalham. Estão a enfrentar os problemas e a reconstruir. Um bom povo, pervertido por alguns para seu uso. (...) Noto como os alemães são abruptos e educados para com os estrangeiros e detecto também um toque de amargura. (...) Na zona de negócios passamos por muitos estropiados com uma expressão amarga e deprimida nos seus rostos. O seu ar parece ser o de alguém que pagou por algo que nunca chegou a receber. Somos abordados por um pedinte, um soldado sem uma perna, que veste um uniforme alemão gasto. Aqui estava a marca da guerra. Estes sinais podem encontrar-se por todo o lado, em Berlim. (...) Pergunto-lhe sobre a derrota da Alemanha. Ela mostra-se de imediato reservada. Culpa o Kaiser. Odeia a guerra e o militarismo. Isto é tudo o que consigo tirar dela (...)” (Chaplin, 1922, pp. 190, 191, 197 e 199).

⁸⁴ Trata-se de um diário de viagem escrito durante o regresso do autor à Alemanha, em 1920, entre os meses de Setembro e Novembro, juntamente com a sua primeira mulher, uma alemã natural de Meckenburg-Vorpommern, Grete Tiedemann (c.1890-1927), que conhecera aquando da sua estadia em Paris, na Sorbonne, na sequência da sua fuga política de Portugal.

a Paz de Versaillies “é o maior labéu da história depois que os homens se matam a ferro”, já que trouxe consigo vários problemas para a Alemanha, sendo que: “Entre outros desses problemas contavam como mais momentosos: a entrega em dias contados do material de guerra, (...); a remessa de locomotivas e vagões, cláusula ainda do armistício não menos espinhosa de satisfazer que a primeira, pois viria a desorganizar o sistema de transportes; a desmobilização e refluxo das fronteiras para o interior da massa constelar de nove milhões de homens; o abastecimento da Alemanha, de todo à míngua; a epidemia das greves, que, umas após outras, ameaçavam subverter o pouco de actividade económica que restava (...)” (Ribeiro, 1975, pp. 71, 72 e 119).

Desde logo, o autor chama a atenção do leitor para o sentimento que os alemães tinham pelo facto de terem de entregar as armas, escrevendo: “O Governo (...) Dissolveu o exército, licenciou as milícias, se bem que em Schlossplatz ainda se assista ao render da guarda, cerimónia com pífaros, tambores e salamaletes, que muito boa gente vem ver ao cabo do mundo. Procede ao desarmamento da população e não há tapume, não há edifício público por essa Alemanha que não ostente em filas, filas sobrepostas, filas compactas, um cartaz tarjado de negro, encimado com os dizeres: *Liefert die Waffen ab* (Entregai as armas). (...) torna-se obsessão pelas ruas fora. É o primeiro acto de contração da Alemanha.” (Ribeiro, 1975, p. 28)

De igual modo, o sentimento de crise, acentuado com Versaillies, reflectia-se nos suicídios, sobre os quais Ribeiro (1975, p. 158) observou que “Recrudescer por essa Alemanha fora a epidemia dos suicídios. Pois que para o alemão viver se tornou desespero, (...) Decerto se deve atribuir à derrota, no que tem de moral para um povo de brios e cioso da sua grandeza, este estado mórbido. Mas acima de tudo, nele prepondera o factor económico.”; numa revolta de mentalidades e valores, na medida em que “As raparigas são as mais atrevidas. Riem, provocam, põem as pernas ao léu, desafiam os nossos apetites com olhos travessos e lânguidos. Reversão dos sexos? Quem sabe lá!” (Ribeiro, 1975, p. 159); e na criminalidade, em relação à qual Ribeiro (1975, pp. 23 e 24) escreveu: “E para que no hotel, no restaurante, na rua, a polícia, solitamente, cubra as paredes com letreiros deste teor: *Vor Taschen dieben wird gewarnt*⁴⁵ é que são legião os gatunos e malandrins. Previnem-me que se a gente não leva as mãos nas algibeiras a atravessar a rua, se no hotel põe os sapatos fora da porta para engraxar, se não traz de olho o criado que nos serve o enjoativo

⁴⁵ Cuidado com os carteiristas.

*Schweinebraten*⁸⁶, está-se roubado. A decomposição lavra nesta terra, pouco há tão saudável. *Gott mit uns*⁸⁷ era legenda enganosa.”

Aquilino Ribeiro (1975, p.89) notou igualmente o facto de muitos alemães, que se encontravam espalhados pelo mundo, terem sido forçados a regressar a uma Alemanha, onde “O marco baixa cada dia, cada hora, e a vida em contraposição, sobe, vê-se subir como um foguete de lágrimas” e, o desemprego era uma realidade, pois “Donde saiu a enchente que converte em bastos formigueiros os grandes centros e não deixou de engrossar as pequenas terras? Saiu das províncias perdidas pelo Tratado de Versalhes, 80 000 da Alsácia e Lorena, 400 000 de Posen, Pomerânia e Silésia, muitos milhares de Schleswig e alguns milhares de Eupen e Malmédy.” (Ribeiro, 1975, p.35).

Convém também não esquecer o regresso de alemães das ex-colónias: “Veio ainda bom caudal das colónias alemãs, ao mudarem de dono, e dos campos de concentração nos países que declararam guerra aos impérios centrais e foi quase toda a guerra. Acossados pelo ódio, expulsos por leis de circunstância, ou saudosos ainda de seus lares, os germânicos caíram sobre a terra-mãe em monte como aves migratórias. Daí o dilúvio humano; daí acusar o Reich dentro das actuais fronteiras população superior à de 1913, posto lhe custasse a guerra obra de dois milhões de mortos. Em cafés-restaurantes, hotéis, teatros, superabunda o pessoal de serviço. Por um freguês contar-se-ão dois ou mais servidores. Se dispensais um deles, ouvir-lhes-eis lastimoso: - Não há trabalho; no estrangeiro não nos querem...” (Ribeiro, 1975, p.35).

Na Alemanha saída da Grande Guerra de 1914-1918 havia fome, sendo que Ribeiro (1975, pp. 52, 54 e 55) aconselhou: “ Quem for gastrónomo fuja da Alemanha presente. É rara e custa os olhos da cara a carne de vaca e de vitela e os enchidos comportam de tudo, desde fígado de gato a tripas de peixe. (...) - A Alemanha foi-se abaixo pela barriga (...) A boa mesa para o germano é a condição de pensar certo e bem e, não menos de agir com inteligência e actividade. (...) A regra era faltar tudo até leite para os bebés e as mães. O vestuário que todos traziam, desde a criada à ama era de papel.”

Havia igualmente carência de matérias-primas que os alemães se esforçavam por suplantar, tirando partido do seu sentido prático e espírito inventivo, como salientou Aquilino Ribeiro (1975, p. 81): “Artes e ciências consagraram-se a inventar o produto indispensável à economia nacional e às necessidades da guerra, de importação ou pouco comum no país bloqueado. A química aplicada,

⁸⁶ Porco assado.

⁸⁷ Deus conosco.

entre elas, foi a boa fada despenseira dos alemães. A todas as deficiências procurou dar remédio, matérias da indústria e matérias de alimentação. Que nas vésperas do armistício se descobrira a borracha sintética, capaz de suprir o caucho, ouvi dizer.”

Os alemães estavam, por conseguinte, desiludidos com a situação que viviam no período subsequente à Primeira Guerra Mundial, estando decepcionados com as imposições do Tratado de Versailles e também com o próprio governo alemão, tal como mencionado por Ribeiro (1975, p.115): “Desiludido está, de modo geral, o povo germânico, desiludido de Deus, dos estadistas, da justiça, da força, desiludido desde as unhas dos pés até aos cabelos da cabeça deste governo social-democrata com Ebert na presidência, mantenedor do mais ortodoxo burguesismo para os operários, serventário nojento dos aliados para os nacionalistas.”

Finalmente, outro aspecto destacado diversas vezes em *Alemanha Ensanguentada* relacionava-se com o desejo de vingança dos alemães nascido com Versailles, o rastilho para mais outra Grande Guerra⁸⁸: “Tudo o que se chama armas ligeiras, como espingardas, metralhadoras, lança-chamas, cada um as guarda bem guardadas «para o dia que há-de chegar do desforço» (Ribeiro, 1975, p.28); “ Não sei, mas estou em crer que da paz forjicada tão torpemente em Versailles ou sai uma Alemanha com todos os instintos da fera que foi traquejada, pronta a dar o salto no momento oportuno, ou uma Alemanha que há-de acabar por se entregar a Lenine de alma e coração” (Ribeiro, 1975, p. 32). Mais adiante, o autor português destacou um importante traço da personalidade dos alemães ao referir que “os alemães são tão implacáveis como os outros para aqueles que não souberam capitaneá-los ou os arrastaram ao desastre. (...) O germano, desde que não possa castigar o infeliz, odeia-o e cobre-o de irrisão. E é esta uma forma pesada de represália. A sua irrisão não agatanha, esfolia; não tem como expressão o sorriso irónico, mas a alvar gargalhada; não trata de incutir vergonha mas de inocular veneno. Para ele o êxito é tudo (...)” (Ribeiro, 1975, p. 51). Algumas páginas depois, o leitor pode ser levado a pensar na Alemanha como a Fénix que renasceu das próprias cinzas, figura mitológica grega, já que segundo Ribeiro (1975, pp. 98 e 99) “Assim a Alemanha. Retalhem-na, empobreçam-na, sangrem-na bem sangrada, possui vitalidade de sobra para não sucumbir aos tratos que as nações periodicamente se infligem umas às outras com inominável selvajaria.”

⁸⁸ De igual modo, aquando da sua passagem por França, o inglês Chaplin levantou a hipótese de uma nova Guerra ao observar o seguinte: “E compreendendo que Paris está numa nota alta. Paris ainda não recebeu o alívio da dormência estupidificante trazida pela guerra. Pergunto-me se o alívio surgirá facilmente ou se existirá uma conflagração.” (Chaplin, 1922, p. 182).

Insistindo ainda neste desejo alemão de se vingar, Ribeiro advertiu o leitor para outra Guerra, a acontecer futuramente. A Alemanha sobreviveria à humilhação de Versaillies, uma Paz fomentadora da Guerra, mas logo que se reerguesse almejava desforra: “Vencida, mas não derrotada, a Alemanha quando puder voltará a desembainhar a espada, no que, de resto, não faz mais que obedecer à estúpida condição humana. A guerra não é a mãe de todas as coisas, como pretendia Heráclito, mas do que ela é mãe com toda a certeza é da guerra (...)” (Ribeiro, 1975, p. 166); “O povo alemão trazia nos olhos as escamas do que fala a Escritura; a sua alma era um poço de ilusões. O sonho de paz foi de todas elas a mais estúpida e calamitosa. Acabou-se! A árvore do ódio plantaram-na em Versalhes Clemenceau e Loyd George. Os filhos e os netos sentirão por cima das cabeças a sombra pérfida e comerão os frutos envenenados. (...) Os alemães odeiam; podia humanamente deixar de odiar?” (Ribeiro, 1975, p.172); “No fundo, a Grande Guerra não foi senão a luta pela posse do planeta. Está-se na última fase de partilhas e o alemão, teórico e devaneador como é, com uma capacidade de realização que supera os demais povos, produto da vontade, não se resigna ao papel de testemunha. Sem hipocrisia que marque, não sabendo distinguir o bem e o mal, apaixonado e violento, forte e primitivo, com um sentido maravilhoso das realidades, oportunista, por agora está na câmara-ardente dos seus dois milhões de mortos, revolvendo no peito a própria miséria. Quando se tiver retemperado, sairá à liça.” (Ribeiro, 1975, pp. 188 e 189).

b. A Tensão Franco-Alemã (1919-1924)

Relativamente às novas fronteiras, e ao caso particular da Alta Silésia, acabou por ser feita uma partilha que permitiu à Alemanha conservar um território de 7500 km², um milhão de habitantes e metade das minas de carvão (Milza, 2007, p. 61).

No entanto, para a Alemanha, havia disposições do Tratado de Versaillies que a faziam resistir ao seu cumprimento, nomeadamente: o limite da soberania alemã no seu próprio território, a redução do exército, assim como, a instalação de uma comissão interaliada de controlo em Berlim. Não sendo suficiente um exército autorizado de 100.000 homens, as autoridades alemãs acabaram por possibilitar o surgimento de milícias e várias organizações paramilitares. No respeitante ao armamento naval, a Inglaterra desactivou metade das máquinas das fábricas Krupp⁶⁰, limitando a trinta o número de zonas industriais autorizadas a fabricar material bélico (Milza, 2007, p.62).

⁶⁰ Dada a impossibilidade de controlar todas as fábricas ligadas à indústria de guerra (cerca de 7000) (Milza, 2007, p. 62).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

Em Julho de 1920, realizou-se a Conferência de Spa, na Bélgica, destinada a fixar a parte a receber por cada um dos beneficiários das reparações alemãs. Apoiada pelos ingleses, a Alemanha acabou por obter uma redução do programa de entrega de carvão e de coque (Milza, 2007, p. 60).

Seguidamente, a Alemanha procurou recuperar a sua indústria siderúrgica, modernizando-a, graças às indemnizações concedidas pelo Estado como compensação pela perda dos estabelecimentos da Lorena e à crescente inflação (Milza, 2007, p. 61).

Por último, verificou-se uma diversificação das fontes de aprovisionamento no concernente ao minério de ferro, que passou então a provir da Suécia e de Espanha, e/ou de sucata recuperada. E, de facto, a Alemanha conseguiu reconquistar a sua supremacia na indústria pesada, a base da sua força económica (Milza, 2007, p. 61).

Na Primavera de 1921, foi fixado o montante que a Alemanha deveria pagar aos vencedores pelas reparações: primeiro em 150 biliões, depois em 132 biliões de marcos-ouro, pagáveis à razão de 2 biliões por ano, mais de 26% do valor anual das exportações. A verdade, porém, é que os alemães consideravam as somas exigidas pelo Tratado de Versailles como uma forma de reduzir a Alemanha à servidão económica e financeira. O pagamento destas reparações far-se-á apenas mediante a verificação de uma das duas condições: ou estas acarretam consigo uma compensação para o relançamento da economia alemã, o que lhe é proposto através do Plano Seydoux, em 1920; ou então se a Alemanha for obrigada a pagar à força, o que implicaria a existência de um maior entendimento entre os aliados, o que como verificámos seria difícil dada a inexistência de consenso entre anglo-americanos e franceses quanto ao modo como a Paz do pós Primeira Guerra Mundial estava a ser construída. (Milza, 2007, p. 63).

(1) A Questão do Ruhr

No Verão de 1922, a Alemanha informou os beneficiários das reparações de guerra que não tinha condições para as pagar, solicitando a Raymond Poincaré (1860-1934) uma moratória de seis meses. A decisão do Presidente francês, desagradado com os desenvolvimentos da posição francesa desde a assinatura do Tratado de Versailles, culminou com a ocupação militar do Ruhr, a 11 de Janeiro de 1923, pelas tropas franco-belgas (Milza, 2007, p. 65).

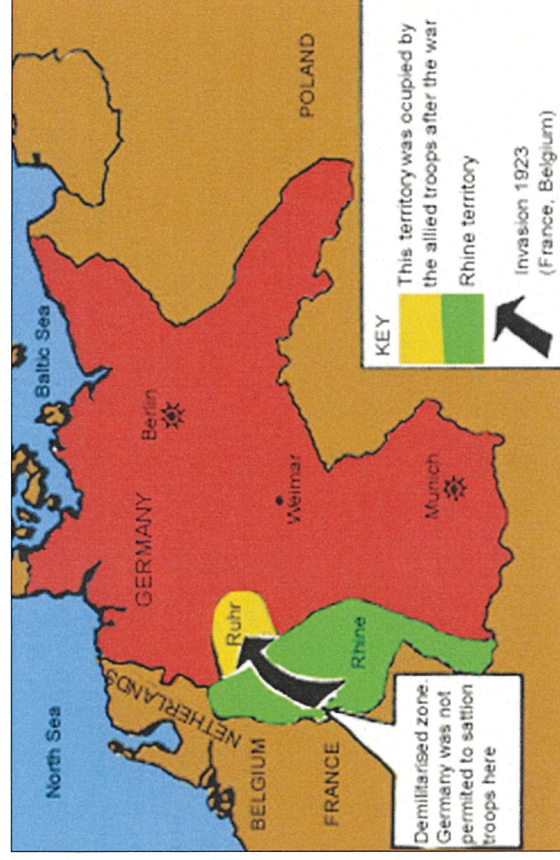


Figura 12 – A Invasão do Ruhr (1923)

Fonte: Disponível em: <http://igcseedexcelhistorynazigermany.weebly.com/uploads/4/2/9/3/4293111/376622639.jpg>.

Oito dias depois e contando com o apoio legal do governo alemão, iniciou-se uma greve de trabalhadores que, como resposta francesa, contou com: a criação de uma fronteira com a Alemanha, vigiada por franceses e belgas, destinada a cobrar direitos alfandegários na passagem de mercadorias entre a República de Weimar e o Ruhr; a proibição de exportações de carvão para a Alemanha; a criação de uma central de caminhos-de-ferro; e a expulsão de vários funcionários alemães (Milza, 2007, pp. 65-67).

É, pois, a estabilização monetária e política da Alemanha, conseguida por Gustav Stresemann (1878-1929)⁹⁰, Karl Helfferich (1872-1924)⁹¹, Hans Luther (1885-1962)⁹² e Hjalmar Schacht (1877-1970)⁹³, e consequentemente, a reconquista das suas posições na Renânia e a derrota dos planos franceses que conduziram ao final desta crise (Milza, 2007, pp. 68 e 69).

⁹⁰ Ocupou o cargo de Chanceler da República de Weimar, entre o dia 13 de Agosto de 1923 e 23 de Novembro de 1923.

⁹¹ Secretário do Tesouro alemão, neste período. Foi Ministro das Finanças e Ministro do Interior alemão durante a Primeira Guerra Mundial.

⁹² Ministro das Finanças alemão, neste período. Foi, posteriormente, entre o dia 15 de Janeiro de 1925 e 12 de Maio de 1926, Chanceler da República de Weimar, sucedendo a Wilhelm Marx (1863 -1946).

⁹³ Comissário para a moeda. Desempenhou a Presidência do Reichsbank durante a República de Weimar e, depois, mais tarde, a convite de Hitler que, em 1939, também o demitiu do cargo.

c. O Desanuviamiento Franco-Alemão (1924-1929)

No início de 1924, a França passou por dificuldades financeiras que a levaram a aceitar uma negociação internacional sobre as reparações de guerra, mediante a intervenção britânica e americana. Deste modo, entre Janeiro e Abril de 1924, desenvolveram-se trabalhos tendo em vista a aplicação do chamado **Plano Dawes**, que estipulava as condições para o recomeço dos pagamentos⁹⁴, a revisão destes com o intuito de conseguir que fossem reduzidos e o faseamento do seu pagamento⁹⁵; e os meios de garantir estes pagamentos⁹⁶ (Milza, 2007, pp. 69 e 70).

Em Abril de 1924, Stresemann aceitou o referido Plano, vendo neste o único meio para conseguir o apoio político e financeiro anglo-saxónico e conter a França, cujo chefe de governo participou na Conferência de Londres, em meados de Julho de 1924 (Milza, 2007, p. 70).

Desta Conferência⁹⁷ a França conseguiu apenas uma manutenção parcial dos poderes da Comissão das reparações, bem como a garantia de entregas regulares de carvão e de coque. Nos demais aspectos, como a assinatura de um tratado de garantia franco-inglês, a revisão da dívida francesa aos EUA e o controlo prévio do desarmamento efectivo da Alemanha, a França foi obrigada a ceder e a aceitar, tendo em vista uma aproximação com a Inglaterra (Milza, 2007, pp. 71 e 72).

Com efeito, a aceitação franco-alemã do Plano Dawes, e do acordado relativamente à questão do Ruhr, acarretou consigo uma melhoria da situação económica alemã. Em 1924, o Presidente do Banco alemão, Schacht, criou uma nova moeda, o *Reichsmark*⁹⁸, convertível em ouro, essencial a uma redefinição da economia alemã. Para tal, contribuíram os empréstimos americanos e a regulamentação das reparações segundo o Plano Dawes (Milza, 2007, p. 73).

Em boa medida graças ao denominado triângulo financeiro da paz (Frank & Girault *apud* Milza, 2007, p. 75): “a saber, o circuito dos capitais que, partindo dos Estados Unidos, vão insuflar a economia do *Reich*, permitindo-lhe pagar

⁹⁴ Tais como: a normalização das finanças, o reequilíbrio do orçamento, a concessão de um empréstimo à Alemanha no valor de 800 milhões de marcos-ouro.

⁹⁵ No primeiro ano, um bilião de marcos-ouro e, 2,5 biliões a partir do quinto.

⁹⁶ O que envolveria, por exemplo, uma hipoteca sobre os caminhos-de-ferro e sobre a indústria, assim como o controlo financeiro do Agente geral dos pagamentos, o Americano Parker Gilbert.

⁹⁷ Antecedida de conversações entre a Inglaterra, os EUA, e a Alemanha de que resultou um acordo informal relativamente às condições a exigir à França no período anterior à aplicação do Plano Dawes, destacando-se: a evacuação das tropas franco-alemãs do Ruhr, o desmantelamento imediato do dispositivo administrativo criado pelos franceses aquando desta ocupação.

⁹⁸ Em conformidade com as regras estabelecidas na Conferência de Gênes realizada no ano de 1922.

regularmente as reparações devidas às potências vitoriosas e permitindo também a estas últimas saldar a fatia mais grossa das dívidas contraídas aos Estados Unidos durante a guerra”; verificou-se a assinatura do **Pacto de Locarno**, em Outubro de 1925, entre a França e a Alemanha. A Alemanha, que encontraria posteriormente alguma dificuldade em ratificar o Pacto, comprometera-se a reconhecer as suas fronteiras quer com a França quer com a Bélgica, assim como a desmilitarização da zona renana, e a não recorrer ao uso da força para alterar este *statu quo*. Como garantes deste Pacto ficaram a Itália e a Inglaterra, tendo sido a partir da iniciativa desta última que as negociações se iniciaram (Milza, 2007, p. 77).

A 10 de Setembro de 1926, a Alemanha foi admitida na **Sociedade das Nações**⁹⁹, criada em 1919 com o Tratado de Versaillies, como membro permanente do Conselho, onde já figuravam, entre outros Estados, a Inglaterra, a França, a Itália e o Japão (Milza, 2007, p. 78).

A aproximação franco-alemã alastrou-se igualmente ao plano económico¹⁰⁰, tendo sido criada uma *Entente* internacional do aço¹⁰¹. No entanto, os progressos realizados pela siderurgia francesa entre 1924 e 1926 motivaram o desentendimento entre os siderúrgicos franceses e os siderúrgicos alemães, pelo que em Setembro de 1926 se celebrou um pacto entre os vários países

⁹⁹ Também conhecida como Liga das Nações e com sede em Genebra, esta organização internacional tinha como principal objectivo manter a paz no mundo, sendo que a sua criação se baseou nos 14 *Points* do Presidente norte-americano Woodrow Wilson, que receberia o Prémio Nobel da Paz em 1919. Porém, a recusa do Congresso em ratificar o Tratado de Versaillies levou a que os EUA não integrassem esta organização antecessora da Organização das Nações Unidas, criada nos anos quarenta e a qual os EUA integrariam desde o início. Talvez também por isso a organização acabaria por falhar o seu objectivo de manter a paz no mundo e, portanto, evitar o início de uma nova Grande Guerra.

¹⁰⁰ Pese embora o fracasso do Plano Thoiry (1926). Motivantes deste encontro foram as persistentes dificuldades do franco em contraste com a normalização da economia alemã, graças à iniciativa de Schacht na criação de uma nova moeda alemã e ao apoio norte-americano através da concessão de empréstimos à Alemanha. Com este Plano, as reparações devidas à França resolver-se-ia “ de uma assentada, sob a forma de mobilização das obrigações ferroviárias e industriais do Plano Dawes”, para o que a Alemanha esperava contar com a ajuda “ das grandes instituições do outro lado do Atlântico”. Em troca, Stresemann pedia a evacuação da margem esquerda do Reno, o fim do controlo militar intertallado, e a restituição do Sarre sem plebiscito (Milza, 2007, pp. 78 e 79).

¹⁰¹ Este entendimento verificou-se-ia apenas após a Segunda Guerra Mundial, afigurando-se como uma das chaves para a manutenção da paz no espaço europeu, com especial atenção ao eixo franco-alemão, passaria por tornar comunitária as indústrias do carvão e do aço, fundamentais à industrialização e cujo controlo tinha sido até então frequentemente disputado quer por franceses, quer por alemães, ao criar, em 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Até porque os Estados com relações comerciais entre si são economicamente dependentes, sendo que isso contribui para o evitar os conflitos. Deste modo, o ano de 1951 representou não apenas o início do processo de construção europeia, como também o início de uma relação entre a Alemanha e a França em que a cooperação prevalece sobre a rivalidade, e a que depois se juntaram mais Estados europeus, dando origem à actual União Europeia, que culminou em 2007, com a assinatura do Tratado de Lisboa.

produtores da zona, fixando quotas. Em Agosto de 1927, celebrou-se entre os dois Estados um Tratado de comércio (Milza, 2007, pp. 79 e 80).

Condenando-se o recurso à força e, comprometendo-se a solucionar diferendos com recursos a meios pacíficos, assinou-se o **Pacto Briand/Kellog**¹⁰², a 7 de Agosto de 1928, entre quinze potências¹⁰³, nas quais se incluíram a França e a Alemanha. Todavia, tal não significou o afastamento destes dois Estados do que consideravam ser os seus objectivos prioritários: no caso francês, pretendia-se a inserção da Alemanha no sistema de segurança colectiva; no caso alemão, pretendia-se a revisão das suas fronteiras orientais. Neste sentido, a Alemanha assinou com os russos, em Outubro de 1925, um Tratado de Comércio, e, em Abril de 1926, um Tratado de não-agressão e de neutralidade¹⁰⁴ (Milza, 2007, p. 81).

Em Agosto de 1929, a França e a Alemanha assinaram o **Plano Young**, em Haia, resultante do acordo entre ambos os Estados acerca da evacuação antecipada da Renânia; da renúncia alemã à Alsácia-Lorena e à *Anschluss* [anexação político-militar]; e da resolução definitiva do problema da dívida alemã com as reparações de guerra, que sendo uma vez mais reduzida, deveria ser paga em cinquenta e nove anuidades entre 1929 e 1988 (Milza, 2007, p. 82).

2. O Nascimento da *Zeitschrift für Geopolitik* (1924)

A *Zeitschrift für Geopolitik* [*Revista de Geopolítica*], editada na Alemanha entre 1924 e 1944¹⁰⁵, foi a publicação mais citada no âmbito da Geopolítica, durante as primeiras décadas do século XX, motivo pelo qual o ano de 1924, em que esta revista começou a ser publicada, é igualmente considerado como o verdadeiro ano de nascimento da Geopolítica (Troll, 1950, *apud* Silva, 2003, p. 2).

Com efeito, a criação desta nova revista, seria o culminar dos encontros entre Karl Haushofer e Kurt Vowinckel¹⁰⁶, começados em Março de 1923, em

¹⁰² Também conhecido como Tratado de Paris, cidade onde foi assinado.

¹⁰³ Para além da Alemanha e de França, os EUA, a Inglaterra, a Itália, o Japão, a Bélgica, a Polónia, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, a África do Sul, a Irlanda, a Índia (ainda sob domínio inglês) e a Checoslováquia.

¹⁰⁴ Válido durante cinco anos.

¹⁰⁵ O período compreendido entre 1924 e 1944 correspondeu à sua primeira fase. Mais tarde, já depois da Segunda Guerra Mundial ter terminado, e concretamente entre 1951 e 1968, a revista voltou a ser publicada por Kurt Vowinckel (Silva, 2003, p. 2).

¹⁰⁶ Jornalista, e redactor, pretendia abrir a sua própria editora, desde 1895, quando ainda trabalhava para a Editora Hugo Wolff, em Munique (Silva, 2003, p.6).

Karl Haushofer, a Alemanha de Adolf Hitler e a Segunda Guerra Mundial

Munique, por intermédio de Kurt Hesse que conheceu Haushofer quando trabalhara, como assessor de imprensa, no Consulado alemão em Londres. No que respeita ao grupo da revista, este reuniu-se, pela primeira vez, nos dias 15 e 16 de Dezembro de 1923, em Berlim, sendo integrado por Kurt Vowinckel, Karl Haushofer, Erich Obst¹⁰⁷, Otto Maull¹⁰⁸, Hermann Lautensach¹⁰⁹ e Fritz Hesse¹¹⁰ (Silva, 2003, pp. 6 e 7).

Tratando-se de uma publicação mensal, cujo corpo teórico se fundaria a partir dos pensamentos de Ratzel e de Kjellén, a *Zeitschrift für Geopolitik* destinava-se a especialistas, como sejam os geógrafos e professores, mas também aos não especialistas, como sejam os políticos, jornalistas e industriais (Korinman, 1990, p.159). Com uma tiragem inicial de mil exemplares que, no final dos anos trinta, atingiu mesmo os cinco mil exemplares (Silva, 2003, p. 8), esta era, de acordo com Korinman (1990, p. 159), a revista de geografia que melhor se vendia no estrangeiro.

a. Fundamentos da Escola Alemã de Geopolítica

A rápida industrialização alemã experimentada pelo *Reich*, após a sua unificação em 1871, associada a um considerável aumento populacional e à crescente urbanização, não acompanhada de uma estruturação política, económica e social, juntamente com a disputa inter e intra-continental quer por mercado consumidor, quer por fornecedor de matérias-primas, culminaram na generalizada sensação de crise da Alemanha, verificada no início do século XX (Silva, 2003, p. 3).

Para a Escola Alemã de Geopolítica, também conhecida como Escola de Munique ou Escola de Haushofer e nascida do encontro entre os intelectuais e os militares (Almeida, 1990, p. 119), o poder da vontade, as qualidades raciais alemãs e a excelência da tecnologia alemã podiam inverter esta decadência cultural, rectificando a sua posição política temporariamente enfraquecida e

¹⁰⁷ Professor da Escola Superior Técnica de Hannover (Silva, 2003, p. 8), abandonou a revista, no final de 1931 (Korinman, 1990, p. 263).

¹⁰⁸ Professor, de Geografia Humana, na Universidade de Graz. À semelhança de Obst, acabou também por deixar a revista, em 1931. Estava desagradoado com o facto desta ser uma publicação em que os especialistas vulgarizavam o seu saber, colocando os seus conhecimentos fragmentados e fragmentários ao serviço do público. Ou Maull fornecia análises «científicas» à revista, ou se contentava em informar os seus leitores (Korinman, 1990, p. 163).

¹⁰⁹ Professor do Ensino Secundário, em Hannover (Silva, 2003, p. 8).

¹¹⁰ Foi o responsável pela escrita do artigo inaugural da *Zeitschrift für Geopolitik*. No referido artigo, Hesse procurou fundamentar o objecto de base desta publicação, ou seja, o *Lebensraum* (Silva, 2003, p.7).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

ensinando os alemães qual a melhor forma de explorar a sua posição geográfica (Murphy, 1997, pp. 47 e 54).

Se por um lado, no âmbito material, se pretendia a concretização de um *Lebensraum* com efectiva autarcia, por outro lado, procurava-se uma base espiritual capaz de garantir os valores alemães, expressos tanto em termos de *Deutsche Kultur* [Cultura Alemã] como em termos de ideologia *völkisch*¹¹¹ [popular]. Ambas as perspectivas encontraram na explicação geográfica e política uma base de apoio (Silva, 2003, pp. 3 e 4).

Deste modo, a *Lebensphilosophie* [Filosofia de Vida] foi a tendência filosófica predominante na Alemanha do pós Guerra, caracterizando-se pela negação do “universalismo abstracto, do cosmopolitismo uniformizador, do raciocínio mecanicista, como exposto por Herder para marcar a posição distinta da filosofia alemã” face ao Iluminismo (Costa, 1992, *apud* Silva, 2003, p. 4).

É de destacar, neste âmbito, a obra *Der Untergang des Abendlandes [O Declínio do Ocidente]*, publicada em 1918, por Oswald Spengler (1880-1936) que, tendo conhecido grande divulgação junto do meio académico, veio ao encontro desta Alemanha em crise. Responsável por apresentar uma interpretação original da história e da civilização ocidental, Spengler associou o pensamento de Friedrich Nietzsche (1844-1900) com a metodologia de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), tendo acabado por ser condenado a um certo ostracismo como resultado da adopção de muitas das suas ideias pelo Nacional-Socialismo. No seu ensaio histórico, o autor defendeu uma visão cíclica da História e das Culturas, identificando a partir das oito culturas¹¹² apresentadas a existência de períodos de nascimento, florescimento e morte, bem como retomando a polémica existente entre *Kultur*¹¹³ [cultura] e *Zivilization*¹¹⁴ [civilização] existente no debate intelectual alemão (e russo) (Patrini, 2010).

Paralelamente a esta tendência da *Lebensphilosophie* é ainda de destacar a presença do Positivismo Lógico desenvolvido pelo Círculo de Viena; do funcionalismo de Bauhaus; e do Marxismo da Escola de Frankfurt (Silva, 2003, pp. 4 e 5).

¹¹¹ Combinando o interesse no folclore, no ocultismo e no romantismo com o racismo e o nacionalismo étnico, a sua ideologia acabou por influenciar o desenvolvimento do Nacional-Socialismo.

¹¹² A clássica ou antiga, egípcia, mexicana – asteca e maia, chinesa, indiana, árabe ou mágica, babilónica e a ocidental.

¹¹³ Termo associado ao nascimento, à criação e à vida.

¹¹⁴ Termo associado à expansão, ao utilitarismo, ao urbanismo, ao declínio e à morte. Enquanto o conceito de cultura é associado aos alemães, o conceito de civilização é associado às sociedades anglo-francesas.

De acordo com Silva (2003, p.5), a Escola Alemã de Geopolítica, enquanto reacção metodológica do contexto pós Guerra, filiou-se no historicismo via *Lebensphilosophie*, analisando sob este prisma os conceitos geográficos e recorrendo a argumentação baseada na intuição, na sensibilidade, elementos constituintes da *Landschaft* [paisagem] desde Humboldt.

Efectivamente, foi a partir de mitos como o de *Deutschum* [germanismo], relacionado com o do *Blut und Boden* [sangue e solo] resultante da relação entre raça e espaço, que se desenvolveu a teorização desta Escola. De igual modo, é de referir a importância do conceito de *Mitteleuropa*, de que já falámos, que acabaria por dar origem a reivindicações expansionistas edificadas a partir da subjectividade das ideias de destino, unidade, totalidade, essência, arte, emoção e alma (Silva, 2003, p. 5).

Neste sentido, o discurso geopolítico desta Escola, preocupada com o futuro da Alemanha na cena internacional na sequência do fim da Guerra e, mais propriamente, do Tratado de Versailes, oscilou entre a defesa de uma Alemanha industrial e urbana, tecnologicamente avançada, e a fidelidade “à sua alma e raízes profundas, simbolizadas pela nostalgia romântica da *Bauertum* [ruralidade]” (Silva, 2003, p.6).

Na verdade, o Versailes constituiu-se como o ponto de partida para o surgimento do pensamento geopolítico na Alemanha durante a República de Weimar, sendo que, como refere Murphy (1997, p. 46), sem este os geopolíticos nunca teriam saído da obscuridade, na medida em que foram as críticas por estes desenvolvidas em relação a este Tratado que contribuíram para a sua inserção na vida pública alemã. As análises desenvolvidas, nos anos vinte, consideravam que a Alemanha se encontrava envolvida numa luta pela sua sobrevivência tanto ao nível externo, devido a Versailes, como ao nível interno, como resultado do declínio da sua energia biológica¹¹⁵ e da ignorância geopolítica dos seus cidadãos. Por conseguinte, o objectivo de subverter ou rever o Tratado tornou-se um traço comum a todo o espectro político, sendo que dividindo-se entre várias coisas, os alemães acabavam, contudo, por se unir quando o assunto respeitava a Versailes (Murphy, 1997, pp. 24 e 46).

¹¹⁵ A Primeira Guerra Mundial acarretou consigo enormes custos humanos, que no caso da Alemanha assumiram os seguintes contornos: de uma população de 70 milhões perdeu, entre 1914-1918, 2 000 000 homens (Bessa et al., 2009, pp. 166 e 167), nas operações militares, e devido à falta de condições de higiene, às privações e às doenças. De atentar é também o défice de nascimentos alemães, de 3 705 000, que se verificou em virtude da separação de casais, sendo que a taxa de natalidade alemã nunca voltará a atingir os elevados valores que registava antes do início da Guerra (Milza, 2007, p. 25).

Caberia, pois, à Geopolítica, enquanto guia de orientação política, traçar o caminho em direcção a um futuro melhor, evitando cometer os erros do passado (Murphy, 1997, p. 21). E, neste sentido, a Escola de Munique, orientou as suas preocupações para a recuperação da Alemanha e, sua consequente transformação numa grande potência (Correia, 2004, p. 143).

Daí que, doravante, todas as decisões dos estadistas alemães eram analisadas pelos geopolíticos, que interpretavam a conformidade das acções diplomáticas com os princípios da Geopolítica. Nesta perspectiva, e na visão do pensamento geopolítico da Alemanha de Weimar, iniciativas como Locarno, Dawes ou Young deveriam ser rejeitadas e, quer a Sociedade das Nações, quer o projecto pan-europeu eram encarados como instrumentos para a extensão da hegemonia britânica ou da hegemonia francesa, e alvo de crítica da parte dos geopolíticos alemães, que viam nestes formas de reconciliação ou compromisso uma legitimação dos acordos políticos existentes e um afastamento da possibilidade de revisão das fronteiras. A Alemanha deveria, pois, seguir o unilateralismo, concentrando-se na extensão do poder alemão em direcção ao leste e na incorporação dos grupos étnicos alemães, existentes em toda a Europa central, num único Estado (Murphy, 1997, pp. 219 e 230).

b. Evolução e Metamorfose da Publicação

Relativamente às tarefas, estas distribuíram-se desde logo da seguinte forma: caberia a Kurt Vowinckel a organização dos temas e a formatação, sendo que Fritz Hess seria o chefe de redacção. A Karl Haushofer ficaria entregue a discussão de assuntos ligados ao Indo-Pacífico. Erich Obst ficaria alocado às temáticas da Europa e do norte de África, sendo que a América e as demais áreas de África caberiam a Fritz Termer¹¹⁶. A literatura geral e sistemática geopolítica ficaria ao cargo de Hermann Lautensach (Silva, 2003, p. 6).

Quanto à sua concepção de Geopolítica, o grupo considerava-a como a ciência de vinculação dos processos políticos à terra, baseando-se na Geografia, e em particular na Geografia Política enquanto ciência dos organismos espaciais e políticos e sua estrutura. De facto, “a essência dos espaços terrestres compreendidos pela Geografia oferece à Geopolítica o quadro no qual se realiza o percurso dos processos políticos”. Nesta linha, a Geopolítica pretende (e deve) tornar-se na consciência do Estado e, enquanto *Kunstlehre* [Ciência Prática], orientar a sua vida política (Silva, 2003, p. 7).

¹¹⁶ Professor do Instituto de pesquisas da América, da Universidade de Würzburg (Silva, 2003, p. 8).

A publicação do primeiro número da *Zeitschrift für Geopolitik*, verificada no mês de Janeiro de 1924, ocorreu tendo como editores Haushofer e Obst, como colaboradores Lautensach e Termer, como chefe de redacção Hesse e como dono da editora Vowinckel. No entanto, os únicos nomes que sempre constaram desta revista, até 1944, ano da sua extinção, foram Vowinckel e Haushofer, já que se realizavam com frequência alterações na composição do seu corpo directivo (Silva, 2003, p. 8).

No concernente à sua estrutura básica, a revista incluía: artigos principais sobre uma questão actual de interesse geopolítico¹¹⁷; artigos respeitantes aos problemas geopolíticos¹¹⁸; informações sobre os mais relevantes processos geopolíticos¹¹⁹, e resumos e comentários relativos a literatura de Geopolítica¹²⁰ (Silva, 2003, p. 9).

Em 1925, a *Zeitschrift für Geopolitik* acolheu artigos dos editores da *Weltpolitik und Weltwirtschaft* [*Política Mundial e Economia Mundial*] de Hamburgo, uma revista dirigida por Arthur Dix (1875-1935) e constituída maioritariamente por economistas, passando a incluir material estatístico e informações relativas ao mercado financeiro. É, no entanto, de referir que a *Zeitschrift für Geopolitik* abrangia uma grande diversidade de áreas, passíveis de interesse para a Geopolítica, como eram a Economia Política, Cultura, Ciência e Religião, bem como de zonas do globo terrestre (Silva, 2003, pp. 8 e 9).

No final dos anos vinte, a *Zeitschrift für Geopolitik* fundiu-se com a *Weltpolitik und Weltwirtschaft*, tendo começado a incluir: reportagens geopolíticas; artigos sobre política externa alemã; investigações geopolíticas subdivididas entre Europa, África e Médio Oriente, Ásia e América; artigos de âmbito global referentes a questões que envolviam dois ou mais países (caso da Doutrina Monroe, por exemplo); artigos sobre a economia mundial; material estatístico com significado para a Geopolítica; e referências à literatura geopolítica (Silva, 2003, p.9).

Em 1931, verificou-se a criação do *Arbeitsgemeinschaft für Geopolitik* [Grupo de Trabalho para a Geopolítica], sob orientação de Kurt Vowinckel. Composto por membros do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*

¹¹⁷ Nesta secção discutiam-se as “bases teóricas da geopolítica” (Silva, 2003, p.9).

¹¹⁸ Contavam-se entre estes, a título exemplificativo, a cultura, as fronteiras, a migração ou o ensino (Silva, 2003, p.9).

¹¹⁹ Em conformidade com Silva (2003, p.9), estas informações seriam obtidas através de uma síntese dos assuntos que estavam em voga fora da Alemanha.

¹²⁰ Produzida na Alemanha ou noutros Estados.

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

(NSDAP) [Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães], este grupo passou, mais tarde, a exercer funções de censura sobre os artigos publicados na revista (Silva, 2003, p. 9).

O ano de 1933, em que se verificou a subida de Hitler ao poder, constituiu-se como um ponto de viragem.. já que se “até 1933, a revista tinha a ver com a Alemanha – porque pretendia a restauração do poder germânico – mas não tinha assumido qualquer compromisso com o nazismo” (Almeida, 1990, p. 121), a partir daí, a Geopolítica alemã deixou de pertencer ao campo da ciência para se converter num mecanismo do Estado (Vives, 1972, p. 52). E, portanto, desde 1933, os artigos da revista, que até então tinham um carácter marcadamente científico, passaram a abordar questões ligadas à rádio, às estradas, à cartografia, às rotas aéreas, às fronteiras, aos mares, ao ensino e, até mesmo, à nacionalidade¹²¹ (Silva, 2003, p.9), temas destinados a alimentar o Nacional-Socialismo e a consolidar as suas políticas.

3. Karl Haushofer e a Geopolítica na Passagem da Alemanha da República de Weimar para a Alemanha de Adolf Hitler

Tendo entrado para o Exército bávaro em 1887, Karl Haushofer ¹²², considerado como um dos expoentes máximos e o *Führer* [guia] da Geopolítica alemã, tornou-se oficial em 1889. Estudou topografia e geografia¹²³ (bem como geologia), tendo lido¹²⁴ as obras de Karl Ritter (1779-1859), Friedrich Ratzel (1844-1904) e o tratado de geografia política de Albrecht von Roon (1803-1879), presentes nos programas de todas as escolas militares prussianas (Gallois, 1990, p. 257; Tuathail, 2006, p.53; Vives, 1972, p.52).

Entre 1908 e 1910, Haushofer ficou a conhecer os espaços da Ásia e do Pacífico; viajou pela Sibéria, pelo norte da China, pela Manchúria, e pela Coreia. Neste mesmo período, deslocou-se ao Japão, com ideias formadas a partir da leitura que fizera de Ratzel, a fim de desempenhar funções de conselheiro como instrutor de artilharia e também para estudar o próprio

¹²¹ Note-se que a questão da nacionalidade, tema desde sempre desenvolvido na revista, adquiriu um teor racista a partir de 1933 (Silva, 2003, p. 10).

¹²² Segundo Zweig (2014, p.221), “provinha de uma família burguesa de bem, culta – o pai tinha publicado uma série de poemas e penso que tinha sido professor universitário -, e o seu conhecimento era universal e sobrelevava mesmo o âmbito meramente militar”.

¹²³ Tida como uma ciência indispensável à Estratégia (Gallois, 1990, p. 257).

¹²⁴ “Ele passava o dia no barco a trabalhar, seguindo cada por menor com o binóculo, escrevendo diários ou relatórios, estudando enciclopédias; raras vezes o vi sem um livro na mão” (Zweig, 2014, p.221).

exército japonês. Foi inclusivamente durante a sua estadia em terras nipónicas, onde Haushofer recebeu várias distinções nunca antes atribuídas a um oficial alemão que neste Estado se tenha encontrado em funções, que se deu o nascimento da sua vocação pela Geopolítica (Almeida, 1990, p. 119; Losano, 2007, pp. 226 e 229) – “*Le grand amour que je porte à la culture et à la géographie du Japon vient de ce que j’ai vécu pendant deux ans dans l’intimité de ce pays et de cette civilisation*” (Haushofer, 1986, p.160) -.

A sua missão no Japão foi, contudo, interrompida no ano de 1910 por razões de saúde¹²⁵, o que não impediu de manter inalteradas as boas relações com os amigos japoneses¹²⁶ e desempenhar um importante papel no processo de reconstrução das relações culturais entre a Alemanha e o Japão. Durante este e os vários períodos de interrupção resultantes de uma saúde enferma, Haushofer dedicou-se à leitura e releitura de Herder, Ernest-Marie Arndt (1769-1860), Dietrich von Büllow (1757-1807), Friedrich List (1789-1846), Mahan, Mackinder e André Chéradame (1871-1948) (Gallois, 1990, p. 257).

Já de regresso à Alemanha, Martha Mayer-Doss (1877-1946), a mulher de Haushofer, que era descendente de um comerciante e jurista judeu, sugeriu-lhe que redigisse um livro sobre a sua experiência no Extremo Oriente (Korinman, 1990, p. 277; Losano, 2007, p. 230). E esta sugestão viria a dar origem, em 1913, à sua Tese de Doutoramento em Geografia, intitulada *Dai Nihon. Betrachtungen über Gross-Japans Wehrkraft, Westellung und Zukunft [O grande Japão]*¹²⁷, *Observações sobre a defesa, a posição mundial e o futuro do grande Japão*¹²⁷, sendo que, em 1914, participou na Primeira Guerra Mundial (Losano, 2007, pp. 229 e 230). Durante a Guerra, conheceu a obra de Kjellén, entusiasmando-se com a ideia por este defendida acerca de uma Grande Alemanha, que como verificámos também caracterizava o pensamento de Ratzel, sobre o qual Haushofer já tinha realizado leituras¹²⁸ (Gallois, 1990, p. 257).

¹²⁵ Trata-se de um grave problema pulmonar (Zweig, 2014, p.221).

¹²⁶ Tanto Haushofer como a mulher aprenderam japonês e até se haviam familiarizado com os poemas escritas nessa língua (Zweig, 2014, p. 221).

¹²⁷ Tendo estudado a influência alemã no desenvolvimento do Japão (Tuathail, 2006, p. 23), quanto à abertura geográfica do Japão e do espaço continental sub-japonês e ao alargamento desta abertura sob influência da guerra e da política militar (Jacobsen, 1986, p. 47), Haushofer obteve o título de Doutor, incentivado pela mulher que o levou a falar com Erich von Drygalski (1865-1949), um amigo geógrafo e professor universitário, e a averiguar a possibilidade de obter um Doutoramento (Losano, 2007, p.230).

¹²⁸ Neste sentido, será difícil concluir quem o terá influenciado primeiro a defender a ideia de *Großdeutschland*, mas a ideia é original de Ratzel, cujos trabalhos terão igualmente influenciado Kjellén.

Em 1919, com o fim da Guerra, Haushofer regressou à vida académica, tendo a sua experiência no Japão se reflectido igualmente na publicação de três obras consideradas fundamentais na sua carreira como académico: publicada em 1914, *Der deutsche Anteil an der geographischen Erschliessung Japans* em *des subjapanischen Erdraums un deren Förderung durch den Einfluß von Krieg und Wehrpolitik* [A contribuição alemã na exploração geográfica do Japão do espaço sub-japonês assim como o desenvolvimento (destas zonas geográficas) pela influência da guerra e da política de defesa]; publicada em 1919, *Grundrichtungen in der geographischen Entwicklung des Japanischen Reichs (1854 bis 1919)* [Básicas direcções geográficas no desenvolvimento do Império japonês (de 1854 até 1919)]; e publicada em 1921, *Das Japanische Reich in seiner geographischen Entwicklung* [O Império japonês no seu desenvolvimento geográfico] (Losano, 2007, p. 224).

Nos anos subsequentes, Haushofer dedicou-se ao ensino de Geografia na Universidade Técnica de Munique, onde teve Rudolf Hess (1894-1987) como aluno. Todavia, a sua amizade com Hess veio do mundo militar (Losano, 2007, p. 225) e, mais concretamente da Primeira Guerra Mundial, durante a qual Haushofer e Hess combateram na Frente Leste, como comandante e ajudante de campo, respectivamente. Na sequência da visita de Haushofer a Hess²⁹ na prisão de Landsberg, onde este se encontrava com Haushofer, Hess apresentou-o a Adolf Hitler, líder do NSDAP (Tuathail, 2006, p. 23).

Haushofer foi, acima de tudo, uma personalidade ambivalente, pois como salientou Losano (2007, p. 225): “*portò nella carriera militare la passione per lo studio e nella carriera degli studi il patriottismo del militare*”. A amizade com Hess, o seu interesse e admiração pelo Japão, assim como pela geografia militar e pela cartografia foram aspectos trazidos de Haushofer, o militar, para Haushofer enquanto geopolítico.

Num período de dificuldades para a Alemanha, com a esperança de uma revisão dos tratados subsequentes à Primeira Grande Guerra, Haushofer foi, como já referido, um dos fundadores da *Zeitschrift für Geopolitik* (Korinman, 1990, p. 167). De facto, a perda de parte do território nacional alemão e das suas colónias ultramarinas com Versailles motivou o ódio partilhado de Haushofer, Hess e Hitler, que procuraram, ainda que de formas diferentes, tornar novamente a Alemanha num grande poder mundial.

Depois da sua missão, e com o final da Primeira Guerra Mundial, Haushofer não regressou mais ao Japão. Contudo, entre 1920 e 1930, encontrou-se com

²⁹ Após o Putsch de Novembro de 1923.

jornalistas, estudantes, estudiosos e diplomatas japoneses na Alemanha, tendo-se fundado, em Berlim, o Instituto Alemão-Japonês e, em Tóquio, o Instituto Japonês-Alemão. Haushofer constituiu-se ainda como membro da *Deutsche-Japanische Gesellschaft* [Sociedade Germânico-Japonesa], na Baviera (Losano, 2007, pp. 230 e 231).

Em suma, as relações subsequentes entre Haushofer e o Japão desenvolveram-se ao seu mais alto nível, directamente na Alemanha e, indirectamente no Japão, com a ajuda do filho Albrecht (1903-1945). Entre 1933 e 1936, a contribuição de Haushofer através dos seus escritos, das suas conferências, e até das relações pessoais que mantinha com os japoneses foi essencial para a aproximação que se veio a verificar entre a Alemanha¹³⁰ e o Japão¹³¹, que culminaria no Pacto Anti-Komintern¹³², assinado a 25 de Novembro de 1936, em Berlim (Losano, 2007, pp. 231, 323 e 234), e a que, em 1937, se juntaria a Itália, dando origem ao Eixo.

A partir dos anos vinte, foi crescente a influência de Haushofer na imprensa alemã, tendo sido convidado a contribuir para publicações como, por exemplo: *Deutsche Rundschau*, *Deutsche Allgemeine Zeitung*, *Deutsche Republik*, *Schwäbischer Merkur*, *Volk und Reich*, *Das neue Reich*, *Münchner Neueste Nachrichten*, *Deutsche Wehr*, *Frankfurter Zeitung*, *Führerschaft*, *Der Weg zur Freiheit*. Desde 1925, Haushofer passou a ser consultado pela *Arbeitsgemeinschaft deutscher Zeitschriften für die Interessen des Grenz- und Auslandsdeutschums* [Grupo de trabalho das publicações alemãs para os interesses das fronteiras e da presença germânica no estrangeiro], responsável pelo reagrupamento de 58 órgãos de imprensa de direita, e dirigida por Pechel. É também de salientar a participação de Haushofer, em várias conferências, debatendo a situação da Alemanha neste período (Korinman, 1990, p. 272).

Em 1923, Haushofer tornou-se Presidente da federação bávara do *Verein für das Deutschtum im Ausland* (VDA) [Associação para o germanismo no Estrangeiro], interessando-se pela floresta da Boémia, pela região de Eger e pelo Tirol do Sul (Korinman, 1990, p. 290).

¹³⁰ O interesse Nacional-Socialista, em 1933, pela Ásia Oriental não dispunha ainda de uma política precisa (Losano, 2007, p. 232).

¹³¹ A aceitação da geopolítica alemã no Japão verificou-se igualmente através da tradução das principais obras de Haushofer, traduzidas para Japonês; da abertura de duas escolas de geopolítica: uma em Tóquio e outra em Quioto; e da criação de uma sociedade destinada ao estudo e à difusão ulterior da geopolítica no Japão, pelo professor T. Shinohara, bem como de uma revista *Sogo Kagaku*, numa equivalência à *Zeitschrift für Geopolitik* (Losano, 2007, p. 235).

¹³² Como o próprio nome indica, tratou-se de um Pacto anti-comunista. De acordo com este, em caso de ataque da URSS contra a Alemanha ou o Japão, ambos concordavam em se reunir e decidir quais as medidas a aplicar para proteger os seus interesses, sendo que nenhum deles assinaria quaisquer tratados com a URSS. Ademais, a Alemanha reconhecia através deste Pacto Manchukuo, na Manchúria.

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

Em 1924, a *Zeitschrift für Geopolitik* publicou, entre outros, um texto no qual Haushofer denotou uma aproximação ao Nacional-Socialismo: *Geopolitische Einflüsse bei den Verkörperungsversuchen von nationalem Sozialismus und sozialer Aristokratie [O factor geopolítico nas tentativas de realizar o Nacional-Socialismo e a Aristocracia Social]* (Korinman, 1990, p. 261).

Nos anos trinta, o *NS-Deutscher Studentenbund* [União dos estudantes nacional-socialistas] referia-se com regularidade à obra de Haushofer, tendo conquistado grande audiência junto do *NS-Dozentenbund* [União dos universitários nacional-socialistas] e do *NS-Lehrerbund* [União dos professores nacional-socialistas]. De assinalar é igualmente o facto de Haushofer ter sido convidado por movimentos de extrema-direita como: *Frontkriegerbund* [União da frente de guerra], *Stahlhelm* [Capacetes de aço], *Werwolf* [Lobisomem], *Bund Deutscher Osten* [União dos alemães de leste], ou *Herrenklub* [Clube para homens] (Korinman, 1990, p. 269).

Em Outubro de 1931, Kurt Vowinkel propôs a Haushofer a direcção da *Zeitschrift für Geopolitik*, convite que acabaria por declinar (Korinman, 1990, p. 263), sendo que, a partir de 1932, a *Zeitschrift für Geopolitik* sofreu a influência crescente do NSDAP, cuja ideologia activa e cuidadosamente apoiada pela propaganda do Ministério de Paul Joseph Goebbels (1897-1945) pouca margem deixava a indiferenças ou a dissidências (Almeida, 1990, p. 123). Mas nem por isso esta publicação deixou de desempenhar um importante papel no mundo escolar, sendo que Haushofer foi membro de honra da *Deutsche Gesellschaft für Wehrpolitik und Wehrwissenschaft* [Sociedade Alemã para uma Política e uma Ciência da Defesa] (Korinman, 1990, p. 268).

No ano de 1933, o general geógrafo redigiu um outro artigo *Der national-sozialistische Gedanke in der Welt [A ideia Nacional-Socialista no Mundo]*, no qual pretendia avaliar a importância do sangue e do solo na história dos povos (Korinman, 1990, p. 261). Na mesma linha, em 1934, e na obra *Das Reich. Grossdeutsches Werden im Abendland [O Reich. História da Grande Alemanha no Ocidente]*, Haushofer continuou a acolher a renovação Nacional-Socialista, referindo-se aos heróis alemães, desde Arminius¹³³ a Hitler (Korinman, 1990, p. 262).

No fim de Outubro de 1933, constituiu-se, por iniciativa de Rudolf Hess, o *Volksdeutscher Rat (VR)* [Conselho Germânico], presidido por Karl Haushofer

¹³³ Foi o chefe das Tribos Germânicas responsável por derrotar os Romanos na Batalha da Floresta de Teutoburg, ocorrida a 9 de Setembro de 9. Transformado em mito pelos defensores da unificação alemã nos finais do século XIX, Arminius tem uma estátua construída em sua homenagem voltada para França, a inimiga do projecto nacional alemão.

que tentaria conciliar as divergências existentes entre os grupos de uma mesma minoria (casos romeno, polaco, do Schleswig, por exemplo) e atenuar a oposição entre militantes nacionalistas e o NSDAP (Korinman, 1990, p. 291).

Entre 1934 e 1937, Haushofer desempenhou o cargo de Presidente da *Deutsche Akademie (DA)* [Academia Alemã], interdisciplinar, onde se encontravam os acadêmicos alemães interessados nos problemas e na promoção de laços com os alemães no estrangeiro (Murphy, 1997, p. 244).

Em 1935, Haushofer foi convidado pelo seu colega Nesper para desempenhar o papel de conferencista regular de Geopolítica, em Heidelberg, sendo que em 1939-1940 a disciplina de Geopolítica figurava em 10 universidades e 7 escolas superiores. A influência da Geopolítica sentiu-se também no Exército e na Marinha. De 1935 a 1939, Albrecht dirigiu os seminários da *NS-Frauensschaft* [Grupo das mulheres nacional-socialistas], mas esta convergência entre a Geopolítica de Haushofer e o Nacional-Socialismo foi breve (Korinman, 1990, p. 269).

A partir de 1941, Haushofer perdeu o apoio de Rudolf Hess, sendo desde então perseguido pelas forças do NSDAP e “tudo porque ele pretendia impedir que a «Escola» ficasse totalmente ao serviço de Hitler”, o que sucedeu a partir de 1936. Em 1944, Haushofer foi preso e enviado para Dachau, sendo que, em 1945, o filho Albrecht acabou por ser morto pela Gestapo. A 10 de Março de 1946, Haushofer e a mulher suicidaram-se (Almeida, 1990, p. 124).

a. A Geopolítica e a Visão de Haushofer para a Alemanha

Para Karl Haushofer, “as grandes ligações vitais do homem de hoje no espaço de hoje” constituem o objecto de estudo da Geopolítica, cuja finalidade é “a inserção do indivíduo no seu meio natural e a coordenação dos fenómenos que ligam o Estado ao espaço” (Klein, 1986, p. 25).

Neste sentido, ensinar Geopolítica, uma ciência exacta, implica ter um conhecimento de experiência prática. Ao mesmo tempo, a Geopolítica deve ser estudada com uma visão presente e futura, contrastando com a política encarada mais em termos de história morta do que em termos de ciência viva, numa visão retrospectiva que conduz à perda do contacto com o futuro. Foi por esta razão que a Alemanha foi deixada de fora do realinhamento do mundo, aquando da sua ocorrência na viragem do século (Haushofer, 1942, *apud* Tuathail, 2006, p. 41).

Até à Primeira Guerra Mundial, e exceptuando o caso de Bismarck, os estadistas alemães ignoraram as realidades geográficas da posição da Alemanha: “his successors *had failed to understand the value of the German*

overseas empire and ignored the lessons that ought to have been drawn from Germany's central position, or Mittelage, in Europe" (Murphy, 1997, pp. 16-18). A ausência de uma pedagógica visão geopolítica nos estadistas alemães conduziu a Alemanha à sua actual situação de crise, afastando-a do lugar de poder mundial, pelo que Haushofer defendeu, no seu artigo, *Politische Erdkunde und Geopolitik* [Geografia Política e Geopolítica], de 1925, a necessidade do conhecimento geopolítico, enquanto saber estratégico, quer entre a elite dirigente alemã, quer entre a população em geral (Fernandes, 2002, p.5).

Na visão do general e geógrafo alemão, *"la géopolitique, discipline engagée, doit servir les desseins d'un Mitteleuropa vaincu, quitte à en tirer plus tard, le cas échéant, des conclusions d'ordre plus philosophique. Le général-géographe tranche : «À nos dirigeants, en effet, d'acquiescer au minimum les instruments qui leur permettront d'opérer une sélection dans le champ des possibles. Les études géopolitiques (...) les leur fourniront.»*" (Korinman, 1990, p. 157). Deste modo, o saber geopolítico é prospectivo, uma vez que todo o estudo de Geopolítica deve propor aos políticos, aos militares e aos financeiros orientações úteis no momento em que têm de escolher entre várias alternativas que lhes condicionarão o futuro (Korinman, 1990, p. 157). Aliás, dado o dinamismo inerente à Geopolítica, Haushofer recusou a publicação de um manual, considerando que tal poderia dificultar as aplicações práticas deste saber (Klein, 1986, p.25).

Em 1931, Haushofer atribuiu mesmo ao saber geopolítico o poder da racionalização: *"«La géopolitique prend la place de la passion politique, une évolution conforme aux lois de la nature donne une forme nouvelle aux créations de l'arbitraire d'une volonté humaine déchaînée. La nature, chassée par l'épée ou la fourche, reprend ses droits sur la surface et à la face de la Terre. C'est la géopolitique !»*" (Gallois, 1990, p. 262).

Por outro lado, não sendo a Geopolítica apenas um assunto de política externa, Haushofer entendia que esta também deveria ser tida em atenção nas questões internas, na medida em que todas as decisões tomadas pelo Estado e pelas regiões em matéria de espaço acabariam por influenciar o futuro da política do *Reich* no estrangeiro. E, assim sendo, havia que apreciar geopoliticamente as forças e as fraquezas do espaço alemão, de forma a evitar que os dirigentes da República de Weimar colocassem o país numa situação ainda mais difícil do que aquela em que este já se encontrava no pós Grande Guerra de 1914-1918. Deste modo, o objectivo dos geopolíticos

consistia em reclamar uma planificação sistemática do espaço alemão¹³⁴, associando-se às reflexões relativas à *Reichsreform* [reforma do Reich] (Korinman, 1990, p. 171).

(1) A Influência de Rudolf Kjellén

Criador do termo Geopolítica, Rudolf Kjellén constituiu-se como uma das referências na teorização geopolítica levada a cabo por Haushofer (Haushofer, 1948, *apud* Tuathail, 2006, p. 54). Inspirando-se nos filósofos alemães do século XIX, Kjellén (1864-1922), professor e geógrafo sueco, foi também um seguidor de Friedrich Ratzel, ao adoptar o conceito de Estado como organismo vivo, que nasce, cresce e morre, num espaço geográfico (Correia, 2004, p.134).

A sua obra mais importante, *Staten som Lifform* [O Estado como forma de vida], originalmente redigida em sueco e terminada em 1916, foi apenas traduzida para alemão em 1917, tendo sido publicada na Alemanha em 1924, por Kurt Vowinkel, editor da *Zeitschrift für Geopolitik* (Fernandes, 2003, p.4), publicação da Escola de Munique. Neste sentido, é de referir que Kjellén antecipou os métodos dos geopolíticos desta Escola, entendendo a Geopolítica como um *Wegweiser* [guia prático para a acção política] (Murphy, 1997, p. 6), à semelhança daquela que seria a perspectiva de Haushofer.

Embora Kjellén se tenha iniciado com a perspectiva jurídica do Estado, dado o facto de ser jurista, ao tomar contacto com a geografia física de Ratzel verificou que a concepção jurídica não bastava para definir o Estado, já que antes de se constituir como sujeito jurídico, o Estado era Poder e, por conseguinte, também se justificava do ponto de vista geográfico. Ainda assim, em 1901, Kjellén procurou resolver esta insuficiência concebendo a política como uma ciência omnicomprensiva do Estado, permitindo, deste modo, que a política abarcasse toda a história enquanto ciência das leis que regem a evolução da vida estatal. Neste contexto, e independentemente das suas dimensões, os Estados constituem-se como formas de vida mais importantes, o que justifica que estes sejam assumidos como objecto de estudo de uma ciência política autónoma (Dias, 2005, pp. 79 e 80).

Trata-se, pois, de uma visão organicista em que o Estado é entendido “como um fenómeno profundamente enraizado às realidades históricas e factuais e engendrado por um processo orgânico do mesmo tipo fundamental que o homem individual – numa palavra, como uma manifestação biológica ou um

¹³⁴ Aliás, “cedo se verificou que foi ele um dos primeiros a pensar sistematicamente e com largura de vistas no ressurgimento do poderio alemão” (Zweig, 2014, p. 222).

ser vivente” (Truyol y Serra, 1968, *apud* Dias, 2005, p. 80). Procurando suprimir os pontos fracos do Estado Ratzeliano, e mediante uma evolução tecnológica e cultural, o Estado de Kjéllen, é conduzido na busca de fronteiras naturais (dada a ligação vital existente entre este e o território), favoráveis à harmoniosa unidade interna e à concretização dos seus interesses específicos, garantindo racionalidade à sua acção (Dias, 2005, pp. 80 e 81).

Também, em conformidade com o pensamento organicista do autor sueco, é de referir que o comportamento estatal se rege segundo quatro postulados: o primeiro postulado estabelece que, à semelhança de qualquer organismo vivo, e devido às leis da evolução natural, o Estado tem direito (natural) a um desenvolvimento e expansão assegurados pela sua força; o segundo postulado considera que é a essa mesma força que o Estado tem de recorrer, se necessário, para garantir a sua sobrevivência na cena internacional; o terceiro postulado defende que a expansão territorial deve ser a crença principal de qualquer povo; e, finalmente, o quarto e último postulado determina que para ser uma grande potência, um Estado tem de ter um grande espaço, liberdade de movimentos, coesão interna e força para a manter (Dias, 2005, 82).

Por conseguinte, é no plano externo que o Poder marcadamente se revela e manifesta, sendo igualmente neste em que todos os Estados convivem, rivalizam e competem¹³⁵. Já no plano interno é o aspecto jurídico que predomina, cabendo ao Direito disciplinar a alma do Estado, a Nação (Dias, 2005, p. 82).

Para Kjéllen, enquanto fundamento material da Nação (é indivíduo étnico), o Estado (é um indivíduo geográfico) (Almeida, 1990, p. 115), o Estado é constituído por cinco órgãos ou componentes, dos quais três são de natureza endógena: o Povo, a Sociedade e o Governo; e dois são de natureza exógena: o Património e o Território (Dias, 2005, pp. 78 e 79). Ao estudo de cada um destes factores, e tendo como objecto comum a política estatal, denominar-se-ia: Etnopolítica ou Demopolítica (aos estudos relacionados com o Povo, elemento central e móvel do Estado, organizado por grupos de interesses, representando várias estruturas sociais), Sociopolítica (aos estudos relacionados com a Sociedade), Cratopolítica (aos estudos respeitantes às instâncias do Governo que procuram materializar o interesse geral e a implementação de um ordenamento jurídico), Ecolítica (aos estudos respeitantes ao Património, garante da protecção e sustentação do Povo) e Geopolítica (aos estudos relacionados com os factores geográficos, enquadrantes do Estado) (Correia, 2004, pp. 134 e 135).

¹³⁵ Segundo Gallois (1990, p. 217), tanto para Kjéllen como para Ratzel vivemos num mundo hobbesiano em competição permanente pelo poder.

Na perspectiva de Kjellen, o Território dispõe de uma importância primordial enquanto plataforma espacial do Estado, como terreno onde este se desenvolve e se torna Império. É a relação entre o Estado e o Império que constitui o assunto central da Geopolítica (Dias, 2005, p. 79). A este propósito, para Haushofer, a Geopolítica demonstra a dependência de todos os desenvolvimentos políticos relativamente à permanente realidade do solo (Haushofer, 1942, *apud* Tuathail, 2006, p.40).

Tendo em conta a nova ordem de escolhas na Europa, e dada a situação em que se encontrava a Suécia, Kjellén, um germanófilo à semelhança do inglês Chamberlain e do francês Gobineau (Fernandes, 2003, p. 3), virou-se para a Alemanha, então ávida de espaço e de poder¹³⁶, de modo a que entre Berlim e Estocolmo se estabelecesse uma sólida relação, fundada sobre um mesmo interesse: manter a Rússia¹³⁷ “em respeito” (Correia, 2004, p.134).

Segundo Kjellén: “*pour être une puissance qui compte, il fallait à la fois régenter un vaste espace territorial, disposer d’une totale liberté d’action et bénéficier d’un grande cohésion interne. Ce n’était pas encore le cas de l’Allemagne dont l’espace était compté, que d’autres puissances enserraient et surveillaient et dont le modeste empire colonial était distant e dispersé*” (Gallois, 1990, p. 218). Assim sendo, e apoiando o projecto de *Mitteleuropa*, seria preciso que a Alemanha se estendesse de Oise à Ucrânia, do litoral russo do Báltico à Suíça e ao Bósforo. Englobando o Império Austro-Húngaro, a Roménia, a Bulgária e também a Turquia, o Império Alemão poderia igualmente avançar, por um lado, em direcção à Mesopotâmia, e, pelo outro, ao Egipto e ao Sudão. Só então, a Alemanha ocuparia o lugar ao Sol que lhe era devido (Gallois, 1990, p. 218).

Defendendo este projecto, Kjellen acabou por influenciar, à semelhança de Ratzel, a Escola de Munique, e despertar a atenção para a importância do papel desempenhado pela Alemanha na cena internacional. Haushofer e a Escola de Munique consideravam que a posição da Alemanha, situada no centro da Europa, era “altamente perigosa”, na medida em que se encontrava rodeada por “estados dinâmicos” tanto a oeste (a França), como a leste (a URSS), sendo que o aumento populacional e o aumento da riqueza estatal poderia constituir uma ameaça para o *Reich* alemão (Almeida, 1990, p.125).

¹³⁶ O desfecho da Primeira Guerra Mundial para a Alemanha foi encarado pelo autor sueco como um “acidente anti natura”, já que “reconhecia ao povo alemão, quer uma superior aptidão para organizar e dinamizar o espaço (sentido de espaço), quer a sua necessidade de espaço, na lógica da noção de espaço vital” (Dias, 2005, p. 84).

¹³⁷ A Rússia assume igualmente um papel de destaque no pensamento de Haushofer, como veremos adiante.

(2) A Influência de Friedrich Ratzel

De todas as vezes que se exprimia publicamente, Haushofer referia-se a Friedrich Ratzel. Aliás, num texto de 1924, *Das Wissen von der Grenze des deutschen Volkes [O saber sobre as fronteiras do povo alemão]*, Haushofer mencionou o facto de que o mérito principal de Ratzel foi conseguir libertar a Alemanha da miopia e do bizantismo dos juristas no respeitante à questão das fronteiras, pois as fronteiras são um fenómeno vital, sempre evolutivo. Ratzel pretendia dar a compreender a história do mundo aos dirigentes alemães, para que estes fossem capazes de gerir melhor a política do Reich e, neste sentido, Haushofer transformou Ratzel no especialista unilateral do Raum germânico, como no seu livro *Grenzen in ihrer geographischen und politischen Bedeutung [As fronteiras no seu significado geográfico geográfico e político]*, publicado em 1927 (Korinman, 1990, pp. 272 e 273), em que a teoria organicista do Estado de Ratzel foi utilizada para argumentar contra o “erro geográfico” que o Tratado de Versailles constituía (Tuathail, 2006, pp. 23 e 24).

Por outro lado, a influência de Ratzel em Haushofer verificou-se igualmente através da publicação de três textos: *Der deutsche Lebensraum [O Espaço Vital alemão]; Lebensraum [Espaço Vital]; e Lebensraum der Deutschen als politische Aufgabe [O Espaço Vital dos alemães, uma tarefa política]*, que mais pareciam traduções dos cabeçalhos do capítulo de *Politische Geographie* (Korinman, 1990, p.273).

Com efeito, o conceito de *Lebensraum [Espaço Vital]*, utilizado por Ratzel, foi posteriormente adoptado por Haushofer. Identificando-se com a fórmula sangue e solo, o *Lebensraum* de Haushofer relaciona-se com a “capacidade de um determinado espaço geográfico para atender às necessidades da sociedade humana (etnologicamente diferenciada) que o habita” (IAEM, 1982, apud Dias, 2005, p. 128). De forma a sobreviver na cena internacional às referidas “pressões” laterais, a Alemanha deveria conquistar *Lebensraum*, dispondo este conceito de um sentido simultaneamente económico, ao possibilitar a concretização de uma auto-suficiência alemã (Almeida, 1990, p.126).

Uma vez que o *Lebensraum* é variável com o tempo e com o meio, e dado o facto de se encontrar ligado ao desenvolvimento e às relações com outros Estados (Almeida, 1990, p.126), é de destacar igualmente o facto de Haushofer, inspirando-se em Ratzel, ter considerado que as fronteiras constituem uma forma de vida palpável e independente, pois é através destas que se manifesta a tangibilidade da luta do Estado pela sua existência. Já que o Estado e o seu Povo têm vida, não existem fronteiras orgânicas absolutas (Murphy, 1997, pp. 30 e

31), mas sim fronteiras temporárias, resultantes da expansão e retração estatal em ciclos predestinados (Almeida, 1990, p. 126).

Ainda que as características geográficas possam originar fronteiras naturais é, todavia, com frequência que a raça, a cultura e a política poderão negar a importância das fronteiras naturais (Murphy, 1997, p. 31). Na verdade, para a Escola de Munique, a fronteira tratava-se apenas de um conceito, sendo que “fora disso, ela era «humilhante e asfixiante para a vida das nações»” (Weigert, 1942, *apud* Almeida, 1990, p.126).

Deste modo, todos os pequenos estados desapareceriam, passando a estar integrados noutros de maior dimensão como seria, por exemplo, o caso da Alemanha e, mais propriamente da *Großdeutschland*, que englobaria todos os estados menores do centro, do leste e também todo o Ocidente europeu (Almeida, 1990, p. 127).

Com efeito, a visão de Haushofer implicava igualmente a substituição das fronteiras pela integração num corpo único dos povos da mesma língua e da mesma cultura (Klein, 1986, p.32), o que corresponderia às referidas relações entre *Deutschtum* e *Blut und Boden*.

Neste sentido, é ainda de referir que, embora não tenha ficado definida em termos práticos a extensão total do *Lebensraum* alemão, foi frequentemente referido que este englobaria o Corredor Polaco, os Sudetas, a Alta Silésia, a Áustria, a região do Sarre, a Alsácia-Lorena, o sul da Dinamarca e a região Flamengo (Almeida, 1990, p.126).

Haushofer acreditava que, saída da Grande Guerra de 1914-1918 e na sequência do Tratado de Versailles, a necessidade de espaço vital alemã era maior do que nunca (Tuathail, 2006, p. 23), pelo que o general geopolítico defendia um regresso ao estado natural da Alemanha, com as suas populações reunidas, as suas necessidades totalmente satisfeitas pela extensão do domínio alemão (Gallois, 1990, p. 262).

À semelhança do que sucedera com os seus antecessores, também Haushofer, inscrevendo-se na tradição pangermanista (Klein, 1986, pp. 18 e 19), o que significa partilhar a ideia de uma maior Alemanha, a *Großdeutschland*. O apetite de Espaço justifica-se pela adequação orgânica da população ao seu território, na linha de Ratzel como verificámos, sendo que Haushofer não excluía o recurso à força: “*le volet stratégique de la géopolitique doit être développé parce que celle-ci est la conseillère des gouvernements. La guerre n’est-elle pas «la mère de toutes choses», citation d’Héraclite que Haushofer inscrit sur la première page du livre qu’il consacre au «Grand Japon» ?*” (Gallois, 1990, p. 259).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

Efectivamente, para além deste assumir publicamente a herança de Ratzel, Haushofer “mobilizou ainda o seu potencial mais explosivo, nacionalizando e assumindo as teorias universais da geografia política como um corpo de axiomas germânicos”. Foi este aspecto que Haushofer serviu de intermediário, que aproximou os geopolíticos de Hitler, um leitor rápido de Ratzel. O Nacional-Socialismo seria, pois, uma geografia política extremamente simplificada e dogmática (Korinman, 1990, p. 273).

De facto, Haushofer contribuiu simultaneamente para a renovação do pensamento de Ratzel e o renascimento Nacional-Socialista. Com Ratzel a Alemanha aprendeu a respirar, enquanto que com Hitler efectivava no concreto um ideal. Haushofer concretizou, deste modo, o perigo latente existente na obra de Ratzel, relacionando-se este perigo com o seu cumprimento «à la lettre» das suas ideias pelo poder (Korinman, 1990, p. 274).

(3) A Influência de Halford Mackinder

Efectivamente, foi ao inglês Halford John Mackinder (1861-1947) que coube a autoria do principal texto fundador da Geopolítica moderna, *The Geographical Pivot of History* (1904), tema da sua conferência na Sociedade Real de Geografia, em Londres, sem que nunca tenha feito uso do vocábulo Geopolítica nos seus trabalhos. Haushofer considerava-a como uma obra magistral da Geopolítica (Weigert, 1942, *apud* Tuathail, 2006, p. 24).

Neste seu texto, Mackinder associa o *Heartland*¹³⁸ à então designada área pivot da História, podendo esta ser entendida como uma enorme massa continental dominante (Parker, 1985, p. 17), situada na Eurásia, entre a Europa Oriental e a Sibéria, contendo muitas matérias-primas necessárias à industrialização como o ferro, o carvão ou o petróleo, o que lhe permitiria tornar-se no centro do Poder mundial. Porém, nesta zona central predominam os difíceis acessos e uma extensa área de clima rigoroso que acabam por lhe garantir a capacidade de defesa (Santos, 2008, pp. 33 e 34).

Esta massa continental encontrava-se rodeada por dois anéis concêntricos: o primeiro anel, o crescente interior constituído por desertos e mares (Atlântico, Saara, Península Arábica, Índico), que a separa do segundo anel, o crescente exterior, constituído por ilhas e continentes (Ilhas Britânicas), passíveis de serem controlados pela potência marítima (Américas, Austrália, Oceânia), possuindo

¹³⁸ Termo a que se referiu, em *The Round World and the Winning of the Peace* no ano de 1943, como tendo sido usado acidentalmente e por uma única vez na sua comunicação em 1904. *Heartland* era, pois, um termo descritivo e não técnico.

ainda uma abertura a Ocidente, o istmo entre os mares Mares Báltico e Negro (Santos, 2008, pp.33 e 34).

Em 1919, a massa continental dominante passou a corresponder à Eurásia e à África, a Ilha Mundial, controlada pelo *Heartland*, que seria disputado entre a Alemanha e a União Soviética, já que a chave do controlo deste seria a Europa Oriental. “Quem controlar o *Heartland*, controla a Ilha Mundial; e quem controlar a Ilha Mundial, controla o Mundo” (Santos, 2008, p. 34).

Em 1943, em *The Round World and the Winning of the Peace*, a teoria do *Heartland* foi novamente actualizada, tendo sido introduzido o conceito de *Midland Ocean* (o Atlântico Norte e os mares adjacentes). Lutando em duas frentes simultaneamente, a Alemanha capitularia, sendo que uma nova potência terrestre surgiria no fim da Guerra, a União Soviética. Neste sentido, a actualização de Mackinder chamava a atenção para a necessidade de existir uma cooperação entre os EUA, a Inglaterra e a França, o que em 1949 se veio a consubstanciar no aparecimento do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de forma a conter o avanço da “ameaça soviética” na Europa. Uma cooperação que primeiramente deveria ser feita também com o quarto vencedor, a Rússia, o que se concretizou através da ocupação de Berlim por estes quatro Estados e na sua “divisão” em áreas de influências que, em fim último, culminariam com a construção do Muro de Berlim a 13 de Agosto de 1961 e a separação da Alemanha entre a República Federal da Alemanha sob tutela dos EUA, da Inglaterra e França; e a República Democrática da Alemanha controlada pela União Soviética.

Com efeito, Mackinder foi um dos primeiros teóricos a prever a ascensão de uma potência continental (a Alemanha ou a União Soviética), capaz de se tornar igualmente uma potência naval e rivalizar com a Inglaterra a hegemonia dos mares, antecipando a luta entre a Alemanha e a União Soviética pelo controlo do *Heartland* (Santos, 2008, p. 36) que viria a acontecer, em 1941, com a invasão alemã, no quadro da conhecida Operação *Barbarossa*. Face a isto, Haushofer entendia que a Alemanha deveria desenvolver uma aliança com o poder do *Heartland*, a União Soviética, sendo a sua ideia criar um bloco continental-marítimo que fosse desde a Alemanha, passando pela União Soviética, até ao Japão.

Neste sentido, a propósito do papel do mar na reconstrução do poder alemão e à semelhança do que se verificou com a questão demográfica, o mesmo era objecto de duas correntes distintas: uns apelavam, por um lado, a um regresso da Alemanha às suas antigas colónias ultramarinas que lhe proporcionariam bases que compensariam a desvantagem da sua posição continental e de enclave na

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

Mittleuropa; outros, por outro lado, como Haushofer e März, demonstravam alguma relutância em considerar o poder marítimo como desejável para a Alemanha, pois, tal como Mackinder, acreditavam que a competição naval desta com Estados que dispunham de um maior acesso ao alto mar, como sejam o caso da Inglaterra, da França e dos EUA, seria geograficamente desvantajosa e, assim sendo, a Alemanha deveria concentrar-se no poder continental (Murphy, 1997, pp. 39 e 40).

Regressando, porém, à necessidade da Alemanha se aliar ao poder do *Heartland*, a União Soviética, será de recordar o modelo de dinâmica de Poder relativo às Pan-Regiões¹³⁹, apresentado em 1931 por Haushofer em *Geopolitik der Pan-Ideen*. Estando ligado ao conceito de *Lebensraum* (Almeida, 1990, p. 128), este modelo encontrava fundamentação em critérios geográficos de ordem política e económica e motivações expansionistas, consubstanciados na divisão do mundo em grandes áreas, com uma orientação no sentido dos meridianos (Dias, 2005, pp. 132 e 133), condição essencial para o domínio alemão (Almeida, 1990, p.128). Tratava-se, pois, de um modelo em que se verificava uma adaptação, realizada por Haushofer, das ideias de Mackinder aos interesses da Alemanha na Europa Central e na Europa Oriental (Fonseca, 2003, p. 10).

Neste modelo, sustentado por critérios como o da geografia económica e o da geografia política (Almeida, 1990, p.129), cada uma das regiões deveria, seguindo o conceito de autarcia, possuir recursos¹⁴⁰ e população suficientes, bem como acesso ao mar, já que, em conformidade com a Geopolítica alemã, o equilíbrio e a consequente ordem mundial só poderão ser assegurados por Estados Directores¹⁴¹, capazes de ser economicamente auto-suficientes, graças ao controlo das denominadas Pan-Regiões. Saliente-se ainda que estes Estados garantiriam o desenvolvimento de cada região, de forma integrada, e liderando as evoluções científico-tecnológicas (Dias, 2005, p. 133).

Relativamente às regiões, e segundo Haushofer, o mundo divide-se em quatro Pan-Regiões¹⁴², sendo que a cada uma destas corresponderia um Estado Director (Dias, 2005, pp.133 e 134): a Pan-América, cujo papel de Estado Director caberia aos EUA; a Pan-Euroáfrica, cujo papel de Estado Director competiria à Alemanha; a Pan-Rússia, cujo papel de Estado Director

¹³⁹ O modelo de dinâmica de poder relativo às Pan-Regiões acabaria por ser abandonado mais tarde.

¹⁴⁰ Como alimentos, matérias-primas.

¹⁴¹ Estes Estados Directores seriam em número reduzido (Almeida, 1990, p.130).

¹⁴² Segundo o critério da geografia política (Almeida, 1990, p. 129).

respeitaria à então URSS; e a Pan-Ásia Oriental, cujo papel de Estado Director pertenceria ao Japão.

De igual modo, inspirando-se na teoria do *Heartland* de Mackinder, Haushofer defendia uma paz¹⁴³ pela hegemonia mundial da Alemanha, concretizável mediante um jogo de Alianças assente em três Eixos Principais: o Eixo Berlim-Roma, o Eixo Berlim-Moscovo e o Eixo Berlim-Tóquio (Dias, 2005, p. 135), sendo que os dois últimos Eixos seriam mais importantes do que o primeiro. Nesta linha, Almeida (1990, p.132) refere igualmente que o Eixo Berlim-Moscovo seria mais importante a curto prazo, enquanto a importância do Eixo Berlim-Tóquio seria apenas a médio e a longo prazo. Para além destes, existiriam ainda os designados Eixos Secundários, isto é, Japão-Chile¹⁴⁴, Japão-Rússia; e China-Rússia (Dias, 2005, p. 136).

No que respeita ao Eixo Berlim-Roma, este facilitaria o controlo do Mediterrâneo e do norte de África, uma vez que a Alemanha se encontrava na posse de importantes pontos estratégicos como a Líbia e o Corno de África (Dias, 2005, p. 135).

No concernente ao Eixo Berlim-Moscovo, é de salientar que este constituiria o garante da estabilidade na Europa de Leste, evitando o conflito com a União Soviética, e permitindo igualmente uma união Euro-Asiática ao incluir um espaço transcontinental que englobava quer a China quer o Japão mediante os Eixos Secundários China-Rússia e Japão-Rússia (Dias, 2005, p. 135).

Por fim, o Eixo Berlim-Tóquio teria como objectivo permitir a liderança do Pacífico pelo Japão e, neste sentido, constituir-se-ia como uma força de interposição entre a América e a Europa (Dias, 2005, p. 135).

Na verdade, em 1913, na sua obra *Dai Nihon. Betrachtungen über Gross-Japans Wehrkraft, Westellung und Zukunft [O grande Japão. Observações sobre a defesa, a posição mundial e o futuro do Japão]*, Haushofer procurou demonstrar que o Japão seria o predestinado aliado da Alemanha, já que na sua perspectiva o Japão, propenso a um investimento inteligente no espaço, seria o futuro grande poder na região do Pacífico. Seria, portanto, na Ásia que se encontrava o futuro da *Mitteleuropa*, uma vez que Haushofer considerava existir vários aspectos em comum entre os dois países, que os tornava mais próximos, e que justificariam a formulação de um projecto euro-asiático em que

¹⁴³ Pelo equilíbrio existente, mantida principalmente pela acção dos quatro Estados Directores: Alemanha, EUA, Japão e URSS (Dias, 2005, p. 135).

¹⁴⁴ Este eixo permitiria assegurar bases na América do Sul ao Japão, facilitando o controlo do Pacífico Sul (Dias, 2005, p. 136).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

a ligação entre a Alemanha e o Japão seria fundamental (Losano, 2007, p. 229; Korinman, 1990, pp. 216, 217, 219 e 226).

Em *Japan und die Japaner [O Japão e os Japoneses]*, publicado em 1923, Haushofer defendeu ainda que a evolução da Alemanha e do Japão tinha presente a ideia de “regeneração” constante, a recusa do Ocidente, a concentração de poderes, a submissão ao interesse geral. Haushofer encontrou ainda um paralelismo entre a relação existente entre o Japão e a China e a relação entre a Prússia e a Áustria do século XIX (Korinman, 1990, p. 218).

Com efeito, a Alemanha, a Itália e o Japão eram Estados novos que tendo chegado tarde à cena internacional, teriam de escolher entre ser colonizadores ou colonizados. Para Haushofer, a Alemanha estava prestes a ser colonizada pelo capitalismo anglófono, como consequência do Tratado de Versailles, correndo o mesmo risco que o Japão (Losano, 2007, p. 225).

Para além disso, existiam outras duas razões que justificariam o interesse da Alemanha pelo Japão: por um lado, a vitória na guerra russo-japonesa em 1904, da qual os alemães se sentiam em parte co-autores pelo facto de terem contribuído para a reorganização do exército japonês e, pelo outro, o incomparável crescimento económico e político do Japão como potência hegemónica na Ásia Oriental (Losano, 2007, pp. 225 e 226).

4. A Emergência da *Cartografia Sugestiva*

Discordando relativamente ao Tratado de Versailles, encontravam-se igualmente os *Völkisch*, considerados por Herb (1997, p. 2) como “activists advocating the supremacy of Germans”. Quer os activistas, quer os geógrafos e os geopolíticos defenderam que a chave para as suas aspirações revisionistas se encontrava nos mapas, onde poderiam clarificar a imagem da auto-determinação alemã com respeitabilidade científica. Assim, os mapas encontravam-se ao serviço desta causa nacional, constituindo-se como um meio de propaganda bem-sucedida ainda durante a República de Weimar e dependendo mais de iniciativas privadas do que de actividades governamentais.

a. O Papel de Arnold Ziegfeld

Ainda que os primeiros esforços para um maior envolvimento na propaganda cartográfica tenham começado nos anos vinte com Joseph März, que defendia os mapas como o meio mais efectivo de propaganda (porque eles poderiam ser facilmente lembrados: poucas palavras seriam suficientes para transmitir

Karl Haushofer, a Alemanha de Adolf Hitler e a Segunda Guerra Mundial a mensagem), foi com Arnold Hillen Ziegfeld que a *cartografia sugestiva* foi verdadeiramente desenvolvida.

Com efeito, Ziegfeld foi um dos primeiros membros do NSDAP, um membro fundador *Deutscher Klub [Clube alemão]* em Berlim, e também um afiliado com *Deutscher Schutzbund*, onde estabeleceu um escritório especializado em mapas sugestivos. Em 1927, ele teve um artigo publicado no periódico *Volk und Reich [Povo e Império]*, no qual defendia que os mapas sugestivos deveriam ser dissociados da já estabelecida cartografia em geral e propôs a criação de uma nova disciplina, *Kartographik*.

Para Ziegfeld foi essencial o desenvolvimento de mapas sugestivos sem qualquer tipo de restrições impostas pelos mapas científicos, já que ambos os mapas respeitavam a a regras distintas: por um lado, a cartografia é uma ciência e uma técnica relativa à representação gráfica da superfície terrestre com naturalismo e veracidade e, por outro lado, a *cartografia sugestiva* é uma arma política e um instrumento educacional devido à combinação existente entre a acuidade da imagem apresentada, a clareza da imagem correspondente e o efeito psicológico produzido.

Ziegfeld veio para Benin em 1923 para trabalhar na Vowinckel Verlag, a editora de Kurt Vowinckel, que foi responsável juntamente com Haushofer pela criação da *Zeitschrift für Geopolitik* em 1924. Vowinckel era um professor nacional-socialista, estando interessado no uso de mapas sugestivos nas suas publicações¹⁴⁵.

Em 1924, Vowinckel colocou em contacto Ziegfeld e Karl von Loesch, director da *Deutscher Schutzbund [organização de protecção alemã]*. Rapidamente, Ziegfeld tornou-se o director desta editora, estabelecendo um escritório para a produção de mapas sugestivos. Porém, em 1928, os constrangimentos económicos e as diferenças pessoais levaram Ziegfeld a deixar este trabalho, ainda que ele tenha continuado com a publicação destes mapas através da Edwin Runge Verlag, a sua própria editora, tornando-se freelance ao mesmo tempo da *Volk und Reich*, publicada em cooperação com a *Deutscher Schutzbund*. Em 1930, Ziegfeld trabalhava a tempo inteiro na *Volk und Reich*, dirigindo o escritório de *cartografia sugestiva* que ele tinha aí estabelecido. Sendo um membro do conselho editorial desta publicação, ele esteve também envolvido em outras publicações associadas a esta.

Ziegfeld tornou-se famoso como o mestre da *cartografia sugestiva*, sendo que os seus mapas foram usados por várias instituições como a *Verein für das*

¹⁴⁵ As suas publicações eram, como já verificado, relacionados sobretudo com a Geopolítica.

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

Deutschtum im Ausland, Vowinckel Verlag [Editora Vowinckel], Verlag Grenze und Ausland [Editora Fronteira e Estrangeiro], e *Wirtschaftspolitische Gesellschaft* [Sociedade de economia política].

Apesar disto, Haushofer foi considerado como o fundador da *cartografia sugestiva* (e não Ziegfeld), mas a única responsabilidade deste na maior importância dada a estes mapas esteve relacionada com sua utilização nos seus trabalhos como forma de ilustrar as suas ideias.

b. O Sucesso da Cartografia Sugestiva durante a República de Weimar

Desde finais dos anos vinte e início dos anos trinta que a *cartografia sugestiva* teve um grande sucesso ao ser promovida através de iniciativas privadas. Os atlas respeitantes a este tipo de cartografia surgiram, em 1927, com Ziegfeld e Braun, e em 1929, com Schmidt e Haack. Estes mapas caracterizavam-se por terem um *design* simplista e um mínimo de informação visível: eram desenhados a preto e branco, ou então com uma selecção de poucas cores (sobretudo vermelho), omitindo legendas e barras de escala, e escolhendo símbolos dinâmicos (como setas, por exemplo) e sombras negras. Isto permitia a produção de baixo custo e facilitava a reprodução dos mapas em diferentes tamanhos e variados contextos, tornando-os mais dinâmicos e persuasivos.

Deste modo, a *Verein für das Deutschtum im Ausland* decidiu substituir o seu atlas “científico” relativo à distribuição dos alemães nas regiões de fronteira e no estrangeiro por uma colecção de mapas sugestivos a preto e branco de Friedrich Lange, um juiz adjunto de um tribunal regional, publicado como *Volksdeutsche Kartenskizzen*. Tendo começado em 1928, em 1937, o atlas encontrava-se na quarta edição, sendo reproduzido nos meios de comunicação e usado na educação para demonstrar a posição da “pátria alemã” e fazer com que a juventude alemã compreendesse as tarefas futuras da população alemã (Herb, 1997, p. 91). Na verdade, estes mapas eram facilmente desenhados no quadro preto e nos cadernos, e memorizados, o que explica igualmente o motivo pelo qual eles foram utilizados para introduzir o conhecimento geopolítico nas escolas primárias.

c. A Relação com Karl Haushofer e a Escola Alemã de Geopolítica

Com efeito, os mapas foram considerados como um instrumento de educação política defendida pelos geopolíticos, especialmente porque permitiam notar a relação entre os factores geográficos e políticos (Herb, 1997, p. 77).

Em 1922, num artigo publicado na publicação *Grenzenboten*, Haushofer defendeu que estes mapas deviam tornar-se igualmente uma ferramenta da política e, seguindo os exemplos estrangeiros (como o inglês, francês e polaco), os alemães precisavam de se concentrar apenas nas questões essenciais nos mapas, abandonando o excessivo perfeccionismo e amor pelo detalhe. Isto não significava recorrer a mentiras cartográficas, desnecessárias e inaceitáveis, mas sim selecionar os factos e enfatizar o que era central, suprimindo o que era extraordinário ou insignificante; é isto que caracteriza os mapas sugestivos. Neste sentido, os mapas alemães seriam instrumentos poderosos de educação e convicção da população alemã (Herb, 1997, p. 81).

Em essência, Haushofer popularizou os mapas sugestivos ao integrá-los na *Zeitschrift für Geopolitik*, encorajando o seu uso e desenvolvimento através desta publicação. Como resultado, esta tornou-se no principal fórum para discussão dos problemas relacionados com estes mapas na República de Weimar e, deste modo, eles passaram a ser conhecidos como “mapas geopolíticos”. Embora os grupos *Völkisch* tivessem tentado usar outros termos como “*volkspolitische Karte*”, a associação dos mapas com a Geopolítica provou ser mais efectiva ao conceder-lhes “*the aura of respectability by making them part of a quasi-scientific discipline*”. Deste modo, “*geopolitische Karte*” era para representações com um efeito psicológico, enquanto “*volkspolitische Karte*” respeitava a todos os mapas que abordassem os aspectos políticos da população alemã, independentemente de serem persuasivo ou não (Herb, 1997, pp. 81 e 82).

5. A Alemanha de Adolf Hitler

a. O Colapso de Weimar e a Crise de 1929

Já antes da Crise de 1929, existiam planos para dismantelar a primeira democracia parlamentar na Alemanha de Weimar. No entanto, foi a crise económica, desencadeada pela recessão mundial, que teve consideráveis repercussões na Alemanha e no colapso da sua Democracia¹⁴⁶ (Fullbrook, 2008, p.172).

De facto, sendo o espaço germânico o mais dependente dos créditos americanos, desde 1924, foi também este, por conseguinte, o primeiro e o mais atingido pela crise de 1929. Deste modo, em Maio de 1931, verificou-se a falência

¹⁴⁶ A 27 de Março de 1930 verificou-se a demissão do Chanceler Herman Müller (1876-1931), a quem sucederia o Chanceler Heinrich Brüning (1885-1970), depois demitido a 30 de Maio de 1932 e substituído por Franz von Papen (1879-1969) que viria a ter o seu lugar posteriormente ocupado por Kurt von Schleicher (1882-1934), no fim de 1932 (Schulze, 2005, pp. 188, 193, 195 e 196).

do maior banco de Viena, o *Kredit Anstalt*, e consigo toda a rede bancária austríaca. Pouco depois, a crise alastrou-se também à Alemanha, mediante a falência de um dos principais grupos têxteis, a *Nordwolle [Lás do Nortel]*, seguida de uma das mais importantes instituições de crédito, a *Danatbank*. A produção de carvão caiu, sendo que em 1932, seis milhões de alemães se encontravam desempregados. Foi este o contexto que colocou não apenas o problema da necessidade de uma ajuda financeira exterior e lançou a questão das reparações, como também favoreceu a ascensão do NSDAP (Milza, 2007, p. 118; Poidevin, 1983, p. 88).

No caso da Inglaterra, de 1929 a 1931, a produção diminuiu em 30% e as exportações reduziram-se para 50%. A retirada massiva de capitais americanos e a falência do *Kredit Anstalt* onde se encontrava um número considerável de fundos ingleses, acarretou consigo a necessidade de pedir ajuda ao *Federal Reserve Board* americano e ao Banco de França, de forma a salvar a libra (Milza, 2007, pp.118 e 119).

A França foi a última a ser atingida, no ano de 1932, como consequência da desvalorização inglesa, verificando-se uma redução da competitividade dos preços franceses e das exportações. A produção industrial diminuiu muito lentamente e o número de desempregados era de cerca de 350 000, em 1933 (Milza, 2007, p. 119).

Nos países da Europa central e de leste, dependentes da economia alemã, a crise de 1929 acabou por reforçar a influência alemã em detrimento da inglesa ou francesa. Com economias sobretudo rurais, a crise resultou na descida dos preços agrícolas e na supressão dos créditos a curto prazo (Milza, 2007, p. 119).

Em países como o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, a Índia e a África do Sul, a Argentina e o Brasil, a baixa do preço respeitante às matérias-primas e aos produtos agrícolas afectou profundamente estas economias dependentes da exportação de produtos de base (Milza, 2007, p. 119).

Já no Japão, a queda dos preços da seda bruta e do arroz deixaram o campesinato na ruína. O boicote chinês às exportações dos produtos japoneses¹⁴⁷, o desenvolvimento da indústria têxtil chinesa e o aumento das tarifas indianas, em 1931, associado à aplicação de direitos discriminatórios aos produtos do Japão foram igualmente determinantes. É de salientar

¹⁴⁷ Comercializados a baixo custo faziam concorrência nos mercados externos, graças à fraca qualidade que possuíam, mas também à grande concentração industrial japonesa e à utilização de pouca mão-de-obra.

que, para além dos já referidos casos, a aplicação de medidas restritivas aos produtos *Made in Japan* se verificou também nos países da *Commonwealth* e em demais países (Milza, 2007, pp. 119 e 120).

De igual modo, a subida das tarifas alfandegárias foi comumente utilizada como resposta à crise, de forma a proteger quer produtores quer comerciantes. Nos EUA, entre Maio de 1929 e Março de 1930, aprovou-se a tarifa Hawley-Smoot, uma tarifa proteccionista, destinada ao aumento em 40% da taxa média dos direitos alfandegários, enquanto em França, a aplicação destes direitos se realizou em três fases: em Julho de 1931, em Março de 1932 e em Julho de 1933 (Milza, 2007, p. 122).

A Inglaterra aplicou igualmente, em 1931, medidas proteccionistas e, em Fevereiro de 1932, estabeleceu um direito de geral de 10% sobre todas as importações, exceptuado as matérias-primas essenciais¹⁴⁸, sobre o trigo, o chá e a carne, criando ainda um sistema de preferência imperial para os países pertencentes à *Commonwealth*. Ou em regime de *franchising* ou mediante a aplicação de taxas preferenciais, permitia a entrada de mercadorias provenientes da Índia e dos *dominions*, pelo que em troca, havia um comprometimento destes em baixar as suas taxas sobre os produtos ingleses. Aos *dominions*, e pelo Estatuto de Westminster (1931), reconheceu-se a sua total soberania pelo juramento de obediência à coroa britânica (Milza, 2007, p. 122).

O controlo das trocas e as sucessivas desvalorizações monetárias constituíam outro modo de concretizar o proteccionismo. E estas últimas tornaram-se frequentes a partir de 1931, ano em que a Inglaterra renunciou ao *Gold Standard Act* [livre convertibilidade da libra em ouro], o que conduziu a uma retracção do comércio internacional (Milza, 2007, p. 122).

Em Março de 1931, Curtius, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, assinou juntamente com Schober, o Chanceler austríaco, um projecto de união alfandegária entre os países germânicos da *Mitteleuropa*, destinado à supressão de barreiras alfandegárias entre os dois países e à unificação de tarifas aplicadas a terceiros (Milza, 2007, p. 127), a propósito da crise cerealífera mundial que então se verificava (Poidevin, 1983, p.91).

Em França temia-se que este projecto desse origem a uma unificação política, a *Anschluss*, à semelhança do que sucedera com a questão do *Zollverein*, que culminaria na unificação política da Alemanha. Também a Checoslováquia, a

¹⁴⁸ Como o algodão, a lã ou a borracha, por exemplo.

Roménia¹⁴⁹ e a Jugoslávia se preocuparam com esta possível unificação política entre a Alemanha e a Áustria (Milza, 2007, p. 127).

Todavia, afectada em 1931 pela crise mundial, e tendo recorrido à França, a Áustria acabou por renunciar, no mês de Setembro, ao projecto de *Anschluss* económica, que de acordo com o Tribunal Permanente de Haia era incompatível com o Protocolo de Genebra de 4 de Outubro de 1922, podendo colocar em causa a independência económica (e eventualmente territorial) da Áustria (Milza, 2007, p. 128).

Tendo entrado em vigor no início de 1930, o Plano Young tinha como objectivo fazer a Alemanha pagar pelas reparações de guerra até ao ano de 1988. Na sequência da falência do *Danatbank* e da recessão económica daqui decorrida, o Presidente Paul von Hindenburg (1847-1934) solicitou uma moratória sobre todas as dívidas intergovernamentais ao Presidente Herbert Hoover (1874-1964) entre 1 de Julho de 1931 e 30 de Junho de 1932. Aceite a moratória, a Alemanha mergulhou, contudo, numa crise financeira (Milza, 2007, p. 128).

Próximo do fim da moratória Hoover, e considerando-se que a Alemanha não dispunha de condições para realizar os pagamentos a que estava obrigada pelo Plano Young, decorreu, entre 16 de Junho e 9 de Julho, a *Conferência Internacional de Lausanne*, tendo em vista uma análise da dívida alemã. Assim sendo, a Alemanha efectuaria apenas um último pagamento de 3 biliões de marcos, após o qual ficaria saldada a dívida relativa às reparações (Milza, 2007, p. 129).

Efectivamente, de origem social, política, económica ou financeira, a crise era um sintoma generalizado na Alemanha deste período. Nas eleições para o *Reichstag* de 14 de Setembro de 1930, o NSDAP conseguiu com êxito ter nomeados 130 deputados, num resultado que contribuiu para os investidores estrangeiros perderem a confiança na estabilidade da situação alemã. Associada a esta, a incrementação de barreiras alfandegárias resultou da crise económica vivida, a falta de créditos e do lucro obtido com as exportações de que o *Reich* alemão era dependente, acarretou consigo profundas consequências para a produção e o emprego alemão, acentuando as dificuldades já existentes.

Neste contexto, “Hitler e o seu programa de nacionalismo socializante e autoritário apareciam como uma solução e uma esperança”, tanto para

¹⁴⁹ No Verão de 1931, a Alemanha assinou dois tratados com a Roménia e a Hungria (Poidevin, 1983, p. 91).

os patriotas descontentes face à “paz punitiva de Versalhes”, sinónimo de “humilhação nacional alemã”; como para os industriais e agricultores alemães, como ainda para as classes médias e altas receosas do avanço do Bolchevismo, depois denominado de comunismo. O Nacional-Socialismo prometia de igual modo “trazer emprego, pão e segurança para as famílias” numa Alemanha atingida pela Crise de 1929 (Bessa et. al, 2009, pp. 169, 170 e 185).

Como referido por Aly (2009, p. 29), Adolf Hitler (1889-1945)“atraiu milhares de pessoas instruídas que tinham perdido a arrogância de classe nas trincheiras da guerra de posições e integrou nas suas fileiras trabalhadores com convicções socialistas, pequenos artesãos e empregados que desejavam um reconhecimento social e melhores oportunidades de vida e emprego para os seus filhos”.

Na verdade, Hitler “prometia tudo a todos”, nomeadamente “a reposição do grande jogo bélico de 1914-1918 e a repetição do saque anarquista e vitorioso de 1923”, suas futuras políticas internacional e económica. “Ele apelava aos dois grandes acontecimentos que haviam marcado a geração mais jovem”, o que facilmente lhe garantiu os “seus verdadeiros discípulos, o cerne do Partido Nazi” (Haffner, 2007, pp. 76, 78 e 82).

Relativamente à doutrina racista Nacional-Socialista de Hitler, defendida em *Mein Kampf*[*Minha Luta*] (1925), a mesma foi consentida graças à promessa de trabalho, poder de compra e protecção social garantidas antes e durante a Segunda Guerra Mundial (Aly, 2009, pp. 31, 32, 55, 79, e 92-95)¹⁵⁰, isto é, tudo o que os alemães perderam com a Guerra de 1914-1918, mas também graças a um poderoso aparelho de repressão aplicado com brutalidade e eficácia contra todos aqueles que fossem considerados como potenciais inimigos. Daí que entre 1933 e 1939, 12 000 alemães foram condenados por alta traição, durante a Segunda Guerra Mundial, mais 15 000 alemães foram

¹⁵⁰ Para o alemão Haffner (2007, pp. 112-116) foi primeiramente o medo e depois “uma motivação vil e desprezível” que levou a que muitos alemães aderissem e seguissem o Nacional-Socialismo. “Foi a cobardia, a fraqueza e a traição dos adversários de Hitler, que deixaram de a ele se opor, que contribuíram para o fortalecimento do III Reich e que fizeram com que os nazis deixassem de ser um grupo minoritário da sociedade alemã para passarem a acolher, no seu partido, como militantes de espontânea vontade “centenas de milhares de pessoas que até então eram oponentes” (...)” (Fernandes, 2014, pp. 139-140).

condenados à morte¹⁵¹. Estima-se, igualmente, a título de exemplo, que cerca de 30 000 membros do Partido comunista alemão tenham sido assassinados e mais de 300 000 tenham sido enviados para campos de concentração. De igual modo, com a Guerra, qualquer forma de comportamento dissidente passaria a poder ser interpretada como violação do dever patriótico de lealdade para com a Nação e, portanto, foram proferidas mais de 15 000 sentenças por traição (Welch, 2006, pp.48 e 49).

Estava, deste modo, aberto o caminho para o NSDAP, o partido mais popular de Weimar, e para Hitler, o líder que tendo em conta as carências das massas, as reformulava segundo a sua *Weitanschauung* [visão do mundo] (Schulze, 2005, pp. 188, 190 e 191).

b. A Chegada de Adolf Hitler ao Poder (1933)

Em Janeiro de 1933, Adolf Hitler e Franz von Papen (1879-1969) acordaram a formação de um governo, sendo que Hitler contava com o apoio do Presidente Hindenburg que aceitou nomeá-lo Chanceler¹⁵² e convocar novas eleições, após as quais a ocorrência de um incêndio no *Reichstag*, a 27 de Fevereiro de 1933, se afigurou como pretexto para as várias perseguições aos comunistas que se passaram a verificar. Foram suspensos os direitos fundamentais, tendo

¹⁵¹ Entre estes contam-se, por exemplo, os membros do grupo *Weiße Rose* [Rosa Branca], um movimento de resistência passiva e apartidário, composto sobretudo pelos estudantes Sophie Scholl (1921-1943), Hans Scholl (1918-1943), Christoph Probst (1919-1943), Alexander Schmorell (1917-1943), Willi Graf (1918-1943) e pelo professor Kurt Huber (1893-1943), todos da Universidade de Munique. Os membros deste grupo opunham-se ao III *Reich* desde o início, mas sobretudo após o início da Operação *Barbarossa*, na qual alguns deles tinham combatido. Defendendo que a humanidade era mais importante do que um Estado-Nação, o grupo entendia que as liberdades básicas tinham de ser restauradas através de um governo democrático. A sua actividade realizou-se sobretudo através da elaboração e distribuição de panfletos (sete no total), caracterizados por possuir sempre uma mensagem filosófica e cristã. Por exemplo, o primeiro terminava com uma passagem de Friedrich Schiller, o segundo com uma de Lao-Tzu, o terceiro com uma de Aristóteles, o quarto com uma de Eclesiastes 4, o quinto intitulado *Uma chamada a todos os alemães*, o sexto intitulado *Colegas estudantes* e o sétimo correspondendo a um *draft* escrito por Christoph Probst e contendo uma mensagem mais política. Hoje, o grupo *Weiße Rose* é uma lenda na Alemanha, um símbolo do desafio jovem contra uma ditadura. No que respeita a Sophie Scholl, existem mais de cento e noventa escolas na Alemanha com o seu nome. Foi votada como “mulher do século XXI” e em Novembro de 2003 foi considerada como uma grande mulher entre grandes alemães por um programa do canal de televisão alemão ZDF. Há, de igual modo, um filme de 2005, intitulado *Sophie Scholl: The final days*, dirigido por Marc Rothemund, e nomeado para “melhor filme estrangeiro”, no qual podemos conhecer a história de Sophie desde a sua entrada no grupo até ao momento da sua morte, juntamente com Hans e Christoph. Por fim, convém mencionar a existência de um busto de Sophie Scholl, da autoria do escultor Nicolai Tregor, existente perto do atriun da Universidade de Munique, de um Museu *Weißerose* e de uma Fundação, destinados a manter viva a memória destes jovens (Fernandes, 2014).

¹⁵² Facto que se verificou a 30 de Janeiro de 1933.

sido declarado o estado de sítio e encerrado o Parlamento a 23 de Março de 1933. Terminou, deste modo, o primeiro regime parlamentar da História alemã (Opitz, 1998, p. 310).

Depois das medidas tomadas em Março seguiu-se em Abril o boicote ao comércio judaico, organizado pelo Partido e pelo Ministério da Propaganda, dirigido por Goebbels. A 7 de Abril de 1933 promulgou-se o *Arierparagraph* [parágrafo ariano], impedindo os judeus de terem acesso a cargos na administração pública (Opitz, 1998, p. 339).

Em nome da criação de uma *Deutsche Arbeiterfront* [Frente de Trabalho Alemã], ligada ao NSDAP dissolveram-se os sindicatos a 2 de Maio de 1933 e criaram-se *Reichstände* [associações corporativas], destinadas ao fortalecimento de uma aliança entre assalariados e patronato (Opitz, 1998, p.339).

A 22 de Julho do mesmo ano proibiu-se a existência de outros partidos para além do NSDAP¹⁵³. Enquanto líder do NSDAP, Hitler foi responsável por influenciar o seu programa, nomeadamente através da exigência de uma união alemã, da reivindicação de reformas agrícolas, do sistema de empréstimos, da nacionalização monopolista e da discriminação racial direccionada aos judeus em particular tendo em vista a preservação da pureza da raça ariana. O NSDAP dispunha igualmente de um órgão próprio na imprensa, o *Völkischer Beobachter*¹⁵⁴, e de milícias próprias, as *Sturmabteilung* (SA), responsáveis pela tentativa de golpe de Estado, a 8 de Novembro de 1923¹⁵⁵, em Munique, que levaria Hitler à prisão. Convém ainda assinalar que, entre 1925 e 1926, Hitler reorganizou o partido sobretudo com o apoio dos industriais do Ruhr, uma região rica em carvão (Opitz, 1998, p.337).

De forma a garantir o emprego, e consequentemente, obter uma opinião pública favorável, desenvolveu-se um programa de construção de auto-estradas, o que acabaria por contribuir para que, nas eleições de 12 de Novembro, o NSDAP obtivesse 92,2 % dos votos (Opitz, 1998, pp. 337-340).

Em 1934, verificou-se a união do cargo de Presidente com o de Chanceler do Reich, passando Hitler a ser o *Führer*¹⁵⁶ do III Reich ao concentrar as funções de Presidente do Reich e as de Chanceler. Cabia-lhe o supremo poder de direcção (*Führergewalt*), exercido conjuntamente com o gabinete (*Reichsleitung*) –

¹⁵³ O NSDAP surgiu a partir do *Deutsche Arbeiterpartei* (DAP), fundado em Munique no ano de 1919.

¹⁵⁴ Periódico defensor dos interesses Nacional-Socialistas (Hitler, 2003, p. 220).

¹⁵⁵ Na sequência desta Hitler foi condenado a cinco anos de prisão, dos quais apenas cumpriu um ano e um mês (Opitz, 1998, p. 337).

¹⁵⁶ Concentra em si todos os poderes, inclusivamente o poder judicial.

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

constituído pelos seus mais próximos colaboradores –. Tratou-se de uma centralização ditatorial, envolvendo a **dissolução** dos Parlamentos dos Estados; **dos próprios Estados (Länder)** e, conseqüente, transformação da Alemanha num **Estado Unitário**; e o desaparecimento do *Reichsrat*. A 19 de Agosto, Hitler obteve uma confirmação de 89,9% de votos em referendo (Opitz, 1998, p. 340).

c. *Mein Kampf* e *Weltanschauung* de Hitler

Com efeito, o projecto de política externa de Hitler encontra-se desenvolvido em *Mein Kampf*, obra tornada pública em 1924. Nesta, Adolf Hitler propõe uma *Weltanschauung*, ou seja, um projecto de remodelação da Europa baseado na hierarquia das raças. Segundo o que, caberia aos alemães, enquanto raça superior, assegurar o seu lugar e papel histórico (Milza, 2007, p. 144).

Hitler descreveu uma luta racial pela sobrevivência entre o puro, o ariano, e o impuro, o judeu (Tuathail, 2006, p. 24). Na sua visão, o ariano integra a categoria dos fundadores da raça humana, sendo o responsável pelo progresso da cultura humana, dadas as qualidades de inteligência e de organização que lhe são inerentes (Hitler, 2003, pp. 106 e 107). Por sua vez, o judeu apresenta-se como o antípoda do ariano, uma vez que não possui uma cultura própria e as bases da sua actividade intelectual desde sempre foram subministradas por outros. Toda e qualquer cultura de que o judeu possa ser detentor será fundamentalmente propriedade e resultado do contacto com as civilizações que o rodeiam. E, portanto, Hitler comparou mesmo o judeu a um parasita no corpo de outras nações (Hitler, 2003, pp.109-111), que podia ter duas identidades totalmente opostas: por um lado, uma ultra-capitalista (como é o caso dos banqueiros, financeiros, industriais) e, pelo outro, uma ultra-comunista (como é o caso dos bolcheviques, marxistas).

No essencial, Hitler imaginava a Alemanha como uma comunidade idealizada de pura raça ariana, com camponeses saudáveis enraizados ao solo alemão e governados por líderes naturais (Tuathail, 2006, pp. 24 e 25).

De forma a poder concretizar a sua *Weltanschauung* havia que, numa primeira fase, eliminar os obstáculos existentes à revitalização militar, proceder à revisão do Tratado de Versaillles que, para Hitler, mais não era do que um meio, um ponto de partida para colocar em prática o seu programa de política externa (Milza, 2007, p. 145).

Na verdade, Hitler não pretendia um regresso às fronteiras da Alemanha em 1914, que para si constituíam uma insensatez política de proporções e

Karl Haushofer, a Alemanha de Adolf Hitler e a Segunda Guerra Mundial

consequências dignas de crime, na medida em que as fronteiras do *Reich* de então eram tudo menos lógicas. Aliás, as fronteiras de 1914 não significavam nada para o futuro da Alemanha. Não ofereceram nem uma garantia no passado, nem tão pouco se constituíram como uma força para o futuro (Hitler, 2003, pp. 246-248).

Numa segunda fase, teria de se integrar no *Reich* todas as populações de língua e cultura alemãs, sendo que já numa terceira etapa se deveria proceder à conquista do *Lebensraum*, necessário ao desenvolvimento da raça ariana (Milza, 2007, p.145).

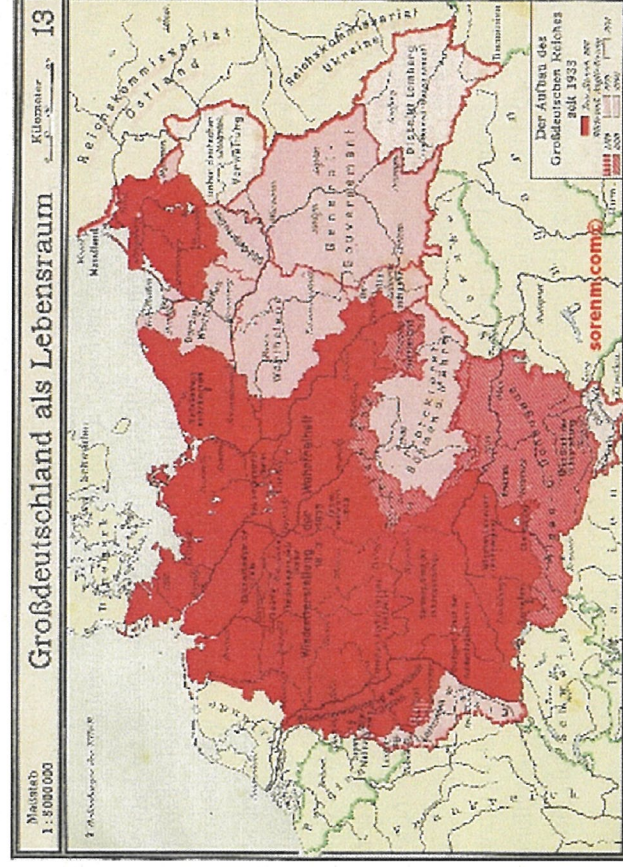


Figura 13 - A *Großdeutschland* enquanto *Lebensraum* (1942)

Fonte: <http://sorenm.com/images/Map-German-Reich-1942.jpg>.

À semelhança de Karl Haushofer, Hitler estava interessado numa expansão da Alemanha *Drang nach Osten* [expansão para o leste], o que implicaria o estabelecimento de uma aliança com a União Soviética, tendo em vista a conquista do espaço necessário ao povo alemão. Embora seja de notar que para Hitler o Bolchevismo da União Soviética se afigurava como uma ameaça mortal alemã (Tuathail, 2008, p. 26), o seu principal inimigo (Defarges, 2003, p. 88): “no *debe olvidarse jamás que el judío internacional, soberano absoluto de la Rusia de hoy, no ve en Alemania un aliado posible, sino solo un Estado predestinado*

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX
a la misma suerte que Rusia. Alemania constituye para el bolchevismo el gran objetivo inmediato de su lucha" (Hitler, 2003, pp. 253 e 254).

Com efeito, para Hitler, a relação estabelecida entre a Alemanha e a URSS, pertencendo ao âmbito da *Realpolitik*, seria de convergência ou de divergência¹⁵⁷, consoante o papel que esta pudesse desempenhar para a concretização da sua *Weltanschauung*. Esta relacionava-se com a presença em simultâneo das ideias de *Großdeutschland* e de *Kleindeutschland* no seu pensamento, sendo também dada mais prioridade à defesa daquela que tacticamente Hitler, conforme o momento, julgaria mais conveniente para dividir os seus adversários (Taylor, 2008, p.259).

Se originalmente e antes de chegar ao poder Adolf Hitler era partidário de uma *Großdeutschland*, que incluísse a Áustria, a Boémia, a rota do Danúbio em direcção ao Próximo Oriente, ambições que, dirigidas contra os Eslavos e a Ucrânia, eram anti-soviéticas e, indiferentes à questão colonial, visando estabelecer uma relação de maior proximidade com os poderes ocidentais da Inglaterra e da França; já, enquanto *Führer* da Alemanha, Hitler foi, de igual modo, defensor de uma *Kleindeutschland* que englobasse a Polónia e as colónias ultramarinas, ambições que tinham respectivamente como objectivo estabelecer uma proximidade com a União Soviética e rivalizar com a Inglaterra e a França, de acordo com a perspectiva do historiador inglês Taylor (2008, pp. 258-260).

Assim, manter a União Soviética e os poderes ocidentais divididos foi a chave do sucesso da política alemã entre 1934 e 1941. A política da *Kleindeutschland* ameaçava a Polónia e a *Großdeutschland* ameaçava a Checoslováquia, tidos como os dois limites do poder alemão (Taylor, 2008, p. 260).

Na prática, todavia, aquilo que se verificaria seria a constituição de uma *Großdeutschland*, baseada na necessidade de *Lebensraum* e alicerçada na sua adesão ao Darwinismo social, que provaria a superioridade ariana em relação aos judeus e eslavos, o triunfo do Nacional-Socialismo sobre o Bolchevismo, e permitiria aos alemães restabelecerem-se no leste e controlarem a *Mitteleuropa*. Hitler pretendia uma Europa livre de judeus¹⁵⁸ e, portanto, logo no Outono de

¹⁵⁷ Porém, a ideia de Hitler consistia em levar a cabo uma guerra contra a URSS, contando com o apoio dos outros poderes da Europa ocidental de modo a pôr termo à ameaça do Bolchevismo (Weich, 2006, p. 24).

¹⁵⁸ O extermínio dos judeus europeus levou à morte 6 milhões de pessoas através da fome, de maus tratos, do esgotamento físico, de fuzilamentos e da asfixia nas câmaras de gás criadas para o efeito. Convém também referir que, para além dos judeus, o genocídio dos ciganos fazia igualmente parte das metas político-raciais do III Reich de Adolf Hitler (Schreiber, 2010, p.76).

1939 começaram a verificar-se as primeiras deportações de judeus polacos para guetos, sendo que em 1940, estas deportações abrangeram cerca de 7900 judeus alemães de Pommern, Baden e Saarpfalz. Em Outubro de 1941, e já a decorrer a Operação *Barbarossa* e a “solução final da questão judaica” desde o Verão desse mesmo ano¹⁵⁹, iniciou-se a sua deportação sistemática para leste¹⁶⁰ e, na Primavera de 1942, seguiram-se os judeus que viviam nos países ocupados pela Alemanha (Welch, 2006, pp.23 e 24).

6. A Escola Alemã de Geopolítica a partir de 1933: Um Instrumento de Propaganda ao Serviço do Nacional-Socialismo

A partir de 1933, a Geopolítica, que até então tinha muitos significados, passou a ter um único significado, relacionando-se com o uso de um certo tipo de retórica político-geográfica para justificar as políticas raciais e expansionistas do Nacional-Socialismo. Neste sentido, Murphy (1997, p. 23) considera que os Nacional-Socialistas se revelaram como os piores inimigos da Geopolítica, já que com Hitler, esta se assumiu como uma doutrina “quasi-oficial” de política externa, perdendo assim a diversidade e a vitalidade que caracterizavam o pensamento tornado popular durante a República de Weimar. “*Its flowering was over, and the advent of the Third Reich, (...) was the beginning of the long decay of geopolitics*” (Murphy, 1997, p. 23).

Por outro lado, também o curso da carreira de Haushofer, sob o Nacional-Socialismo na Alemanha, acabou por acompanhar o destino das ideias geopolíticas no geral, entre 1933 e 1945, sendo que a sua proeminente influência no meio académico acabou por ser substituída pelo desencantamento político, pela perda pessoal e pela irrelevância do seu pensamento no curso da vida política do *Reich* (Murphy, 1997, pp. 145 e 244), nomeadamente a partir da invasão da União Soviética, em 1941.

Com efeito, no período de 1933 a 1936, a Escola Alemã passou a ser usada como um instrumento de propaganda, estando sujeita à pressão do Ministro da

¹⁵⁹ O que significa que se tinha começado a executar primeiro os judeus do sexo masculino e algumas semanas depois (de 22 de Junho), o mesmo se passou a verificar com crianças e mulheres judias (Schreiber, 2010, p. 73).

¹⁶⁰ Havia inclusivamente o «Plano Geral Leste» prevendo a deportação para a Sibéria de 31 milhões de pessoas dos territórios ocupados pelos alemães, mas o desenrolar da Guerra acabaria por suspender este projecto (Schreiber, 2010, p.75). Além disso, não havia alemães suficientes para cumprir o objectivo dos 120 milhões desejado por Hitler e Heinrich Himmler (1900-1945), destinados a encher o espaço europeu oriental, sendo que muito poucos eram os dinamarqueses, holandeses e noruegueses que se ofereceram para esta tarefa de “regermanizar” (Beevor, 2014, p.551).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

Propaganda, Goebbels (Almeida, 1990, p. 123). A influência de Alfred Rosenberg (1893-1946), seguidor das teorias germanófilas de Gobineau e Chamberlain, no desenvolvimento da doutrina racista ariana do III Reich¹⁶¹ teve igualmente repercussões no pensamento geopolítico formulado pela Escola neste período (Correia, 2004, p.147).

Desde Março de 1934 que Rudolf Hess atribuiu três funções ao *Arbeitsgemeinschaft für Geopolitik*, segundo a doutrina *Blut und Boden*, relacionadas com: a constituição de uma ciência de Estado em matéria de política espacial; a educação das massas alemãs em conformidade com os princípios do Nacional-Socialismo; e, em colaboração com o Ministério da Propaganda, o desenvolvimento do prestígio do Reich no estrangeiro (Korinman, 1990, pp. 263 e 264).

E, neste sentido, justificava-se, nos anos trinta, a necessidade de associação da Escola Alemã de Geopolítica com a tecnologia, sendo frequente o recurso aos meios de comunicação, mas sobretudo à cartografia geopolítica¹⁶² que passou a desempenhar um papel essencial enquanto instrumento pedagógico de divulgação e efectivação do ideário geopolítico alemão¹⁶³ a todas as camadas de população (Silva, 2003, p.12).

Com o intuito de ajudar na divulgação e difusão desta Geopolítica tornada Nacional-Socialista, Rupert von Schumacher, um austriaco, começou, em 1934, por dar os primeiros passos no desenvolvimento dos princípios teóricos no *design* de mapas sugestivos¹⁶⁴. Schumacher defendia que o público em geral precisava de mapas simplificados que lhe permitissem uma melhor compreensão, sendo que, com o intuito de demonstrar a importância deste seu argumento, apresentou uma comparação entre um mapa científico (de difícil compreensão) e um mapa popular (de fácil compreensão). A versão popular não tinha legendas, mas recorria à utilização de símbolos pictóricos para identificar as principais ideias.

¹⁶¹ Doutrina esta que era igualmente anti-bolchevique, estando assente no anti-semitismo, e que acabaria igualmente por ser colocada na esfera das relações internacionais (Callego, 2010, p.407).

¹⁶² A cartografia geopolítica passou a servir-se, a partir desta altura, da *cartografia sugestiva*.

¹⁶³ Caso do conceito de *Lebensraum*, por exemplo.

¹⁶⁴ Contudo, ele nunca desenhou os seus próprios mapas (era um jurista), que era desenhados por dois cartógrafos: Guido Gebhardt e G. Jedermann (Herb, 1997, p. 154).

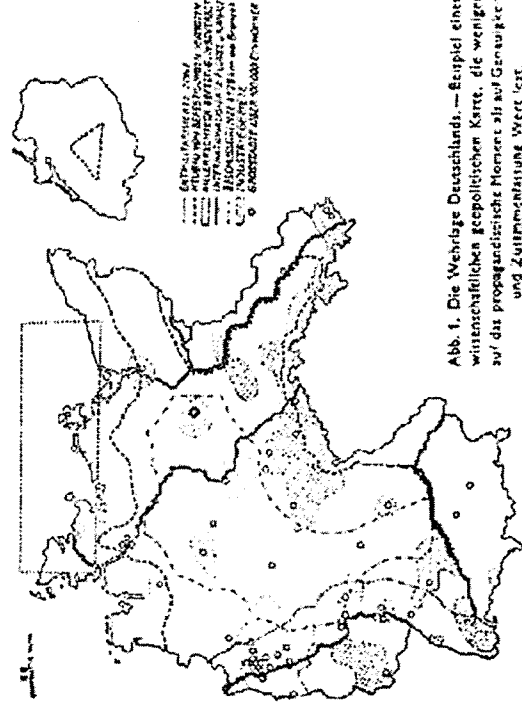


Figura 14 - A comparação de Schumacher entre um mapa geopolítico científico (em cima) e um mapa geopolítico popular (em baixo) (1934)

Fonte: Herb, 1997, p.155.

As ideias de Schumacher foram bem aceites pelos outros cartógrafos. Contudo, o seu impacto geral foi limitado, já que, ainda que este fosse um Nacional-Socialista e trabalhasse para várias organizações do NSDAP, nem o governo nem o seu partido teve em conta os seus princípios teóricos. Com excepção de uma revisão conduzida, entre 1938 e 1939, pelo Ministério da Educação ao atlas do ensino primário, que resultou numa recomendação para

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

seguimento do catálogo de símbolos sugestivos desenvolvido em 1935 por Schumacher (Herb, 1997, p.158).

No caso das publicações do NSDAP, e com exceção dos mapas desenvolvidos pelos especialistas de *cartografia sugestiva*, o *design* era menos sofisticado, violando muitas regras da teoria da *cartografia sugestiva* que pareciam ser esquecidas, como aquelas que eram ideias de Schumacher, e a terminologia era usada irreflectidamente (Herb, 1997, p.158).

7. A Cartografia Sugestiva como Instrumento de Propaganda do Nacional-Socialismo

Para Herb (1997, p. 151) o sucesso da propaganda foi um resultado da combinação de temas do nacionalismo tradicional alemão com os motivos ideológicos do NSDAP, sendo que antes do controlo dos diferentes meios de comunicação pelo Ministério da Propaganda foram os *Völkisch* que dominaram a imprensa, os filmes e a rádio.

Portanto, quando Adolf Hitler chegou ao poder em 1933, já havia uma rede estabelecida destinada à produção de mapas sugestivos, centrada nos grupos *Völkisch* que eram responsáveis pela popularização dos mapas, usando-os em vários meios de comunicação.

a. A Inexistência de uma Instituição de Propaganda Cartográfica

A 3 de Abril de 1933, três semanas depois da criação do Ministério da Propaganda, Ziegfeld propôs inclusivamente a criação de um centro para a cartografia política para este Ministério. O objectivo consistia na estandardização da regulamentação e na assistência à produção de mapas não só pelas várias autoridades governamentais, como também na cooperação com os grupos de interesse privado e a imprensa.

Ziegfeld também tentou obter o apoio do *Zentralinstitut für Erziehung und Unterricht [Instituto Central para a Educação e o Ensino]*, onde participou com uma conferência sobre o papel dos mapas sugestivos na propaganda e educação. Depois do início da Segunda Guerra Mundial, Ziegfeld ofereceu voluntariamente os seus serviços como especialista na cartografia política moderna ao Ministério da Propaganda.

Assim, nos finais de 1939, passou a censurar mapas, na imprensa alemã, a partir do Ministério da Propaganda, sendo transferido, em Janeiro de 1940, para o escritório de propaganda estrangeira do Ministério, onde seria responsável

pela organização do serviço de mapas destinado à imprensa estrangeira e se envolveria na produção do periódico *Signal*¹⁶⁵.

Entre 1940 e 1941, Ziegfeld esteve envolvido na unidade de propaganda e, do Outono de 1941 ao Verão de 1942, participou na direcção de propaganda contra a Inglaterra. Porém, a 31 de Julho de 1942, apresentou a sua admissão para se poder dedicar à sua editora.

Apesar da oferta do *know-how* de Ziegfeld ao Ministério da Propaganda, este Ministério não centralizou a propaganda cartográfica, sendo que muitos cartógrafos sugestivos¹⁶⁶ elaboraram mapas para as publicações do NSDAP, como Karl Springenschmid (com uma série de mapas intitulados “*Deutschland kämpft für Europa!*” [“*Alemanha luta pela Europa!*”]) em 1937, Ziegfeld (com um suplemento de mapa de grandes dimensões sobre a extensão do acordo alemão e a cultura para além das já existentes fronteiras políticas) em 1938, e Friedrich Lange e Karl Loesch (com algumas figuras relativas ao número de alemães existente em diferentes regiões, excluindo os alemães judeus).

b. A Publicação *Volk und Reich* como Instrumento de Propaganda Alemã no Estrangeiro

Com efeito, só uma instituição estabeleceu uma estreita cooperação com o III Reich, a *Stiftung Volk und Reich* [*Fundação Povo e Império*], que se tornou famosa ainda na República de Weimar com a sua publicação *Volk und Reich* e as suas séries de monografias, servindo como “*an inconspicuous medium for the dissemination of official propaganda*” (Herb, 1997, p. 161)

Em 1933, Friedrich Heiss, o director de *Volk und Reich*, sugeriu tornar esta publicação num instrumento de propaganda alemã para o estrangeiro e foi bem-sucedido porque teria o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e acabaria por se tornar responsável pela preparação de toda a literatura propagandística relacionada com a invasão à Polónia, o que resultaria na publicação de um número, em Agosto de 1939, intitulado *Krieg wegen Polen?* [*Guerra por causa da Polónia?*], em diferentes línguas (Inglês, Francês, Polaco e Alemão), contendo alguns mapas a preto e branco e um mapa sugestivo colorido, e prometendo ser um número introdutório ao assunto da Polónia, livre da censura estrangeira. Adicionalmente, a publicação também preparou alguns mapas para os materiais de propaganda usados pelo *German Library of Information* nos EUA, destinado a convencer o país a permanecer neutro.

¹⁶⁵ Uma revista das *Wehrmacht* publicada de 1940 a 1945 e destinada ao estrangeiro.

¹⁶⁶ Exceptuando o caso de Ziegfeld, muitos destes cartógrafos faziam-no apenas de forma esporádica.

Efectivamente, e depois de ter sido bem-sucedido no estabelecimento de uma relação profissional com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Heiss tentou também exercer um controlo completo sobre as actividades da *Volk und Reich*. Deste modo, ele despediu Ziegfeld, a 12 de Agosto de 1933, o responsável pelo estabelecimento do escritório da *cartografia sugestiva* e pela expansão das actividades da fundação.

O caso chegou a Tribunal e Ziegfeld reclamou numa carta escrita ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que Heiss tentou tornar as suas contribuições para a *Volk und Reich* insignificantes desde o início. Isto terminou com um acordo financeiro e a promessa de que o nome de Ziegfeld seria mencionado se os seus mapas fossem usados na *Volk und Reich*. No entanto, o facto é que o escritório da *cartografia sugestiva* foi estabelecido e associado com a *Volk und Reich* e não com Ziegfeld. Na prática, quando os mapas de Ziegfeld eram usados, o seu nome completo não aparecia. Os mapas continham o simbolo de Ziegfeld, mas ele nunca era referido como sendo o criador da *cartografia sugestiva* (e desta nesta publicação).

Para além das ligações estreitas com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a *Volk und Reich* trabalhou também com os *Völkisch* e o NSDAP, preparando mapas sugestivos para a Juventude Hitleriana e para várias exposições. Adicionalmente, houve também dois institutos, que se envolveram na propagação de mapas: a *Publikationsstelle Berlin (Puste)* [Lugar de Publicação de Berlim] e o *Institute für Allgemeine Wehrlehre [Instituto Geral para a Doutrina Militar]* na Universidade de Berlim. No que respeita ao *Puste*, este trabalhou na produção de mapas sugestivos como resultado do seu *know-how* científico. Numa iniciativa de Albert Brackmann, o director dos arquivos do Estado da Prússia, o *Puste* fundou-se em 1932 enquanto um escritório de informação central para a coordenação e o controlo da investigação alemã relativamente ao leste, respondendo igualmente à propagação científica polaca e checa. O *Puste* foi também afiliado com a *Nord- und Ostdeutsche Forschungsgemeinschaft [Comunidade de Investigação dos alemães do norte e do leste]*. Ambas encontravam-se estreitamente associadas com o Ministério do Interior, tendo o mesmo objectivo que a *Stiftung für deutsche Volks- und Kulturbodenforschung [Fundação para a Investigação do Povo, da Cultura e do Solo alemão]*, empenhada no fornecimento de material científico para fins políticos, como terá sido o caso do apoio proporcionado com esboços para vários mapas históricos destinados à convenção partidária de 1938.

De referir que o *Institute für Allgemeine Wehrlehre* teve como director Oskar Ritter von Niedermayer, um geografo alemão e um ex-empregado do

Reich wehrministerium. Sendo acima de tudo responsável pela organização da produção e pela finalização de mapas, coube-lhe também a tarefa de produzir um livro na exposição de mapas da convenção partidária de 1938, destinado à educação política. Todavia, para evitar a crítica estrangeira, Niedermayer pediu a todos os colaboradores científicos, incluindo o *Puste*, para reanalisar os mapas.

8. A Expansão Militar da Alemanha

a. O Rearmamento Alemão

Para Hitler, e pese embora a excepcionalidade da sua raça, os alemães fracassaram na História. Este fracasso foi simultaneamente externo e interno, na medida em que, devido a um inadequado sistema político, a Alemanha não conseguiu ser bem-sucedida na obtenção de *Lebensraum* para uma população em rápido crescimento. O tempo estava a esgotar-se, pelo que a inversão deste declínio tornou-se a missão de Hitler (Calleo, 1990, pp. 87 e 88).

Assim, uma vez chegado ao poder, e ainda no ano de 1933, e ajudado pelo Ministro da Guerra, Werner Eduard Fritz von Blomberg (1878-1946), Hitler introduziu um conjunto de mudanças quer em matéria de efectivos, quer ao nível do equipamento (Milza, 2007, p.137), que já havia sido iniciado, em 1927 e 1928, com a elaboração de projectos destinados a formar um exército de 570 000 homens, em contraste com os 100 000 autorizados pelo Tratado de Versaillles. Note-se que, já em 1932, Kurt von Schleicher tomou medidas preparatórias relacionadas com o rearmamento militar, envolvendo a criação de uma «Curadoria do Reich para a formação da juventude», destinada a supervisionar a instrução dada aos jovens pelas organizações paramilitares; a preparação militar através da dissimulada prática de *Wehrsport* [desporto de defesa]; e a criação de um Serviço Voluntário de Trabalho em que a prática de artes marciais e a formação de unidades detentoras de material proibido¹⁶⁷ pelo Tratado de Versaillles se verificava (Milza, 2007, pp.136 e 137).

Paralelamente à reorganização do Exército alemão, verificou-se, ainda em 1932, em Genebra, a realização de uma Conferência sobre o desarmamento. O Presidente do Conselho francês, André Tardieu (1876-1945), previa a criação de uma força internacional dotada de armamentos pesados, e a arbitragem obrigatória. A Alemanha rejeitou o plano, tendo aceiteado o plano do Presidente Hoover que propôs a abolição da maior parte das armas ofensivas e a redução

¹⁶⁷ Tais como: artilharia pesada, tanques, defesa aérea.

das restantes armas para um terço. Tanto a França como a Inglaterra rejeitaram este plano. Nenhum dos projectos seguiu em diante (Milza, 2007, pp. 137 e 138).

Hitler aceitou, em Março de 1933, participar no entendimento diplomático concebido por Benito Mussolini (1883-1945), envolvendo a Alemanha, a França, a Inglaterra e a Itália, o “Pacto dos Quatro”, cujo texto foi adoptado e ratificado em Roma, a 7 de Junho de 1933, sendo válido por dez anos (Milza, 2007, pp. 139 e 140).

Mais tarde, a 14 de Outubro de 1933, Hitler decidiu abandonar a Conferência do Desarmamento, sendo que a 19 de Outubro, a Alemanha saiu da Sociedade das Nações. Pese embora a Conferência tenha prosseguido até Abril de 1935, o seu objectivo viu-se furtado com o rearmamento intensivo que a Alemanha iniciara (Milza, 2007, pp. 140 e 141).

Em Novembro de 1933, Hitler propôs ao embaixador francês em Berlim, André François-Poncet (1887-1978), um plano contendo pactos de não-agressão assinados por dez anos com os principais Estados europeus, bem como a aceitação por estes do restabelecimento da circunscrição na Alemanha fixada num limite de 300 000 efectivos para as *Wehrmacht* [Forças Armadas]. A Alemanha aceitava um controlo internacional em troca do retorno da posse do Sarre, sem plebiscito. Por sua vez, a França exigia o regresso da Alemanha à SDN e a aceitação do princípio da paridade dos efectivos para os dois exércitos (Milza, 2007, p. 156).

Em Janeiro de 1934, e sem reconhecer as fronteiras fixadas em 1919, a Alemanha assinou um pacto de não-agressão com a Polónia, por um período de dez anos (Milza, 2007, pp. 156 e 157), que lhe permitiria atacar os checos na Boémia. Em virtude deste pacto, os polacos participariam na invasão levada a cabo pela Alemanha contra a Checoslováquia (Taylor, 2008, pp.260 e 261).

A 16 de Março de 1935, anunciou-se o restabelecimento do serviço militar obrigatório alemão e o aumento dos efectivos das *Wehrmacht* para 36 divisões (Milza, 2007, p. 156). Assinou-se, também no mesmo ano, um Tratado naval entre a Alemanha e a Inglaterra, que permitia ao III *Reich* construir até 35% da tonelagem de navios de guerra ingleses de forma legal, ficando de algum modo legalizado o rearmamento alemão (Vilarinho, 1973, p. 46).

b. A Ocupação da Renânia

A 7 de Março de 1936, as tropas alemãs ocuparam a zona desmilitarizada da Renânia, de importância estratégica para a Alemanha, na medida em que a sua posse permitiria à Alemanha tirar partido do rio Reno como barreira natural a

Karl Haushofer, a Alemanha de Adolf Hitler e a Segunda Guerra Mundial

uma invasão proveniente, por exemplo, de França¹⁶⁸. Perante a falta de consenso entre a França¹⁶⁹ e a Inglaterra (que rejeitou a possibilidade de recorrer ao uso da força para uma acção alemã considerada como não hostil), Hitler propôs um plano de paz e um pacto de não-agressão válido por vinte e cinco anos, bem como o regresso do seu país à SDN. Entretanto, a Alemanha preparava também a construção de uma linha de defesa para fazer frente à linha Maginot¹⁷⁰, entre o Mar do Norte e a Suíça. Garantida aos franceses ficou apenas, pelos ingleses e pelos belgas, a sua fronteira oriental (Milza, 2007, pp. 177-180).

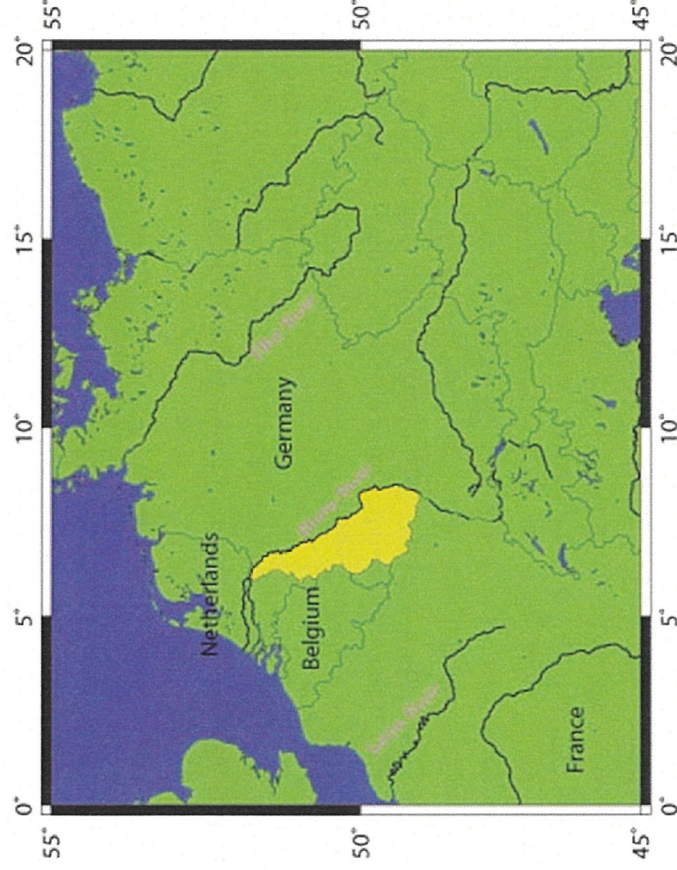


Figura 15 - Ocupação da Renânia pela Alemanha

Fonte: http://file2.answcdn.com/answ-cld/image/upload/w_760,c_fill,g_faces:center,fl_lossy,q_60/v1401271014/fsl89y2vubxvf8q5z1c.jpg.

¹⁶⁸ De igual modo, caso esta estivesse na posse de França serviria de barreira contra uma possível invasão da Alemanha.

¹⁶⁹ Conta apenas com o apoio da Polónia e da URSS.

¹⁷⁰ Tratou-se de uma linha de defesa construída pelos franceses, nos anos trinta, ao longo da sua fronteira leste.

9. A Promoção do Caminho para a Guerra, a Eliminação e Proibição do que o Contraria

a. A Escola Alemã de Geopolítica a partir de 1936: Um Instrumento de Promoção do Esforço Bélico de Hitler

Entre 1936 e 1945, a Escola de Munique ficou inteiramente submetida à política do III Reich, tornando-se num instrumento de promoção do esforço bélico de Hitler. A partir de então e em conformidade com o acordo de 10 de Dezembro de 1936 (Vives, 1972, p. 53), a Geopolítica passou a ser encarada como uma ciência de fundamentação territorial e racial determinante no desenvolvimento dos povos e dos Estados (Correia, 2004, p. 147). Por conseguinte, a Geopolítica converteu-se na ciência política oficial do III Reich, de orientação política e estratégica internacional (Vives, 1972, pp. 59 e 60).

b. O Sul do Tirol como um Assunto Comum da Proibição de Hitler: Os Casos de um Livro de Karl Haushofer (1939) e de um Mapa Sugestivo (1938)

A 25 de Outubro de 1936 foi assinado um acordo entre a Alemanha e Itália, estabelecendo uma cooperação entre ambos os Estados no que respeita à questão espanhola¹⁷¹ e à área danubiana. Em Novembro, num discurso proferido em Milão, Mussolini referiu-se a esta aproximação entre os dois Estados como um eixo em torno do qual todos os Estados europeus se poderiam unir animados do desejo de paz e de colaboração. Estava, deste modo, criado o Eixo Roma-Berlim. Também durante o ano de 1937 muitos políticos alemães visitaram Itália; a 16 de Novembro de 1937, a Itália integrou o Pacto anti-Komintern concluído com a Alemanha e o Japão; e a 22 de Maio de 1939, a Alemanha e Itália assinaram o Pacto de Aço, do qual se destaca o artigo 3º, estipulando que se uma das partes entrar em guerra, a outra deverá entrar igual e imediatamente em guerra, como aliada e apoiando-a de todas as formas: na terra, no mar e no ar (Milza, 2007, pp.194 e 215).

Neste sentido, a Junho de 1939, Hitler proibiu a segunda edição do livro de Haushofer, intitulado *Grenzen in ihrer geographischen und politischen Bedeutung*, no qual discutiu a questão da população alemã no Sul do Tirol, uma região que foi anexada, em 1919, a Itália, a principal aliada do III Reich. Albrecht Haushofer, o filho de Haushofer, referiu, em Julho de 1939, que qualquer oposição à situação do Sul do Tirol despoletava a ira de Hitler, sendo que esta

¹⁷¹ A questão da Guerra Civil Espanhola aproximou os dois Estados.

era a única região na Europa em que uma revisão de fronteiras, de acordo com o princípio de nacionalidades, não seria mencionada (Defarges 2003, p. 81; Körnman 1990, p. 294).

Contudo, o problema repetiu-se, mas com um mapa sugestivo e, em Abril de 1939, Hitler ordenou a retirada e a destruição de um mapa do território e da cultura nacional alemã na publicação *Der Schulungsbrief*, uma publicação do NSDAP. Este mapa mostrava as áreas étnicas alemãs no Sul do Tirol, um território de Itália, algo que Hitler renunciou depois dos seus encontros com Mussolini começados em 1936. Ainda assim, pelo menos uma cópia chegou à Suíça e, portanto, de forma a evitar no futuro a ocorrência de episódios semelhantes, o Ministério da Propaganda criou uma directiva que foi divulgada, juntamente com a *Deutsche Kartographische Gesellschaft* [Sociedade cartográfica alemã], estabelecendo que o Sul do Tirol não poderia ser representado nos mapas alemães nem o seu nome poderia ser mencionado nas publicações. Este problema contou com a oposição dos *Völkisch* e gerou confusão acerca do que se deveria considerar como território alemão.

Deste modo, no Verão de 1938, várias instituições levaram a cabo algumas iniciativas para clarificar o que deveria ou não ser considerado como território alemão. Por exemplo, o *Puste* contactou o Ministério do Interior e solicitou a confiscação de três mapas etnográficos de parede que estavam a ser usados nas escolas. O Ministério da Educação e o Ministério da Propaganda aceitaram o pedido, concordando com ele e ordenando a eliminação destes mapas.

Ainda com o objectivo de estabelecer um processo de censura prévia, foram organizados encontros na *Volksdeutsche Mittelstelle (Vomi)* acerca da produção de mapas relativos ao território nacional alemão e, conseqüentemente, ficou acordado que cada mapa respeitante a aspectos políticos da nação alemã teria de ser submetido à *Vomi*.

Apesar disso, o processo de regulamentação nunca foi formalmente estabelecido. Em Outubro de 1938, no segundo encontro da *Deutsche Kartographische Gesellschaft*, sublinhou-se a inexistência de uma abordagem unificada à regulamentação, bem como de cooperação entre as instituições governamentais. Havia também uma ausência de directrizes. Os participantes da *Vomi* sabiam que poderiam estabelecer estas regras, mas consideravam que Alfried Rosenberg poderia clarificar esta situação futuramente. O facto é que a regulamentação cartográfica durante o III *Reich* encontrava-se plena de conflito, contradição e confusão, sendo que “maps were used at home and abroad for education, propaganda, and reference, by the party, the government and private interest groups” (Herb, 1997, p. 169).

10. Os Mapas como um Elemento de Justificação de Guerra

Se no começo os mapas tinham como principal objectivo a demonstração de perdas territoriais e a expressão de procuras territoriais específicas, as últimas versões seriam focadas nas ameaças militares ao espaço alemão e na procura de apoio público para a Segunda Guerra Mundial. Portanto, com a guerra, os militares alemães também produziram filmes nos quais eram utilizadas seqüências cartográficas (“*moving maps*”, como considerado por Hans Speier), com o objectivo de demonstrar os avanços dos exércitos alemães, como em *Der Feldzug in Polen [A Campanha na Polónia]* (1939) e *Sieg im Westen [Vitória no Oeste]* (1941). Apesar disso, é de referir que estes filmes eram feitos por ateliers de cinema profissionais e não era dado qualquer crédito aos cartógrafos sugestivos (Herb, 1997, p. 176).

a. A Submissão Voluntária dos Geógrafos às Necessidades Políticas do III Reich

Com efeito, nem o governo nem o NSDAP estavam interessados na criação de uma instituição central de propaganda cartográfica, preferindo em alternativa cooperar com os cartógrafos e as instituições de *cartografia sugestiva* e não tomar um papel activo na criação de uma abordagem coordenada. Isto aconteceu porque quando o NSDAP chegou ao poder, os geógrafos adoptaram a terminologia e conceitos raciais, seguindo uma submissão voluntária às necessidades políticas do III Reich.

Neste sentido, as actividades anteriores de *cartografia sugestiva* continuaram com um renovado orgulho em ser alemão. Contudo, isto não preveniu a emergência de novas formas de propaganda cartográfica, envolvendo imagens emotivas e demonstrações públicas (o *Deutsches Ausland-Institut [Instituto para os alemães no estrangeiro]* em Stuttgart tentou tornar-se na principal instituição envolvida no fornecimento de matérias para exposições e educação política, sobretudo depois de 1933). Convém também referir que frequentemente o objectivo da propaganda assentava num apelo ao instinto primário, sugerindo a necessidade de luta pela sobrevivência, já que a Alemanha estava em perigo de ser mutilada ou “morta” pelos seus inimigos (Herb, 1997, p. 173) e não tinha opção de escolha senão contra-atacar tão rápido quanto possível.

Durante a Guerra, houve um declínio na importância dos mapas de propaganda na Alemanha, ainda que estes tenham continuado a ser elaborados até ao fim do III Reich. Uma das principais características da propaganda (inclusive

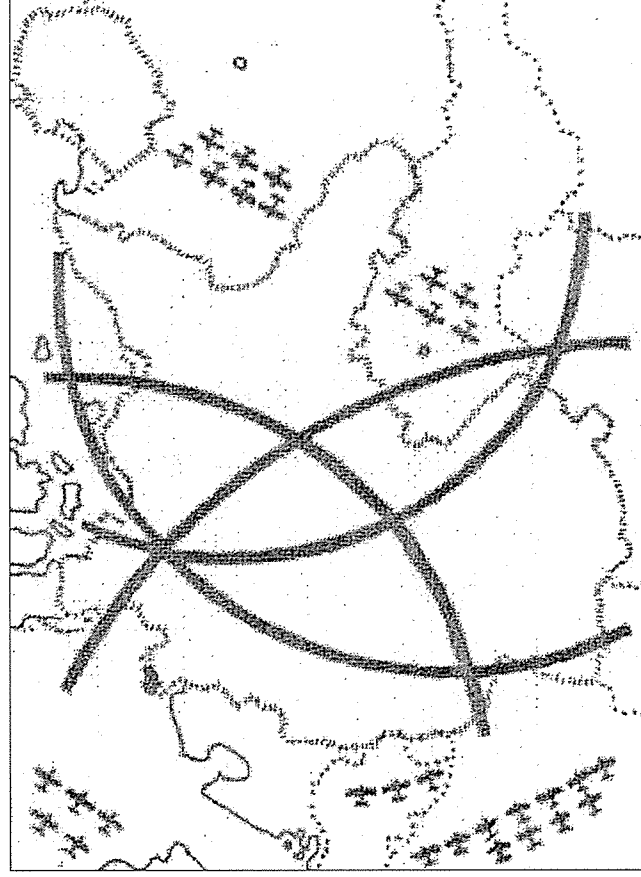


Figura 16 – Mapa de Schumacher (1934): A Alemanha encontra-se ameaçada de todos os lados pelos aviões dos países vizinhos

Fonte: Silva, 2003, p.13.

da que é feita através de mapas) assentava no facto de que esta necessitava de ser flexível para se ajustar à mudança das condições militares. Com a perda de Estalinegrado (1943), a propaganda regressou aos elementos míticos e irracionais da doutrina NSDAP, sendo difícil representá-la cartograficamente.

b. A Criação de uma Censura Prévia de Mapas pelo Ministério da Propaganda

Em 1941, a publicação de alguns mapas com fronteiras políticas incorrectas levou o Ministério da Propaganda a criar um mecanismo para prevenção de futuras ocorrências. Portanto, desde então, todas as representações cartográficas tinham de ser submetidas ao Ministério da Propaganda. Isso não significou, todavia, que outras instituições deixassem de estar envolvidas com regulamentos contraditórios. Por exemplo, entre o Ministério da Propaganda e o Ministério do Interior, havia diferentes concepções acerca da cor que deveria ser usada para representar a Alemanha.

Neste sentido, Herb (1997, p.171) defendeu que a execução de uma mensagem unificada nos mapas durante o III *Reich* pareceu difícil (senão mesmo impossível), dados os conflitos, as contradições e a confusão existente entre as várias organizações envolvidas na produção de mapas sugestivos.

Em 1943, existiram igualmente problemas depois da reclamação apresentada oficialmente pela Hungria e pela Bulgária, relacionada com o mapa “*Der deutschen Osten*”, publicado na publicação *Das Reich* de 11 de Julho de 1943, no qual as fronteiras políticas alemãs estavam incorrectas. Por causa disso, foi iniciada uma censura pré-publicação de mapas nas revistas e jornais pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério do Interior, *Reichsamt für Landsaufnahme*, Ministério da Propaganda, Alto Comando alemão e pelo Ministério do Leste. Deste modo, os editores foram aconselhados a apresentar os seus mapas a quatro instituições através de mensageiros de forma a tornar o processo expedito.

Outra resolução, de 26 de Agosto de 1943, estabeleceu que todos os mapas com tópicos políticos, históricos e económicos (relacionados com o Império Alemão, o Governo Geral e as áreas de administração civil) nas publicações tinham de ser submetidos ao Ministério da Propaganda e ao *Reichsamt für Landsaufnahme*. Os mapas relacionados com as áreas no estrangeiro tinham de ser submetidos também ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e mapas relacionados com os territórios ocupados a leste tinham de ser submetidos ao Ministério do Leste.

11. A Extinção da *Zeitschrift für Geopolitik*

No respeitante à *Zeitschrift für Geopolitik*, e com o início da Segunda Guerra Mundial, foi-se registando de ano para ano uma diminuição do número de páginas, passando-se de 562 páginas, em 1942, para 347 páginas, em 1943 (Korinman, 1990, p. 317). Na verdade, o esforço de prosseguir simultaneamente com trabalhos mais ou menos independentes e proceder ao fornecimento de razões justificativas das conquistas de Hitler tornava-se numa dificuldade inultrapassável (Defarges, 2003, p. 82).

A partir de 1942, e de forma progressiva, as contribuições de Karl Haushofer, o mentor da Escola de Munique, reduziram-se. As crónicas desapareceram da revista e os seus trabalhos resumiam-se a uma espécie de catálogo de palavras-chave, a um amontoado de títulos e nomes, e a uma série de datas. Haushofer limitava-se a um realce histórico, aspecto que se acentuou em 1944, sendo disso

Karl Haushofer, a Alemanha de Adolf Hitler e a Segunda Guerra Mundial

exemplo: *Binnenbau, Raumordnung und Staatsführung in der Geschichte*¹⁷² [*Estrutura interna, desenvolvimento do espaço e da política na História*] (Korinman, 1990, pp. 320 e 321).

Em 1943, os artigos “literários” de Haushofer consagravam-se às relações entre a Geopolítica e a religião, a Geopolítica e a medicina, a Geopolítica e a etnologia, sendo que, nesse mesmo ano, se verificou a fusão da *Zeitschrift für Geopolitik* com a revista *Schule der Freiheit [Escola da Liberdade]*, anti-semita e anti-soviética, o que possibilitou a publicação, a 1 de Julho, de um volume maior destinado a um público mais amplo de leitores. Finalmente, em 1944, e enquanto director da *Zeitschrift für Geopolitik*, Haushofer recebeu, a 2 de Setembro, a ordem de cessar a sua publicação (Korinman, 1990, pp. 317 e 321).

12. O Afastamento de Karl Haushofer e da família

Nesse mesmo ano de 1944, Karl Haushofer e o filho Albrecht¹⁷³ foram presos, tendo este último sido libertado ao fim de oito semanas. O atentado perpetuado contra Adolf Hitler, a 20 de Julho, conhecido como *Operation Walküre [Operação Valquíria]*¹⁷⁴ e no qual Albrecht terá estado envolvido, acabou por conduzi-lo novamente à prisão, juntamente com o seu irmão Heinz (1906-1986), sendo que, na noite de 22 para 23 de Abril de 1945, Albrecht foi mesmo assassinado (Korinman, 1990, p.324).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as forças americanas detiveram e interrogaram Haushofer que, no decorrer do Outono de 1945, foi ouvido no processo de Nuremberga como testemunha (Defarges, 2003, p. 82), tendo referido que tudo o que disse ou escreveu desde 1933, fê-lo sob pressão e censura (Haushofer, 1948, *apud* Tuathail, 2006, pp. 53 e 54).

¹⁷² Pleno de citações de Haushofer às suas próprias obras (Korinman, 1990, p. 321).

¹⁷³ A propósito do Nacional-Socialismo, em 1939, Albrecht Haushofer ter-se-ia assumido como “o comensal de uma personagem cuja função é fazer morrer de frio ou de fome os judeus alemães deportados, conforme o programa, no gueto de Lublin, sem estar autorizado a qualquer outra reacção para além da continuação desta insupportabilidade” (Korinman, 1990, p. 278). Com efeito, Albrecht apoiava a necessidade de um governo forte para a Alemanha, capaz de pôr cobro à instabilidade Weimariana, mas afastava-se da orientação totalitarista do III Reich, sendo esta a razão pela qual se acabou por concentrar na geografia eleitoral da Alemanha, tornando-se num dos precursores nesia área (Korinman, 1990, pp. 276-279).

¹⁷⁴ Entre outros, o filme *Valkyrie* (2008), dirigido por Bryan Singer em 2008, tendo Tom Cruise no papel do Coronel Claus von Stauffenberg permite-nos perceber em que consistiu esta operação e como foi planeada. Também o livro *Operação Valquíria* de Jesús Hernández, publicado em 2009 pela Quidnovi, apresenta o desenvolvimento e execução da operação com todo o detalhe, abordando as outras tentativas de atentado e de resistência levadas a cabo contra Hitler (e o seu regime), bem como dispondo de vários anexos constituídos por documentação directa ou indirectamente relacionada com esta operação.

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

Ademais, Haushofer nunca esteve sozinho com Hitler, sendo que a última vez que o viu foi, a 8 de Novembro de 1938, na presença de testemunhas. Tendo entrado em desacordo com o Führer a propósito da Operação *Barbarossa*, e sobretudo a partir do momento em que Rudolf Hess viajou, em Maio de 1941, Haushofer ficou exposto às perseguições da Gestapo. Consta inclusivamente que Haushofer se recusou a rever *Mein Kampf*, antes da sua publicação, por esta não se tratar de uma obra relacionada com a Geopolítica, mas sim de um livro destinado à agitação alemã (Haushofer, 1948, *apud* Tuathail, 2006, p. 55; Losano, 2005, p. 286).

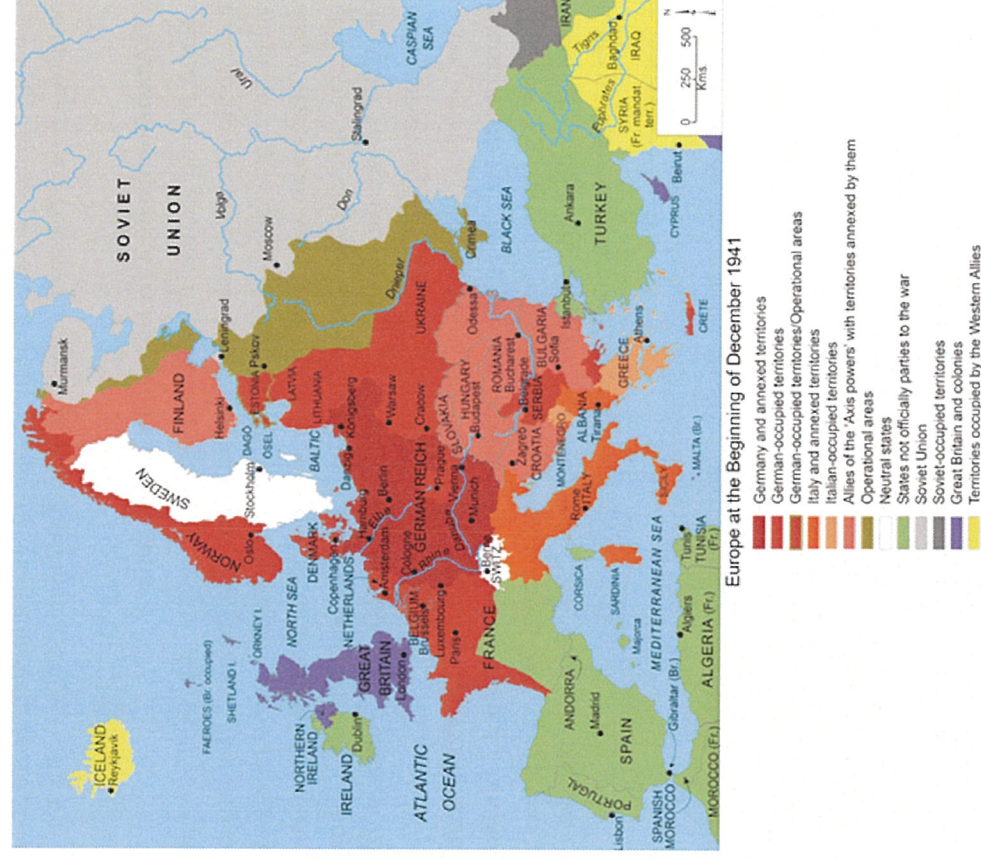


Figura 17 – A Europa no início de Dezembro de 1941

Fonte: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/map.cfm?map_id=2886.

Na perspectiva de Karl Haushofer, Hitler nunca compreendeu correctamente os princípios de Geopolítica que lhe foram transmitidos por Hess, que juntamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1932 e 1938, Konstantin Freiherr von Neurath (1873-1956), ainda revelava um certo conhecimento desta, sem contudo estar capacitado para a praticar. Joachim von Ribbentrop (1893-1946), Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1938 e 1945, a quem o general geógrafo ensinou a analisar um mapa, foi o principal responsável pela distorção da Geopolítica na mente do *Führer* alemão. Assim, os conceitos geopolíticos acabaram distorcidos e usados de forma incorrecta pelo III *Reich* (Haushofer, 1948, *apud* Tuathail, 2006, p. 54; Walsh, 1948, *apud* Almeida, 1990, pp. 123 e 124).

13. Em direcção ao *Lebensraum* de Hitler

A teoria geopolítica subordinou a política à geografia, através do conceito de *Raum [Espaço]*, assumindo-se este como o sustentáculo geopolítico do Estado. O *Raum* tornou-se uma força activa por si só, capaz de moldar os Estados e os povos. Encarado, assim, o *Raum* encontrava-se igualmente relacionado com o *Lebensraum*, mas também com o *Boden [Solo]* (Murphy, 1997, p. 26).

De facto, a centralidade do conceito de *Raum* esteve directamente relacionada com a obsessão geopolítica da luta pela sobrevivência e pelo crescimento do Estado enquanto organismo. Por conseguinte, o modelo de relações internacionais resultante da Geopolítica comportava a extinção racial ou nacional nesta luta mortal pelo *Lebensraum* (Murphy, 1997, p. 29).

Usado pela primeira vez por Ratzel, o conceito de *Lebensraum* equivalia, na Geografia Política, ao *politisches Raum [espaço político]*, ou seja, o espaço ou território em que se desenvolve a actividade de um Estado (Vives, 1972, p. 70). Depois recuperado e desenvolvido pela Escola Alemã, o termo sofreu várias alterações em virtude do controlo que esta Escola passou a ter a partir do momento em que começou integrar a política de Hitler.

Deste modo, o uso reiterado e coincidente do termo com o desenvolvimento da teoria geopolítica de *Blut und Boden*, presente em Haushofer, enquanto factores indissociáveis dos direitos históricos e políticos, contribuiu para que o conceito de *Lebensraum* (em que *Leben* é vida e *Raum* é espaço) fosse elevado à categoria de fórmula sintética da nova disciplina (Vives, 1979, p. 70). Foi, nesta linha, que, em 1937, Kurt Vowinckel definiu o espaço vital como “a soma de todas as manifestações da vida registadas num certo lugar da superfície terrestre, determinadas pelos géneros de vida e a forma da sua orientação”. Aliás, também Haushofer considerava o espaço vital como uma colectividade indissociável (Vives, 1972, p. 71).

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

No entanto, e na verdade, será de referir que, até 1936, os geopolíticos alemães não pareciam considerar o espaço vital como fundamento de uma política de expansão de qualquer Estado, preferindo ao invés utilizar o termo *Raumsgefühl* [sentido de espaço] que, em conformidade com Haushofer, actuava no desenvolvimento e ampliação das fronteiras ao longo da História. Foi preciso que a política se apoderasse do termo *Lebensraum* para que este passasse a representar as reivindicações naturais alemãs, ou seja, o *Lebensraum* passaria a corresponder ao direito de todo o Estado, e neste caso em particular o *Reich*, possuir o seu próprio lugar ao Sol, reunindo dentro das suas fronteiras todo o povo alemão espalhado pelo mundo e todo o espaço que no mundo fosse necessário ao seu sustento vital (Vives, 1972, p.71). Daí o *Drang nach Osten*, dando preferência ao leste europeu e à URSS, sendo de notar que Hitler era contra a disputa de espaços coloniais fora da Europa levada a cabo por Wilhelm II, na medida em que esta tinha levado a um clima hostil com a Inglaterra (que queria evitar) e, conseqüentemente, tinha conduzido a uma guerra desnecessária (Welch, 2006, p.23).

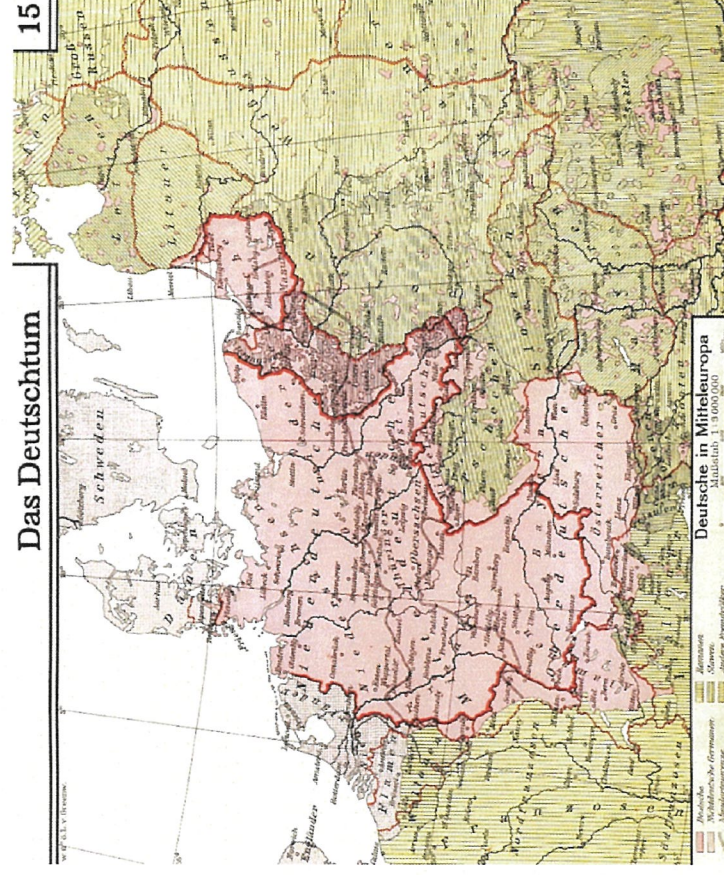


Figura 18 – A Germanidade (cerca de 1930): Distribuição da população de língua e cultura alemã na *Mitteleuropa* a rosa

Fonte: <https://deutscherfreigeist.wordpress.com/das-unrecht-an-den-deutschen/>.

Karl Haushofer, a Alemanha de Adolf Hitler e a Segunda Guerra Mundial

Com efeito, a fórmula de Haushofer, *Blut und Boden*, converteu-se em irredentismo nacionalista e autarquia econômica, pelo que desde aí a necessidade de *Lebensraum* se constituiu como justificação dos desígnios de expansão territorial Nacional-Socialista e, por conseguinte, como fundamentação preparatória de uma iminente agressão militar (Almeida, 1990, p. 125; Vives, 1972, pp. 71 e 72). O *Anschluss* da Áustria, a que se seguiram as invasões da Checoslováquia e da Polónia, constituiu-se como uma concretização desta ideia de Haushofer transformada de acordo com a *Weltanschauung* de Hitler.

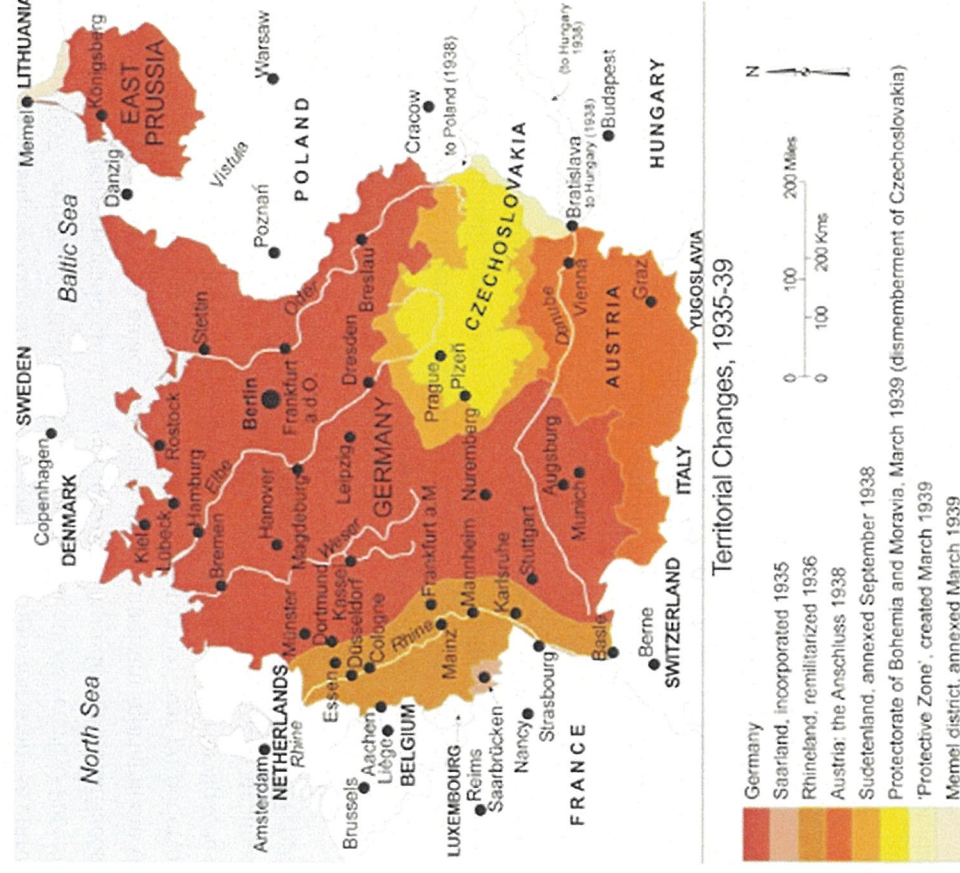


Figura 19 – Transformações Territoriais da Alemanha 1935-1939

Fonte: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/map.cfm?map_id=2884.

a. A Anexação da Áustria: O *Anschluss*

A Áustria independente constituiu-se como a pedra angular do Tratado de Versaíles, já que o sentimento de nacionalidade para a Áustria era alemão e não austríaco. Não existia, portanto, uma ideia austríaca, separada do desaparecido Império dos Habsburgos, pelo que o *Anschluss* concederia para a Áustria a sua última e grande oportunidade de se associar à Alemanha, dando a origem a um grande espaço (Taylor, 2008, pp. 257 e 258).

Neste sentido, os preparativos de Hitler, tendo em vista a concretização do *Anschluss* e a conquista do *Lebensraum* prevista para 1943, iniciaram-se entre o final de 1937 e o início de 1938. Embora seja igualmente de referir o *Putsch [golpe de Estado]* verificado em 1934, em que um grupo de nazis austríacos tendo ocupado a rádio e o palácio da chancelaria, atingiram mortalmente o Chanceler Dollfuss (1892-1934), a 25 de Julho, e tentaram colocar no poder o Ministro austríaco em Roma, Anton Rintelen (1876-1946), com fortes ligações alemães. O golpe foi, contudo, mal sucedido graças à intervenção italiana, mediante o envio de três divisões para a fronteira do Brenner (Milza, 2007, pp. 158 e 159).

Em Fevereiro de 1938, Hitler interveio junto do Chanceler austríaco, Kurt Schuschnigg (1897-1977), no sentido de libertar os prisioneiros nazis, permitir as organizações pró-hitlerianas e nomear Arthur Seyss-Inquart (1892-1946), um nacional-socialista, para o Ministério do Interior. Procurando demonstrar a posição desfavorável do seu país face ao *Anschluss*, o Chanceler austríaco marcou a realização de um referendo a realizar no dia 13 de Março (Milza, 2007, pp. 196 e 197).

No entanto, de forma a legitimar uma invasão militar da Áustria, as autoridades alemãs forjaram um telegrama assinado por Seyss-Inquart, solicitando a ajuda alemã, pelo que, a 12 e 13 de Março as tropas hitlerianas invadiram a Áustria. Um mês depois, a realização do referendo acabaria por dar o aval dos austríacos à anexação pela Alemanha (Milza, 2007, p. 198).

b. A Checoslováquia

Foi a existência de uma importante presença germânica no interior da Checoslováquia, especialmente nos Sudetas¹⁷⁵, que forneceu o pretexto para a invasão alemã deste Estado. Hitler pretendia anexar a Checoslováquia essencialmente por três razões: em primeiro lugar, trata-se de um Estado

¹⁷⁵ Com uma população, de cerca de três milhões, de língua e cultura germânicas.

que “constitui a mais sólida e a mais eficaz das alianças de revés da França”; em segundo lugar, possui um território rico em recursos agrícolas, matérias-primas e consideráveis indústrias de transformação, úteis para a concretização da autarcia da Alemanha, sobretudo em caso de guerra; e por fim, “desde que a Áustria foi anexada passou a ser uma espécie de bastião avançado da Europa central no interior do *Reich* e, como tal, deve ser anulado” (Milza, 2007, p. 199).

Em Abril de 1938, o Partido alemão dos Sudetas, pro-Nazi, dirigido por Konrad Henlein (1898-1945), começou a exigir a total autonomia das regiões germânicas, proclamando a pertença dos Sudetas ao *Reich* alemão. E, de facto, entre Maio e Setembro desse ano, o governo de Praga mobilizou um total de 170 000 militares na reserva e técnicos, tendo apelado aos aliados, nomeadamente à França, à Inglaterra e à URSS, de forma a dar resposta aos rumores que se faziam sentir acerca da concentração de tropas alemãs junto das fronteiras checoslovacas. No entanto, se a França e a URSS se prontificaram a apoiar o governo de Praga, a Inglaterra conservou desde o início uma posição algo ambígua. Por um lado, anunciou aos alemães que em caso de conflito não se manteria neutra, mas, por outro lado, em declaração proferida a 7 de Maio, Neville Chamberlain (1869-1940) defendeu que a Checoslováquia não poderia subsistir na sua forma de então (Milza, 2007, p. 200).

Em discurso, a 12 de Setembro, Hitler garantiu o seu total apoio a Henlein que, três dias depois, lhe solicitou oficialmente a inclusão dos Sudetas na Alemanha. Foi igualmente a 15 de Setembro que Hitler se encontrou com Chamberlain, exigindo-lhe a inclusão desta região no *Reich* em conformidade com os princípios da paz europeia e do direito dos povos a dispor de si próprios, o que Chamberlain aceitou, tendo aconselhado a França a proceder de igual modo (Milza, 2007, pp. 201 e 202).

A 19 de Setembro, a Checoslováquia aceitou a anexação pela Alemanha dos territórios checoslovacos com pelo menos 50% de alemães, sendo que, a 23 de Setembro, aquando do novo encontro com Chamberlain, Hitler exigiu não só que a questão dos Sudetas fosse resolvida antes de Outubro, como também que fossem satisfeitas as reivindicações húngaras no concernente à Eslováquia meridional, e as polacas no atinente a Teschen (Milza, 2007, p. 202).

A 29 de Setembro, realizou-se, em Munique, uma Conferência internacional, na qual participaram¹⁷⁶ a Alemanha, a Itália, a França e a Inglaterra, tendo como objectivo o encontro de uma solução para a crise checoslovaca. Na sequência dos **Acordos de Munique**, Hitler obteve tudo o que havia exigido no encontro

¹⁷⁶ Tanto a Checoslováquia como a URSS foram excluídas da resolução da crise.

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

com Chamberlain, decorrido a 23 de Setembro em Godesberg (Milza, 2007:203), sendo que, a 1 de Outubro de 1938, acabaria por se verificar a ocupação da região dos Sudetas pela Alemanha (Vilarinho, 1973, p. 47).

“A derrota dos ocidentais¹⁷⁷ em Munique só atrasa em alguns meses a liquidação efectiva da Checoslováquia” (Milza, 2007, p.213), pois tendo apoiado o movimento de autonomia eslovaca, que culminou com a proclamação da independência da Eslováquia a 14 de Março de 1939, Hitler ordenou às suas tropas que penetrassem no que ainda restava da Checoslováquia, facto que se consumou a 15 de Março. Foi, deste modo, que Hitler criou o Protectorado da Boémia-Morávia, enquanto a Hungria anexou a Ruténia subcarpática, tendo reconquistado, a 22 de Março, Memel, o porto lituano do Báltico (Milza, 2007, p. 214).

Efectivamente, após a invasão alemã da Checoslováquia¹⁷⁸, “Hitler afirmou que enquanto a Alemanha possuía 0,5 por cento do espaço mundial e 4,0 por cento da sua população, o Império Inglês possuía 26,0 por cento da área mundial e 24,6 por cento da sua população” (Almeida, 1990, p. 125). Este constitui-se como um exemplo dos argumentos utilizados pela propaganda Nacional-Socialista, apelando a este tipo de “injustiças” existentes na distribuição espacial necessária à concretização do *Lebensraum* alemão, investido de *Blut und Boden*, para justificar a sua acção política externa.

c. A Polónia

A 23 de Agosto de 1939, a Alemanha e a URSS assinaram o **Pacto Germano-Soviético**¹⁷⁹, cujas negociações, iniciadas em Março/Abril pela URSS através das trocas comerciais, se apressaram no final de Julho aquando do interesse franco-inglês, conhecido pela Alemanha, em negociar com a URSS. Com este Pacto, enquanto a URSS pretendia ganhar tempo, não se encontrando preparada para a guerra, a Alemanha tinha como objectivo garantir a neutralidade soviética aquando da invasão da Polónia, pois, na verdade, tinha todo o interesse em derrotar a URSS quer por razões ideológicas do Nacional-Socialismo, quer por razões geopolíticas defendidas por Hitler e diferentes das defendidas por Haushofer (Milza, 2007, pp. 219 e 220).

¹⁷⁷ Em particular do Estado francês.

¹⁷⁸ As tropas italianas ocuparam, a 7 de Abril, a Albânia que, no dia seguinte, foi declarada como protectorado italiano (Milza, 2007, p. 214).

¹⁷⁹ Igualmente conhecido como Pacto de Não-Agressão, ou Tratado Molotov-Ribbentrop, este Pacto significava uma total negação dos princípios ideológicos existentes entre os soviéticos e os nacional-socialistas (Bessa et. al. 2009, pp. 186 e 187).

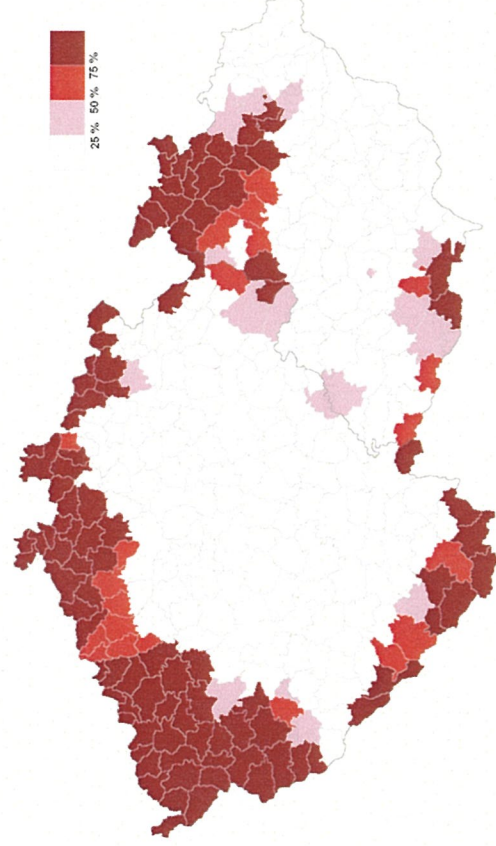


Figura 20 - A Presença Alemã nos Sudetas (cerca de 1934/1935)

Fonte: <http://3.bp.blogspot.com/-rTkoU5UM-sQ/Voqiz9c7kQI/AAAAAAAAAOAM/GU7NcttBwNo/s1600/Sudetendeutsche.png>.

É ainda de referir a inclusão de um anexo ao referido Pacto, sob a forma de protocolo secreto, estabelecendo a divisão do leste europeu. Assim, a Lituânia e a Wilna ficariam na esfera alemã, ao passo que a Finlândia, a Letónia e a Estónia ficariam na esfera soviética. Quanto à Polónia, fixou-se a partilha de zonas de influência entre a URSS e a Alemanha, sendo que esta última manifestou o seu desinteresse relativamente à Bessarábia (Milza, 2007, p. 220).

A 1 de Setembro, as *Wehrmacht* invadiram a Polónia. A Inglaterra e a França declararam-lhe guerra, a 3 de Setembro (Milza, 2007, p. 223), **iniciando-se**, desta forma, a **Segunda Guerra Mundial (1939-1945)**.

“Mas a geração de 1939 conhecia a guerra. Já não tinha ilusões. Sabia que não era romântica, mas sim bárbara. Sabia que iria durar anos e anos, um período de vida irrecuperável. Sabia que não se assaltava o inimigo com folhas de carvalho e faixas coloridas, mas que se ficava semanas seguidas nas trincheiras e nos abrigos, à mercê dos piochos e quase morrendo de sede, que se seria despedaçado e estropiado à distância, sem nunca se ter visto o adversário cara a cara. Conheciam-se de antemão, pelos jornais, e pelo cinema, as novas artes de destruição simbólica desenvolvidas pela técnica, sabia-se que, no seu avanço, os tanques monstruosos esmagavam os feridos e que os aviões despedaçavam mulheres e

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

crianças nas suas camas, sabia-se que, graças à mecanização sem alma, uma guerra mundial em 1939 seria mil vezes mais baixa, mais bestial, mais desumana do que todas as guerras por que a humanidade passara. (...) A guerra de 1939 tinha um significado espiritual, tratava-se da liberdade, da salvaguarda de um bem moral, e lutar por algo com sentido torna o ser humano duro e decidido” (Zweig, 2014, pp. 267 e 268).

14. A Segunda Guerra Mundial: Convergência e Divergência entre as Perspectivas de Karl Haushofer e de Adolf Hitler

A Guerra de 1939-1945 constituiu um prolongamento das razões beligerantes (exacerbadas) da Guerra de 1914-1918 e, no caso alemão, tal relacionou-se sobretudo com o desejo de cumprir o Darwinismo Social e as reivindicações de espaço vital no espaço europeu.



Figura 21 - A Alemanha em 1944

Fonte: <https://www.ushmm.org/lcmedia/map/lc/image/gge71020.gif>.

Desde o início que o objetivo de Karl Haushofer era encontrar o justo lugar da Alemanha no mundo, na sequência do fim da Primeira Guerra Mundial e sobretudo das imposições do Tratado de Versaillles, responsáveis por deixar fora da Alemanha várias minorias alemãs (Defarges, 2003, pp. 82, 83,105 e 106).

Este desejo de revisionismo era igualmente partilhado por Adolf Hitler, bem como pela maioria dos alemães neste período (Klein, 1990, p.32).

Neste sentido, Haushofer e Hitler¹⁸⁰ tinham em comum a rejeição do que se encontrava consignado no Tratado de Versaillies, desejando a concretização de uma Alemanha maior, a *Großdeutschland*. O espaço cultural alemão deveria reencontrar a sua unidade, *Volkstum*, na sua área de expansão natural, a *Mitteleuropa* (Defarges, 2003, p.83) e, portanto, segundo Haushofer a conquista de *Lebensraum* e a reconquista do poder mundial pela Alemanha assentava em duas alianças (ou eixos): uma com o Japão, de forma a fazer face às potências marítimas, a Inglaterra e os EUA¹⁸¹; e outra com a União Soviética, tendo em vista o domínio do *Heartland* de Mackinder (Claval, 1996, p.30; Klein, 1986, p.28).

Na verdade, o centro da divergência entre Haushofer e Hitler respeitava à União Soviética (Almeida, 1990, p.132), já que para Hitler a União Soviética continha em si o perigo Bolchevique, entendido como o principal adversário da Alemanha. Aliás, na sua visão, durante séculos a União Soviética, colosso do Este, mantivera-se graças ao núcleo germânico das suas esferas superiores, entretanto substituído por judeus, fermento de decomposição. O fim do domínio judaico na União Soviética seria também o fim da União Soviética como Estado, catástrofe que a Alemanha testemunharia e que se constituiria como a prova da verdade da teoria racista (Hitler, 2003, p. 250).

Com efeito, enquanto Hitler era o *Führer* de uma ideologia Totalitária, Haushofer considerava-se como um cientista de uma disciplina não ideológica, a Geopolítica, que seria uma ciência prática fundada a partir da análise dos factos e destinada a fornecer uma consciência geográfica capaz de conduzir ao acto político (Defarges, 2003, pp. 83, 88 e 89). A Geopolítica alemã trazia consigo um ideal conservador, possivelmente reaccionário e aristocrático, sem o objectivo de preparar terreno para a agressão Nacional-Socialista na Europa (Vives, 1972, p. 50).

A reestruturação racial da sociedade alemã constituía o âmago da política interna Nacional-Socialista, sendo que a raça era igualmente um aspecto central no atinente à política externa. Já os geopolíticos consideravam a raça importante, mas sempre como estando subordinada ao Espaço: “*Raum, not*

¹⁸⁰ No caso de Hitler, verificava-se a presença de um Revisionismo absoluto, na medida em que este exigia a abolição total de todos os tratados que obstassem à liberdade de acção dos alemães (Klein, 1986, p. 32).

¹⁸¹ Muito embora, segundo Defarges (2003, p. 86), os EUA fossem ignorados ou subestimados pela geopolítica de Haushofer.

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

Rasse, was at the core of their *understanding of the world*¹⁸²” (Murphy, 1997, p. 247). Verifica-se, assim, uma diferença de perspectivas, quanto ao papel desempenhado pela raça, em cada uma destas duas visões do mundo e, por conseguinte, outro ponto de divergência entre Hitler e Haushofer.

Na prática o que se verificou foi, segundo Zweig (2014, p.223), que

“Hitler que, em si, era um pouco avesso a ideias alheias, possuía no entanto, desde o início, o instinto de se apropriar de tudo o que poderia vir a ser útil aos seus objectivos pessoais; assim, para ele, a «geopolítica» desembocava e esgotava-se totalmente na política nacional-socialista, e Hitler servia-se dela na medida em que ela pudesse servir os seus interesses. A técnica utilizada pelo nacional-socialismo foi sempre a de conferir um fundamento ideológico e pseudomoral aos seus instintos claramente egoístas de poder”.

Nesta linha, e a propósito do conceito da apropriação do conceito de *Lebensraum* pelo Nacional-Socialismo, Zweig referiu (2014, pp. 223 e 224) igualmente que

“Com este conceito de «espaço vital» estava finalmente encontrada uma pequena cobertura filosófica para a vontade de agressão nua e crua, um chavão que, devido à vaga possibilidade de definição, pareceria ser inofensivo e que, em caso de sucesso, podia legitimar qualquer anexação, até a mais arbitrária, apresentando-a como uma necessidade étnica e etnológica. Assim, foi aquele meu velho conhecido de viagem que – não sei se sabendo ou querendo – ficou responsável pela mudança, fundamental e tão fatal para o mundo, dos objectivos de Hitler – originalmente limitados ao nacionalismo e à pureza da raça –, os quais, graças à teoria do «espaço vital», acabariam por degenerar na palavra de ordem: «Hoje a Alemanha é nossa, amanhã será nosso o mundo inteiro»”.

Regressando, porém, à questão da União Soviética e às alianças que a Alemanha deveria possuir para se consolidar como um grande poder no espaço europeu, Hitler salientou a inconcretização do seu desejo inicial de estabelecer uma aliança entre a Inglaterra e a Alemanha, perdida para o futuro, num discurso proferido quarenta e oito horas após o início da Operação *Barbarossa* em que se verificou a invasão da União Soviética pela Alemanha, a 22 de Junho de 1941 (Hitler, 2003, p.15).

¹⁸² Tradução da autora: “O espaço, não a raça, esteve no centro da sua compreensão do mundo”.

Por oposição, a Escola Alemã, inspirada na visão de Mackinder, defendia que a Alemanha se devia aliar à União Soviética, capaz de suplantar o poder marítimo da Inglaterra, que era indiferente para a política externa Nacional-Socialista (Fonseca, 2003, p.13), pois para Hitler era o *Drang nach Osten*, destinado a estabelecer uma relação natural entre a densidade e o aumento populacional e a extensão e a qualidade do espaço habitado, garante da subsistência da raça ariana (Hitler, 2003, p. 243), que desempenhava um papel primordial na sua *Weltanschauung*.

Prova disso é o facto de nas vésperas da Segunda Guerra Mundial Guerra Mundial, no final do mês de Agosto de 1939, Hitler ter desejado obter a condescendência da Inglaterra para com o plano Nacional-socialista em direcção ao Leste europeu, oferecendo em troca a garantia do III Reich não interferir no espaço do Império Inglês (Murphy, 1997, p. 246).

De facto, o desejo de Hitler em contrair uma aliança com a Inglaterra é manifesto, em 1926, quando da redacção da segunda parte do seu livro. Para o *Führer* alemão, se a Alemanha pretendia lutar por se assumir como um poder mundial, e se essa luta se fazia pela existência da pátria, da unidade da nação alemã, e necessitando de obter aliados na Europa, só a Inglaterra e a Itália deviam ser tidas em conta (Hitler, 2003, p.234).

Embora a Inglaterra não admitisse a Alemanha como potência mundial, também não queria uma França cujo punho militar, livre de todo o impedimento na Europa (no qual se poderia incluir o poder alemão), entrasse em conflito com os interesses ingleses. De igual modo, a Itália, tendo interesses territoriais no Mediterrâneo, não poderia ver com agrado a consolidação da supremacia francesa no espaço europeu. Aliás, o objectivo italiano de entrada na Primeira Guerra Mundial, não visava contribuir para o fortalecimento francês, mas sim para destruir a Áustria, a sua odiada rival no Adriático (Hitler, 2003, p. 234).

Neste sentido, Haushofer defendia igualmente a concretização de um eixo entre Berlim e Roma, embora os eixos Berlim-Tóquio e Berlim-Moscovo fossem mais relevantes para o poder alemão. No caso das Pan-Regiões, só o Japão, “poder nascente no Pacífico e a maior região fisiográfica do mundo”, e a União Soviética, “imenso poder continental proveniente do Leste dos Urais” (Almeida, 1990, p.131) teriam a seu cargo uma função directora na Pan-Ásia Oriental e na Pan-Rússia respectivamente.

Em termos práticos, verificou-se a reaproximação entre a Alemanha e o Japão, graças a Haushofer, consubstanciada no Pacto anti-Komintern de 1936 (Klein, 1986, p.38). Quanto a Itália, o General geógrafo só admitia uma participação mais activa desta na Pan-Euroáfrica, que seria orientada

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

pela Alemanha (Almeida, 1990, p.130), o que leva Korinman (1990, p. 313) a considerar que o Fascismo e o Nacional-Socialismo se associaram sobretudo por necessidade geopolítica.

A influência prática da teoria de Haushofer é também visível num documento inédito de 1943, um Tratado entre os Estados do Eixo, que não tendo chegado a ser ratificado, entre a Alemanha, a Itália e o Japão, consignava uma tentativa de dar uma forma jurídica homogênea a todas as conquistas territoriais do Eixo em todo o mundo, isto é, uma magna carta para as colônias da Alemanha na Europa, da Itália no Mediterrâneo e em África, do Japão na Ásia no contexto da nova ordem mundial, na qual a Inglaterra e a França seriam encaradas como “intrusos” (Losano, 2005, pp. 281 e 293).

Destinando-se a coordenar o *Drang nach Osten* do III Reich, com o *Spazio al sole* da Itália e com o *Greater East Asian Co-Prosperity Sphere* do Japão, tratava-se de uma proposta para organizar os Grandes Espaços ou Pan-Regiões, definidos como *Großstaaten* [Grandes Estados] e dotados de personalidade jurídica na nova Comunidade Internacional. Em conformidade com a proposta de Direito Internacional de Carl Schmitt, estes três Estados assumiram-se como Estados-guia ou Poderes-guia, capazes de exercer a sua supremacia sobre os demais Estados. Seria a Alemanha (na *Mitteleuropa*) e a Itália (no Mediterrâneo) na Europa, e o Japão na Ásia Oriental (Losano, 2005, pp. 281, 282, 287 e 291).

Ainda relativamente à relação existente entre a Geopolítica e o Nacional-Socialismo, verifica-se que, entre 1933 e 1940, Hitler terá multiplicado as tentativas de demonstrar que os fins perseguidos pelos Nacional-Socialistas correspondiam às teorias e às previsões geopolíticas, tendo-se servido, para tal, de um artigo publicado em 1933, da autoria de Karl Haushofer, *Der nationalsozialistische Gedanke in der Welt* [O pensamento nacional-socialista no Mundo] e, em 1939, apresentou mesmo um balanço positivo da política externa da Alemanha na realização da maioria dos objectivos partilhados pelos partidários do *Deutschtum* (Klein, 1986, p. 36).

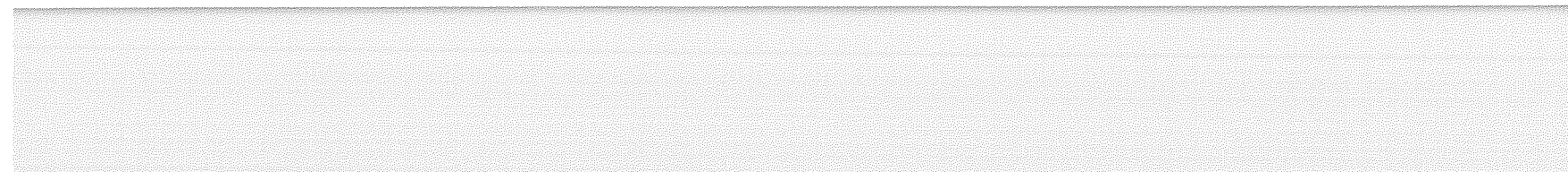
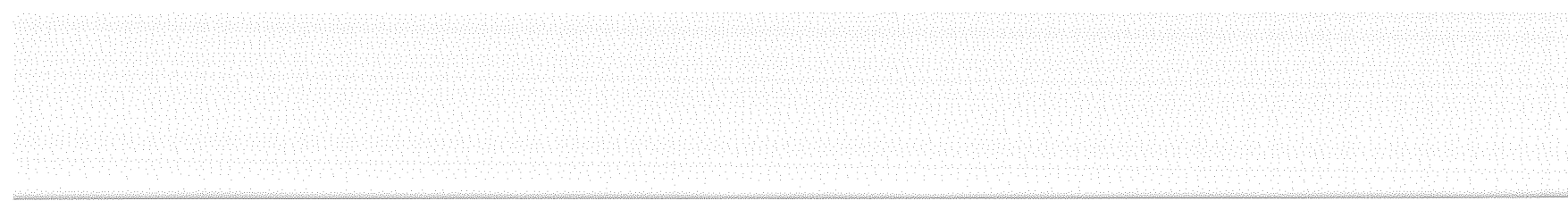
No entanto, desde 1933 que a Escola Alemã de Geopolítica se encontrava sujeita à pressão do NSDAP. Ademais, os planos de conquista imperial nunca foram favorecidos por Haushofer (1948, *apud* Tuathal, 2006, p. 54) nem as anexações de território estrangeiro ao povo germânico. Na realidade, a concepção Haushoferiana assentava na união cultural e linguística germânica sobre um mesmo espaço, numa *Großdeutschland*, e, nesta linha, Haushofer foi, por consequência, favorável ao *Anschluss* da Áustria, à recuperação dos Sudetas e do Memel, consagradores do triunfo da ideia de *Volksstum* (Klein, 1986, p.36).

Em 1939, ainda antes do início da Segunda Guerra Mundial, verificou-se a anexação a leste da Áustria, Checoslováquia e Polónia, sendo que, em 1940, já começada a Guerra, Hitler anexou, a norte e a oeste, a Noruega, Dinamarca, os Países Baixos, a Bélgica e França. Em 1941 e, voltando-se novamente para leste, foram conquistadas a Estónia, Letónia, Lituânia, Ucrânia e Bielorrússia, bem como a Grécia e a Jugoslávia. Todas estas anexações foram levadas a cabo com o objectivo de concretizar uma *Großdeutschland* segundo a *Weitanschauung* de Hitler.

Efectivamente, foi sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial que a Geopolítica de Haushofer e o projecto de Hitler divergeriam de forma acentuada. A Geopolítica não inspirou verdadeiramente os dirigentes do III *Reich* e Haushofer terá desempenhado um papel limitado na elaboração da política estrangeira do seu país. As ideias geopolíticas de Haushofer eram utilizadas de forma deformada, os seus conselhos eram ignorados, a moderação pedida e a sua oposição aos excessos políticos e militares que o III *Reich* levava a cabo não eram tidas em conta. Como se verificou, a invasão da União Soviética foi condenada desde o início por Haushofer (Klein, 1986, pp. 36 e 37; Gallois, 1990, pp. 262 e 263).

Em síntese, Haushofer enquanto pangermanista não partilhava os ideais racistas característicos do Nacional-Socialismo¹⁸³ do III *Reich* de Adolf Hitler, tendo tido a sua família perseguida (a sua mulher era judia) a partir do momento em que a protecção de Hess se deixou de verificar, isto, é desde 1941 (Klein, 1986, pp. 38 e 39). Hitler ter-se-á apropriado da Geopolítica de Haushofer, adaptando-a, já que “Hitler podia convencer multidões”, mas era “a «Escola» que convencia as elites” (Almeida, 1990, p.124).

¹⁸³ Ainda que, por vezes, tenha sido sensível aos argumentos do anti-semitismo político (Klein, 1986, p.38).



5. CONCLUSÃO

Tanto Friedrich Ratzel como Karl Haushofer eram pangermanistas, na medida em que defendiam que a Alemanha se devia transformar numa *Großdeutschland*, reunindo toda a população de língua e cultura alemã espalhadas na *Mitteleuropa*, onde este projecto da Alemanha se devia igualmente concretizar.

Partindo de uma distinta conjuntura alemã, que em comum conservava a necessidade de mais espaço (o *Lebensraum*) e, conseqüentemente, mais poder, destinada à sobrevivência da Alemanha na hobbessiana cena internacional, Ratzel e Haushofer procuraram estudar e compreender segundo um método próprio, o da Geografia Política e o da Geopolítica respectivamente, a situação da Alemanha dos períodos em que viveram. Era objectivo destes dois pensadores do espaço alemão obter os elementos necessários a um aconselhamento da política espacial germânica, que seria posteriormente decidida e accionada por Wilhelm II no caso de Ratzel e por Adolf Hitler no caso de Haushofer.

Com efeito, Haushofer esteve mais próximo da posição de conselheiro político do que Ratzel. Falecido alguns anos antes do início da Primeira Guerra Mundial, Ratzel não teve a oportunidade de perceber a importância que o seu pensamento viria a desempenhar não para a política de Wilhelm II, mas para o lançamento das bases do pensamento geopolítico de que Haushofer viria a ser considerado o expoente máximo, surgido apenas com o fim

da Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, face às imposições do *Diktat de Versailles*.

Apesar da sua maior proximidade ao poder, o trabalho de Haushofer e da Escola de Munique desempenharam, a partir de 1933, um papel propagandístico, passando a estar sujeitos à pressão do Nacional-Socialismo; e desde 1936, a Geopolítica ficou submetida à política de Hitler, tornando-se num instrumento de promoção da guerra, e servindo como fundamentação territorial e racial determinante na orientação política e estratégica do III *Reich*.

Haushofer esteve preso, teve o filho Albrecht morto pela Gestapo e acabou por se suicidar, juntamente com a mulher, de origem judia, depois de terminada a Segunda Guerra Mundial. Aconselhou Hitler a não invadir a URSS, e o Japão a não invadir a China, mas a verdade é que motivados por razões ideológicas, militares, económicas ou, porventura, até estratégicas, quer o governo de Hitler, quer o governo japonês optaram por fazer exactamente o contrário (Bessa et al., 2007, p. 54), divergindo do aconselhamento que a Geopolítica de Haushofer lhes havia concedido.

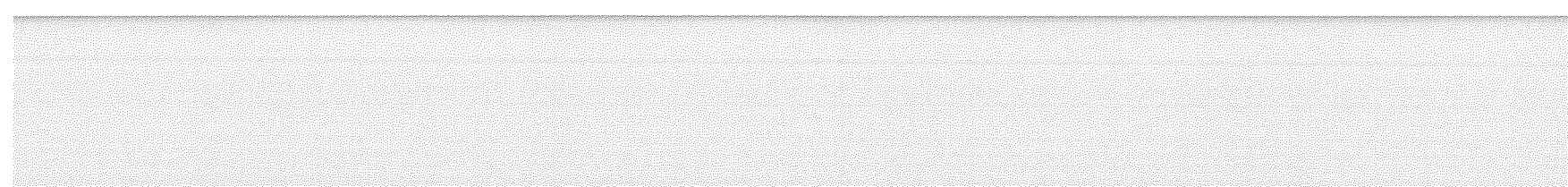
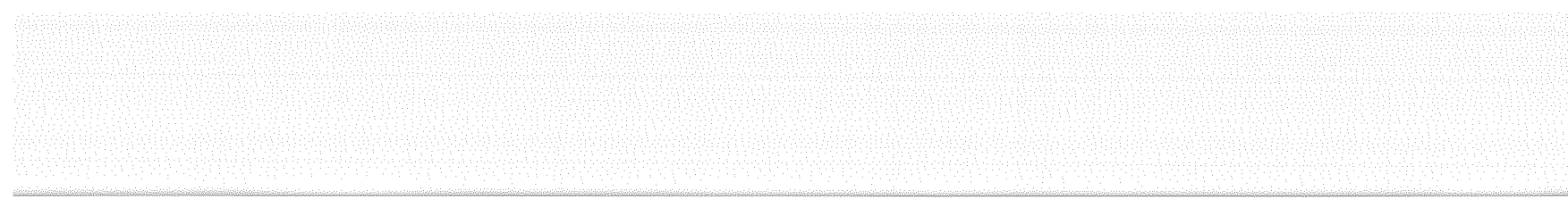
Assim, a influência da Geopolítica no papel desempenhado pela Alemanha na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais reduz-se ao facto de ser aos governos que cabe a decisão e acção política, pese embora toda a instrução e educação científica fornecida quanto às relações entre o espaço e o poder pelos pensadores destas. E de facto, a invasão, em 1941, da URSS pela Alemanha de Hitler, destinada a combater o perigo Bolchevique por um lado, e os Judeus, pelo outro, reflecte uma divergência da política Nacional-Socialista, com contornos simultaneamente expansionistas e racistas, relativamente à teoria e ao conhecimento geopolítico, onde as questões racistas não eram essenciais.

Recorde-se que a mulher de Haushofer era de origem judia, sendo que os filhos de Haushofer acabariam, deste modo, por ter sangue judeu e estar em condições de serem perseguidos e mortos pelos Nacional-Socialistas. Pode igualmente ter-se dado o caso de, consciente dessas circunstâncias e como forma de proteger a sua família, Haushofer ter cooperado com o Nacional-Socialismo, mas a verdade é que o pensamento geopolítico utilizado por Hitler surge adaptado à sua *Weltanschauung* e às ideias por si defendidas na sua obra *Mein Kampf*. Ademais, toda a sociedade alemã tendo-se deixado levar pelo facto da “revolução nazi” de Março de 1933 não ter sido uma revolução porque tudo decorreu dentro da “legalidade”, acabou por se tornar permissiva com

o novo regime¹⁸⁴ que, por conseguinte, a passou a controlar de forma total e sem deixar margem para que entrassem em divergência e atentasse contra este. Quem quisesse resistir (e lutar contra) no interior da Alemanha acabaria perseguido, preso e condenado à morte, pelo que ou permanecia e pactuava, de algum modo, mais tarde ou mais cedo com o regime [isto é, “juntar-se aos carrascos para não ser atacado” (Haffner, 2005, p.116)] ou emigrava, livrando-se do regime e ficando com a consciência tranquila. Haushofer permaneceu e ao que parece o elo de ligação entre este e o Nacional-Socialismo era o seu amigo e aluno Rudolf Hess, não sendo conhecida qualquer outra ligação como, por exemplo, ser militante do Partido.

Ainda que, terminada a Guerra, Haushofer não tenha sido considerado culpado pelos aliados, o General suicidou-se recorrendo ao método tradicional japonês praticado pelos Samurais, o *Harakiri*, esventrando-se, como forma de remover toda a pressão e responsabilidade que pudesse existir sobre a família... (Herwig, 2016, p.203)

¹⁸⁴ Após esta o que se passou a verificar foi “uma terrível inversão dos conceitos normais: ladrões e assassinos que actuavam como polícias em pleno exercício da autoridade do Estado, tratando as vítimas como criminosos”. Enquanto torturavam e assassinavam pessoas indefesas, “afirmavam” diariamente “que não tinham feito mal a ninguém e que nunca uma revolução se desenrolara de fuma forma tão humana e pacífica”, mas, na realidade, pouco tempo depois acabaria por ser promulgada uma lei que proibia que se falasse ou se afirmasse a existência destas “atrocidades” nas caves das *Sturmabteilung* [Tropas de Assalto] (SA) e nos campos de concentração. Efectivamente, os alemães foram vencidos pelo *Angst* [medo], pela cobardia e pela fraqueza, tendo sido isto que contribuiu para o fortalecimento do III *Reich* e para que os Nacional-Socialistas deixassem de ser um grupo minoritário da sociedade alemã e passassem a acolher, no seu partido, como militantes de espontânea vontade “centenas de milhares de pessoas que até então eram oponentes” (Haffner, 2005, pp. 108 e 110-116).





BIBLIOGRAFIA

- Almeida, P., 1990. *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Aly, G., 2009. *O Estado Popular de Hitler*. Alfragide: Texto Editores, Alfragide.
- Badia, G. (Dir.), 1987. *Histoire de l'Allemagne Contemporaine. Republique de Weimar – Troisieme Reich*. Paris : Messidor/Éditions Sociales.
- Beevor, A., 2014. *A Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Bessa, A., et al., 2007. *O Salto do Tigre*. Lisboa: Prefácio.
- Bessa, A. et al., 2009. *Introdução à Política. O Poder na História*. Lisboa/ São Paulo: Editorial Verbo.
- Bessa Pacheco, M., 2014. A Marinha na Primeira Guerra Mundial. *Anais do Clube Militar Naval*, CXLIV, 449-489.
- Bild.2010. *NACH92JAHREN. Am Sonntag endet für Deutschland der 1. Weltkrieg*. [Em linha]. Berlin: Bild. Disponível em: <http://www.bild.de/politik/2010/am-sonntag-endet-fuer-deutschland-der-1-weltkrieg-14107970.bild.html> [Consult. 21 Set.2014].
- Bogdan, H., 2003. *Histoire de l'Allemagne de la Germanie à nos jours*. Paris: Editions Perrin.
- Brechtefeld, J., 1996. *Mitteleuropa and German Politics*. London: Macmillan.

- Calleo, D., 1990. *The German problem reconsidered. Germany and the World Order 1870 to the Present*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Carter, M., 2009. *The Three Emperors*. London: Penguin Books.
- Chaplin, C., 2011. *A Minha Viagem à Europa*. Lisboa : Edições Matéria-Prima.
- Chaussy, U., et al., 2013. «*Es lebe die Freiheit*» : *Die Geschichte der Weißen Rose und ihrer Mitglieder*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch.
- Claval, P., 1996. *Géopolitique et Géostratégie. La pensée politique, l'espace et le territoire au XXe Siècle*. Paris: Nathan Université.
- Conrad, S., 2012. *German Colonialism. A Short History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Correia, P., 2004. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume I*. Coimbra: Quarteto.
- Correia, P., 2008. “Derivações Semânticas da Geopolítica”. *Geopolítica*, 82, 13-44.
- Correia, P., 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume II. Análise Geoestratégica do Mundo em Conflito*. Coimbra: Almedina.
- Coutau-Bégarie, H. (2008). *Traité de Stratégie*. Paris : Economica (Original publicado em 1999).
- Couto, A., 1988. *Elementos de Estratégia – Volume I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Cribbs, D., 2004. *The Influence of Maritime Theorists Alfred Thayer Mahan and Sir Julian Corbett on the Development of German Naval Strategy 1930-1936*. Kansas:Nimble Books LLC.
- Daudel, C., 1990. *Geographie, Geopolitique et Geostrategie: les termes de l'échange. Strategique*, 50, pp. 31-56.
- Dawson, W., 1941. *Pequena História da Alemanha*. Lisboa: Inquérito.
- Defarges, P., 2003. *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva.
- Dias, C., 2005. *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*. Lisboa: Prefácio.
- Dias, C., 2007. “A Vingança de Karl Haushofer?”. *Geopolítica*, (1), 171-185.
- Dias Correia, A., 2010. *O Mar no Século XXI*. Aveiro: FEDRAVE
- Dupuy, M., 1987. *A Filosofia Alemã*. Lisboa: Edições 70.
- Ferguson, N., 2006. *A Guerra do Mundo*. Porto: Civilização Editora.
- Fernandes, J., 2002. Da Geopolítica clássica à Geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade [Em linha]. Disponível em: http://www.jptfernandes.com/docs/art_acad_geopolitica.pdf [Consult. 23Fev.2009].

- Fernandes, J., 2003. A Geopolítica clássica revisitada [Em linha]. Disponível em: http://www.jptfernandes.com/docs/art_acad_geopolitica_rev.pdf [Consult. 15Nov. 2008].
- Fernandes, M., 2011. O Papel da Geopolítica na Posição da Alemanha na I e na II Guerras Mundiais. *Nação e Defesa*, 129, 263-287.
- Fernandes, M., 2013. “El Conocimiento Geopolítico” de José Marini e a Geopolítica Clássica Revisitada: O Conceito de Geopolítica, o seu Objecto e Método de Estudo. *Nação e Defesa*, 136, 277-299.
- Fernandes, M., 2014a. Jünger e Haffner: Contrariedades e ambiguidades nas Memórias Alemãs da I Guerra Mundial. In: Rollo, M. et al., (Coords.) *A Europa no Mundo entre as Guerras. 1919-1939* [Livro electrónico]. Lisboa: IHC/CEIS20, pp. 126-142. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/11877> [Consult. 28 Set. 2014].
- Fernandes, M., 2014b. Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. *Revista de Ciências Militares*, II, 1, 65-86.
- Fernandes, M., 2014c. A “Alemanha Ensanguentada” de Aquilino Ribeiro: O Testemunho de um Autor Português sobre o Desejo de Vingança Alemão nascido de Versailles. *Revista de Ciências Militares*, II, 2, 221-242.
- Fernandes, M., 2014d. Weiße Rose and the German Geopolitical Thought: Two Cases of Academic and Scientific Research in the Second World War. In: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014. *Resisting War in the 20th Century (International Conference)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1 de Março de 2014. Lisboa: FCSH-UNL.
- Fernandes, M., 2015a. A Arma Submarina na Estratégia Alemã na Primeira Guerra Mundial. In: Instituto de Defesa Nacional/Instituto de Ciências Sociais/Instituto de História Contemporânea, 2015. *Workshop O Poder dos Pequenos e Médios Estados na Grande Guerra: Comparação Portugal – Brasil*. Instituto de Defesa Nacional, 8 de Abril de 2015. Lisboa: IDN.
- Fernandes, M., 2015b. Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial: O Caso do Sudeste Africano. In: Afonso, C. et al. (Coord.), 2015. *Portugal e as Campanhas de África: Da Imposição de Soberania à Grande Guerra*. Lisboa: CISDI-IESM/Fronteira do Caos, 79-104.
- Ferro, M., 2008. *A Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Edições 70.
- Fichte, J., 2002. *Discursos a la nación alemana*. Madrid: Editorial Tecnos.

- Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX
- Filho, L., 2009. *Fundamentos epistemológicos da Geografia*. Curitiba: IBPEX.
- Fischer, M., 2007. *Guilherme II – O Último Imperador da Alemanha*. Estoril: Principia.
- Fonseca, S., 2003. Uma Introdução à Geopolítica Clássica: de Ratzel a Haushofer [Em linha]. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/2srg/4/4-81.pdf> [Consult. 20Nov2008].
- Fontoura, L., 2006. *O Poder na Relação Externa do Estado. A Equação de Cline*. [Em linha]. <http://www.adelinetorres.com/relacoesinternacionais/Luis%20Fontoura-Poder%20e%20Estado.pdf> [Consult. 24Jan.2012].
- Fulbrook, M., 2008. *A Concise History of Germany*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gallego, F., 2010. *Os Homens do Führer. A Elite do Nacional-Socialismo 1919-1945*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Gallois, P., 1990. *Geopolitique. Les Voies de la Puissance*. Paris : Pion.
- Gann, L. et al., 1977. *The Rulers of German Africa 1884-1914*. California: Stanford University Press.
- Gardiner, P., 2008. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian .
- Guevara, G., 2006. *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do século XIX e Inícios do Século XX*. Lisboa: Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Gilbert, M., 2013. *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Gilbert, M., 2014. *A Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Edições Dom Quixote.
- Haffner, S., 2005. *História de um Alemão. Memórias 1914-1933*. Lisboa: Edições Dom Quixote.
- Haushofer, K., 1986. *De la Géopolitique*. Paris: Fayard.
- Henig, R., 2002. *The Weimar Republic 1919-1933*. London and New York: Routledge.
- Herb, G., 1997. *Under the map of Germany nationalism and propaganda 1918-1945*. London and New York: Routledge.
- Hernández, J., 2009. *Operação Valquíria*. Lisboa: Quidnovi.
- Hervig, H., 2016. *The Demon of Geopolitics. How Karl Haushofer “Educated” Hitler and Hess*. London: Rowman & Littlefield.
- Hitler, A., 2003. *Mein Kampf: discurso desde el delirio*. Barcelona: Fapa Ediciones.
- Hitler, A., 2008. *A Maior Luta da História*. Lisboa: Padrões Culturais Editora.

- Jacobsen, H.-A., 1986. Introduction. In Haushofer, K., 1986. *De la Géopolitique*. Paris: Fayard, pp. 43-93.
- Jünger, E., 2005. *A Guerra Como Experiência Interior*. Lisboa: Editora Ulisseia.
- Kershaw, I., 2008. *Hitler*. London: Penguin Books.
- Keynes, J.. 2005. *The Economic Consequences of the Peace 1920*. [Em Linha] s/l: The Project Gutenberg. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/15776/15776-h/15776-h.htm> [Consult: 7Abr.2016].
- Kjellen, R., 1923. *Der Staat als Lebensform*. Berlin: Kurt Vowinckel.
- Klein, J., 1986. Préface. In Haushofer, K., 1986. *De la Géopolitique*. Paris:Fayard, pp. 7-41.
- Korinman, M., 1990. *Quand l'Allemagne Pensait le Monde*. Paris: Fayard.
- Korinman, M., 1999. *Deutschland Über Alles. Le Pangermanisme 1890-1945*. Paris: Fayard.
- Lacoste, Y., 1990. "Geopolitique et Geostrategie". *Strategique*, (50), 21-29.
- Lara, A., 2000. *Colonização Moderna e Descolonização*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Le Rider, J., 1996. *La Mitteleuropa*. Paris: PUF.
- Lichtenberger, H., 1923. *Relations Between France and Germany*. Washington: Endowment.
- Lorot, P., 1995. *Histoire de la Géopolitique*. Paris : Economica.
- Lorot, P. et al., 1997. *La Géopolitique*. Paris : Montchrestien.
- Losano, M., 2005. I "Grandi Spazi" in un Inedito Progetto di Trattato del 1943 fra gli Stati dell' Asse. *Rivista degli Studi Orientali*, LXXVIII, pp, 281-303.
- Losano, M., 2007. La Missione Militare di Haushofer in Giappone e la Geopolítica. *Rivista degli Studi Orientali*, 20-22, pp. 223-236.
- Lowe, J., 1994. *The Great Powers, Imperialism, and the German Problem, 1865-1925*. London: Routledge.
- Mackinder, H., 1904. The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*, XXIII, pp. 421-437.
- Mackinder, H., 1943. The Round World and the Winning of the Peace. *Foreign Affairs*, XXI -4, pp. 595-605.
- MacQueen, N., 2007. *Colonialism*. Harlow: Pearson.
- Magalhães, J., 2000. *Breve História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

- Maltez, J. (2002). *Curso de Relações Internacionais*. S. João do Estoril: Principia.
- Marini, J., 1985. *El Conocimiento Geopolítico*. Buenos Aires: Circulo Militar.
- Martins, R., 1996a. Geopolítica e Geostratégia – o que são e para que servem. *Nação e Defesa*, 78, pp. 22 – 78.
- Martelo, D., 2013. *Origens da Grande Guerra*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Martins, R., 1996b. Acerca de Nações e de Nacionalismos. *Nação e Defesa*, 80, pp. 76-115.
- McDonough, F., 2010. *Sophie Scholl*. Gloucestershire: The History Press Ltd.
- Milza, P., 1999. *As Relações Internacionais. De 1871 a 1914*. Lisboa: Edições 70.
- Milza, P., 2007. *As Relações Internacionais. De 1918 a 1939*. Lisboa: Edições 70.
- Moreira, A., 2006. *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- Murphy, D., 1997. *The Heroic Earth. Geopolitical Thought in Weimar Germany, 1918-1933*. Kent, Ohio: The Kent State University Press.
- Neubauer, J. (2003). *What's in a Name? Mitteleuropa, Central Europe, Eastern Europe, East-Central Europe*. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.kakanien.ac.at/beitr/fallstudie/jNeubauer1.pdf> [Consult: 11Set.2015]
- Nogueira, J., 2007. Em jeito de introdução.... *Geopolítica*, 1, pp. 11-17.
- Nogueira, J., 2008. Recursos, Energia e Geopolítica. *Geopolítica*, 2, pp. 43-73.
- Ologosa, D.et al., 2010. *The Kaiser's Holocaust. Germany's forgotten genocide and the colonial roots of Nazism*. London: Faber and Faber.
- Opitz, A. (Coord.), 1998. *Sociedade e Cultura Alemãs*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Parker, G., 1985. *Western Geopolitical Thought in the Twentieth Century*. Oxford: Taylor & Francis.
- Patrício, R., 2007. *As Relações em Eixo Franco-Alemãs e as Relações em Eixo Argentino-Brasileiras. Gênese dos Processos de Integração*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Patrini, A., 2010. Oswald Spengler: Um enigma histórico-intelectual no século XX (A decadência do Ocidente de Oswald Spengler: seu conceito de história e seus intérpretes). *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH/SP-UNESP-França, 6 a 10 de Setembro de 2010. s/l: ANPUH/SP-UNESP-França.
- Pellistrandi, B., 2002. *As Relações Internacionais de 1800 a 1871*. Lisboa: Edições 70.
- Poidevin, R., 1983. *L'Allemagne et le monde au XXe Siècle*. Paris : Masson.

- Ratzel, F., 1988. *Géographie Politique*. Paris: Economica.
- Ribeiro, A., 1975. *Alemanha Ensanguentada*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Ribeiro, H., 2008. *Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico*. Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, M., 2011. Origens da disciplina de Geografia na Europa e seu desenvolvimento no Brasil. *Revista Diálogo Educ.*, 34, 817-834.
- Römer, K., 1980. *A Alemanha dos Nossos Dias*. Bonn: Lexikothek Verlag.
- Santos, E., 2007. O Conceito de Geopolítica: Uma Aproximação Histórica e Evolutiva (1.ª Parte) [Em linha]. Disponível em: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=430 [Consult. 15Mar2009].
- Santos, E., 2008. *A NATO no Século XXI*. Lisboa: Tribuna da História.
- Santos, V., 2011. As Negociações Anglo-Alemãs sobre a Partilha das Colónias Portuguesas. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1-12, 58-75.
- Schulze, H., 2005. *Breve Historia de Alemanha*. Madrid: Alianza Editorial.
- Schreiber, G., 2010. *A Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Texto Editores.
- Silva, A., 2003. A Geopolítica Alemã na República de Weimar: o Surgimento da Revista de Geopolítica [Em linha]. Disponível em: <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo/article/viewFile/265/221> [Consultado a 15Fev2009.]
- Simms, B., 2015. *Europa – A Luta pela Supremacia. De 1453 aos Nossos dias*. Lisboa: Edições 70.
- Sked, A., 2008. *Declínio e Queda do Império Habsburgo 1815-1918*. Lisboa: Edições 70.
- Smith, R., 2008. *A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno*. Lisboa: Edições 70.
- Speitkamp, W., 2008. *Deutsche Kolonialgeschichte*. Stuttgart: Reclam.
- Sorre, M., 2003. A Geografia Humana (Introdução). *GEOgrafia*, 10, pp.137-147.
- Sousa, F. (Dir.), 2008. *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Stone, N., 2011. *Primeira Guerra Mundial. Uma História Concisa*. Lisboa: Edições Dom Quixote.
- Stürmer, M., 2003. *O Império Alemão*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Taylor, A., 2008. *The Course of German History*. New York: Routledge.
- Taylor, A., 2009. *Bismarck. O Homem e o Estadista*. Lisboa: Edições 70.

Geopolítica da Alemanha: Ratzel, Haushofer e as duas Guerras Mundiais do Século XX

- Tomé, A., 2011. *Relações Internacionais: Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Tuathail, G. (2006). *The Geopolitics Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Usher, R., 1913. *Pan-Germanism*. Boston and New York: Houghton Muffin Company
- Vilarinho, M., 1975. *Anatomia da Alemanha*. Lisboa: Minerva.
- Vives, J., 1972. *Tratado General de Geopolítica*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives.
- Weitz, E., 2007. *Weimar Germany. Promise and Tragedy*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Welch, D., 2006. *Hitler. Perfil de um Ditador*. Lisboa: Edições 70.
- Yale Law School. 2008. *The Versailles Treaty June 28, 1919*. [Em linha] New Haven: YLS. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/imt/parti.asp> [Consult. 16 Mar. 2013].
- Zimmermann, E., 1918. *The German Empire of Central Africa*. New York: George H. Doran Company.
- Zweig, S., 2014. *O Mundo de Ontem. Recordações de um Europeu*. Lisboa: Assírio e Alvim.